

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

MAURÍCIO GONÇALVES MARGALHO

**KLABIN: OS EMPRESÁRIOS, A EMPRESA E AS ESTRATÉGIAS DE
CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA (1930-1951)**

**NITERÓI
2008**

MAURÍCIO GONÇALVES MARGALHO

**KLABIN: OS EMPRESÁRIOS, A EMPRESA E AS ESTRATÉGIAS DE
CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA (1930-1951)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense como requisito para a obten-
ção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

NITERÓI
2008

M327 Margalho, Maurício Gonçalves.

Klabin: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951) / Maurício Gonçalves Margalho. – 2008.

195 f. ; il.

Orientador: Cezar Teixeira Honorato.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008.

Bibliografia: f. 209-211.

1. Indústria de celulose – Aspecto histórico - Brasil. 2. Burguesia - Brasil. 3. Poder (Ciências Sociais). 4. Hegemonia política. I. Honorato, Cezar Teixeira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia III. Título.

CDD 338.30981

MAURÍCIO GONÇALVES MARGALHO

**KLABIN: OS EMPRESÁRIOS, A EMPRESA E AS ESTRATÉGIAS DE
CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA (1930-1951)**

Dissertação de Mestrado em História submetida à Banca Examinadora em Março de 2007.

Componentes da Banca:

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP

Prof. Dr. Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

À minha Cristina, pelo amor, pela
confiança, pela tolerância,
pelo encorajamento.
A todos aqueles que participaram da
minha *História*.

AGRADECIMENTOS

À Cristina, companheira de minha vida, pela compreensão e carinho, os quais me fortaleceram durante a árdua jornada percorrida. Ao seu lado redescubro, a cada dia, o quanto a amo.

Aos meus queridos pais, Raimundo e Elenice, por tudo que representam para mim. Por incentivarem, incondicionalmente, meus sonhos.

Aos meus avós Jurema e Lindolpho, à minha tia-avó Nilza e à tia Helena pelo amor e respeito compartilhados. Além de sempre me amarem como um filho.

Ao Sr. Francisco, D.Cinéa, Vovó Bisa, Francisco José, Maria Helena, Mariana e Matheus pelo apoio, compreensão e carinho de todo o sempre.

À Prof^a Dr^a Joana Bahia, amiga e madrinha que leu, de forma incansável, as muitas versões preliminares do meu projeto de Mestrado.

Ao Prof. Dr. Cezar Honorato, meu orientador, pela referência em História Econômica.

Ao Prof. Dr. Geraldo Beauclair, pelo privilégio de compartilhar de sua amizade e sugestões de profundo valor teórico e metodológico.

Ao Prof. Dr. Theo Piñeiro, pelas considerações teóricas apresentadas e apoio acadêmico.

Ao Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães, pelas contribuições intelectuais e acadêmicas.

À Prof^a Dr^a Sônia Regina Mendonça, pelo carinho, pela predisposição e por compartilhar sua erudição em inúmeros momentos.

À estimada amiga Daniele Leda pela eficácia, pela preciosa ajuda nesta dissertação. É dela a autoria do *abstract*.

Aos colegas do Laboratório de História Econômico-Social – PÓLIS, pelos agradáveis debates suscitados.

Aos funcionários Inês, Silvana, Estela e David pela eficiência, paciência e atenção nos momentos de sufoco.

Ao Centro de Documentação e Memória de Klabin, pela presteza com que sempre atendeu as minhas necessidades de pesquisador.

Infelizmente, o espaço reservado para agradecimentos jamais fará justiça a todos. Várias pessoas não foram agraciadas com os meus agradecimentos, não importando o grau de colaboração e torcida. Estas palavras são o modo que encontrei de fazer-lhes justiça: muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho de história social de empresas partiu de um estudo de caso sobre o grupo empresarial Klabin, particularmente no que se relaciona ao investimento nas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A. Com efeito, embora tenhamos abordado a sociogênese das empresas Klabin durante o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século passado, o núcleo de nossa pesquisa aborda principalmente a conjuntura de 1930/1951.

Levando em conta que as relações sociais são relações políticas e que, portanto, se relacionam com a luta entre frações de classe dominante pela hegemonia no aparelho de Estado, o nosso estudo tem como escopo analisar os empresários Wolff Klabin e Horácio Lafer. Não como empreendedores e visionários, mas, sobretudo, através da dimensão política que envolveu suas relações sociais no processo de luta de classes.

Assim fizemos, porque compreendemos que a idéia do burguês empreendedor é, por si só, um mito que precisa ser desmontado. Partindo dessa convicção, fizemos o caminho inverso, e lastreamos nosso eixo analítico na inter-relação entre empresários, economia e política.

Através da leitura de Atas de Reuniões, Anais, Boletins, Correspondências, Mensagens do Executivo, Pareceres, Periódicos, Relatórios Ministeriais, Relatórios da Federação Industrial do Rio de Janeiro e da Evolução Administrativa da Klabin esta dissertação se propõe a compreender a história social das empresas Klabin através das práticas políticas das lideranças supracitadas no complexo institucional sociedade civil / sociedade política.

Palavras-chave: História Social de Empresas, burguesia industrial, indústria de celulose e papel, poder político, Estado e Hegemonia.

ABSTRACT

This enterprises' social history work was based on a case study of Klabin business group, particularly on what is related to the investments in *Indústrias Kablin do Paraná de Celulose S/A* (Kablin Cellulose Industries of Paraná Incorporated). Although we have approached Klabin enterprises' sociogenesis during the late decades of the nineteenth century and the two first decades of last century, the core of our research corresponds mainly to the juncture of 1930/1951.

Taking into consideration that social relations are political ones and that, therefore, they relate to the fight amongst fractions of the dominant class for hegemony at the State's machine, our study has as its scope to analyze the businessmen Wolff Klabin and Horácio Lafer. Not as enterprisers and visionaries, but above all, through the political dimension that has involved their social relationships in the process of fight among social classes.

We have done it this way because we understand that the idea of the enterprising burgher is on its own a myth that must be crushed. Convinced of that, we have followed the inverse route, analyzing the inter-relationship among businessmen, economy and politics.

By reading Meeting Minutes, Annals, Court opinions, Bulletins, Mail, Messages from the Executive... Periodicals, Ministerial Reports, Rio de Janeiro Industrial Federation Reports as well as Klabin's Administrative Evolution ones, this dissertation aims to apprehend the social history of Klabin enterprises through the political practices of the leaders mentioned above within the institutional complex civil society / political society.

Key-words: Enterprises' Social History, industrial middle class, pulp and paper industry, political power, State and Hegemony.

“Empresário

Basta de altercações; queremos obras.
Venha coisa que sirva. Eu cá não creio no
que dizeis de estar ou não disposto. (...)
Quem não fez hoje, amanhã não tem feito;
um dia é muito. Audácia pois! Agarra pelas
repas a ocasião fugaz; não tens remédio,
segue-a no vôo, e está logrado o empenho.
(...)” (Johann W. Goethe, FAUSTO.
Edições de Ouro, Editora Tecnoprint Ltda,
sd. p. 52)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo I – KLABIN: OS EMPRESÁRIOS, AS RELAÇÕES SOCIAIS E O PODER POLÍTICO (1930-1935)	
30	
1.1 – A construção da hegemonia: o papel estratégico da sociedade civil	
30	
1.2 – HORÁCIO LAFER: a formulação de um projeto hegemônico para a sociedade política (1933-1937)	
50	
1.3 – A Compra da Força de Trabalho	
62	
1.4 – Manuel Ribas, a Klabin e as dimensões socioeconômicas de uma aliança político-empresarial	
66	
Capítulo II – INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ: A SOCIOGÊNESE DO PROJETO POLÍTICO-EMPRESARIAL (1936-1940)	
	69
2.1 – Empresa, empresários, relações sociais e luta de classes	69
2.2 – A Klabin Irmãos & Cia e o Estado Novo: negócios, economia e política	76
Capítulo III – A GUERRA E ECONOMIA: AS DIMENSÕES SÓCIOPOLÍTICAS DO EMPREENDIMENTO KLABIN (1941-1945)	
3.1 – A Empresa, os Empresários, o Estado, as relações sociais e o poder político	104
3.2 – Luta Política e Relações de Interesse no complexo institucional Autoritário	114
Capítulo IV – O PÓS-GUERRA: NOVAS DIMENSÕES PARA A CONSTRUÇÃO-MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA (1945-1951)	
4.1 – A Empresa, os Empresários, o Estado e a redefinição do bloco no poder	158
4.2 – A Sociedade Política na democracia restringida do governo Dutra: rumo à hegemonia industrial	161
V- Conclusão	207
Referências Bibliográficas e Fontes Primárias	209
Anexos	

SIGLAS

Banco do Brasil	BB
Banco do Estado do Paraná	BEP
Centro de Documentação e Memória de Klabin	CDMK
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	CIESP
Centro Industrial do Rio de Janeiro	CIRJ
Companhia Fabricadora de Papel	CFP
Indústrias Klabin do Paraná de Celulose	IKPC
Instituto Nacional do Pinho	INP
Manufatura Nacional de Porcelanas	MNP
Klabin Irmãos & Cia	KIC
Coordenação da Mobilização Econômica	CME
Confederação Nacional da Indústria	CNI
Conselho Nacional de Economia	CNE
Conselho Técnico de Economia e Finanças	CTEF
Conselho Federal do Comércio Exterior	CFCE
Confederação Industrial do Brasil	CIB
Federação Industrial do Rio de Janeiro	FIRJ
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	FIESP
Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo	I.R.F. Matarazzo
Instituto De Organização Racional do Trabalho	IDORT.
Sindicato dos Industrias do Papel do Rio de Janeiro	SIP

INTRODUÇÃO

Tem-se a intenção de desenvolver um trabalho que possa ser útil para aqueles que se propõem a estudar a História Empresarial, sobretudo para aqueles que têm interesse em compreendê-la não apenas como resultante da biografia dos grandes empresários, mas principalmente como uma relação social marcada pelas tensões políticas entre classes – entendendo o termo de acordo com a matriz marxista. Portanto a dissertação não se limitará a escrever uma *biografia empresarial* na qual se apresenta à trajetória de uma empresa descolada de sua historicidade, como se sua história se limitasse à empresa e aos empresários que a constituem, não se relacionando com a multiplicidade de interesses sociopolíticos e socioeconômicos que compõem a dinâmica do processo histórico.

O eixo central deste trabalho será estabelecido a partir da análise das relações do Estado – no período de 1930 a 1950 – com o grupo empresarial Klabin-Lafer¹. Constitui relevância nesta pesquisa a História da Empresa e do grupo de empresários que a constituiu, assim como o estudo das relações dessa família de industriais com o Estado e também dos pontos de convergência e/ou divergência deste grupo específico com o governo, com outros empresários e com os agentes que participaram da elaboração do projeto de construção das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose – IKPC.

Nesse sentido, o grupo pesquisado não será analisado apenas sob a luz de suas relações econômicas, mas, sobretudo, a partir de sua atuação política. Analisaremos os meios pelos quais o grupo buscou se organizar politicamente para representar seus interesses de classe enquanto burgueses industriais. Em quais arenas

¹Cabe ressaltar que o grupo Klabin-Lafer forma um único tronco familiar. A família Lafer é originária da Lituânia. Acredita-se que uma parte dessa família ao mudar-se para uma região chamada Klabinias, acabou adotando o nome desse local para identificar o segmento da família lá instalado (Cony e Lamarão, 2001, p. 50). A estratégia de mudança de nome também era usada para fugir dos rigores do serviço militar obrigatório no exército czarista (**Klabin 100 Anos** / Dezembro 1999, pp. 05-06). Para maiores informações sobre o grupo são relevantes os seguintes documentos: **60 Anos de Klabin do Paraná**. s.d. (Periódico Comemorativo da empresa) e a **Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)**. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

foram travadas as lutas políticas com outras frações burguesas, como agiram as classes durante a contenda e sob quais condições os empresários supracitados asseguraram uma posição hegemônica que resultou na sua escolha como principal executor na construção do que veio a se tornar as IKPC, assim como da ampliação do seu poder político.

Schumpeter² conceitua tanto o empresário como a função que este exerce a partir do potencial empreendedor (ou inovador) que ao ser empregado pelo empresário, pode fazer com este obtenha êxito no exercício de sua atividade empresarial e com isso, possibilita que sua firma se destaque em frente às demais. A inovação a qual o autor se refere não precisa se tratar de uma nova criação, podendo ser a reinvenção de algo que já existia, de modo a apresentar o que antes era velho sob nova forma – inovação.

No entanto, não basta que o empresário seja capaz de antever um potencial ramo de investimento e obter capacidade inovadora para que sua empresa possa vencer a concorrência frente às demais. É preciso, antes de mais nada, que ele seja politicamente capaz de se articular para sobreviver em meio não somente as múltiplas investidas de seus concorrentes como também as flutuações da economia capitalista. Para isso é imperativo a ocupação de espaços estratégicos no complexo institucional sociedade civil/sociedade política, de modo a conquistar poder político suficiente para representar seus interesses de classe. Portanto, o poder político é essencial. Quanto maior a amplitude e o alcance desse poder, tanto mais solidez terá um grupo empresarial. Não basta, portanto, enxergar o fenômeno e criar a inovação para que uma classe burguesa ascenda empresarialmente.

O empresário é, antes de tudo, um agente político. Assim, um trabalho que almeje levantar questões pertinentes sobre a História Social de Empresas não pode deixar de levar em conta os muitos pontos de contato estabelecidos entre empresa-sociedade-política-economia. Isto implica afirmar que uma empresa está inserida, inevitavelmente, no processo político e econômico. Em outras palavras, a história das empresas não pode ser descolada dos pilares que sustentam a inteligibilidade de seu corpus social³: política e economia, em relação com uma conjuntura específica.

Segundo as elucidativas palavras de Levy⁴:

² SCHUMPETER. In: LUCAS, 1969. p. 32.

³Entendemos como tal o complexo administrativo do qual se originam seus quadros de dirigentes e, inclusive, suas lideranças empresariais.

⁴LEVY, 1994. p. 27.

As empresas são parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. A empresa é parte de um sistema de instituições interatuantes, no qual lhe cabe a produção de bens. Como parte orgânica da sociedade, sua atuação repercute sobre a estrutura social na qual se desenvolve e é, por sua vez, influenciada por ela.

Diante da necessidade do estabelecimento de um conceito para empresa e empresário burcar-se-à formular um conceito apropriado para ambos, que nos ajudará a orientar o rumo deste trabalho. O que é uma empresa? Não se trata de uma pergunta simples de se responder, até porque, uma explicação descuidada poderia conduzir um incauto estudioso ao equívoco da generalização, tão maléfico ao pensamento crítico. Sendo a empresa uma unidade de produção, o seu estudo deve se relacionar com a estrutura social na qual a mesma está inserida.⁵

Antes de prosseguirmos em nossas considerações é precisamos formular algumas hipóteses que irão orientar a problemática dessa pesquisa. Elas têm como propósito iluminar o sinuoso caminho que iremos percorrer, auxiliando-nos na construção das questões que apresentaremos mais adiante. Muitas questões podem conduzir a novas questões, ou então suscitar novas dúvidas para as respostas encontradas. Não obstante a isso, o historiador – assim como os demais cientistas sociais – não pode deixar de formular suas perguntas, pois apenas a partir delas será possível restaurar um fragmento do imemorial mosaico histórico oculto no silêncio das fontes. São quatro as hipóteses trabalhadas:

1 – As relações de interesse entre o Estado, os empresários da Klabin Irmãos & Cia e outros grupos burgueses nos permitem perceber que as relações sociais estabelecidas pelos industriais pesquisados nas muitas instancias de poder faziam parte de um projeto hegemônico, que conciliou expansão industrial e ampliação do poder político. Nesse processo, foi importante a atuação de Wolff Klabin e Horácio Lafer, pois eles lançaram os pilares da expansão política do grupo.

2 – A eclosão da Segunda Guerra Mundial, ao tornar arriscado e difícil a importação de celulose e papel imprensa, incentivou o governo Vargas a estimular o desenvolvimento do setor, fator esse que beneficiou, através do apoio Estatal, os investimentos do grupo empresarial Klabin nos anos da guerra.

⁵LOBO. In: CARDOSO e VAINFAS (orgs.); 1997.

3 – Os interesses de empresários proprietários de veículos de imprensa escrita, do mercado editorial e mesmo de órgãos governamentais como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o período Estadonovista estimulou o Estado a viabilizar condições para que a KIC investisse na construção das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose.

4 – Com o fim do Estado Novo, a retomada da carreira política de Horácio Lafer foi um momento decisivo para impulsionar a ascensão política desse grupo de burgueses industriais, que culminou com a ida de Horácio para a Pasta da Fazenda (1951-1953), durante o Segundo Governo Vargas.

Tendo como ponto de partida essas hipóteses, vamos desdobrá-las em quatro questões:

1) Como as relações sociais estabelecidas pelos empresários da Klabin contribuíram para consolidar o seu poder político como burguesia industrial?

2) Por que a Klabin assumiu um empreendimento da envergadura de Monte Alegre em um período de Guerra Mundial?

3) Quais as estratégias usadas pelo grupo para a construção de uma hegemonia?

4) Em quais espaços esses empresários edificaram e mesmo ampliaram o poder político no período de 1930-1950?

Pensando os empresários, sobretudo, como agentes políticos, pesquisaremos a História Social da Empresa Klabin buscando os pontos de contato estabelecidos entre eles e as diversas instâncias de poder político. Interessa-nos saber quais caminhos foram percorridos pela Klabin enquanto empresários industriais, mais especificamente a segunda geração – com maior destaque para Horácio Lafer e Wolff Klabin. Não separaremos, em nossa análise, os interesses econômicos e políticos, apresentando-os como peças desconexas, inteligíveis tão somente a partir de compartimentos estanques. Os empresários não podem ser pensados unicamente como agentes econômicos, desconsiderando que é justamente através das relações sociais estabelecidas na prática política que a burguesia se faz enquanto classe dominante e/ou dirigente, obtendo condições para formular um projeto hegemônico.

As relações de classe são, sobretudo, relações políticas entre as classes. Considerando que entre as classes dominantes, os empresários são agentes sociais de destaque no interior do Estado através do complexo institucional que forma a sociedade

civil e a sociedade política, entendemos que não é possível escrever um trabalho apreciável sobre História Social de Empresas sem levarmos em conta as múltiplas formas pelas quais os empresários buscam se organizar para construir as bases de um projeto hegemônico.

Entendendo que a hegemonia, uma vez obtida, depende de permanente manutenção, pode-se concluir que a ocupação das instituições da sociedade política assim como a dos espaços privados é que assegura a acumulação do capital político necessário para garantir a manutenção/reconstrução permanente da hegemonia conquistada.

Teoria e Método

O eixo teórico de nosso trabalho buscará estabelecer um diálogo com Pierre Bourdieu, na medida em que trabalharemos com o conceito de capital social e capital político para auxiliar na reflexão sobre a ação política da burguesia no Estado, na forma de contatos, amizades, casamentos, sociedades. No entanto, com o propósito de pensar as respectivas formas de participação sociopolítica de Wolff Klabin e Horácio Lafer no Estado (o que ocorreu através de órgãos técnicos, conselhos, comissões, sindicatos federações e ministérios), usaremos como referencia teórica, sobretudo, Antônio Gramsci para elaborarmos um quadro teórico sobre como a Klabin construiu sua posição hegemônica enquanto representação de uma fração de classe industrial do setor produtivo de celulose e papel.

Como fontes expressivas para o entendimento das dimensões políticas da história social da empresa, usaremos atas de reuniões de entidades de classe e órgãos técnicos, discursos, correspondências e relatórios. Através do cruzamento dessas fontes buscaremos entender a logística da construção de uma hegemonia pelo grupo Klabin-Lafer como representante dos interesses políticos de uma fração de classe industrial que passava a exercer, após 1930, uma participação mais ativa no bloco no poder.

Entre as fontes usadas, destacamos: atas de reunião da diretoria e conselho diretor da Federação Industrial do Rio de Janeiro (1934-1945) e da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (1937-1942), atas e pareceres do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (1937-1943), atas da reunião da diretoria do Banco do Estado do Paraná (1931-1941), Discursos Parlamentares de

Horácio Lafer, Correspondências da diretoria das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose, Periódicos Comemorativos da Klabin, Evolução Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999), Relatórios do Ministério da Fazenda, gestão de Arthur de Souza Costa durante o triênio de 1940-1943, Pedro Luiz Correia e Castro (Exercício de 1946) e Manuel Guilherme da Silveira Filho (Exercício de 1949) e, os relatórios e mensagens dos Presidentes Getúlio Vargas e Eurico Dutra.

A partir de uma necessidade de elaborar um conceito através do qual seja possível analisar as múltiplas dimensões da prática política da burguesia industrial enquanto classe social, o esforço teórico que empreenderemos buscará construir a interpretação analítica de Wolff Klabin e Horácio Lafer como intelectuais orgânicos. Tendo por base o exposto, o que forma a natureza político-social da ação orgânica desses empresários e, por conseguinte, o que nos permite formar a base abstrato-formal do conceito, é a amplitude da mobilidade social que tiveram esses dois industriais como representantes dos interesses de frações de classe. A eficácia do raio de ação dessa ação orgânica depende justamente da intensidade da movimentação das lideranças do empresariado industrial no amplo e complexo circuito sociedade civil – sociedade política, com o propósito de participar na formulação das estratégias de construção de uma hegemonia com a classe a qual está vinculada. Para tanto, é essencial que os empresários que assumiram o papel de liderança orgânica tenham capital social político suficiente para fazer com que o Estado, atenda as suas demandas de classe. Isso significa expandir o poder político da classe no interior do Estado, ou seja, a sua capacidade de traduzir para além do espaço da fábrica a concretude política de seus interesses de classe. Os industriais pesquisados agiram desta forma para galgar uma posição de dominação e, posteriormente, construírem as bases sociais de sua hegemonia.

Nesse sentido, procuramos estudar a História Social da Klabin enquanto empresa buscando sempre considerar a ação política dos empresários da *Klabin Irmãos & Cia* (com destaque para Wolff Klabin e Horácio Lafer), em seu papel como agentes políticos, artífices de uma engenharia sociopolítica da hegemonia grupo do qual tornaram-se representantes e, inclusive, lideranças industriais. No que se refere à História Social de uma Empresa e as relações políticas dos empresários que a compõem, destacamos que a conquista de uma posição de dominação mais ativa na sociedade

política implica tomar o lugar de classes industriais rivais, no caso da Klabin é expressivo a rivalidade com os Matarazzo, que será explorada nos capítulos a seguir.

AS ORIGENS DA KLABIN IRMÃOS & CIA

Embora o recorte de nossa pesquisa priorize o período de 1930 a 1950, compreendendo a participação da segunda geração dos empresários do grupo no processo de construção das Industrias Klabin do Paraná de Celulose, não podemos deixar de abordar, ainda que brevemente, da primeira geração dessa família de imigrantes.

A trajetória dessa família no Brasil se iniciou quando o primeiro deles: Maurício Klabin, desembarcou de um navio no porto de Santos (SP) no final do ano de 1889. Aos 29 anos de idade, Maurício – assim como muitos imigrantes – vinha em busca de um país que lhe pudesse oferecer melhores oportunidades para reconstrução sua vida. O que significava, por extensão, mais liberdade para exercer as atividades comerciais. Ele era originário da Posselva, uma pequena comunidade de judeus lituanos, e saiu de lá foragido porque comprou de uns nobres falidos uma propriedade coberta *por uma densa floresta*⁶ no intuito de negociar a madeira. No entanto, de acordo com uma determinação do Czar Alexandre III, os judeus estavam proibidos de se tornarem proprietários de terras. Ao ser denunciado, Maurício precisou fugir.

A Inglaterra foi o primeiro país para onde foi, no intuito de reconstruir a sua vida. Quando chegou lá, adotou um segundo nome, e passou a assinar: Mauricio Freeman Klabin. Permaneceu neste país apenas tempo o suficiente para trabalhar por um período que lhe permitiu juntar uma certa quantia em dinheiro, já havia percebido que a Inglaterra não mais oferecia boas oportunidades de trabalho, havia muita gente para pouco trabalho. Ao ler um jornal londrino viu um anúncio informando que o governo brasileiro fornecia passagem gratuita para aqueles que se dispusessem a vir para o Brasil trabalhar na lavoura. Decidido a vir, vendeu os bens que tinha obtido e comprou 20 quilos de tabaco, papel e ferramenta para fazer cigarros, e embarcando na terceira classe de um navio partiu para o Brasil.⁷

⁶Sobre Mauricio Klabin Cf.: CONY. e LAMARÃO, 2001. pp. 32-49. Cf ainda: **Klabin 100 Anos**. Publicação comemorativa dirigida aos funcionários das empresas Klabin – Dezembro / 99. (Periódico Comemorativo da empresa); e: **Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)**, ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

⁷Idem, ibidem. p. 36

Mauricio soube que nas imediações de Santos estava se alastrando uma epidemia de febre amarela, antes de desembarcar tinha ouvido boatos de que o Estado do Rio de Janeiro – seu destino inicial – já havia sido tomado pelo surto epidêmico. O navio acabou mudando seu rumo para a capital paulista onde se ele desembarcou, e com nove libras esterlinas, 20 quilos de tabaco, papel fino e material para enrolar cigarros deu início a sua nova vida. Fez contato com alguns judeus que estavam radicados mais tempo no país, e contou com a ajuda deles para melhor se familiarizar com a cidade e o idioma.

Como primeiro negócio, começou a fazer cigarros de papel fino para vender para estabelecimentos comerciais e albergues. Como não se tratava de um fumo enrolado em palha – como era usado até então – a novidade teve excelente procura e vendeu tanto que não tardou a acabar o estoque inicial. Enquanto não chegava da Inglaterra o tabaco e o papel fino que havia comprado, começou a trabalhar na tipografia de um casal que tinha conhecido. Com o passar do tempo, ele notou que a produção local de artigos de papel estava crescendo e se interessou pelo negócio. Sendo os proprietários um casal em idade avançada, e que não dispunha de herdeiros, eles acabaram vendendo a firma para o Maurício.

Ele abriu a firma denominada *M.F. Klabin e Irmão* em meados da década de 1890, e com a chegada de outros membros da família e sua noiva em abril de 1899 essa empresa se transformou numa típica empresa familiar, mudando sua razão social para *Klabin Irmãos & Cia* – KIC. Tratava-se de uma empresa especializada na venda de papel e artigos de escritório, que eram importados. Livros-caixa e para atas de reunião, papel de seda e para escrever, papéis para discos telegráficos e para bilhetes e panfletos, mata-borrão, canetas, cartões, cartolinas e papelão, baralhos, confetes, serpentinas, papel de embrulho e cadernos eram muito procurados pelos centros urbanos, com suas atividades comerciais, bancárias e industriais em crescente expansão e cada vez mais sofisticadas. Havendo ainda a procura desses artigos pelas repartições públicas, que integravam uma fatia desse rentável comércio. Era um negócio competitivo, no qual frações de uma burguesia nele interessadas não apenas disputavam o lugar nesse mercado como também buscavam se unir para resistir à falta de proteção para as empresas nacionais.

Embora o grupo pesquisado tenha a sua origem no setor comercial, seus interesses os levaram a investir, cada vez mais, no setor industrial. Uma experiência importante para a KIC foi arrendamento (1902-1907) da fábrica *Companhia Papel de*

Salto, localizada na região de Itu, Estado de São Paulo. Essa fábrica foi inaugurada em 1889 pela empresa *Melchert & Cia*⁸, e produzia artigos como impressos, confetes e papel para embrulho.⁹ Esse negócio representou um marco inicial, pelo qual a primeira geração de empresários da família Klabin¹⁰, que até então atuavam como comerciantes de artigos importados, obteve uma experiência de cinco anos na administração de uma indústria papelreira. Podemos afirmar certamente que durante período em que a fábrica foi arrendada pela KIC, os empresários do grupo tiveram a oportunidade de lançar as bases de obter o conhecimento em uma atividade fabril específica, adquirindo os conhecimentos necessários a administração e investimento no setor industrial que, no curso dos anos 1930 e 1940, tornar-se-ia um dos seus maiores investimentos.

Passado este período de aprendizado, a *Klabin Irmãos & Cia* estava pronta para arriscar seu capital na obtenção de uma fábrica própria. Este primeiro empreendimento industrial foi feito em 1909, quando efetivamente ocorreu a sua entrada nesse setor. De 1909-1914 os Klabin investiram na montagem Companhia Fabricadora de Papel – CFP. Foi um investimento expressivo e ambicioso para a época, pois essa fábrica contava não apenas com um maquinário comprado na Europa como também com técnicos especializados na operação dessa tecnologia. Em 1914, a KIC estava produzindo em sua própria fábrica.¹¹ Essa primeira unidade fabril do grupo localizava-se em São Paulo, no bairro de Piracicaba. Consta que em 1918 essa fábrica estava bem equipada. Possuindo uma máquina

para produzir papel, duas para papelão e outras máquinas auxiliares e acessórios. Estava também equipada com uma máquina para produzir pasta de madeira, sendo a primeira e, na época, a única com essa condição. Sua capacidade de produção diária era de cinco toneladas de pasta mecânica; doze toneladas de papel embrulho, papel colorido para impressão e para escrever e dez toneladas de papelão e cartolina.¹²

⁸Essa firma pertencia aos sócios Antônio Melchert, Carlos Melchert e Manuel Lopes de Oliveira. Cf. **A História das Indústrias de Celulose e Papel no Brasil**. Edição: Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel. pp. 28-30.

⁹**Evolução da Estrutura...** E ainda as fontes citadas na nota um (1) desta Introdução.

¹⁰No caso, os irmãos Maurício Klabin, Salomão Klabin e Hessel Klabin, e o primo Miguel Lafer. Cf. fontes mencionadas na nota um (1).

¹¹Em meados da década de 1900, a KIC enviou para Europa Maurício e Salomão Klabin, os dois sócios mais ligados à produção. Cabia-lhes a incumbência de comprar e trazer para o Brasil o que havia de mais avançado na tecnologia para a produção de papel. Cf. periódico comemorativo do centenário da empresa, citado na nota um (1).

¹²SUZIGAN, 2000. pp. 301-302.

Embora a indústria papelreira possa ser considerada antiga no Brasil e ainda que tenham surgido muitas fábricas de papel ainda nas décadas de 1830 e 1840 no Rio de Janeiro e Bahia respectivamente, no final da década de 1930 essa indústria estava longe de atingir o seu pleno desenvolvimento. A matéria prima celulose, era quase toda importada e isso limitava o desenvolvimento desse setor industrial. A primeira fábrica do grupo Klabin estava sujeita a esta dependência.¹³

Nas duas primeiras décadas do século XX, as baixas tarifas alfandegárias para a compra de papel importado significavam uma limitação para as indústrias produtoras de papel instaladas no Brasil – principalmente aquelas interessadas na produção de papel imprensa. A lei nº 1616, de 30 de dezembro de 1906 estabelecia que o papel importado em bobinas e que fosse destinado à impressão de jornais em máquinas rotativas, pagaria somente uma taxa de dez réis por quilo. Esta lei criou uma oposição entre os interesses de uma burguesia mercantil cujos negócios se concentravam na importação de papel importado em bobinas para vendê-lo, principalmente, as empresas jornalísticas; e as frações de uma burguesia industrial que investia na produção de artigos de papel em suas fábricas.

Para defender-se contra o privilegio que beneficiava firmas importadoras, empresas jornalísticas e mesmo fábricas de papel estrangeiras (financiadas capital estrangeiro) era preciso construir alianças com as quais se poderia contar em momentos difíceis. O que equivale dizer que era primordial que os representantes da burguesia industrial dos artigos de papel, papelão e cartonagem encontrassem os meios que lhe fossem adequados para acumular capital social suficiente para, uma vez tornando-se capital político, viabilizar a formulação de um projeto hegemônico. Inicialmente, esse tipo de acumulação de capital, que com a segunda geração de empresários da Klabin se materializou em poder político, se iniciou no interior da sociedade civil – sobretudo nas associações industriais. Ele se dava através da ampliação do circuito das relações sociais entre empresas / empresários associados / sociedade civil / sociedade política. Nesse sentido, é expressiva a carta que os industriais do papel do Estado de São Paulo escreveram para o Deputado Cincinato Braga, na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro:

São Paulo, 23 de agosto de 1917.

Exmo. Senhor Doutor Cincinato Braga

¹³ **Idem, Ibidem.** p. 300.

Câmara do Deputados
Rio de Janeiro
Respeitosas Saudações.

Não nos causou surpresa a atitude assumida por V. Excia. ante o pedido de uma concessão que, á custa do Tesouro Federal, visa o aniquilamento da Indústria do Papel, atualmente existente no País, e nem tampouco, o brilhantismo com que a soube austentar, pois, de há muito que nos habituamos a ver em V. Excia. um dos mais competentes e dedicados representantes da Nação, tais, tantos e de tal monta os serviços que lhe há prestado.

E, no caso, á clarividência de V. Excia. não passou despercebido que o capital estrangeiro terá forçosamente de procurar a aplicação entre nós na indústria do papel e tanto isto é verdade que ele já aqui se encontra e é para pô-lo ao abrigo da concorrência que se pede a concessão, obtendo a isenção de impostos para todos os maquinismos, tintas e toda a matéria prima que vai importar.

Não será difícil a V. Excia. saber que o impetrante da concessão representa os interesses de uma empresa estrangeira que já entrou a explorar a indústria do papel e que ora tenta esse audacioso golpe, naturalmente [parece] estar informada de quanto se passou no período presidencial anterior, que nos legou um grande déficit de mais de 700 mil contos trazendo como consequência o novo funding, cuja solução está exaurindo todas as forças produtoras do País.

A carta postada para o referido deputado representa um momento nessa acumulação de capital político, pela qual os industriais buscavam fazer contato com representantes da sociedade política e, nesse sentido, estabelecer uma relação de proximidade com pessoas cujo poder era essencial para defasa de seus interesses de classe. Cincinato Braga era uma expressiva liderança orgânica na sociedade política, posto que em 1917 ele já contava com o devido conhecimento acumulado durante seus anos de ação como parlamentar.¹⁴ O documento mostra que existia uma organização da parte dos industriais do setor produtivo papelero, que se apresentavam como fabricantes de papel nacional. Portanto, quando a família Klabin investiu na montagem de sua primeira fábrica, a chamada *Companhia Fabricadora de Papel*, não estava apenas investindo em um setor bastante lucrativo como, também, muito competitivo e que tinha uma organização de classe.

No final da primeira década do século XX o setor fabril papelero era composto por um considerável número de indústrias que produziam artigos de papel. Cabe ressaltar que algumas dessas fábricas de papel eram bastante antigas, havendo entre elas uma significativa concorrência. A título de exemplo: *Companhia Melhoramentos de São Paulo*, fundada em 1887 por Antônio Proost Rodvalho; *Companhia Papel do Salto*, fundada em 1889 pelos irmãos Antônio e Carlos Melchert,

¹⁴Ele foi deputado federal por São Paulo nos seguintes períodos: 1892-1902; 1902-1923; 1935-1937. Foi, ainda, constituinte em 1934. Braga presidiu o Banco do Brasil no biênio de 1923-1925. Cf. DHBB.

proprietários da empresa *Melcher & Cia* e a *Indústria de Papel e Papelão Sturlini Matarazzo & Cia*, instalada em Osasco, SP, em 1908.¹⁵ A sobrevivência de uma empresa no setor dependeria da rede de alianças que os empresários pudessem construir. O fortalecimento político do grupo Klabin assim como sua expansão no setor industrial papelero apenas foi possível devido às alianças feitas pelos empresários da KIC. O investimento na construção das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose no Primeiro Governo Vargas apenas foi possível porque a KIC acumulou um sólido capital político, lastro de seu poder empresarial. Trataremos desse assunto no primeiro capítulo, mostrando de forma mais detalhada o processo que culminou com a construção das Indústrias Klabin do Paraná.

O outro trecho da carta escrita para Cincinato Braga apresenta a organização dos industriais do papel e suas reivindicações:

A indústria do papel tem conseguido desenvolver-se paulatinamente, vencendo sempre grandes dificuldades, pois, jamais gozou de tarifas protetoras. Ainda hoje, ao lado do papel assetinado, sujeito a uma taxa relativamente pequena, está passando pelas nossas Alfândegas, pagando muito menos que a matéria prima, o papel de impressão com que se abastecem fartamente as padarias, confeitarias, açougues e o comércio em geral.

Por isso, a notícia daquela pretensão, advogada alias por uma pequena parte da nossa imprensa, veio trazer-nos sérias apreensões. Agora desfeitas pelo luminoso parecer de V. Excia. como relator da Comissão de Finanças, cujas conclusões não podem deixar de ser aceitas pelo Congresso Federal, na salvaguarda dos interesses vitais na Nação.

E, desta sorte, V. Excia., ao mesmo tempo que defendeu o Tesouro Nacional, conseguiu rebater o certo golpe que nos alvejara, pelo que vimos apresentar-lhe os protestos de nosso reconhecimento, subscrevendo-nos com a máxima consideração e alta estima, amigos e admiradores atentos e obrigados.

Insatisfeitas com os privilégios com os quais contavam os importadores de papel, em 28 de março de 1917 três grandes indústrias que fabricavam artigos de papel, entre elas a CFP do grupo Klabin, enviaram uma carta a João Pandiá Calogeras, então Ministro dos Negócios da Fazenda.

Exmo Senhor Doutor João Pandiá Calogeras¹⁶
D. D. Secretário da Fazenda

Rio de Janeiro

¹⁵Cf. **A História da Indústria de Celulose e Papel no Brasil**. Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel.

¹⁶ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Exmo Senhor !

Apesar de serem claras e insofismáveis¹⁷ as disposições das leis aduaneiras, apesar das reiteradas instruções contidas nas circulares expedidas por V. Excia. e pelos seus dignos antecessores, não tem sido possível até o presente conseguir, das nossas Alfândegas, a aplicação das tarifas relativas ao papel importado.

No intuito de proteger e desenvolver entre nós a instituição da imprensa, a indústria jornalística, a impressão e divulgação do jornal, estabeleceu a lei nº 1616, de 30 de Dezembro de 1906 que o papel importado em bobinas e que for destinado à impressão dos jornais em máquinas rotativas, só pagaria a taxa de 10 réis por kilo.

(...) Não sendo importado em bobinas, não sendo destinado à imprensa, o papel estrangeiro não gozaria de tarifa privilegiada. Nada mais claro.

Assim, porém, não tem entendido as comissões de tarifas que, para os importadores de papel, sempre foram de uma indulgência, de uma liberalidade, de causar estranheza. O papel que o próprio importador declarava ordinário para embrulho, pedindo a tarifa de 200 réis, era despachado pelas referidas comissões como papel comum para jornais, sujeito à taxa de 10 réis.

Finalmente, a lei nº 3.213, de 30 de Dezembro de 1916, em seu art. 3º § 1º concedeu plena isenção de direitos de consumo e expediente para o papel destinado à impressão de jornais, periódicos e revistas, tendo ainda V. Excia. expedido a circular de 9 de Janeiro último, dando as instruções necessárias à sua boa execução.

O referido imposto de 10 réis, portanto, não existe mais.

O papel destinado à Imprensa é completamente isento de direitos. O papel destinado a outros misteres mesmo que seja importado em bobinas e se preste para impressão de jornais, incide de tarifa comum. Parece que isto não padece duvida.

Entretanto, no 'O Estado de São Paulo' de 3 de fevereiro findo, na Seção – Alfândega de Santos – se encontram os despachos seguintes: – Nº 101 A – C. Vasconcelos & Cia. Despacharam pela nota de importação 52.257 envoltórios de papel comum para jornais, da taxa de 10 réis por kilo. Decisão: A Comissão considera bem despachado. Nº 102 – Amadeo Frugoli & Cia. despacharam pela nota de importação... 2.757 fardos contendo papel comum para impressão de jornais, da taxa de 10 réis o kilo, do art. 612 da tarifa.

Trazendo ao conhecimento de V. Exa. esses fatos, os fabricantes de papel do Estado de São Paulo que, lutam contra a proteção que há tantos

¹⁷Tomamos a liberdade de fazer algumas alterações ortográficas, ajustando algumas palavras à grafia utilizada atualmente. A palavra insophismáveis, por exemplo, teve o PH substituído pelo F.

anos por aquela repartição a importação do papel estrangeiro, acredita sinceramente que V. Exa. tomará as providências precisas para obrigar os funcionários aludidos a cumprirem fielmente a lei. Deus guarde a V. Exa.

São Paulo, 28 de Março de 1917.

(a) Companhia Melhoramentos de São Paulo.
Companhia Fabricadora de Papel.
Companhia Indústria Papéis e Cartonagem.¹⁸

Através desse documento três grandes indústrias de papel se uniam para tentar proteger seus interesses frente aos benefícios que tinham as empresas importadoras que negociavam com papel importado. O outro alvo da reclamação era a relativa liberdade que tinham as empresas jornalísticas para importar papel imprensa, valendo-se de benefícios aduaneiros. Segundo os fabricantes de papel, a liberdade de importação que beneficiava os empresários da imprensa era prejudicial à indústria de papel, disso resultando seu lento desenvolvimento, sobretudo os das fábricas capazes de produzir papel imprensa. Nesse sentido, era essencial estabelecer um diálogo com o Ministério da Fazenda, buscando obter um apoio político que pudesse respaldar seus interesses econômicos. Os fabricantes do papel, em ofícios emitidos através do Centro do Comércio e Indústria de São Paulo, datado de 27 de Agosto de 1917, afirmavam não ser “(...) possível (...) conseguir das nossas Alfândegas a aplicação das tarifas relativas ao papel importado.”¹⁹ Tal fato se explicava porque no intuito de organizar as finanças, ao assumir a Pasta da Fazenda em Junho de 1915, Calógeras²⁰ fez um acordo com os credores estrangeiros, pelo qual o Ministério de Fazenda estava impedido de exercer controle sobre as alfândegas brasileiras.

Ao assumir o Ministério da Fazenda após a demissão solicitada por João Pandiá Calógeras, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada deu prosseguimento à mesma política econômica implementada por seu antecessor. Do mesmo modo, ele não poderia interferir na alfândega, por conta do acordo feito por Calógeras com credores estrangeiros. Diante disso, o Ministro Antônio Carlos, em resposta a representação que os Fabricantes de Papel Nacional enviaram ao Ministro da Fazenda, escreveu o seguinte ofício:

¹⁸ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

¹⁹ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²⁰Cf. Verbete sobre João Pandiá Calógeras em **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. (DHBB) RJ: FVG / CPDOC, s.d., (versão em multimídia).

Em 17 de novembro de 1917²¹

Sr. Presidente do Centro do Comércio e Indústria de São Paulo

Respondendo aos officios desse Centro de 28 de março e 30 de agosto do corrente ano, cabe-me comunicar-vos que a lei n.3.213, de 30 de dezembro de 1916, não aboliu o imposto do papel para impressão de jornais, como supõem os industriais de papel nesse Estado, apenas isentou as empresas jornalísticas do pagamento dos direitos de importação do papel destinado à impressão dos jornais.

Devo ainda acrescentar que não está na esfera do Poder Executivo e, sim, na do Legislativo, estabelecer novas medidas de proteção ou amparo à indústria do papel destinado aos jornais.

Saudações.

Antônio Carlos

Ao buscar defender seus interesses frente à ação de firmas importadoras, os fabricantes de papel se organizaram a partir da sociedade civil, buscando se organizar politicamente enquanto classe burguesa industrial. No entanto ao iniciarem sua ação política de classe a partir de sociedade civil, os fabricantes de papel direcionavam suas ações para a órbita da sociedade política, a exemplo do Legislativo e do Executivo. Embora o esforço político empreendido por esta fração da burguesia industrial tivesse uma dimensão orgânica a política ao longo das décadas de 1910 e 1920, apenas a partir dos anos 1930 surgiriam às condições favoráveis para uma expressiva expansão do setor fabril de celulose e papel. É importante observar uma característica comum da origem empresarial de muitos industriais desse setor – inclusive o grupo Klabin. Conforme observamos mais acima, tanto o capital quanto o empresariado que investiu na indústria de celulose e papel originou-se a partir atividade empresarial de importação e comércio de papel e tipografia, realizado por imigrantes. A sociogênese de empresas como a Klabin Irmãos & Cia se deu “a partir da comercialização de papel importado, passando por atividades gráficas até evoluírem para a fabricação de papel.”²²

Os interesses da firma Klabin priorizavam a consolidação no setor papeleiro, atuando no mercado de artigos de papelaria e, ainda, visando uma expansão no setor fabril através da *Companhia Fabricadora de Papel*, localizada em São Paulo – Santana. Segundo o relatório da Klabin²³:

²¹ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²²HILGEMBERG e BOCHA, Revista Análise Econômica, ano 19, n. 36. pp. 146-147.

²³**Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)**, ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Por volta de 1918, Klabin Irmãos & Companhia - KIC, transferiu a tipografia Empreza Graphica Klabin, da rua Brigadeiro Tobias, para área localizada ao lado da CFP. Posteriormente, estas instalações passaram a ser conhecidas como setor Ponte Grande Klabin- PGK, ficando responsável pela fabricação de bilhetes de trem, baralhos e papel couché, funcionando como filial de KIC. A partir do crescimento da produção de papel e celulose do Grupo Klabin, as atividades da Empreza Graphica Klabin foram diminuindo, passando apenas a atender à demanda interna.

A partir do início das atividades dessa primeira unidade fabril da *Klabin Irmãos & Cia*, os interesses do grupo empresarial direcionavam-se cada vez mais para o setor industrial voltado para a produção de papel. Durante a década de 1920, os negócios da família expandiram-se, resultando em uma transformação bastante expressiva para os interesses da KIC: à mudança na composição do capital social da empresa, conforme veremos adiante. “Em 1924, a *Companhia Fabricadora de Papel – CFP* destacava-se entre as três maiores fábricas do setor papelero do Brasil, alcançando o objetivo proposto pelo Grupo de se fortalecer neste seguimento do mercado.”²⁴

No transcorrer da década de 1920 a KIC passou por mudanças em sua composição social, vindo a compor seu quadro membros da segunda geração da família, que passaram a comandar a organização da KIC. Assim:

Nesta década, entra para a sociedade Wolff Kadischewitz Klabin, filho de Fanny, irmã caçula de Leon Klabin, pai de Maurício F. Klabin. Wolff, já trabalhava em KIC como vendedor externo e era acionista de Companhia Fabricadora de Papel - CFP.

Com a expansão dos negócios, em 1920, foi instalado o escritório de Klabin Irmãos e Companhia - KIC, no Rio de Janeiro - Capital Federal. Tendo a frente Wolff Klabin, o estabelecimento transformou-se em importante suporte da empresa.

Em 1928, o capital social de KIC ficou dividido entre os sócios-gerentes Hessel Klabin, Salomão Klabin, Wolff Klabin e Horácio Lafer, que entrava como herdeiro de seu pai, Miguel Lafer.²⁵

Portanto, embora os anos 1920 tenham sido significativos para o crescimento dos investimentos da empresa, foi, porém, no decorrer dos anos 1930 e 1940 que a KIC expandiu seu poder empresarial, buscando ampliar e diversificar os investimentos dos Klabin-Lafer em muitos setores produtivos, conforme veremos no

²⁴**Evolução da Estrutura Administrativa...** ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. Cf. ainda SUZIGAN, 2000. pp. 301-303.

²⁵**Evolução da Estrutura Administrativa...** ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

decorrer dos capítulos a seguir, onde aprofundaremos a história social da empresa e dos empresários anteriormente mencionados. Cabe destacar que a conjuntura que se abriu a partir de 1930 criou as condições para que o referido grupo empresarial aumentasse seu poder econômico e político. As relações sociais dos empresários tornar-se-iam mais complexas, na medida em que os investimentos da empresa afastavam-se de uma esfera que estava predominantemente circunscrita as relações familiares, posto que novos atores exógenos as relações sociais do núcleo familiar iam se envolvendo no circuito de relações sociopolíticas da Klabin.

Ao fugirem da Rússia czarista do final do século XIX, os membros da primeira geração dessa família acabariam por transcender sua condição inicial de burguesia mercantil marginalizada para tornar-se, uma vez instalada no Brasil, em uma próspera burguesia industrial. Segundo as palavras de Landes (2005:10), “os emigrantes descobriram-se flutuando numa sociedade móvel. Alguns progrediram lentamente, de geração à geração. Para muitos, a instrução foi o caminho para atingir um status superior (...)”. No caso dos Klabin-Lafer de primeira geração, seu tempo representou o período de adaptação social seguido da fundação e amadurecimento do grupo empresarial Klabin na descoberta das condições apropriadas para fazer-se classe dominante em um país desconhecido, tendo como ponto de partida a sociedade civil. No que se refere ao papel atribuído ao nível de instrução como meio de galgar uma posição superior na hierarquia empresarial e, por conseguinte, político-social, essa tarefa coube a segunda geração: Horácio Lafer e Samuel Klabin – conforme veremos nos capítulos seguintes.

Capítulo I

KLABIN: OS EMPRESÁRIOS, AS RELAÇÕES SOCIAIS E O PODER POLÍTICO (1930-1935)

1.1 – A Construção da hegemonia: o papel estratégico da sociedade civil

Em 1930 a família Klabin-Lafer formava um expressivo grupo empresarial que se destacava não apenas na venda de artigos de papelaria como também no setor industrial, atuando inicialmente nos setores produtivos de papel, louças sanitárias e posteriormente, celulose destinada à produção de papel imprensa. A da referida família de empresários obteve, durante esse período no qual o país passava por significativas mudanças no cenário econômico e político, as condições essenciais para criar as bases orgânicas apropriadas para uma dominação política. É importante observar que a ascensão política do grupo empresarial Klabin nos aparelhos de Estado ocorreu em meio a conjuntura da crise de hegemonia que se abateu sobre a burguesia primário exportadora durante os anos 1930, viabilizando uma gradativa ascensão da burguesia industrial a uma posição mais ativa como classe dominante no Estado, que passava a exercer uma política mais centralizada. Assim o poder político do grande domínio rural sofria uma erosão em suas bases econômicas e sociais, abrindo espaço para a perda de terreno na sua condição de classe dirigente e, portanto, hegemônica.

A expansão da KIC como empresa está relacionada à atuação política dos primos Wolff Klabin e Horácio Lafer. Entendendo-se, neste caso, que a atividade política não se restringe às instituições da sociedade política, seja nos circuitos do legislativo seja nos do Executivo Municipal, Estadual e Federal. Analisando, por exemplo, as relações sociais estabelecidas pela segunda geração de burgueses industriais, pode-se perceber quais caminhos foram trilhados e quais foram às estratégias adotadas para a construção do que, nas duas décadas após 1930, tornar-se-ia

um sólido poder político. Horácio Lafer²⁶ atuou tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, foi deputado e ministro. Poderíamos afirmar que Horácio tornou-se um habilidoso artífice político da hegemonia, devido a sua atuação na vida pública.

Quanto a Wolff Klabin, embora ele não tivesse buscado se profissionalizar como político, dedicando-se a vida pública tal qual Horácio, não se pode, entretanto, atribuir menor importância ao papel social por ele desempenhado como um empresário que, mesmo seguindo uma trajetória política distinta do primo, nem por isso foi menos expressiva. A atuação dele como representante de sua família no interior das entidades de classe foi importante porque significava a consagração nos espaços institucionais da sociedade civil, abrindo, por conseguinte, perspectivas de acumulação de capital político, essencial para a obtenção da hegemonia. Esse tipo de capital simbólico ocorre na forma dos múltiplos contatos estabelecidos através das relações sociais, a exemplo de casamentos, amizades e sociedades estabelecidas. Não se pode esquecer, portanto, da importância que as relações sociais desempenham na ação política, pois a obtenção de determinados contatos e amizades pode transformar-se em matéria prima para que uma classe obtenha o poder político.

Encontramos registro da atuação política de Wolff Klabin nas atas de reunião da Federação Industrial do Rio de Janeiro (FIRJ) e nas da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF), e, ainda, no Sindicato dos Industriais do Papel (SIP), do qual foi um dos representantes.²⁷ Considerando-se que “a vida social é rica em instituições”²⁸ e que estas articulam-se em muitas atividades, entendemos que os contatos feitos por esses dois empresários foram importantes na esfera sociopolítica para a construção da hegemonia por Wolff e Horácio, que assumiram o papel de intelectuais orgânicos de uma fração de classe.

²⁶O empresário Horácio Lafer teve uma longa trajetória na vida pública. Quando em 1934 se formou o Partido Constitucionalista, liderado por Armando Sales de Oliveira, Horácio ingressou na nova legenda, sendo eleito deputado federal em outubro de 1934 por São Paulo, iniciando a legislatura em maio de 1935. Durante o Estado Novo, Lafer retornou a se dedicar a suas atividades empresariais no grupo Klabin-Lafer, não deixando, porém, o exercício das atividades públicas. “Foi membro da delegação brasileira presente à III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio, de 13 a 28 de janeiro de 1942, encontro do qual resultou o rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e os países do eixo.” A partir de 1943, Lafer fez parte do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, se mantendo no cargo até 1950. Após 1945, com o retorno das organizações partidárias, ele se filiou ao Partido Social Democrático, ao qual se manteve vinculado por toda sua vida pública. Tornou-se a se eleger Deputado em dezembro desse ano. Exerceu outras atividades, tendo sido Ministro da Fazenda no Segundo Governo Vargas. Cf. Verbete Biográfico no BHBB. s.d. – versão em multimídia; LAFER, 1988, pp. 29-36.

²⁷Biblioteca da Firjan. **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, Atas da Diretoria (1930-1945); Atas das Reuniões do Conselho de Representantes da **Federação dos Sindicatos da Indústria do Distrito Federal** (1937-1944).

²⁸GRAMSCI, 2004, p.247.

Não obstante a origem de KIC como empresa em 1899 e sua entrada no setor industrial de fabricação de papel, por conta da montagem de uma fábrica própria ainda no período de 1909-1914, somente a partir dos anos 1930 é que surgiriam as condições para que os empresários da família Klabin ocupassem os espaços necessários a sua ascensão política e empresarial. A crise de hegemonia entre as oligarquias, que resultou na revolução de 1930, criou as condições para que houvesse uma construção da hegemonia por parte das novas classes que se apoderaram do controle dos aparelhos estatais. A autoridade do Novo Estado teria necessariamente que emergir a partir das variáveis coerção e consenso. Cabe ressaltar que na dialética do poder tanto o consenso quanto à coerção fazem parte do jogo político do qual emerge a construção de uma ordem hegemônica.

Neste caso, uma nova organização do bloco no poder fez com que as frações burguesas, antes marginais na vida político-social brasileira, fossem chamadas para participar mais ativamente no interior desse Estado. Se não se pode dizer que as burguesias industriais, financeiras e comerciais exerciam de fato o governo, seria imprudência negar que sua participação na política nacional tivesse aumentado a partir de 1930. Neste caso, deve-se distinguir entre governo e poder político. Embora uma classe possa estar no governo isso não implica necessariamente que ela terá o poder. No entanto, se as burguesias industriais não tinham o poder, certamente sua presença estava mais ativa no governo devido a sua participação ativa nas sociedades civil e política. A composição da burguesia industrial em um bloco no poder dependia da criação de uma unidade orgânica que fosse capaz de forjar as condições para a elaboração de uma ação política das classes, tendo suas lideranças a frente da formulação do projeto hegemônico.

Empresários como Roberto Simonsen (setores: têxtil, construção civil, financeiro e comercial) Euvaldo Lodi (setores: metalúrgico, têxtil, carbonífero, entre outros), Valentin Fernandes Bouças (entre outras firmas, representou no Brasil, até 1949, a *International Business Machines – IBM*), Guilherme Guinle (*Cia Docas de Santos, Companhia Siderúrgica Nacional* e setor financeiro), Fábio da Silva Prado (setor imobiliário, *Cia Brasileira de Materiais Ferroviários, Cotonifício Rodolfo Crespi* e *Cia Cimento Maringá*), Abelardo Vergueiro César (banqueiro), Pedro Demóstenes Rache (setores de prestação de serviços de engenharia, arquitetura, construções e de carpintaria), José Ermírio de Moraes (setores produtivos de cimento e cal: *Fábrica de Cimento Santa Helena*; ácidos sulfúrico e nítrico, éter e sulfato de sódio: *Companhia*

Nitro Química Brasileira; setor siderúrgico: *Usina Siderúrgica Barra Mansa*), Horácio Lafer (indústrias de cerâmica e papel, e setor comercial: artigos de papelaria e escritório) e Arthur de Souza Costa – banqueiro e Ministro da Fazenda (1934-1945) tiveram importantes participações políticas no Primeiro Governo Vargas. Embora inicialmente uma fração da burguesia industrial – sobretudo a paulista – não tivesse apoiado a revolução que levou Getúlio Vargas à Presidência da República, uma vez instalado o novo governo, ela não demorou a se apresentar como uma valiosa colaboradora. Alguns empresários, no entanto, tiveram uma ativa participação nas articulações políticas que culminaram com o afastamento de Washington Luís. Como foi o caso, por exemplo, de Euvaldo Lodi.

Não estamos afirmando que a atuação política da burguesia industrial enquanto classe se iniciou a partir do Primeiro Governo Vargas. Tal afirmativa seria um grande equívoco. Desde os anos 1920, a fundação de aparelhos privados de hegemonia como o Centro das Indústrias do Estado da São Paulo (Ciesp) e ainda através de locais como o Clube de Engenharia a burguesia buscava construir um espaço próprio para fazer-se como agente político. No entanto, a década de 1930 abriu novas perspectivas de atuação sociopolítica.

Na economia, não obstante a crise mundial desencadeada em outubro de 1929 nos EUA tivesse criado problemas como a acentuada restrição dos mercados consumidores dos produtos exportáveis (no caso, gêneros primários, a exemplo do café) assim como a interrupção do “afluxo regular de capitais estrangeiros, repercutindo profundamente no equilíbrio das contas externas do país e na sua situação cambial”, ao desfalcar o consumo de artigos importados a partir dessa instabilidade econômica surgiam condições de crescimento e expansão do setor produtivo industrial – financiado pelo sistema creditício de bancos nacionais, que se tornou “uma das principais molas do desenvolvimento industrial”²⁹ a partir de 1930. O Banco do Brasil ocupou lugar decisivo nesse processo, somando-se a alguns bancos privados.

O impacto da Depressão dos anos 1930 e da crise de hegemonia que rachou o pacto oligárquico Minas-São Paulo atingiu violentamente a hegemonia da burguesia cafeeira paulista. A inviabilidade de sustentação no poder político da burguesia agro-mercantil cafeeira abriu brechas no meio político, possibilitando uma maior amplitude de ação para os industriais nos espaços de atuação no interior dos aparelhos de Estado.

²⁹BEAUCLAIR, 1974, pp. 5-6

Ampliando sua atuação no interior do complexo sociedade civil / sociedade política, a burguesia industrial iniciou uma lenta preparação para exercer uma participação mais ativa no interior do dos aparelhos de Estado. Se as frações da burguesia agrária predominavam na vida pública, detendo a hegemonia no poder político, a conjuntura que se abriu a partir de 1930 viabilizou que a burguesia industrial tivesse uma participação mais ativa no arcabouço institucional que forma a ossatura política do Estado. Começou a partir de então, um longo processo de edificação hegemônica pelo qual os industriais buscavam se inserir nos múltiplos órgãos de Estado, participando da política estatal.

Para se consolidar neste espaço específico era preciso a ação orgânica de lideranças políticas, e nisso a burguesia agrária estava em vantagem, pois exercia uma posição ainda hegemônica, embora estivesse no epicentro de uma crise de hegemonia. Desde o começo da história republicana brasileira que as frações da burguesia industrial intensificavam o investimento para adquirir os saberes específicos à prática política. Ao cerrar fileiras no interior dos aparelhos privados de hegemonia, as frações burguesas construía a sua rede de contatos. As relações sociais são a espinha dorsal deste processo, pois a partir delas é que se pode fazer aliados propensos a cerrar fileiras em torno do mesmo projeto, somando forças para um objetivo comum: a hegemonia. Nessa luta política, a luta de classes pelo domínio dos instrumentos de poder faz parte de uma contenda pela concentração do capital político por uma determinada classe social.³⁰ Esse capital simbólico deve se entendido no campo das relações sociais, através das quais é possível fazer alianças que possibilitam maior participação e influência em instituições do Estado.

Não obstante a sua crescente atuação na vida pública no período de 1899-1930, foi durante o Primeiro Governo Vargas que se materializou a inserção da burguesia industrial em postos de comando que permitiam tanto a mobilização desta classe quanto à reprodução, no Estado, de estratégias políticas elaboradas pelos intelectuais orgânicos da burguesia industrial. Isto se inscreveu na lógica de acumulação de um capital político, através da simbiose entre a “rede de empresas industriais ou comerciais” com as muitas esferas do Estado.³¹

A formação de um grande número de organizações patronais que buscavam o reconhecimento do Estado era o indício de que, a partir do Governo Provisório, o

³⁰BOURDIEU, 2004, p. 179.

³¹Idem, 2004, p. 194.

poder político da burguesia industrial tornar-se-ia cada vez mais sedimentado. No entanto, embora os industriais não detivessem a hegemonia, eles certamente estavam para iniciar a construção dos alicerces da mesma. As frações burguesas que fizeram parte dos órgãos técnicos e consultivos que surgiram no período de 1930-1945 formavam os múltiplos Estados-maiores que deram contorno específico ao processo de industrialização brasileira no período em questão.

Embora não seja correto afirmar que a ação política da burguesia industrial enquanto classe se iniciou a partir do Primeiro Governo Vargas, pois tal pressuposto seria um grande equívoco cometido por parte por incautos pesquisadores que se aventurassem em desbravar as profundezas da História no referido período. Estamos convictos em afirmar que foi somente após 1930 que surgiram as condições para que a burguesia industrial empreendesse um projeto político de construção da hegemonia, o que não significou, entretanto, na sua conquista imediata. Os industriais começaram a formar seus aparelhos privados de classe durante a Primeira República, ao menos as mais expressivas entre eles formaram-se nesse período. Nos anos 1920, podemos perceber a formação daquelas que dariam origem às associações de classe industrial. A formação de aparelhos privados de hegemonia como o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) representam uma fase expressiva na organização da burguesia industrial, no intuito de aumentar o seu raio de atuação política.

Usando um conceito que explica melhor, podemos afirmar que se tratava de um ensaio para a construção de uma hegemonia pelo empresariado industrial. Ao servirem como um espaço adequado para que esta classe se fizesse como agente político, esses *aparelhos privados* foram os territórios onde se deu o aprendizado específico da organização da burguesia industrial, que buscava escolher suas lideranças. No entanto, foi a partir da década de 1930 que surgiram novas perspectivas de atuação sociopolítica para os empresários industriais. No que diz respeito à organização da burguesia industrial em suas entidades privadas, tal atitude representou a primeira iniciativa direcionada para uma ação política através da qual buscava-se a organização objetivando um maior grau de representatividade política.

Partindo da consideração de que a grande burguesia industrial não dispõe de um único partido, utilizando-se, na verdade, de todos os partidos disponíveis a sua ocupação, fica compreensível o modo pelo qual buscou-se ocupar os espaços em diversos órgãos na sociedade civil, ampliando assim a esfera de influência no interior

das associações de classe. Levando em conta tal afirmação, podemos constatar que a participação de Wolff Klabin na FIRJ faz parte de uma estratégia de ocupação de um espaço político bastante expressivo na correlação de forças que se abria a partir de 1930.

Foi durante o período do chamado Governo Provisório que Wolff Klabin começou sua participação na FIRJ, junto com outros industriais que representavam o setor produtivo papelero. É bastante representativo o registro da Reunião conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada a 12 de Abril de 1932, que está no Relatório da Diretoria da Federação Industrial do Rio de Janeiro. Reproduzimos, um trecho que representa o momento no qual Wolff, juntamente com outros empresários industriais do papel, teve sua filiação aceita pela FIRJ:

Reunião conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada a 12 de Abril de 1932
 Presidência do Dr. F. de Oliveira Passos
 Do expediente, entre outros assuntos, constatou o seguinte:
 – Ofício do Centro dos Fabricantes de Papel, pedindo a sua filiação à Federação Industrial
 (...) Filiação do Centro dos Fabricantes Nacionais de Papel (...).
 [O] Dr. Oliveira Passos comunicou que o Centro dos Fabricantes Nacionais de Papel, com sede nesta Capital, que contava em seu ativo uma grande messe de serviços à indústria e ao Brasil, havia solicitado a sua filiação à Federação Industrial e pedido o prazo de 30 dias para a indicação dos seus representantes no Conselho Diretor, bem como para a remessa da relação dos seus associados.
 A filiação do referido centro foi unanimemente concedida, sob vibrantes aplausos. (...) ³²

Pouco mais de seis meses depois, em reunião conjunta da Diretoria e Conselho Diretor da FIRJ, datada de 25 de outubro de 1932, recebeu um “ofício do Sr. Dr. [Pedro José] Pereira Travassos, presidente do Sindicato dos Industriais de Papel do Rio de Janeiro, indicando os seus representantes junto ao Conselho Diretor da Federação.”³³ O documento registra a ação política de um dos representantes da *Klabin Irmãos & Cia* (KIC), buscando consolidar sua posição como burguesia industrial naquele órgão da sociedade civil. Tratar-se-ia da posse em uma entidade de classe que constituía uma significativa arena para o embate de classes, em meio a um período no qual as frações da burguesia industrial buscavam compor um bloco orgânico que fosse capaz de dar sustentação as suas pretensões de formar-se como classe dirigente. Nesse

³²Acervo da Biblioteca da Firjan. Federação Industrial do Rio de Janeiro. **Relatório da Diretoria da Federação Industrial: apresentado à Assembléia Geral Ordinária do Ano de 1934**. Vol. II / Anais. RJ, Typ. do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1936. pp. 106-107.

³³Acervo da Biblioteca da Firjan. Federação Industrial do Rio de Janeiro. **Relatório da Diretoria da Federação Industrial...** p. 193.

sentido, entendemos que tanto Wolff Klabin quanto Horácio Lafer devem ser entendidos como intelectuais orgânicos que, cada qual a seu modo, buscaram construir as bases hegemônicas para o grupo empresarial do qual eram representantes.

Cumpramos observar que ao ser escolhido como um dos seus representantes desse setor, Wolff Klabin teve uma atuação central no que entendemos como sendo um momento no qual a empresa KIC buscava formular uma crescente organização de sua ação social. Portanto, os empresários representantes da Klabin buscavam efetuar uma ação social voltada para aumentar sua participação nos aparelhos de poder político do Estado³⁴ no intuito de orientar a luta política das frações de classe industrial do papel para as novas perspectivas abertas com início do Governo Provisório. Interpretando a ação elaborada pelos empresários dirigentes da referida empresa, poderíamos afirmar que a atuação política de Wolff e Horácio buscava orientar e formar a criação de uma unidade orgânica entre os industriais do setor fabril papeleiro, posto que se tratava de uma ação cujo propósito central era orientar e disciplinar esta classe, criando as condições sociais e políticas para a implementação de seu projeto hegemônico. Portanto, o ingresso desses dois industriais nas associações de classe representava uma das finalidades dessa ação, pela qual burcar-se-ia edificar os alicerces sociopolíticos sobre os quais a hegemonia seria construída. Segundo o referido relatório da FIRJ do ano de 1932:

A posse dos representantes do Sindicato dos Industriais de Papel do Rio de Janeiro – Iniciando os trabalhos, o presidente, Dr. Oliveira Passos, manifestou a viva satisfação com que declarava empossados os Srs. Dr. Antonio Bezerra Cavalcanti e Wolff Kadischewitz,[Klabin] como representantes do Sindicato dos Industriais de Papel do Rio de Janeiro, no Conselho Diretor da Federação Industrial.

Salientou quanto havia sido feliz a designação dos referidos delegados, que desfrutavam largo prestígio não só na adiantada indústria do papel, como também nos círculos sociais, [predizendo] quão proveitoso seria, no seio da Federação Industrial, o concurso dos Srs. Dr. Cavalcanti e Kadischewitz em prol do progresso, cada vez mais acentuado, da indústria brasileira.

O ato de posse dos representantes do Sindicato dos Industriais de Papel do Rio de Janeiro, – acrescentou o Dr. Oliveira Passos, – tinha a emprestar-lhe especial significação a presença do Dr. Pedro José Pereira Travassos, ilustre presidente daquela associação de classe e a quem tinha a satisfação de convidar para tomar lugar à mesa que dirigia os trabalhos.

O Dr. Pereira Travassos agradeceu em seu nome e no dos representantes do Sindicato dos Industriais do Papel as amáveis

³⁴GRAMSCI, 2004, p. 285.

expressões que acabavam de ser alvos reiterou o firme propósito em que se encontravam de cooperar, da forma mais eficiente possível, pelo amplo conagraçamento da família industrial brasileira, com o patriótico objetivo de incrementar o progresso do país.³⁵

Dentro dessa instável conjuntura dos anos 1930 foi que teve início o projeto de construção das IKPC, que tinha como objetivo produzir celulose para fabricar papel de modo a suprir as demandas do mercado brasileiro, abastecendo principalmente veículos da imprensa escrita. Foi a partir desse período que a segunda geração da família Klabin, que já gozava de prestígio e liderança no interior do grupo empresarial, projetou-se a uma posição social que colocou os empresários da *Klabin Irmãos e Cia* em uma confortável posição de poder político e econômico. Duas personalidades tiveram um papel muito importante, e até mesmo decisivo, para que os empresários da KIC pudessem construir sua fábrica em Monte Alegre, Estado do Paraná. Um foi o Manuel Ribas, o outro, o jornalista-empresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello. Cabe ainda ressaltar que, em concorrência com os demais representantes da burguesia industrial do setor produtivo de papel, o contato com Ribas e Chateaubriand era expressivo para que os Klabin-Lafer conseguissem executar, enquanto classe burguesa em ascensão, o seu projeto contra-hegemônico.

As fontes consultadas apontam a estratégica importância de Ribas e Chateaubriand para a família Klabin. No caso específico de Manuel Ribas, dele partiu a proposta para que o grupo empresarial voltasse sua atenção para o Paraná, informando da disponibilidade de uma vasta floresta rica em madeira e recursos naturais que potencializavam um investimento industrial de grande monta. Vejamos abaixo uma explicação mais detalhada de como e quando isso ocorreu. Assis Chateaubriand representou aliado e figura que preencheu com seu prestígio e poder, as necessidades do grupo Klabin na aquisição de seu poder político. Em artigo publicado em 14 de maio de 1932³⁶, intitulado “Indústria Brasileira”, Chateaubriand destacava uma visita que ele, o industrial Horácio Lafer, o major Barata³⁷, e mais alguns acompanhantes³⁸ fizeram ao Brás, para ver a fábrica Ítalo-Brasileira, empresa industrial do setor têxtil. Considerando

³⁵Acervo da Biblioteca da Firjan. Federação Industrial do Rio de Janeiro. **Relatório da Diretoria da Federação Industrial: apresentado à Assembléia Geral Ordinária do Ano de 1934**. Vol. II / Anais. RJ, Typ. do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1936. pp. 193-194.

³⁶CHATEAUBRIAND, 1998, Vol. 9. – Artigos publicados em 1932.

³⁷Tatava-se de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que foi Interventor do Pará nos períodos de 1930-1935 e 1943-1945. Cf. Biografia no DHBB.

³⁸Eram eles Felipe de Oliveira, Guilherme Weinschenck e José Ribas.

os interesses de Chateaubriand e da KIC em obter conhecimento sobre a viabilidade de produção fabril empregando fibras nacionais como matéria prima, isso explica a visita de Lafer a referida fábrica.

Foi a partir do ano de 1932 que se iniciou realmente o interesse do grupo Klabin em investir na construção de uma grande indústria de celulose e papel no Paraná. Nesse ano o interventor do Estado do Paraná, Manuel Ribas veio para a Capital Federal para encontrar o presidente Vargas, no intuito de resolver problemas administrativos. Conforme foi mencionado anteriormente, Ribas e Wolff Klabin se conheciam desde os anos 1920, quando Wolff representava os interesses da KIC em Porto Alegre. Assim que pode, Ribas procurou o velho amigo para lhe propor um negócio. Manuel Ribas estava interessado na instalação de uma grande indústria de papel e celulose em seu Estado, que tinha ricas reservas florestais para isso. Ele expôs para Wolff Klabin a situação financeira de uma empresa que era proprietária de uma região de 144 mil hectares (Fazenda Monte Alegre) localizada no município do Tibagi, rica em pinheirais – matéria prima fundamental para a produção de papel e celulose. Tratava-se de uma empresa sediada em Paris que havia levantado uma vultosa quantia com o Banco do Estado do Paraná e como seus negócios fracassaram, ela não tinha como saldar a dívida para com o banco do Estado, que executou a falência definitiva da empresa e passou a ser dono da imensa área de 144 mil hectares.³⁹

A atuação do Interventor no Paraná foi importantíssima para o grupo Klabin. Tudo leva a crer que Ribas tinha conhecimento do potencial da região porque a empresa que havia falido, *Cia Agrícola e Florestal e Estrada de Ferro Monte Alegre*, contratou os serviços de pesquisa de diversas missões estrangeiras, que fizeram sérios estudos acerca do potencial da região. Apenas pelo serviço de uma das missões de pesquisa vindas do exterior a referida empresa pagou 400.000\$000. No ano de 1928, sondagens feitas em cerca de oito hectares de matas calcularam que havia 9.000.000 m³ de madeira de pinho utilizável. Estudaram ainda a idade das árvores e concluíram que 70% dos pinheiros tinham entre oitenta e cem anos de idade.⁴⁰

³⁹CONY e LAMARÃO, 2001, pp. 118-119. Também constitui relevância para se entender a construção das IKPC o seguinte trabalho: FERNANDES, 1973. A autora também destaca a importante atuação de Manuel Ribas para que o grupo Klabin pudesse superar eventuais problemas decorrentes da realização do investimento na construção da fábrica durante um período de economia de guerra. Constitui um exemplo a intervenção de Ribas a favor do grupo junto a *Coordenação da Mobilização Econômica*, solicitando aumento no consumo de combustíveis para a Klabin, que estava tendo problemas com o racionamento de guerra. A cópia do livro de Hellê Vellozo Fernandes foi gentilmente cedida pelo ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

⁴⁰FERNANDES, 1973, p. 23.

A geração mais velha da família inicialmente não se interessou pela proposta de investir na construção de uma indústria de celulose e papel no interior paranaense, até porque, na época ainda estavam engajados na reestruturação produtiva e financeira da Manufatura Nacional de Porcelanas⁴¹, que estava sendo comprada pela KIC. No entanto as vantagens que foram oferecidas tanto por Getúlio Vargas quanto por Manuel Ribas acabaram convencendo os membros da família. Cabe lembrar que o governo de Ribas no Paraná fez significativas melhoras no Estado, investindo na construção de estradas e em ramais ferroviários. Através do Banco do Brasil, o governo federal concedeu benefícios fiscais, creditícios e empréstimos para viabilizar o investimento da Klabin na construção da fábrica. Em abril de 1933 um decreto baixado pelo governo federal isentou de impostos de importação e taxas alfandegárias a compra de insumos para a indústria papeleira: máquinas, produtos químicos, instrumentos e ferramentas, era o primeiro sinal de que haveria apoio governamental. Ainda no ano de 1932 Salomão Klabin enviou seu filho Samuel Klabin ao Paraná, afim de conhecer propriedade que o Interventor estava oferecendo.⁴²

Os trabalhos escritos por Cony e Lamarão (2001), e Fernandes (1973), mencionam que o governo do Estado do Paraná efetuou a venda da Fazenda Monte Alegre (região onde foi construída a fábrica) para a Klabin através de um leilão, no qual o grupo adquiriu a propriedade da massa falida. No entanto, em entrevista concedida por Ema Gordon Klabin ela mencionou que a venda *não foi em leilão*, tendo as negociações ocorrido por intermédio de Manuel Ribas, que na época era governador do Paraná.⁴³ Essa contradição é interessante porque deixa claro que o BEP – que era o dono da propriedade comprada pela KIC –, deu preferência a esta na compra da Fazenda Monte Alegre do Paraná – FMPA. Na Ata de reunião da diretoria do BEP⁴⁴ realizada em 08 de junho de 1934, uma firma chamada *Sociedade Brasileira de Administração e*

⁴¹Para detalhes sobre a compra da *Manufatura Nacional de Porcelanas* Cf. Cony e Lamarão, 2001, pp. 95-105. Cf. ainda o **Boletim da Manufatura**, Ano 9, outubro-1956, nº 6. Edição Especial Comemorativa do Aniversário da Administração Klabin: 25 anos (1931-1956), **Manufatura Nacional de Porcelanas**. A cópia do Boletim da Manufatura foi cedida pelo ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

⁴²FERNANDES, 1973, p. 26.

⁴³**Ema Gordon Klabin**, depoimento concedido em 04 de maio de 1992. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

⁴⁴**Atas de reunião da diretoria do Banco do Estado do Paraná**, realizadas de 14 de agosto de 1930 a 28 de fevereiro de 1941. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Comércio Ltda apresentou uma proposta de compra ao banco para a Fazenda Monte Alegre do Paraná, no entanto a oferta foi recusada.⁴⁵

A KIC comprou a propriedade do Banco do Estado do Paraná por 7.500 contos de réis. O primeiro contato entre a empresa do grupo Klabin e o banco desse Estado estão descritos na Ata de reunião da diretoria deste banco, que se realizou em 25 de janeiro de 1934 – portanto bem anterior a proposta feita pela *Sociedade Brasileira de Administração e Comércio Ltda*. Foi quando Horácio Lafer e Wolff Klabin apresentaram ao banco a proposta de compra da região onde seria construída a fábrica. A proposta foi estudada por Bertholdo Hauer e Paulo Martins Ribeiro, respectivamente, presidente e diretor-superintendente daquela instituição bancária.⁴⁶ Portanto, na ata de reunião da diretoria do BEP, consta que

Aos 25 dias do mês de janeiro de 1934, os Diretores Bertholdo Hauer, Presidente e Paulo Martins Ribeiro, superintendente, passam a estudar a proposta de compra das fazendas Monte Alegre, apresentadas pelos Srs. Dr. Horácio Lafer e Wolff Klabin, sócios da firma Klabin Irmãos [&] Cia., de [São] Paulo, nos seguintes termos: “Bases da opção pedida por 3 meses no intuito de proceder a estudos que possibilitem a instalação de uma grande indústria de celulose no Paraná.”⁴⁷

A Klabin propôs, inicialmente, as seguintes condições de pagamento pela propriedade:

(...) seis mil contos pela fazenda toda ou três mil e quinhentos contos por 30 mil alqueires, pagáveis mil contos a vista, cinquenta contos mensais até o dia em que a fábrica produzir 1500 toneladas de celulose mensais quando os pagamentos serão de cem contos por mês sem juros. Qualquer venda de terras o produto reverterá inteiramente para o banco. São essas as condições máximas que podemos oferecer pois que uma capitalização maior diante do enorme dispêndio do valor das máquinas etc., viria a tornar o emprego de capitais desaconselhável.⁴⁸

⁴⁵Esta empresa ofereceu Rs 7.500:000\$000 (Sete mil e quinhentos contos de réis) pela compra da propriedade. No entanto, o Banco do Estado do Paraná recusou a proposta depois de examiná-la, e não se deu ao trabalho de apresentar uma contra proposta, diferentemente do que ocorreu com a *Klabin Irmãos & Cia*, quando a firma fez sua primeira oferta ao banco.

⁴⁶ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

⁴⁷**Ata de reunião da diretoria do Banco do Estado do Paraná**, realizada em 25 de janeiro de 1934. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

⁴⁸**Atas das reuniões da diretoria do Banco do Estado do Paraná (1930-1941)**. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

O BEP não aprovou essas condições de compra feita pela KIC, considerando baixas as duas quantias oferecidas pela propriedade. Tanto o valor de seis mil contos de réis por toda a fazenda a ser pago nas condições propostas pelo grupo Klabin quanto à oferta de três mil e quinhentos contos pela metade da propriedade. Na ata de reunião da diretoria realizada em 25 de janeiro de 1934 o banco mencionou que as terras de maior valor da fazenda eram justamente as que interessavam a KIC. O banco estava ciente de que se tratava de uma região rica em potencial madeireiro e outros recursos naturais como, quedas d'água, carvão, metais preciosos e inclusive diamantes, o que valorizava a propriedade. Certamente, ao tomar a fazenda da empresa falida, a diretoria teve acesso aos relatórios que a Companhia havia encomendado de missões estrangeiras avaliando a extensa riqueza vegetal e mineral. Por conta disso, o BEP fez sua contra-proposta a Klabin apresentando as seguintes condições para a venda da propriedade:

Seis mil e trezentos contos de reis (Rs 6.300:000\$000) a vista ou Sete mil contos de réis (Rs 7000:000\$000) a prazo, sendo Mil contos de réis (Rs 1000:000\$000) pagos a vista e Seis mil contos de réis (Rs 6000:000\$000) pagos em prestações mensais de Cem contos de réis (Rs 100:000\$000), incluindo uma taxa de juros de 6% ao ano. O valor final da compra da FMAP pela KIC assim como as condições de pagamento foram renegociadas, como consta na ata de reunião da diretoria do BEP ocorrida em 31 de outubro de 1934. Ficou, portanto, estabelecido o preço de Sete mil e quinhentos contos de réis (7.500:000\$000), sendo Mil contos pagos a vista e Seis mil contos de réis a serem pagos em prestações de Cinquenta contos de réis mensais sem juros. Ficava vedada a venda da propriedade pela KIC, sendo que caso isso fosse feito o valor da mesma reverteria para o banco. Esta instituição teria, ainda, o direito de nomear técnicos em contabilidade para monitorar o investimento dos capitais feitos na indústria enquanto não fosse concluído o pagamento da compra da propriedade pela Klabin.

O motivo que levou o Banco do Paraná a abolir a taxa de juros inicialmente pretendida pode encontrar algumas explicações que julgamos plausíveis: a primeira delas se apresenta citada na própria ata de reunião da diretoria realizada em 31 de agosto de 1934, onde se menciona que a indústria que os compradores instalariam na região seria muito benéfica ao país, vindo a proporcionar ao Estado do Paraná um proveito econômico ponderável. A diretoria do BEP acreditava também que a instalação daquela indústria demandaria cerca de 3000 operários e que através da colonização de região resultaria em mais uma fonte econômica, considerando importante ainda o

potencial da região para a mineração diamantífera. Havia o interesse tanto da parte do Governo Federal, que através do Banco do Brasil forneceu incentivos alfandegários para a importação de máquinas e um empréstimo no valor de 60 mil contos de réis, cobrindo assim quase 50% dos recursos iniciais, quanto do governo do Estado do Paraná, representado por Manuel Ribas.⁴⁹ O *Diário de S. Paulo*, empresa jornalística pertencente aos *Diários Associados*, publicou em 17 de novembro de 1934, um artigo sobre a indústria do papel no Brasil. No referido artigo, mencionava que:

Os industriais Klabin & Irmãos acabam de adquirir, no vizinho estado do Paraná, uma propriedade de extensas proporções, tendo em vista especialmente o abastecimento de matéria prima para as suas industrias de papel.

Essa propriedade comprada por 7.500 contos, é a Fazenda Monte Alegre, no vale do Tibagi, abrangendo reservas florestais realmente excepcionais. Os seus novos proprietários, prevalecendo-se da extrema abundância, sobretudo de pinheirais, pretendem aí instalar uma grande fábrica de papel.

Pode-se ter uma idéia do tamanho da propriedade, considerando-se que a sua área equivale a de todo Distrito Federal, e que aí crescem 8 milhões e meio de pinheirais. Dentro de dois anos a fábrica deverá estar em funcionamento, suprimindo de papel imprensa todo o Estado de São Paulo. 15.000 contos serão investidos nas instalações desse empreendimento.

Trata-se portanto, de uma iniciativa de alto fôlego, destinada a marcar uma nova época na indústria do papel nacional. A circunstancia, ademais, de tanto os capitais, como a matéria prima e o pessoal trabalhador serem nacionais ainda mais ressalta a sua finalidade, demonstrando que caminhamos no sentido de autonomia dessa modalidade de industrialismo no Brasil.⁵⁰

Embora o artigo mencione a compra de propriedade, as negociações para a compra da propriedade atravessariam quase todo o Primeiro Governo Vargas. O inicio da Guerra em 1939 pegou de surpresa a Klabin, que enfrentou problemas para levar adiante seu investimento fabril no Paraná. Entretanto, o incentivo Estatal foi valioso para o grupo Klabin, que contou com o interesse em incentivar indústrias que tivessem condições de explorar as fibras de vegetais nacionais para produzir celulose e papel.

Em mensagem ao Poder Legislativo, datada de 03 de maio de 1935, o Presidente Getúlio Vargas, escrevia que

⁴⁹CONY e LAMARÃO, 2001, p. 124. O empréstimo concedido pelo Banco do Brasil também é citado por: FERNANDES, 1973, p. 44. Por conta desse empréstimo, as IKPC foram administradas nos seus primeiros anos pelo engenheiro enviado pelo Ministério da Agricultura: Luiz Augusto da Silva Vieira. Ele foi licenciado do serviço publico por Getúlio Vargas, para que pudesse dirigir as obras da usina hidro-elétrica de Mauá, da represa de Harmonia e das instalações da fábrica; sendo ainda responsável pela organização da cidade que seria construída para abrigar os funcionários da fábrica.

⁵⁰Recorte de o *Diário de S. Paulo* com a matéria de Eco de Senges. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

As fibras brasileiras que possam substituir, em condições similares, as importadas, foram objeto de estudos fitogeográficos e de exames estruturais, físicos, químicos, e, bem assim, de investigações referentes a sua aplicação industrial. (...) Estes estudos abrangem todos os aspectos de interesse botânico e industrial dessas plantas, cuja celulose foi também examinada, visando o seu aproveitamento para pasta de papel.

(...) Os resultados recolhidos nesses [estudos] serão publicados como contribuição a solução urgente do problema da matéria prima para o fabrico de papel, filmes, seda artificial e outros produtos.⁵¹

Assim, o Governo Vargas fornecia ao grupo Klabin os incentivos necessários para montar a sua unidade fabril no Estado do Paraná. Ao conceder incentivos para a implantação de uma sólida indústria nacional – especialmente a de base – o governo deu especial atenção às indústrias de papel e celulose. Incentivos fiscais procuravam amenizar as dificuldades de importação de máquinas e insumos essenciais a essa indústria. A **tabela I** mostra que, com exceção do biênio de 1930-32 nos quais os abalos da Depressão foram mais expressivos, os anos que se seguiram foram marcados pelo crescente aumento em investimentos no setor fabril do papel que, embora tenha sofrido uma ligeira queda no período de 1937-1938, alcançou seu auge no ano de 1939.

Os dados sobre as exportações para o Brasil de máquinas para a indústria de papel e pasta de madeira apresentados na tabela abaixo indicam o aumento de investimentos no setor já no período de 1923-1926, vindo a crescer durante o triênio 1933-1936, atingindo seu pico no ano de 1939.

Tabela I:

“Exportações de maquinaria para indústria de papel e celulose destinadas ao Brasil, 1930-1939. £ , preços de 1913 (médias anuais):”⁵²

Períodos	£	Períodos	£
1900-1907	679	1925-1926	27.553
1908-1912	10.218	1927-1929	10.489
1913-1916	936	1930-1932	2.900
1917	6.550	1933-1936	40.626
1918-1922	2.427	1937-1938	16.624

⁵¹Center For Research Libraries. República dos Estados Unidos do Brasil. **Mensagem Apresentada ao Poder Legislativo em 3 de Maio de 1935 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936. pp. 133-134.

⁵²SUZIGAN, 2000, p. 310.

1923-1924	13.430	1939	67.916
-----------	--------	------	--------

“Nota: de 1900 a 1911, os dados referem-se às exportações da Alemanha apenas e, de 1912 em diante, incluem exportações da Alemanha, dos Estados Unidos e da França para o Brasil.”⁵³

O Estado Autoritário que se consolidou em outubro de 1937, com seu amplo conjunto diferenciado de instâncias decisórias buscou investir na ampliação do modelo produtivo urbano-industrial tentando levar adiante suas pretensões industrializantes. Como o Estado conseguiu financiar o projeto de industrialização, que exigiu o investimento nos mais diversos setores de infra-estrutura? De acordo com Mendonça (1985:26) destaca-se que a grande especificidade do processo de industrialização brasileira se manifesta em sua relação de dependência para com o setor agro-exportador. Foram as divisas fornecidas pela economia primário-exportadora que viabilizaram a compra de máquinas, equipamentos e insumos necessários ao processo de industrialização. Este processo de dependência chama-se: *industrialização restringida*, e se estendeu de 1930 a 1955. Para viabilizar o desenvolvimento produtivo urbano-industrial, o Estado buscou redefinir o papel desempenhado pela agro-exportação, redesenhando sua margem de atuação na esfera econômica. Isso é mais facilmente notado através das condições diferenciadas de créditos e empréstimos concedidos para a agricultura e para a indústria. Em muitos casos a burguesia industrial era contemplada por financiamentos realizados, a longo prazo, por uma baixa ou negativa taxa de juros.⁵⁴

O mesmo Estado Autoritário que criou todo um aparato de controle sócio-político já a partir de 1935, preparando as bases do Estado Novo, foi um dos grandes mentores do processo autoritário de industrialização na economia brasileira, implementado às custas de uma rigorosa intervenção na classe operária e em suas organizações sindicais. Embora o Estado tenha exercido uma participação importante, a burguesia industrial não foi uma classe passiva nesse processo de industrialização, ao buscar sua participação nos conselhos e comissões criados pelo Estado esta classe teve importante atuação na industrialização e na composição política das instituições desse período, representadas, sobretudo, pelos órgãos consultivos. Ao aderir a essas instituições o empresariado industrial buscou obter sua participação política nesse Estado, que se preocupava tanto em promover uma integração do mercado interno quanto em garantir *a proteção à produção nacional*. Embora tais órgãos não tivessem

⁵³ SUZIGAN, 2000, p. 310. Os dados que constam na tabela foram colhidos na obra desse autor.

⁵⁴ MENDONÇA, 1985, p. 27.

propriamente uma “função deliberativa ou executiva, eles funcionavam como formuladores de pareceres, tornando-se instancias de informação a formação de opiniões, sendo canais de expressão das demandas”⁵⁵ das classes atuantes no projeto de modernização. Horácio Lafer e Wolff Klabin tiveram uma ativa participação nos aparelhos políticos, tanto a partir da sociedade política quanto de sociedade civil.

Em 20 de outubro de 1934 a Klabin se preparou para compor uma empresa que se destinaria a cuidar das terras recém obtidas no Paraná. Abriu nesse ano, em São Paulo, a *Sociedade Anônima Indústrias Klabin do Paraná*. O corpo de acionistas era composto por nove integrantes da família: Wolff Kadischewitz, Salomão Klabin, Hessel Klabin, Jacob Klabin Lafer, Eva Cecília Klabin Rapaport, Ema Gordon Klabin, Mina Klabin, Samuel Klabin e Abraão Jacob Lafer. A empresa tinha sede e foro estabelecidos na cidade de São Paulo e tinha como suas atribuições “explorar indústrias de papel em seus múltiplos ramos, bem como a fabricação de celulose e pasta de madeira, papelão e seus congêneres.”⁵⁶ Os estatutos também autorizavam a empresa a “estabelecer qualquer indústria, extrativa ou não, explorar propriedades agrícolas, empreender atividades de mineração”⁵⁷, e o que mais lhe conviesse.

Os investimentos para a construção da indústria no Paraná exigiram conhecimento técnico no ramo. Mas em uma família de empresários, quem ficaria responsável por essa tarefa? Na área técnica a indústria contou com a participação de Samuel Klabin⁵⁸, ele estudou em Altenburg (Alemanha), onde obteve os conhecimentos do que mais havia de moderno em desenvolvimento tecnológico na indústria de celulose e papel. Seus conhecimentos foram importantes para o grupo. Em sua entrevista já citada, Ema Gordon Klabin mencionou que o Samuel era o único que conhecia mesmo o processo de fabricação do papel, ressaltando o curso feito por ele na Alemanha. Assim, três nomes da segunda geração se destacaram nas articulações que culminaram com a construção da fábrica no Paraná, atuando cada qual em seu campo específico. Em São Paulo Horácio Lafer tratava dos contatos políticos e comerciais, Wolff Klabin elaborava as estratégias administrativas e cuidava da expansão do grupo, enquanto

⁵⁵Idem, 1985, pp. 19-20.

⁵⁶CONY e LAMARÃO, 2001, p. 120. Segundo esses autores a ausência do nome de Horácio Lafer se explica porque nessa ocasião ele exercia o mandato de Deputado Classista na Assembléia Nacional Constituinte, mandato este que seria interrompido pelo Golpe do Estado Novo.

⁵⁷Idem. p. 120.

⁵⁸Filho de Salomão Klabin e Luba Klabin Segall. Primo de Wolff Kadischewitz Klabin e Horácio Lafer. Cf. biografia do Samuel Klabin. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Samuel Klabin era responsável pelo setor técnico e produtivo. Outros sócios do núcleo familiar participavam exercendo cargos administrativos.⁵⁹

No que se refere as associações políticas intra-empresas, a passagem do ano de 1934 para 1935 foi importante para a KIC. Nesse período, formou-se uma sociedade entre os grupos Klabin-Votorantim, da qual resultou na fundação da *Companhia Nitroquímica Brasileira*, com o propósito de atuar no setor produtivo de raion – fibra sintética. A empresa era sediada em São Paulo e “tinha Horácio Lafer na presidência e Jose Ermírio de Moraes na Superintendência. Jacob Klabin Lafer⁶⁰, irmão de Horácio Lafer, também estava presente, representando a Klabin.⁶¹ Também associou-se ao grupo o banqueiro Numa de Oliveira, que representou um valioso aliado para a Klabin, posto que ele era presidente do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e tinha acesso ao Presidente Vargas, conforme registrado dos diários de Getúlio Vargas. No ano de 1934 Wolff Klabin viajou para os EUA com o propósito de comprar os equipamentos para a fábrica de raion, ele foi acompanhado pelo engenheiro químico Eduardo Sabino de Oliveira (filho do Numa de Oliveira), que era diretor técnico da *Companhia Nitroquímica Brasileira*.⁶² A Klabin-Votorantim enfrentou uma feroz oposição do grupo Matarazzo, que era “pioneira na produção de fios de raion” sendo que o grupo estava neste ramo produtivo desde 1924 e tinha, até 1933, poderes quase monopolistas.⁶³ O próprio Chateaubriand escreveria sobre o conflito em 1943, voltaremos ao assunto no capítulo três, onde aprofundaremos o conflito Klabin / Matarazzo. Segundo Suzigan (2000: 347-348):

“A patente para a fabricação de raion no Brasil foi arrendada a Matarazzo, que se beneficiou de poderes praticamente monopolistas até 1933, quando” começou a operar uma fábrica “subsidiária da francesa Rhone Poulenc.”

Foi justamente em 1934 que a KIC formou a sociedade anônima que objetivava investir na construção do complexo fabril no Paraná. No que se refere a ação orgânica de representantes da segunda geração de empresários da KIC enquanto

⁵⁹ **Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)**. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

⁶⁰ Este empresário era sócio gerente da *Klabin Irmãos & Cia*, ocupando, desde 1934, das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A* da qual foi, inclusive, Primeiro Vice-Presidente. Foi “fundador e membro do *Conselho Consultivo de Papel e Celulose Catarinense S/A* e Presidiu a Associação dos Fabricantes de Papel.” Who’s Who In Brazil. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. Cf. ainda **Gerações Brasil. Boletim da Sociedade Genealógica Judeica do Brasil**. Maio, 2000, Semestral, Vol. 9, p. 3.

⁶¹ CONY e LAMARÃO, 2001, p. 107.

⁶² Idem, p. 108.

⁶³ Idem, p. 107

industriais, os primos Horácio e Wolff tiveram um papel decisivo para a expansão empresarial e política da *Klabin Irmãos & Cia.* Decerto, durante suas viagens Wolff percebia a oportunidade de estabelecer contatos com empresas interessadas em vender tecnologia para fábricas de celulose e papel. No que se refere as alianças obtidas pela Klabin, a disputa com o grupo Matarazzo aproximou a Klabin daquele que seria um dos seus mais poderosos aliados: o jornalista-empresário Francisco de Assis Chateaubriand. Coube a esse empresário apresentar os industriais Wolff Klabin e Horácio Lafer ao Presidente Vargas, que tinha interesse em financiar o arriscado investimento no Paraná.

Os interesses de Assis Chateaubriand podem ser explicados pelo fato de que como muitas empresas de imprensa escrita, os Diários Associados dependiam da compra de papel jornal importado para assegurar sua impressão. Havia, portanto, interesse na construção de um setor industrial que atendesse, ainda que parcialmente, a necessidade de produção de celulose e papel imprensa, assim como outros artigos de papel.

O processo de formação da *Sociedade Anônima Indústrias Klabin do Paraná*, se iniciou junto com a entrada de Horácio Lafer para a vida pública, que conforme foi visto teve início em outubro de 1934, no Partido Constitucionalista, pelo qual Lafer foi eleito Deputado Federal por São Paulo, iniciando a legislatura em maio de 1935. Do ponto de vista sócio-político, a formação dele estava calcada no liberalismo econômico, que em seus discursos estava associado a livre iniciativa. A eleição de Lafer significava o reconhecimento de que para a Klabin não bastava mais a composição orgânica característica de uma empresa familiar, a amplitude dos novos investimentos exigia não apenas a formação de sociedades não restritas ao círculo familiar como, também, um crescente movimento de politização do grupo – materializada durante o período de democrático do primeiro quinquênio dos anos 1930 na ocupação de instituições de sociedade política e de sociedade civil.

Em outras palavras, podemos afirmar que da parte do grupo havia a clareza de que a obtenção e a manutenção de êxito empresarial no empreendimento no qual estava se envolvendo dependia de uma expansão simultânea de seu prestígio e liderança orgânica como empresário e político. O que implicava na sua maior inserção na sociedade política assim como na sociedade civil. Para atingir esse propósito, os empresários buscaram participar mais ativamente dos organismos políticos que estavam em gestação, que eram entendidos como espaços sociais adequados tanto à elaboração de um projeto hegemônico quanto para sua tradução em poder político concreto.

Conforme já mencionamos, esse papel foi desempenhado, na segunda geração, sobretudo por Wolff Klabin e Horácio Lafer.

A partir do ano de 1934 a participação de Wolff na FIRJ foi um dos caminhos políticos percorridos por este empresário na acumulação de um capital político. Se ainda não havia definição quanto às estratégias de ocupação poder político, decerto sabia-se que muitas eram as vias participativas abertas naquela instável conjuntura. Ressalta-se que Horácio Lafer, que foi eleito deputado federal em outubro desse mesmo ano, participava ativamente de outros órgãos de classe empresarial como o Instituto De Organização Racional do Trabalho (IDORT)⁶⁴, a FIESP, a Confederação Industrial do Brasil (CIB) e posteriormente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) – que se originaria a partir da CIB.

Outubro de 1934 representou para a Klabin um momento importante, criando condições para uma maior mobilidade social dos membros da empresa. Na história da KIC esse ano foi marcado por uma tripla temporalidade, o tempo da composição da *Sociedade Anônima Indústrias Klabin do Paraná*, o tempo da eleição de Horácio Lafer como deputado classista e da crescente atuação de Wolff na FIRJ, o que indica um interesse em ocupar espaço na sociedade civil e política. Esses tempos distintos, inscritos cada qual, inicialmente, na fluidez de um acontecimento breve na História da *Klabin Irmãos & Cia* durante o primeiro quadriênio dos anos 1930, significam o momento de uma tímida tomada de consciência do grupo, que compreendia a necessidade de solidificar seus interesses empresariais a partir da ação política na sociedade civil e política.

Para isso, estabelecer boas relações sociais na sociedade civil da Capital Federal assumia, no projeto hegemônico do grupo, um papel estratégico central. Usando um conceito que consideramos adequado, diríamos que a Klabin buscou agir através de uma guerra de posições. Fazia das instituições da sociedade civil as trincheiras a partir das quais fundar-se-iam a ossatura orgânica da ação política da segunda geração, que assumira o poder da empresa KIC. A atividade política, traduzida em ação permanente, criou as condições iniciais para um movimento de constante organização dos empresários da Klabin nos postos avançados que naquele momento histórico, representavam os espaços de consagração política.

⁶⁴Para um estudo sobre a atuação do IDORT, a Dissertação de Célia Aparecida de Souza apresenta um trabalho historiográfico substancial sobre o papel desempenhado pelo referido instituto no Bloco no Poder entre 1931 e 1937.

Os industriais Klabin e Lafer sabiam, a seu modo, que a hegemonia não podia se restringir ao espaço fabril, embora pudesse se expandir bastante a partir do setor produtivo urbano-industrial, posto que a diversificação dos investimentos foi uma das marcas da *Klabin Irmãos & Cia.* Pois:

Ainda em 1929, a Klabin Irmãos & Cia. - KIC criava a Sociedade Anônima Jardim Europa - SAJE para comercializar terrenos no futuro bairro Jardim Europa, pois o intenso crescimento da cidade já ameaçava descer da Paulista. Dois anos depois, a KIC arrenda no Rio de Janeiro uma fábrica de louças sanitárias, a Manufatura Nacional de Porcelanas - MNP. Fundada em 1919, no bairro Del Castilho, a MNP, em 1930, era considerada a maior fábrica de azulejos e louças domésticas da América do Sul.

O negócio era promissor. Numa época em que doenças e epidemias assombravam cidades precariamente planejadas, cozinhas e banheiros azulejados eram uma garantia de higiene. O fato é que, modernizada com a presença de técnicos estrangeiros, a Manufatura Nacional de Porcelanas cresceu tanto que terminou sendo comprada em 1936. Decidida a investir no setor, em 1943 a KIC torna-se sócia majoritária da Empresa de Caolim Ltda. Instalada em Ubá, Minas Gerais, a empresa tinha como objetivo abastecer de caolim, que é a matéria-prima da porcelana, a fábrica de Del Castilho, no Rio de Janeiro.⁶⁵

Em 20 de Novembro de 1934, a Ata da Assembléia Geral Ordinária da Federação Industrial do Rio de Janeiro registrava que, em 17 daquele mês, recebera um “ofício do Sindicato dos Industriais do Papel do Rio de Janeiro, cuja representação vinha a compor-se [pelos] Srs. Dr. Antônio Bezerra Cavalcanti e Wolff Klabin Kadischewitz.”

1.2 – HORÁCIO LAFER: a formulação de um projeto hegemônico para a sociedade política (1933-1937)

Esse empresário representou, na sociedade política, uma das mais expressivas lideranças orgânicas da burguesia industrial das frações de classe industriais ligadas ao setor do papel, que emergiram, por assim dizer, para um local de destaque no interior das bases orgânicas do poder político. Lafer buscou cumprir tal propósito, como representante de uma fração de classe da burguesia industrial através de sua permanente atuação no interior de instituições sociais que viabilizavam uma ampla atuação política, buscando ajustar-se as frentes que se abriram em distintos momentos históricos. Em um

⁶⁵**Klabin 100 Anos.** Dezembro de 1999. pp. 14-15. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

período de participação política no Legislativo, essa arena não poderia ser desprezada. E, de fato, não o foi. A especificidade da ação sociopolítica desse empresário orientou-se pela dinâmica conjuntural do espaço de relações, de acordo com a viabilidade existente para organizar a ação política das frações de classe das quais era representante. Assim, durante o Estado Novo, mais exatamente a partir de 1943, Horácio Lafer passou a compor a atuar como conselheiro de órgão consultivo, tornando-se assim membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Antes de buscarmos desenvolver uma interpretação teórica sobre a ação política do grupo Klabin-Lafer, representado nesse caso por Horácio Lafer, é preciso iniciar por duas questões:

- 1) Como se deu esta ação política?
- 2) O que a motivou?

Levando-se em consideração que se tratava de uma ação política cuja finalidade destinava-se a dar uma forma orgânica a atuação política dos industriais do papel, entendemos que a conjuntura dos anos 1930 foi essencial para a Klabin fazer-se enquanto classe dominante. O ensaio inicial para a atuação de Lafer na sociedade política como deputado classista, assim como para o exercício de uma função de intelectual⁶⁶ voltada para edificar os pilares de uma hegemonia intelectual e civil, foi a sua participação na Constituinte de 1934, onde ele atuou em defesa da industrialização e em oposição as medidas políticas que se baseavam no fundamento de que a indústria artificial não poderia gozar dos mesmos benefícios e proteções que a indústria natural, mais especificamente a agricultura. Lafer preocupou-se, ainda, em defender o papel social do Estado, que segundo o seu entender deveria responsabilizar-se pelas medidas de assistência a classe trabalhadora, ele defendia a relevância orçamentária como recurso da ação disciplinadora e disciplinar do Estado e, ainda, a criação de Conselhos Técnicos para cumprirem o papel de assegurar uma integração entre o Estado e a Sociedade.⁶⁷

Não podemos perder de vista que o período em que Lafer efetuou seus trabalhos como constituinte assim como o de sua posterior atuação parlamentar (1935-1937) foi marcado pela participação da burguesia industrial em instituições bastante expressivas nas sociedades civil e política, resultando em uma luta pelas frações de classe burguesa para a composição orgânica das lideranças na formação de um bloco

⁶⁶GRAMSCI, 2002, p. 20.

⁶⁷LAFER, 1988, p. 30.

político, sobretudo durante o período que antecedeu ao Estado Novo. A trajetória deste empresário como Deputado nos anos anteriores ao Golpe de Estado de outubro de 1937 se deu em um período no qual a burguesia industrial obtinha as condições políticas para criar uma base orgânica para compor um bloco no poder, dirigido pelas lideranças de cada classe burguesa, com o propósito de representar os seus respectivos interesses de classe. Portanto, podemos afirmar que a meta dessa base orgânica era criar as condições sociais e políticas para que as classes burguesas se agrupassem para elaborarem uma engenharia político-social capaz de organizar os recursos políticos, sociais e econômicos disponíveis para a construção de uma hegemonia nos agências oficiais que formavam o poder do Estado. Isso significava, em outras palavras, obter a partir das relações sociais capital político, simbolizado no plano das alianças políticas e sociais.

A ascensão política do grupo Klabin, sobre a liderança da segunda geração de uma família cujas atividades empresariais no Brasil se originaram a partir de uma pequena burguesia imigrante que, no final do século XIX, começou suas atividades no setor mercantil, foi decisiva para a expansão empresarial do grupo Klabin. Aos olhos da segunda geração, mais especificamente os empresários industriais que estavam efetivamente à frente no timão da *Klabin Irmãos & Cia*, o crescimento assim como as perspectivas de êxito no campo empresarial dependeriam de uma eficaz investidora nos aparelhos de Estado formados por sociedade civil e política. Os papéis desempenhados por Wolff Klabin e Horácio Lafer são representativos para entendermos como tais empresários buscaram intelectuais orgânicos de uma classe industrial com pretensões hegemônicas. Nesse sentido, a participação de Lafer como deputado classista foi essencial para o grupo empresarial, do qual ele era um dos representantes, líder empresarial e acionista. Buscaremos compreender um pouco do papel desempenhado por esse empresário através da análise dos discursos produzidos por ele, posto que entendemos que os Discursos, quando devidamente explorados, representam uma valiosa fonte historiográfica.

Na Sessão ocorrida em 16 de Dezembro de 1933, cujo Tema foi “Estado, Sociedade e Iniciativa Privada”, Horácio Lafer destacou o papel que, segundo ele, deveria ser atribuído ao liberalismo econômico, que ele compreendia sendo como mola mestra da ação econômica. De acordo com esse discurso:

O sr. Horácio Lafer – Sr. Presidente, o mandato que trazemos das classes de trabalho aconselha-nos a aproveitar o próprio tempo, tendo o cuidado de não prejudicar o alheio. Devemos, por

isso, localizar-nos, sem divagações, dentro do assunto que nos interessa elucidar e sermos comedidos em palavras. É o que procuraremos realizar.

Não é possível, entretanto, fixar o conceito de Economia Política sem relembrar o surto prodigioso das ciências físico-naturais. Foi esse esplendor de estudos das ciências que regiam a ordem natural das coisas que destruiu o exagero aristotélico, na sua feição escolástica, e veio a constituir, no século XVII, a estrutura orgânica de todos os conhecimentos humanos. Da sua independência primitiva, como ciência, as doutrinas físico-naturais evoluíram para absorver a própria filosofia que passou a ser mecânica. Era o desaparecimento do espírito puramente especulativo e filosófico dentro dos postulados vivos e movimentados das ciências físicas. Ainda hoje é facilmente compreensível como esse fenômeno pode ocorrer no domínio da cultura humana. (...).

Após uma digressão pela qual sustentou que os pressupostos teóricos da Economia Política eram herdeiros das ciências classificadas por ele como físico-naturais, Lafer prosseguiu:

Foi nesse ambiente intelectual, nessa atmosfera de exclusivismo científico, que a Economia Política teve a sua condição teórica, com Quesnay e, seguidamente, os demais fisiocratas. Essa filosofia física deu alicerce a todas as ciências sociais e à Economia Política Física. É o domínio das forças naturais, a materialização físico-mecânica dos fenômenos econômicos. A economia humana é governada pela natureza, dominada pela Física, que formula as leis e constrói a ciência. E como a Física vai buscar o átomo para suas bases, a Economia Política se circunscreveu no seu atomismo, que foi o homem. O *homo-econômicus* surge em cena.

Ao definir aquilo que, no seu entender, seria a sociogênese do que classificou como *homo-economicus*, Lafer buscava delimitar os princípios orgânicos pelos quais formar-se-iam o lastro ético-social do *homo-políticus*. Ele não estava preocupado em tão somente definir os parâmetros pelos quais dar-se-ia a orientação no campo da ação econômica, mas, sobremaneira, em pensar a ação política em sua forma multidimensional. Assim, prosseguindo em seu discurso:

A Economia Política tem assim localizado, precisamente, o seu campo de estudos em uma realidade de exteriorizações materiais, visíveis e circunscritas, o homem na sua composição física e nas suas ações delimitadas. Sobre esses dados a lógica poderia construir os teoremas econômicos.

Dessas bases resultou o individualismo, surgido do liberalismo econômico, que é o sistema que vivifica a ordem natural das coisas. Só o homem, estudado em sua realidade isolada, existia, e como

o fim da Economia era estudar a ação econômica, na sua feição de jogo livre da natureza, a liberdade plena – determinada pela natureza livre –, constituía a estrutura do sistema econômico. Assim surgiam os Adam Smith, os Malthus, Ricardo, Jean-Baptiste Say, Stuart Mill, Blanqui e outros.

Não tardou, porém, a reação.

A filosofia libertou-se da escravidão das ciências naturais; a alma, o ideal, o metafísico, começaram a nortear os sistemas. Ao lado da Natureza surgia a Moral, ao lado do indivíduo, a sociedade. O *homo-econômicus* passou a ser estudado nas suas relações com os outros elementos, na sua vida social. A Economia Política tornou-se, então, uma ciência eminentemente social e se ligou à Moral. Submete daí por diante o exame de suas atividades econômicas ao conceito de sua finalidade moral e espiritual. (...)

A conclusão desse discurso aponta a necessidade da atuação do Estado na economia, desde que não limitasse o liberalismo econômico:

Só há progresso econômico quando o indivíduo sente a sua atividade livre estimulando o seu espírito de empreendimento. E esse espírito só existe quando o homem pode colher os frutos do seu esforço sem a paralizadora intervenção alheia que limitando a sua liberdade, limita também o seu ardor de luta. (...)

Concordemos que o liberalismo econômico individualista pode e deve sofrer restrições, para que não perdure como um fenômeno resultante do simples e incontido egoísmo humano. Nunca, porém, poderá ser eliminado.

O fator ético, penetrando a atividade da Economia Política, prepara a ação social do estado e dá-lhe um campo de projeção. Sendo o primeiro postulado da moral a solidariedade humana, o Estado deve proteger os fracos, amparar os desvalidos [e] auxiliar o proletariado (...).⁶⁸

Essa afirmação feita por Horácio Lafer, representante de uma grande família de industriais paulistas, expressa o postulado liberal para o qual ocorre uma distinção entre sociedade política e sociedade civil. Embora a burguesia industrial não julgasse oportuna uma intervenção estatal nas atividades econômicas, que eram, por excelência, entendidas como o celeiro da livre iniciativa, passava a ficar claro que não era possível e tampouco viável a ausência do Estado na regulamentação das relações sociais estabelecidas entre o capital e o trabalho. O auxílio ao proletariado e o amparo aos

⁶⁸LAFER, 1988, pp. 123-125.

desvalidos se apresentava antes como um programa político do que como um exercício de moral e solidariedade humana, conforme mencionado no discurso acima.

Quanto ao papel social do Estado de proteger os fracos, parece tomar um sentido bastante político. As frações da burguesia agrária estavam entre aqueles para os quais a ajuda do estado era fundamental para assegurar a integridade dos seus interesses econômicos. Ao mesmo tempo em que estimulava a industrialização, o Estado não abandonava a empresa agrária a sua própria sorte. Tendo a composição de sua ossatura institucional composta por dirigentes políticos ligados aos setores tanto da agricultura e da pecuária como da indústria, comércio e finanças, somente um Estado protetor desses muitos interesses econômicos poderia evitar uma fissura na composição de seu bloco histórico. Segundo Gramsci:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa.⁶⁹

No exercício do mandato como deputado, Lafer apresentava o que, a seu ver, deveria delimitar a “organização institucional dos instrumentos de governos de qualquer povo moderno, no que respeita aos interesses econômicos (...)”.⁷⁰ Em outras palavras, ele estava preocupado em traçar as zonas limítrofes que separavam ação empresarial e ação Estatal. Orientado pelos pressupostos teóricos do economista Ernst Wagemann, para o qual os sistemas econômicos estavam divididos “segundo a sua forma de organização e o seu grau de intensidade”⁷¹, Lafer classificou o Brasil como sendo um país neocapitalista e, portanto, que não poderia prescindir da ajuda do Estado. Para ele, em países que ainda não eram capitalistas ou que, a exemplo do Brasil, eram neocapitalistas, “a iniciativa individual [precisava] ser estimulada (...). [No entanto,] o Estado [devia] quedar nos limites mínimos do seu poder de intervenção”.⁷² Concluindo o seu discurso, o constituinte arrematou com a seguinte declaração:

No Brasil (...) o Estado deve ser discreto, comedido, exercendo apenas uma ação de solidariedade humana, no amparo às classes

⁶⁹GRAMSCI, 1980, p. 33.

⁷⁰LAFER, 1988, p. 126.

⁷¹ Idem, 1988, p. 126-127.

⁷² Idem, 1988, pp. 128-129.

desfavorecidas e dentro de um sistema de providências que não ataquem a iniciativa privada e antes aproveitem e desdobrem.

Esta deve ser a orientação da nossa ordem econômica e social. O capital em sua forma genuína, (...), pelos remanescentes dos rendimentos da produção.⁷³

Não obstante a sua preocupação em estabelecer, no que dizia respeito aos fundamentos de uma política econômica, as normas pelas quais o Estado deveria exercer uma função não calcada em uma atitude intervencionista. Enquanto político e empresário, Lafer preocupava-se em afirmar que naquele momento histórico, era aceitável que houvesse um intervencionismo moderado, desde que não prejudicasse a iniciativa privada. No que se relaciona com a sua participação na Câmara dos Deputados, importante espaço da sociedade política, durante o período de sua primeira legislatura Lafer traçava o risco de sua trajetória em um espaço social que oferecia as condições apropriadas para a legitimação da visão de mundo social compartilhada por ele e outras frações burguesas, com as quais ele se relacionava na elaboração da engenharia sociopolítica da hegemonia. Se a ação orgânica orientada através das dimensões políticas oferecidas pelo Legislativo não era suficiente para a construção da hegemonia, nem por isso esse espaço era inexpressivo. Tratava-se, portanto, de criar uma unidade orgânica “cultural-social”⁷⁴ que tornasse possível organizar a vontade política e dar uma forma jurídica aos projetos das classes burguesas com as quais a Klabin se relacionava. Permitindo, assim, traduzir para a forma política as aspirações econômico-corporativas do empresariado industrial ligado ao grupo. E foi com esse propósito que Lafer se projetava como deputado, buscando ascender aos níveis hierárquicos específicos do poder político através do Legislativo.

Isso implica reconhecer que a Klabin buscava, através da luta política, estudar as condições mais favoráveis a realização de manobras e movimentos que fortalecessem politicamente o grupo como, ainda, criassem as condições para a aquisição de alianças que não se restringiriam a meio empresarial, mas que, sobretudo, fossem aplicáveis ao político. Cabe ressaltar que a ação política do referido grupo empresarial não se restringiu ao Legislativo, tendo se desdobrado em muitas outras instâncias de poder. A exemplo de aparelhos privados, sindicatos e associações empresariais. Abordaremos isso adiante de forma mais detalhada. Nos limitaremos, por enquanto, a explicitar que a ação política não se restringe ao espaço dos partidos

⁷³Idem, 1988, p. 129.

⁷⁴GRAMSCI, 1991, p. 36. 9ª Ed.

oficiais, e que, tampouco, somente essas instituições podem atuar com partido. Portanto, entendemos que aparelhos privados de classe podem cumprir a função de partidos e funcionar como espaços organizadores da vontade política de uma classe. Durante o Estado Novo, diante da ausência de partidos de legenda, a burguesia industrial usou suas associações de classe para essa finalidade. A expressão maior de que a segunda geração de empresários da *Klabin Irmãos & Cia* buscava atuar em frentes amplas de participação política se refletiu na própria política executada pela empresa ao longo dos anos 1930, viabilizando a diversificação dos investimentos da família. Segundo os relatórios da empresa, referente à década de 1930:

Nesse período, a Klabin Irmãos & Cia. – viveu seu primeiro “boom” de desenvolvimento. O grupo transformou-se num dos mais importantes do país, entrando num processo de rápida expansão e diversificação de suas atividades sob a direção do “tripé” formado por Wolff Klabin, Horácio Lafer e Samuel Klabin.⁷⁵

A expansão empresarial da Klabin está diretamente associada a ação política da segunda geração, sobremaneira a tríade supracitada, que compôs o Estado-maior da administração e planejamento da ação social da empresa *Klabin Irmãos & Cia*. No que se relacionava com os negócios da empresa, para esses industriais estava claro que a política da empresa deveria ser executada através da ação política empresarial. Ou seja, o crescimento empresarial assim como a maior probabilidade de êxito nos investimentos buscados pela diretoria de KIC dependia da capacidade de ação política dos empresários que naquele momento, estavam no comando do núcleo administrativo da empresa. Quanto à trajetória política desses empresários, esta se deu no interior de um circuito social bastante amplo, formado pelo complexo sociedade civil / sociedade política. Portanto a expansão da *Klabin Irmãos & Cia* enquanto empresa, assim como a gradativa implementação de seu projeto hegemônico, somente foi possível devido as relações sociais estabelecidas por esses industriais. As funções exercidas pelos membros da família aparecem definidas no relatório da empresa da forma seguinte:

Em São Paulo Horácio Lafer desempenhava papel fundamental no encaminhamento de contatos comerciais e políticos. (...) No Rio de Janeiro, Wolff Klabin traçava estratégias administrativas e de expansão para o Grupo. Os demais herdeiros – co-sócios –

⁷⁵**Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999).** ACERVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

também participavam das atividades da empresa, exercendo cargos administrativos. Embora os traços característicos da empresa familiar permanecessem presentes, os empreendimentos realizados colocaram, sob a direção de KIC, indústrias modernas e avançadas, que se diferenciavam perante os padrões da época.⁷⁶

Não obstante Wolff Klabin seja mencionado como o responsável pela elaboração da estratégia administrativa e empresarial pela qual o grupo se orientava, não é correto limitar sua atuação tão somente a atividade empresarial, limitando sua participação a atividade voltada a interesses tão somente econômicos. Considerando que a política é uma ação permanente da qual se originam constantes formas de organização, entendemos que é impossível pensar a atuação deste empresário como descolada das relações de força que caracterizam a atuação política.⁷⁷ A participação dele na Federação Industrial do Rio de Janeiro foi uma expressão de como se deu sua ação política. Cabe ressaltar que na Ata da Assembléia Geral Ordinária da Federação Industrial do Rio de Janeiro, em reunião datada de 20 de janeiro de 1934, consta que “ (...) em 17 [de janeiro de 1934] (...) a Federação recebera [um] ofício do Sindicato dos Industriais de Papel do Rio de Janeiro, cuja representação vinha a compor-se dos Srs. Dr. Antonio Bezerra Cavalcanti e Wolff Klabin Kadischewtiz.(...)”⁷⁸ Esta ata registra, ainda, que Wolff tornou-se um dos membros do Conselho Diretor da FIRJ no biênio administrativo de 1934-1936. Tal informação é relevante, pois nesse período a *Klabin Irmãos & Cia* estava negociando a compra do terreno de 144 mil hectares no Estado do Paraná, onde planejava investir na construção de um complexo fabril destinado a produção de celulose e papel.

Com base nessas fontes, podemos analisar como se deu a atuação de Wolff Klabin como organizador da vontade política de uma fração de classe industrial, uma vez que será possível a observação de algumas dimensões do modo pelo qual este empresário buscou efetuar uma acumulação de capital político⁷⁹, entendido como uma forma simbólica de capital, através da construção de um prestígio com o qual ele pode contar na composição de alianças que foram essenciais para os interesses do grupo. Cabe frisar que se a década de 1930 representou, para a *Klabin Irmãos & Cia*, um divisor de águas quanto ao crescimento empresarial, é preciso salientar que não se pode

⁷⁶**Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)**; ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

⁷⁷GRAMSCI, 1980, p. 14.

⁷⁸Biblioteca da Firjan. **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, Atas da Diretoria.

⁷⁹BOURDIEAU, 2004, pp. 194-196.

entender o êxito do empreendimento das IKPC sem analisar as devidas conexões políticas que emergem a partir das relações sociais estabelecidas pelos burgueses industriais da segunda geração da Klabin. Não se tratava simplesmente de enxergar o fenômeno e de criar as respostas inovadoras, mas, sobretudo, de aproveitar a conjuntura e organizar a vontade política da classe. O aproveitamento da conjuntura a qual nos referimos depende da produção de condições políticas favoráveis, o que somente é possível de uma ação capaz de ampliar a participação no aparelho de Estado, partindo da sociedade civil para a sociedade política.

Considerando que Wolff Klabin foi responsável por fiar uma elaborada rede social, que era integrada por dois sujeitos que foram aliados de primeira grandeza para os interesses da KIC: Francisco de Assis Chateaubriand e Manuel Ribas. Veremos mais adiante o papel que coube a cada um deles no investimento da Klabin na construção da fábrica no Paraná. A rede de relações obtida pelos empresários do grupo pesquisado está inserida na lógica da construção de uma hegemonia pela Klabin através da ocupação de espaços de poder no Estado. Sendo a luta pela hegemonia um processo permanentemente inacabado, não se pode desconsiderar, portanto, que a história de uma empresa está inserida nos muitos pontos de contato estabelecidos entre empresa-sociedade-política-economia.

Tais contatos dar-se-iam no interior das instituições onde se davam as contendas pelo poder. Essa luta se deu tanto no plano dos aparelhos privados de hegemonia como nas demais agências compunham os espaços de poder no Estado. No caso, os Klabin ocuparam representativas instituições tanto no circuito do público quanto no do privado, a exemplo do Conselho Técnico de Economia e Finanças e das entidades de classe como o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), o CIESP, a FIRJ, a FIESP e a Confederação Nacional da Indústria. (CNI).

Voltaremos a atuação de Horácio Lafer no Legislativo para observarmos as dimensões da atuação política nesse espaço da sociedade política e o que isso representou para organização dos interesses industriais. Como deputado Lafer defendia a rigidez no equilíbrio orçamentário e na disciplina do Estado para com as finanças, demonstrando assim uma preocupação com a orientação financeira do país. Em Sessão de 16 de janeiro de 1934, o referido deputado classista afirmava sua convicção de que “(...) a orientação financeira (...) constitui o nervo máximo da República.” Segundo as idéias deste empresário, a Constituição deveria dar atenção especial a gestão das finanças públicas. Recorrendo novamente as palavras de Lafer:

A saúde financeira de um povo avalia-se pelos resultados dos seus orçamentos, e o seu índice moral, pela exata e minuciosa fiscalização do emprego do dinheiro público. No orçamento está o apoio da ordem financeira, mas na fiscalização se revela a consciência ética da administração nacional. É o problema do equilíbrio do orçamento, de um lado, e o controle minucioso dos gastos, do outro. Esse, o assunto que hoje estudarei com a convicção de quem procura atrair a atenção pública dos estudiosos sobre a matéria de importância vital para o nosso futuro, através da nova Constituição.⁸⁰

A preocupação do referido parlamentar e empresário industrial com o equilíbrio orçamentário pode ser compreendida como uma perspectiva político-financeira de controle e organização das divisas que poderiam ser empregadas para suprir as necessidades econômicas mais essenciais, havendo toda uma preocupação da classe burguesa industrial em planejar a aplicação dos recursos que poderiam ser aplicados na industrialização. Portanto, a racionalização e a fiscalização das despesas públicas era um valioso instrumento analítico para a referida classe analisar com clareza as opções disponíveis aos seus interesses enquanto parte constitutiva do “bloco dominante no que se refere aos investimentos do Estado.”⁸¹ Assim, criam-se as devidas condições para se hierarquizar as prioridades, que vão de encontro não apenas aos interesses da classe industrial no interior do bloco no poder, mas, sobretudo, as classes que embora não fossem politicamente dominantes, dispunham de um poder político sem o qual não seria possível assegurar o equilíbrio e a estabilidade político-social no núcleo orgânico do bloco no poder assegurando, assim, a sua integridade nuclear em face das prováveis fissuras que ocorrem em decorrência de conflitos políticos entre classes dominantes. Diante de uma conjuntura na qual uma crise econômica de grandes proporções afetava a predominância absoluta da estrutura mercantil primário-exportadora, Lafer, assim como outras lideranças da burguesia industrial, buscou ocupar os espaços institucionais apropriados para assumir a posição de intelectual orgânico de uma fração de classe industrial, viabilizando a ascensão política e econômica da KIC.

Nesse sentido a preocupação do deputado e idortiano Horácio Lafer com o equilíbrio orçamentário explica-se como a forma sociopolítica de uma ação empresarial que buscava firmar um projeto hegemônico empreendido pelos representantes da *Klabin*

⁸⁰LAFER, 1988, p. 130.

⁸¹HONORATO, 1987, p. 117.

Irmãos & Cia. É interessante observar um estudo feito pelo referido deputado e apresentado na sessão de 16 de Janeiro de 1934, período em que o grupo Klabin se preparava para comprar do Banco do Estado do Paraná a região de 144 mil hectares onde construiria o complexo fabril que denominaria *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose*. Por isso, julgamos importante a apresentação de um estudo feito pelo empresário e parlamentar supracitado, sobre os resultados orçamentários referentes ao decênio de 1923 a 1932⁸²:

Déficits	
1923.....	176.772:000\$000
1924.....	41.382:000\$000
1925.....	18.391:000\$000
1926.....	219.861:000\$000
1929.....	41.103:000\$000
1930.....	823.591:000\$000
1931.....	203.723:000\$000
1932.....	1.108.877:000\$000
	2.642.600:000\$000

Os argumentos apresentados por Lafer sobre a importância do equilíbrio e do controle rigoroso nas finanças públicas ficam mais evidentes ao analisarmos as palavras dele a esse respeito, que sustentavam que a

Representação na ordem política pode muito bem traduzir-se, na ordem financeira, pelo controle das despesas, exercido pelos órgãos delegados dos representantes do povo. Sob o aspecto político, a legítima representação equivale à presença [potencial] do povo nas assembleias legislativas e no exercício do poder de feitura das leis; sob o aspecto financeiro, o rigoroso controle das despesas, que se pagam com as contribuições, desse mesmo povo, exprime o exercício constante da fiscalização necessária para que o produto dessas contribuições não seja desbaratado em fins sem utilidade ou oportunidade.

O discurso apresenta o pensamento social burguês de Lafer lastreado nos princípios da democracia liberal burguesa, para a qual a eleição habilitava o político a tornar-se um representante do povo. Cumpre observar que para além do mito democrático liberal burguês, sabemos que na realidade a representação estava calcada em pilares sociais mais sólidos, posto que em sua múltipla dimensão política a realidade histórico-sociológica está dividida em classes sociais, que travam uma luta constante pela hegemonia. Portanto, Lafer não era um representante do povo, mas sim de uma

⁸²LAFER, 1988, p. 130.

fração de classe burguesa industrial em ascensão e que durante o período constitucional do governo Vargas tinha no parlamento um espaço estratégico para fazer-se enquanto classe dirigente no interior do bloco histórico que estava sendo gestado. A fiscalização necessária sobre o produto arrecadado a qual Lafer se referia tinha como fim assegurar que uma parte dos recursos pudesse ser usada no processo de financiamento a industrialização. A própria evolução do sistema bancário que seria responsável por prover os recursos financeiros ao processo de industrialização, sobretudo através de sistemas de crédito, dependeria que uma rigorosa contenção dos recursos arrecadados criasse as condições para a formação de uma engenharia social do capital financeiro que seria empregado nesse processo, delimitando assim as prioridades da política creditícia executada, que teve os industriais entre os seus maiores beneficiários.⁸³

No que diz respeito ao circuito trabalho-produção-acumulação de capital, o grupo Klabin acumulava explorando a força de trabalho através de um sistema de relações sociais de produção bastante hierarquizado, cujo resultado apresentamos na tabela I, a seguir.

1.3 – A Compra da Força de Trabalho

No que diz respeito à remuneração da força de trabalho, a *Klabin Irmãos & Cia* calculava e hierarquizava o custo da mão-de-obra do operariado que trabalhava em suas fábricas. Havia um critério de diferenciação do valor da mercadoria trabalho, de acordo com o sexo, a faixa etária e o nível de experiência profissional. Assim, a empresa comprava a mercadoria trabalho a custos mais baixos, combinando-a com o processo produtivo destinado para o mercado interno – sobretudo durante os anos 1930-1945.

A diferenciação no que se referia aos salários dos trabalhadores da *Manufatura Nacional de Porcelanas*⁸⁴, fábrica sob administração Klabin, está expressa no relatório dessa unidade produtiva, de onde foram extraídos os dados da tabela abaixo:

Tabela II

⁸³BEAUCLAIR, 1974, pp. 40-45.

⁸⁴**Boletim da Manufatura**, Ano 9, outubro-1956, n° 6. Edição Especial Comemorativa do Aniversário da Administração Klabin: 25 anos (1931-1956), **Manufatura Nacional de Porcelanas**. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. p. 36.

MÃO DE OBRA DIARISTAS	PREÇOS DE 1931 (EM MIL RÉIS)	
	P/ HORA	MENSAL
Homens sem prática	\$600	130\$000
Homens práticos	\$900	180\$000
Homens Especializados	1\$000	200\$000
Mulheres sem prática	\$400	80\$000
Mulheres práticas	\$500	100\$000
Meninos	\$400	80\$000
Meninas	\$300	60\$000

Demonstração: $\$600 \times 10 \text{ horas} = 6\000

$6\$000 \times 30 \text{ dias} = 180\000

Nota I: Não se sabe a hora exata de trabalho de cada diarista. O que torna, portanto, o cálculo variável.

MENSALISTAS	
Encarregados	300 a 400\$000
Chefes Técnicos	750 a 800\$000
Pessoal de Escritório	320 a 500\$000

Nota II: Na fonte, há uma simplificação da parcela de 300 acima citada. Na realidade, os mensalistas no exercício de funções de encarregados, chefes técnicos e serviços de escritório recebiam, respectivamente, de 300\$000 a 400\$000, de 750\$000 a 800\$000 e de 320\$000 a 500\$000. (Fonte: **Boletim da Manufatura**, Ano 9, outubro-1956, nº 6.) Para efeito de comparação, convertemos esses valores gastos com despesas na folha de pagamento com funcionários para a libra esterlina de 1931. Assim pode-se ter uma melhor noção do valor do dinheiro pago aos trabalhadores pela compra de sua força de trabalho. Conferir a tabela no anexo V.

Não obstante esse relatório faça referencia a um outro setor produtivo no qual a Klabin investiu, acreditamos que esses dados são importantes para que pensemos as dimensões hierárquicas que emergem das relações de poder que são subjacentes às relações sociais de produção em outro complexo fabril do grupo, que é efetivamente objeto desse estudo: a fábrica de celulose e papel imprensa que foi construída no Estado

do Paraná. Conforme foi indicado na tabela acima, a MNP tinha como componente de sua mão-de-obra homens, mulheres e, inclusive, meninos e meninas, aos quais a empresa Klabin pagava diferentes valores por sua força de trabalho. Cumpre observar que uma mulher que tivesse experiência no trabalho recebia um salário menor do que um homem sem experiência. Destaque-se, ainda, que a força de trabalho de uma funcionária adulta era atribuído um valor que custava pouco mais do que a força de trabalho de um menino que participava do processo produtivo. Com isso, o uso da “mão-de-obra menos onerosa de mulheres adultas e menores”⁸⁵ constituiu uma das formas pelas quais o grupo buscou concentrar capital para investir no empreendimento no complexo fabril que seria construído no Paraná. No que se relaciona com a assiduidade e a disciplina no trabalho, no relatório da MNP consta que:

O trabalhador assíduo ao serviço, além de receber o benefício da Lei, é sempre bem considerado pelo seu empregador e é, o que é mais importante, um valoroso soldado do Exército da produção nacional, desbravador da riqueza de nossa Pátria.⁸⁶

A atuação empresarial do grupo Klabin não podia, portanto, estar descolada das atividades políticas dos industriais, pois a construção da hegemonia de qualquer fração da burguesia – industrial, financeira ou comercial – precisa ocorrer para além do espaço empresarial. Por conseguinte, a ascensão da segunda geração do referido grupo empresarial as múltiplas instituições que consubstanciaram a sua posição hegemônica no complexo institucional sociedade civil e sociedade política. O que significa que a construção das IKPC deve ser entendida nas conexões entre a política e os interesses de classe, em sua relação com a política econômica e o Estado.⁸⁷ Destacamos a seguir, um outro ponto central para a criação de condições para a formação de um poder orgânico da burguesia industrial no núcleo dos espaços institucionais de importância política estratégica no decorrer dos anos 1930 – protecionismo. Segundo Leopoldi (2000:111):

Em toda a década de 1930, os industriais acompanharam o nascimento da era keynesiana, e, com ela, a transição do liberalismo econômico (na época chamado de livre-cambismo) para o protecionismo no comércio internacional. Seguem de perto as medidas protecionistas tomadas pelos governos dos Estados

⁸⁵LENIN, 1985, p. 264.

⁸⁶**Boletim da Manufatura...**, p. 34. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

⁸⁷LEOPOLDI, 2000, pp. 110-112.

Unidos, da Inglaterra e da Alemanha. Os fatos da conjuntura internacional reforçaram o seu discurso protecionista.

Os discursos do Lafer produzidos nos anos 1930 estão imersos nessa conjuntura, na qual havia uma tendência das economias descreverem um movimento centrípeto, direcionando-se para proteção dos mercados internos. As práticas de poder que emergiram nesse período permitiram que o grupo pesquisado construísse os laços orgânicos que formaram os pilares sociopolíticos das redes de poder tecidas pela segunda geração, viabilizando assim a construção-manutenção da hegemonia. Ou seja, os primos Wolff Klabin e Horácio Lafer foram favorecidos pela instabilidade externa e pelas condições políticas internas e através delas encontraram as condições para ascender politicamente e formar as bases sociais para tornarem-se lideranças dirigentes representativas para fração da classe burguesa industrial do setor produtivo industrial de celulose e artigos papel.

A relação que a família Klabin estabeleceu com Getúlio Vargas foi o núcleo-nervo do lugar de destaque conquistado pelo referido grupo empresarial no interior do bloco no poder que se formou no período de 1930-1945. Retornando aos discursos do deputado Lafer, na já referida sessão de 16 de Janeiro de 1934 sobre o ‘Equilíbrio Orçamentário e a Disciplina do Estado’, ele afirma que “(...) o equilíbrio orçamentário, importando na justiça da tributação que só deve ser exigida e despendida conforme as necessidades exatas da coletividade, é o equivalente da justiça na ordem política, para a defesa e equilíbrio de todos os direitos legítimos.”⁸⁸ A referência ao equilíbrio dos interesses legítimos decerto pode ser compreendida como aos que atendessem as demandas dos complexos empresariais de caráter fabril sem, entretanto, deixar de lado as do setor primário-exportador. Tratar-se-ia de um equilíbrio bidimensional: político e econômico.⁸⁹

1.4 – Manuel Ribas, a Klabin e as dimensões socioeconômicas de uma aliança político-empresarial

⁸⁸LAFER, 1988, p. 132.

⁸⁹Essa dupla dimensão explica-se pelo fato de que o bloco no poder do qual a burguesia industrial fez parte durante o Primeiro Governo Vargas surgia a partir de uma Revolução Passiva, e, portanto, não era possível assegurar uma estabilidade política no interior do bloco sem que se levasse em conta os interesses econômicos e políticos de classes tradicionais como, por exemplo, o da burguesia agro-mercantil.

No que se refere aos motivos que levaram o grupo Klabin-Lafer a investir na construção de um complexo urbano-industrial no município de Tibagi, interior do Estado do Paraná, é importante considerarmos o papel desempenhado por Manuel Ribas. Em relatório apresentado ao Presidente Vargas, referente ao exercício de 1932 a 1939, Ribas destacou através do Serviço de Estatística e Publicidade da Secretaria de Fazenda, a madeira como sendo um dos produtos primários de grande valor econômico no Estado.⁹⁰ No que se refere a construção de uma infra-estrutura apropriada, sobremaneira no que se referia ao setor de transportes, Ribas afirmava que era “indiscutível que a prosperidade de um Estado depende de meios fáceis de comunicação, o Governo [do Paraná] tudo tem feito no sentido de serem desenvolvidas as nossas vias-férreas e as estradas de rodagem.”⁹¹

A preocupação dele em dotar o Estado do Paraná de um complexo infra-estrutural fazia com que aos olhos dos Klabin-Lafer o investimento na construção do complexo urbano-industrial no referido Estado se tornasse algo bastante atrativo. Principalmente porque as atitudes de Ribas materializavam-se em ações concretas, não se limitando tão somente ao discurso de caráter progressista. Destacamos um fragmento de uma mensagem dele a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 16 de maio de 1935:

Senhores Deputados.

(...) Necessário é deixar patente que o meu governo, mesmo durante o período interventorial,⁹² nunca deixou de assegurar a todos, paranaenses ou não, a máxima liberdade em todos os ramos da atividade humana.

E essa afirmativa já vos fiz, de maneira clara e positiva, em 7 de janeiro deste ano, quando tomei, perante esta Assembléia, posse do cargo de primeiro Governador Constitucional do Estado.⁹³

⁹⁰Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda do RJ. Estado do Paraná. **Relatório apresentado a S. Excia. Sr. Getúlio Vargas, Presidente de República, pelo Interventor Federal no Estado do Paraná.** Exercício de 1932 a 1939. Cf. Gráfico I.

⁹¹Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda do RJ. **Estado do Paraná. Mensagem Apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manuel Ribas a Assembléia Legislativa do Estado, ao Instalar-se a 1ª Legislatura da Segunda República, em 16 de Maio de 1935.** Empresa Gráfica Paranaense, de Plácido e Silva & Cia Ltda, 1935. p. 27.

⁹²Ribas assumiu o Governo dia 30 de janeiro de 1932. Permaneceu à frente do governo paranaense durante treze anos. Primeiro como interventor, de 1932 até 1934, depois como governador, de 1935 a 1937 e, novamente, como interventor de 1937 a 1945. cf. http://www.pr.gov.br/casacivil/gov_manoelribas2.shtml O **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** também apresenta um boa síntese biográfica sobre Manuel Ribas.

⁹³Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda do RJ. **Estado do Paraná. Mensagem Apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manuel Ribas a Assembléia Legislativa do Estado...** pp. 3-4.

Decerto, o empenho do então Governador Manuel Ribas em criar a infraestrutura adequada para que a Klabin pudesse investir no empreendimento fabril no Estado sob sua gestão deixa evidente o apoio que foi dado à empresa paulista S/A Industrias Klabin do Paraná – conforme veremos mais adiante. Conforme consta nos relatórios de Ribas, ele estava ciente do potencial que tinham as florestas de pinheiros como matéria prima valiosa, posto que o Serviço de Estatística e Publicidade da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná apontava no triênio de 1935 a 1938, para o crescimento da madeira como produto de exportação, disputando lugar na economia do Estado com produtos como a erva-mate e o café.⁹⁴

No que se refere a rede de transportes houve um esforço executado pela gestão Ribas no Paraná com o propósito de dotar o Estado de um complexo rodoviário mais amplo e melhor, estendendo-se inclusive a essa preocupação tanto para as estradas de ferro quanto para o setor portuário – porto de Paranaguá. Sobre as estradas de ferro, destacamos um trecho do relatório referente ao ano de 1935 que Ribas encaminhara ao Presidente Vargas, abordando o assunto das obras da Estrada de Ferro Riosinho a Guarapuava:

Ratifico o que vos disse em 7 de Janeiro deste ano, quanto a solução de tão importante projeto, que precisa ser concluído.

A estrada de ferro São Paulo-Paraná já atacou o serviço de construção até Rolandia, devendo, dentro em pouco tempo, surgir ali outra localidade próspera, como é Londrina, já elevada a Município, em conseqüência do seu rápido desenvolvimento.

Com referencia ao ramal que, partindo de São Paulo-Rio Grande entroncasse com a linha principal da Companhia Inglesa, tenho a confirmar, também, o que já vos disse naquele momento.

Quanto a estrada de Monte Alegre, já se acha esclarecida devidamente a transação efetuada sobre a mesma e da qual somente benefícios poderão advir para o Estado.⁹⁵

Desde 1934 que a S/A. IKPC estava negociando a compra do terreno com o Banco do Estado do Paraná, para a construção da fábrica de celulose e papel, o que explica a pretensão do governo Ribas de construir um ramal ferroviário até Monte Alegre, pois se tratava da fazenda que a Klabin estava comprando do Banco do Paraná e

⁹⁴Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda do RJ. **Estado do Paraná. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor do Estado do Paraná. Exercício de 1932 a 1939.** Cf. gráfico número I.

⁹⁵Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda do RJ. **Estado do Paraná. Mensagem Apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manuel Ribas a Assembléia Legislativa do Estado, ao Instalar-se a 1ª Legislatura da Segunda República, em 16 de Maio de 1935.** Empresa Gráfica Paranaense, de Plácido e Silva & Cia Ltda, 1935. p. 27.

que, por ficar em uma região bem afastada, necessitava que meios de ligação com os centros urbanos fossem assegurados através da construção e ampliação das vias de transporte urbano adequadas ao funcionamento de um complexo urbano-fábril. O intento do então Governador em executar a construção e a ampliação do ramal ferroviário para a Rede Paraná-Santa Catarina enfrentou problemas no que se relaciona ao recebimento do material comprado, devido aos problemas de transporte marítimo. O que fez com que Ribas⁹⁶ escrevesse ao Presidente Vargas em 1943, solicitando ajuda para resolver a questão. Em 1944, um parecer do Conselho Técnico de Economia e Finanças⁹⁷, emitido pelo conselheiro Horácio Lafer, apontou uma solução possível para o problema da escassez de material rodante para ferrovias, que estava obstaculizando os planos de Ribas de ampliar da malha ferroviária do Paraná. Contemplaremos melhor esse assunto e seus desdobramentos no terceiro capítulo deste trabalho.

Sendo assim, a aliança entre os empresários Klabin-Lafer e Manuel Ribas representou um dos momentos significativos para estes industriais, posto que possibilitou-lhes a conquista de uma representativa trincheira da guerra de posições entre classes dominantes burguesa no processo de construção da hegemonia, através da obtenção de espaços institucionais a partir dos quais seria possível materializar e expandir a hegemonia para além da fábrica, partindo assim da sociedade civil para a sociedade política.

⁹⁶Acervo CPDOC/FGV – RJ. Arquivos Getúlio Vargas.

⁹⁷Acervo do Ministério da Fazenda – RJ. **Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Atas e Pareceres (1943-1944)**. Volume XIV da série Finanças do Brasil, RJ, Rodrigues & Co., 1943.

Capítulo II

INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ: A SOCIOGÊNESE DO PROJETO POLÍTICO-EMPRESARIAL (1936-1940)

2.1 – Empresa, empresários, relações sociais e luta de classes

Conforme estamos buscando apresentar, o desenvolvimento empresarial da Klabin relaciona-se diretamente com a ascensão da segunda geração da família no Estado, sob a liderança da tríade Horácio Lafer, Samuel Klabin e Wolff Klabin. O primeiro momento de edificação de uma base orgânica voltada para preparar a ação na sociedade política pelos industriais acima durante o início dos anos 1930 foi marcado por um período de crise. Não somente no cenário econômico, devido a Depressão, mas ainda, em meio a uma instável conjuntura de crise política. Nesse caso, cumpre observar que se por um lado a crise econômica e política foi prejudicial para algumas classes sociais, para KIC essa conjuntura foi bastante favorável. A ascensão política dos Klabin-Lafer aos circuitos institucionais que emergiram a partir dos anos 1930 foi o que possibilitou que principiasse a formulação de um projeto hegemônico, associado à acumulação de um sólido capital político.

A estratégia política usada pelos empresários do grupo para ascender a uma posição de hegemonia como liderança de uma fração de classe industrial do setor industrial produtor de celulose e papel teve como ponto de partida uma ampla movimentação no complexo institucional formado pela sociedade civil e sociedade política, de modo sedimentar as bases sociais que seriam os alicerces de seu poder político. Ressaltamos que esse processo é conflituoso, posto que suscita conflitos entre as classes burguesas que ocupam espaços institucionais no aparelho de Estado.

A ação política de Horácio Lafer e Wolff Kabin dava-se na sociedade civil assim como na sociedade política, posto que na prática tais empresários industriais

decerto reconheciam que os fundamentos para a elaboração de um projeto hegemônico dependeria de sua inserção nos múltiplos canais de participação política. Desde 1934 que na FIRJ – através do Presidente Francisco de Oliveira Passos – emergia a partir do pensamento político-social do empresariado a idéia de missão orgânica das classes produtoras, que seria cuidar da “organização social, econômica e política do Brasil”.⁹⁸ Essa preocupação de efetivar uma ação orgânica que viabilizasse a formação de um bloco no poder, manifesta pelas palavras de Oliveira Passos, era compartilhada por outras classes burguesas filiadas a referida associação industrial. O que não poderia deixar de se aplicar à atuação de Wolff Klabin, que no biênio administrativo de 1936-1938 tornou-se um dos representantes no Conselho Diretor da FIRJ, juntamente com outros industriais do setor produtivo papelheiro. Um ofício recebido por esta associação de classe, informava que

o Sindicato dos Industriais do Papel, por ofício de nº 2 do mês [de julho de 1936], informou que seus representantes seriam os srs. Wolff K. Klabin e dr. Antônio Bezerra Cavalcanti. (...)

o Sindicato dos Industriais de Caixas e Artefatos de Cartonagem, pelo ofício de nº 2, de 19 de junho [de 1936], elegeu seus representantes os srs. Edmundo Pereira Leite e dr. Raul R. Rudge. (...)⁹⁹

Ao nosso entender, esse ofício indica a organização de uma ação política de médio prazo, pois tinha como propósito a assegurar para Wolff Klabin (e outros industriais do setor produtivo papelheiro) a ocupação do espaço na FIRJ, que aparecera na referida associação ainda em 20 de novembro de 1934, conforme foi mencionado no capítulo anterior. A atuação política deste empresário neste órgão da sociedade civil, assim como a de Horácio Lafer na FIESP, CNI, IDORT e, posteriormente, no Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, materializava-se como uma luta pela consagração no interior dos instrumentos de poder de modo a garantir para sua classe social a institucionalização dos seus projetos nas estruturas políticas do Estado. No caso significavam financiamento público e apoio político e jurídico do Estado para a execução dos investimentos dos Klabin-Lafer enquanto empresários representantes dos interesses de uma fração de classe industrial. Firmar-se como uma dos representantes da

⁹⁸Biblioteca da Firjan. **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, Atas da Diretoria. 20 de Novembro de 1934.

⁹⁹Biblioteca da Firjan. **Ata da Reunião Especial do Conselho Diretor da Federação Industrial do Rio de Janeiro** para a eleição da nova Diretoria, durante o biênio administrativo de 1936 a 1938, realizada em 14 de Agosto de 1936.

Klabin Irmãos e Cia e do Sindicato da Indústria do Papel no Rio de Janeiro na FIRJ foi, sem dúvida, um dos meios pelos quais Wolff Klabin pode ascender, via sociedade civil, para um expressivo degrau rumo a um nível superior no complexo institucional do Estado – aparelhos privados, relações interpessoais, órgãos técnicos e consultivos, ministérios, interventorias estaduais, bancos. O projeto hegemônico da Klabin foi executado em uma ampla frente de batalha, articulando guerra de movimento a guerra de posição, pois somava-se a atuação de Wolff na FIRJ a de Horácio Lafer no complexo CIESP-FIESP, do qual Lafer ocupou o cargo de diretor por mais de três mandatos entre 1930 e 1935.¹⁰⁰

O reconhecimento de que para consolidar a hegemonia era importante a ocupação dos postos avançados no interior da sociedade civil decerto foi uma das percepções da Klabin, que buscava exercer a política da empresa através de uma crescente participação dos seus empresários na política. A permanência de Wolff Klabin no Conselho Diretor da FIRJ¹⁰¹ no biênio administrativo de 1936-1938 fazia parte da estratégia de uma ação política da qual ele não era tão somente executor, mas uma das lideranças orgânicas do projeto hegemônico de uma fração da burguesia industrial a qual a Klabin estava ligada. Tratava-se de uma atuação do grupo Klabin-Lafer na grande política, buscando criar o consenso no jogo de alianças através da formulação orgânica de uma atuação política dos industriais ligados ao grupo e da consagração de Wolff e Horácio como líderes orgânicos de um projeto político que emergia a partir da sociedade civil.

Cabe ressaltar, entretanto, que a ascensão econômica e política do referido grupo empresarial ocorreu em uma conjuntura na qual a economia brasileira passava por mudanças em sua estrutura produtiva, de modo que o complexo agrário-exportador perdia a sua hegemonia para o eixo produtivo urbano-industrial¹⁰², que ascendia aproveitando-se inclusive da emergência da expansão das atividades ligadas ao mercado interno, o que muito beneficiou o setor industrial¹⁰³. Contudo, para que a burguesia industrial conquistasse os espaços hegemônicos ela não poderia prescindir de uma ativa participação política. Portanto, as ações políticas dos empresários da KIC inscrevem-se nesse processo. Para tanto, entendemos que é essencial pensar a Klabin como grupo

¹⁰⁰LEOPOLDI, 2000, p. 79.

¹⁰¹Biblioteca da Firjan. Ata da Assembléia da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 17 de Setembro de 1936.

¹⁰²OLIVEIRA, 2003, p. 35.

¹⁰³BEAUCLAIR, 1974, p. 05.

empresarial a partir de suas atuação como agentes políticos e econômicos no meio empresarial. O conceito de grupo econômico¹⁰⁴, formulado por Martins, é central para pensarmos as representações da Klabin nesse sentido. Para o referido autor, grupo econômico é entendido “como ‘conjunto estável e relativamente poderoso de firmas interligadas pelo capital e o poder de decisão de dirigentes comuns’”. Explicando a aplicação desse conceito no estudo de História Social das Empresas, destaco as palavras de Martins (1967:14):

Empresa aqui é tomada não como sinônimo de estabelecimento e sim de grupo de estabelecimentos interligados e o empresário como dirigente principal quanto ao poder de decisão. Pelo conceito de grupo alcancei a base real de atuação do empresário e, neste caso, a dimensão social adequada da sua ação.

Com base nesse conceito, buscamos definir a Klabin como grupo empresarial, uma vez que pretendemos frisar que a história social de uma empresa tem uma estreita relação com a atuação social e, portanto, política dos empresários. Nesse caso, a atuação do grupo empresarial está além dos limites de empresa, e se estende para o Estado. Entendemos que os primos Wolff Klabin e Horário Lafer desempenhavam, através de suas ações no complexo sociedade civil / sociedade política, o papel de dirigentes do grupo e de executores da ação político-social como representantes dos interesses de frações da burguesia industrial no Estado pós-1930. No que se refere ao mercado interno, a burguesia industrial do setor produtivo do papel buscava se afirmar valendo-se do mito da burguesia nacional e, portanto, exigia que o mercado nacional para artigos de papel lhe fosse reservado. Destacamos duas correspondências recebidas pela FIRJ, em 20 de Novembro de 1936, citadas na Ata da referida federação:

Carta remetida ao Sindicato dos Industriais de Papel apresentando congratulações pela medida adotada quanto a utilização obrigatória do papel nacional nas repartições públicas; carta do Sindicato dos Industriais de Papel agradecendo as congratulações enviadas pela Federação no tocante à medida tomada pela Comissão de Padronização do Material do Expediente das Repartições Federais quanto ao uso obrigatório do papel nacional nos fornecimentos do Governo da União.¹⁰⁵

¹⁰⁴QUEIROZ, 1962. Apud MARTINS, 1967, p. 14 / nota: 8.

¹⁰⁵Biblioteca da Firjan. **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada em 20 de Novembro de 1936.

Assim, para os interesses da burguesia industrial do setor produtivo do papel não se tratava somente de assegurar o mercado nacional para os seus interesses econômicos, mas, sobretudo, de garantir um lastro político para que fosse possível obter do Estado o apoio necessário para proteger a integridade de seus interesses. Coube a segunda geração da KIC um papel decisivo nessa acumulação de capital político, processo que permitiu a empresa galgar um crescimento em diversos setores produtivos ao longo dos anos 1930 e 1940. A Guerra de Posições viabilizou ao tripé Horário Lafer, Samuel Klabin e Wolff Klabin a conquista de espaços institucionais que viabilizaram a solidificação de uma sólida base política para o grupo e, portanto, criando as condições para a expansão dos investimentos empresariais da KIC no setor fabril. O que, obrigatoriamente, fazia com que a Klabin, como representante de frações de classe industrial, tivesse como ponto de partida uma ação estratégica que estivesse além do espaço de fábrica. Para os empresários da Klabin:

O Crescimento de uma empresa só é sólido quando corresponde, com ousadia e lucidez, ao que os novos tempos estão pedindo. Foi o que aconteceu com a Klabin nos anos [1930]. São Paulo e o Brasil, que se transformavam, nela encontrariam respostas ágeis e ousadas. (...)

Nas ruas, os postes de luz elétrica e as buzinas dos carros prenunciavam a modernidade. O País inteiro se agitava. Mulheres exigiam voto, educadores clamavam por reformas no ensino, trabalhadores por condições mais justas, empresários por medidas que beneficiassem a indústria nacional e não apenas a velha oligarquia do café.¹⁰⁶

No ano de 1936, já estavam em curso os preparativos da Klabin para investir na formação de um complexo fabril no Estado do Paraná, entretanto, para isso o grupo contava tanto com a ajuda dos governos desse Estado quanto do governo Federal. A habilidade política para aproximar-se do chefe do Executivo foi essencial para que Horário Lafer e Wolff Klabin pudessem ascender a uma posição de destaque no interior do complexo institucional que integra o Estado. A começar pela própria consagração como liderança, e o reconhecimento da parte das classes dominantes e dirigentes ligadas ao poder Estatal de que os Klabin eram os mais aptos para executarem o investimento da construção do complexo fabril no Paraná, voltado para a produção de celulose e papel imprensa. Novamente é essencial frisar que embora nosso trabalho analise o envolvimento da *Klabin Irmãos & Cia* no processo de construção das *Indústrias Klabin*

¹⁰⁶**Klabin 100 Anos.** Dezembro, 1999. p. 13

do Paraná de Celulose, a história social da empresa Klabin não pode ser compreendida em sua totalidade sem que se faça a tradução desse projeto empresarial em suas dimensões sociopolíticas, apresentando, assim, as formas pelas quais o grupo hegemonizou através da ação política os próprios interesses de classe. Em outras palavras, materializar-se politicamente como classe dominante para assegurar uma base sólida para a expansão empresarial vislumbrada. As trajetórias de Wolff Klabin e Horácio Lafer demonstram que esses industriais perceberam que a prática política era, por excelência, uma força motriz para seus projetos empresariais. Os interesses políticos e econômicos precisavam consolidar-se a partir de relações sociais direcionadas, cada vez mais, para a sociedade política.

Nesse sentido, a gradativa inserção na grande política foi a forma pela qual a Klabin buscou formular, organicamente, os próprios métodos de ação política através de uma crescente atuação nas instituições da sociedade política. A ação política somente resulta em uma acumulação do poder político quando esta consegue atuar sobre as relações sociais em seu conjunto, ampliando sua posição de dominação nas agências que formam as conexões entre sociedade civil e sociedade política. Em outras palavras, quanto mais ampla for a influência política dos industriais nas instituições do Estado através de suas lideranças orgânicas, tanto maior e mais sólida será a dominância exercida por essa classe no interior das superestruturas políticas compõem o poder institucionalizado do Estado, permitindo, assim, que ela venha emergir como classe dirigente.¹⁰⁷ Analisando a partir dessa abordagem, entendemos que tanto Wolff Kabin quanto Horácio Lafer circunscreveram, como intelectuais orgânicos do grupo empresarial ao qual pertenciam, as valências necessárias para a ascensão da Klabin a um patamar que lhes permitiu ocupar, a partir dos anos 1950, uma posição hegemônica.

Cumprido observar, entretanto, que embora o decorrer dos anos de 1930 tenha representado um período importante para a execução de um projeto hegemônico para os burgueses industriais da Klabin, não se pode afirmar que o grupo tenha conseguido consolidar sua posição hegemônica nesse período. Embora o ponto de partida tenha, indubitavelmente, o primeiro decênio Vargas como marco, seria precipitado afirmar que o grupo tornou-se hegemônico ainda durante esse período. Paradoxalmente, tampouco o período correspondente ao Primeiro Governo Vargas poder ser entendido como a fase em que a burguesia industrial pudera obter uma posição estável no interior do bloco no

¹⁰⁷POULANTZAS, 1977, p. 40.

poder, portanto, seria imprudente afirmar que os Klabin-Lafer dispusessem de uma hegemonia nesse período. Todavia foi um período essencial tanto para a expansão empresarial da Klabin como, sobretudo, para sua gradativa consagração política no pós-1945 quando, finalmente, Horácio Lafer pode retomar suas atividades como deputado classista – dando maior amplitude a circulação entre as agências que ligavam a sociedade política a civil ou, em outras palavras, entre as vários espaços de poder político que compõem o complexo mosaico da superestrutura da uma formação social cuja base capitalista predominantemente urbano-industrial estava em construção.

O Primeiro Governo Vargas foi expressivo para a KIC porque representou, para os empresários que ocupavam posições de destaque no Estado-maior da diretoria Klabin naquele período – Wolff Klabin, Horácio Lafer e Samuel Klabin – o tempo da maturação de uma engenharia social da hegemonia que tinha nas relações sociais a base da acumulação de um capital político que permitiu a ascensão desses burgueses nos aparelhos de Estado. Vejamos melhor como tal fato se deu com os dois primeiros industriais supracitados. A Wolff coube um papel central nessa acumulação de capital político – no caso um capital simbólico que confere poder e prestígio –, pois ao edificar a rede de contatos pela qual o seu grupo empresarial buscava compor as alianças políticas que viabilizariam a inserção nas instituições adequadas a composição de princípios orgânicos que viabilizassem o ingresso e a acomodação no bloco no poder, ele exerceu um papel decisivo como um agente político decisivo na trajetória da segunda geração da Klabin em busca de uma posição hegemônica. Nesse sentido, o referido industrial criou uma engenharia das relações sociais, observável através da proximidade com o próprio chefe do executivo federal (Anexo I) e de outros agentes poderosos do período. A exemplo de Francisco de Assis Chateaubriand (Anexo II), Manuel Ribas e, inclusive, Oswaldo Aranha.

A proximidade com agentes que desfrutavam de uma posição proeminente no cenário político-social fazia parte de uma estratégia significativa para o grupo, que, sem dúvida, através do prestígio e do poder de seus aliados ampliava e solidificava a posição de dominação que, através de atividade política, que ligava a *Klabin Irmãos & Cia* as superestruturas de formavam os centros das diversas agências do Estado nas quais se constroem as bases orgânicas da hegemonia. É importante evidenciar, entretanto, que esse processo é bastante complexo e, sobretudo, conflituoso. O que implica ressaltar que ele é pontuado por embates entre classes empresariais, que lutam

para galgar uma posição central nos postos de comando que integram as muitas engrenagens institucionais onde se faz a política no Estado.

Isso implica negar o caráter débil e frágil da burguesia industrial brasileira, que embora não tivesse assumido a condição de classe dirigente no decorrer do Primeiro Governo Vargas, nem por isso deve receber o epíteto de lhe foi passado por uma historiografia de matriz dependentista. Portanto, é inegável que embora a burguesia industrial brasileira já tivesse, desde a Primeira República, força política para cerrar fileiras nos seus respectivos aparelhos privados e na sociedade política para a partir deles, defender os seus interesses de classe, foi somente a partir da conjuntura que se abriu a partir de 1930 que a classe industrial pode ascender a uma participação mais ativa no Estado. Em outras palavras, somente a partir desse período a burguesia industrial teve condições de implementar realmente suas formulações classistas, obtendo uma maior participação em agências Estatais. Entidades de classe como FIRJ, CNI e FIESP criaram uma ossatura orgânica que foi bastante eficaz para obter ressonância junto as frações das classes dirigentes com as quais conseguiam apoio aos seus projetos. Assim, em 10 de julho de 1936, Wolff Klabin estava terminando seu mandato do Conselho de Diretor da FIRJ. Ele participou da eleição na qual Guilherme Guinle, Mário de Andrade Ramos e Raymundo Ottoni de Castro Maia foram escolhidos como representantes classistas. O que indica que este empresário da tinha participação relevante na FIRJ e, por conseguinte, na então Capital Federal, onde mantinha contato com demais representantes da classe industrial.

2.2 – A Klabin Irmãos & Cia e o Estado Novo: negócios, economia e política

A conjuntura instável que atingiu o liberalismo enquanto paradigma político dominante criou as condições para que a burguesia industrial tivesse uma participação mais ativa no interior do bloco histórico que culminaria em muitos países na emersão de sistemas políticos Autoritários, a exemplo do que ocorreu no Brasil a partir de 1937. Entretanto, isso jamais excluiu a burguesia industrial da participação política, ao contrario, ela teve durante o Estado Novo, um papel decisivo para a manutenção da estabilidade nuclear do bloco no poder. No caso de família pesquisada, Horácio Lafer e Wolff Klabin tiveram um papel significativo no interior das instituições que, durante o Estado Novo, permitiram a burguesia uma ampla circulação no complexo institucional sociedade civil / sociedade política.

Portanto, não se deve interpretar a ditadura do Estado Novo como uma restrição a atividade política do empresariado, fazendo uma leitura vertical do poder estatal que desconsidere que o Estado é uma relação social. Leitura essa que não cabe ao estudo da história e que tampouco é apropriado para estudar as relações sociais que emergiram da complexa correlação de forças entre as múltiplas classes que se relacionavam no sentido de estabilizar os conflitos através de uma aliança política. As relações políticas passaram a se dar, cada vês mais, no interior desse Estado Autoritário, que buscou representar os anseios das muitas classes que formavam a ossatura orgânica do bloco no poder através da intermediação das relações de classe nas malhas de um regime autoritário que representaria a nação brasileira, símbolo máximo dos interesses coletivos.

As classes dirigentes apenas sustentariam a sua dominação se criassem um “Estado Autoritário [que tivesse] uma doutrina em torno da qual [se pudesse] postular a existência de um consenso de opinião nacional.”¹⁰⁸ Se sobre as classes trabalhadoras a coerção foi determinante para dispersar tanto opositores quanto aqueles seguimentos que relutavam em aderir ao projeto autoritário, o mesmo não poderia se aplicar como método de resolução das contradições internas ao próprio Estado. Os conflitos interestatais não poderiam ser resolvidos pela variável coerção, nesse caso, somente a criação de um consenso nacional entre as muitas classes e frações que se relacionavam com o poder (seja como dirigentes seja como dirigidos) permitiria evitar uma crise orgânica capaz de romper a estrutura política.

Nas palavras de Azevedo Amaral¹⁰⁹:

O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, esse partido é constituído pela própria Nação. (...) [No] Estado autoritário, o eixo da sua organização estrutural e o foco de irradiação do seu dinamismo é o próprio Chefe da Nação.

A autoridade é a expressão dinâmica da vontade coletiva compelindo as forças da iniciativa individual a manterem-se dentro de limites compatíveis com a segurança estrutural do sistema.

[No] rumo que só poderemos seguir pelas normas da democracia autoritária estão as perspectivas da consolidação da nacionalidade, da expansão das suas forças econômicas e do apuro da sua cultura. O golpe de Estado de 10 de Novembro foi a nossa primeira revolução-construtiva.

¹⁰⁸AMARAL, 1938, p. 191.

¹⁰⁹Idem, 1938, pp. 192; 277; 279.

A participação mais ativa da burguesia industrial no poder se fortaleceu com a maior inserção dos membros de seus aparelhos privados de hegemonia nos órgãos consultivos que exerceram, na sociedade política, um importante papel político. Uma vez que permitia aos empresários industriais encaminharem ao executivo seus pareceres sobre questões relativas a política econômica. A direção hegemônica que se construiu a partir do Estado Novo abriu espaços para que o raio de participação política do empresariado industrial se ampliasse no interior das instituições que faziam parte do próprio Estado. O livre trânsito das lideranças que formavam os Estados-maiores da política empresarial através seus aparelhos privados para os órgãos técnicos representava uma fase da construção dessa hegemonia. Assim, a imbricação das esferas pública e privada se insere no estratagema de penetração política dos industriais nas arenas institucionais do Estado Autoritário de modo a influenciar na direção das políticas públicas que orientariam a implantação do modelo produtivo urbano-industrial.

Horácio Lafer, conforme afirmamos acima, teve um papel de destaque como representante industrial. A ação política de Lafer e Wolff Klabin tem uma dimensão que não pode ser entendida de forma dissociada, posto que ambos eram sócios no empreendimento que culminou com a construção do complexo fabril da Klabin no Estado do Paraná, com a ajuda de Manuel Ribas e Getúlio Vargas, respectivamente interventor do Estado do Paraná e Presidente da República. Se durante o período democrático do governo Vargas Horácio Lafer destacou-se como deputado, nem por isso a interrupção de sua carreira parlamentar durante o Estado Novo vedou-lhe a ação política, que foi deslocada para os canais institucionais que emergiram no período em questão, como o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

A brecha que se abriu para a transformação da estrutura econômico-social brasileira durante o Primeiro Governo Vargas viabilizou a gradativa ascensão do pólo produtivo urbano-industrial como eixo dinâmico da economia e de uma participação mais ativa da burguesia industrial no complexo sociedade civil / sociedade política através de uma sistemática composição de aparelhos privados nas quais os industriais formavam as lideranças encarregadas de assumir o papel de classes dirigentes durante o processo de hegemonização¹¹⁰ das aspirações políticas e econômicas de sua classe. Por

¹¹⁰Tratou-se de um processo lento, posto que não foi concluído durante o Estado Novo. Entretanto o período Autoritário foi importante para que a burguesia industrial pudesse compor uma unidade orgânica, da qual surgiram as lideranças que, de dentro das superestruturas que compunham as engrenagens político-sociais do Estado, criar as condições políticas para atender os seus interesses de classe. Embora não se possa afirmar que a ditadura Estadonovista representou um momento no qual o empresariado

consequente, com o propósito de obter uma participação mais ativa no interior das agências que formavam os muitos fios que integravam os circuitos sociais, políticos e econômicos do Estado, é que se fazia essencial à formação de um Estado-maior burguês que pudesse representar a burguesia industrial na sociedade política. Com o propósito de analisarmos a formação desse processo no caso da Klabin, daremos atenção aos discursos do deputado Horário Lafer. Em Sessão realizada em 26 de maio de 1936, na qual se parlamentava sobre as funções do crédito e organização do sistema bancário, as considerações do referido empresário são bastante interessantes.

Sr. Presidente, é fato corriqueiro que o futuro do nosso país depende da sua situação econômica. Não temos instrução generalizada, nem saúde suficientemente defendida, porque somos um povo pobre, de recursos explorados apesar de rico em possibilidades. Através do nosso território, milhares de pessoas trabalham subalimentadas em um standard de vida rudimentar, ineficientes, porque sem saúde. Nos orçamentos, apenas providos – e nem sempre – de um mínimo para a satisfação das suas necessidades, o remédio não pode ser encontrado. Os orçamentos vivem não para o povo, mas, sim, dele, no sentido do que muito pouco resta para obras reproduzidas que impulsionem o nosso progresso.¹¹¹

A preocupação com o equilíbrio orçamentário indicava uma ação política pela qual buscar-se-ia definir as prioridades para o investimento dos recursos do Estado. Portanto, Lafer indicava a preocupação em delimitar, de forma mais objetiva, o montante de investimento que deveria ser aplicado, propriamente, na produção fabril. Entretanto, Lafer pensava a questão da implementação de políticas públicas voltadas para a industrialização não apenas no que se refere aos planos orçamentários. No que se refere à preocupação com as condições de saúde da classe trabalhadora, cumpre observar que a Klabin exercia uma política assistencialista para com os seus empregados, que em alguns casos conciliava-se com uma pedagogia assistencial-sanitária. O que implica sustentar que ao mostrar-se preocupado com a saúde dos trabalhadores e, por conseguinte, em criar as condições pelas quais fossem possíveis explorar a potencialidade da força de trabalho fabril em toda a sua plenitude, o referido empresário estava preocupado, sobretudo, em disciplinar a mão-de-obra que trabalharia

industrial tornou-se hegemônico, não se pode, entretanto, negar que foi a partir das instituições autoritárias que se formou, entre as burguesias industriais, as condições para uma adesão orgânica em torno de um projeto hegemônico que seria construído no interior do bloco no poder do qual as lideranças desta classe faziam parte.

¹¹¹LAFER, 1988, p. 429.

em suas fábricas. Destacamos, a título de exemplo, uma parte do relatório do Boletim da Manufatura Nacional de Porcelanas, que estava, desde 1931, sob a gestão Klabin:

(...) Quando se tem em vista a assistência sanitária, é mister, antes de mais nada, evitar as moléstias, até porque é mais fácil evitá-las que remediá-las. (...) Para consegui-lo, no nosso caso, todo o esforço deve ser posto no sentido de ensinar o operário a defender a própria saúde, ministrando-lhe ensinamentos transmitidos por profissionais competentes. (...) Qualquer empregado, quer categorizado, quer operário, quando falta ao serviço por doença passa pela Secção do Pessoal, para apanhar guia para o Serviço de Clínica Médica. Aí examinado, ou é licenciado ou é encaminhado ao Serviço Especializado.¹¹²

A preocupação de Lafer com as funções do crédito e, inclusive, com a organização do sistema bancário, não pode ser explicada apenas pelo caráter dos interesses econômicos da KIC, empresa da qual ele era sócio e representante em um dos espaços da sociedade política, atuando como parlamentar. O referido industrial preocupava-se em apresentar as propostas de saneamento das finanças, que segundo ele, teria como meta apoiar a produção. É imprescindível que levemos em conta que, desde 1934, estava em andamento a transação entre a *Klabin Irmãos & Cia* e o Banco do Estado do Paraná, através da qual a primeira compraria a propriedade de 144 mil hectares, localizada no município do Tibagi, interior do Paraná com o propósito de construir a fábrica de celulose e papel imprensa. No discurso pronunciado por Lafer, encontramos o modo pelo qual ele abordava a sua perspectiva sobre o papel do crédito:

É pois a situação econômica que concorrerá, que determinará o saneamento das nossas finanças; e situação econômica se resume em produção.

Como produzir bem e muito – este deve ser o programa de todos os governos.

É um aspecto da questão que peço licença para agora tratar.

O capitalismo anterior à guerra de 1914 se caracterizava (...) por uma variedade generalizada de fortunas e de empresas particulares, em contraste com bancos e capitais concentrados, que pouca influência tinham.

A base da fortuna pública era a economia particular. Depois de 1914, a situação mudou radicalmente. As grandes perdas de

¹¹² **Boletim da Manufatura**, Ano 9, outubro-1956, nº 6. Edição Especial Comemorativa do Aniversário da Administração Klabin: 25 anos (1931-1956), **Manufatura Nacional de Porcelanas**. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. p. 25. Na referida fonte, constam os serviços ambulatoriais que eram prestados pelas clínicas da empresa durante 1950-1955. Não iremos arrolar esses dados, Entre os quais, destacamos: clínica médica, clínica Oto-Rino-Laringo-Oftamológica, clínica Urológica, clínica Ginecológica, clínica Obstétrica (encaminhados ao SESI), clínica Cirúrgica (pequena cirurgia – decerto voltada para emergências como acidentes de trabalho). p. 26. Nesta página pode-se conferir, ainda, os dados estatísticos referentes a tal período, que optamos por não arrolar nesta nota.

capitais, as necessidades de reparar o que a guerra destruíra, de reformar as instalações de acordo com os progressos da técnica, exigiram recursos que a economia particular não mais podia fornecer. O capitalismo chamado *d'épargne*¹¹³ passa a ser o crédito. É ao crédito que todos os países recorrem para manter o seu progresso, para desenvolver todas as fontes ainda não utilizadas da produção.¹¹⁴

É interessante observar que muitas das demandas presentes nos discursos deste deputado classista foram atendidas pelo governo Vargas. A solicitação de um sistema de crédito que fosse capaz de atender as necessidades da industrialização está, também, presente nos discursos do deputado Lafer. Assim como demais burgueses industriais, Horácio Lafer indicava que cabia ao sistema bancário subsidiar o processo de industrialização. Não é demais lembrar que desde 1934 a *Klabin Irmãos & Cia* estava envolvida na compra de uma extensa área no Estado do Paraná e negociava com o BEP as condições pelas quais compraria a propriedade, que era dotada de riquezas minerais e vegetais, além de fartos recursos hídricos. Sabemos que “o sistema bancário exerceu papel importante na assistência ao desenvolvimento industrial da época Vargas”,¹¹⁵ e que o empresariado industrial foi uma das classes que mais se beneficiou com financiamento. Entretanto, isso não deve ser compreendido como uma benesse estatal que emergiu como política pública para auxiliar uma burguesia frágil e, portanto, incapaz de assegurar os próprios interesses. O surgimento de uma política creditícia para contemplar a burguesia industrial deve-se às pressões que emanavam dos representantes classistas das diversas frações desta classe, sem os quais não seria possível a sustentação política do bloco no poder com o qual o chefe da nação tinha que dialogar, posto que seria impossível governar acima das classes dominantes e dirigentes. Prosseguindo no discurso supracitado de Lafer:

(...) Na Itália o fascismo já foi denominado a ‘política de crédito’ (...). A Itália, buscando os recursos da economia particular, usando o redesconto, aplicando os capítulos dos Institutos de Previdência, fez uma organização de crédito a longo cujos resultados são extraordinários. Na agricultura, por exemplo, a colheita de trigo subiu de 51.280.000 quintais ou 11 quintais por hectare em 1925 a 81.000.000 ou 16 quintais por hectare em

¹¹³A expressão francesa significa, neste caso, economia, parcimônia ou poupança. A nosso entender, Lafer usou a expressão para indicar a passagem de uma organização econômico-social onde as empresas precisavam, cada vez mais, abandonar a estrutura societária familiar para compor, através da formação de sociedades anônimas, capital suficiente para executar seus empreendimentos.

¹¹⁴LAFER, 1988, p. 429.

¹¹⁵BEAUCLAIR, 1974, p. 45.

1932; o arroz de 441.000 tonel em 1922 a 554.000 em 1931; o queijo de 145 mil quintais a 403 mil; (...) Na indústria a percentagem é a mesma. Graças à organização do crédito, a Itália, pobre e superexplorada, conseguiu viver e prosperar.¹¹⁶

Também foram usados, como exemplos de países que aplicaram com êxito uma política creditícia, a Suíça, a Alemanha e a França, indicados no discurso, que apresentaremos mais adiante. O Banco do Brasil foi o executor dessa política creditícia, embora somente após 1936

com o funcionamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil é que podem ser encontradas cifras que exprimem os empréstimos concedidos à indústria por aquela instituição de crédito. Os termos do ofício do Banco do Brasil dirigido ao Conselho Federal do Comércio Exterior em 1941, esclarecem que a referida carteira, até a àquela época, já havia colocado em mãos dos produtores do país a elevada soma de Rs. 1.613.880:351\$50 assim distribuída: empréstimos agrícolas (685.112:276\$20), empréstimos pecuários (479.710:878\$70) e empréstimos industriais (449.057:196\$60).¹¹⁷

Não obstante o montante destinado ao setor fabril seja menor, ainda assim os industriais foram, em termos relativos, a classe empresarial que mais se beneficiou com o sistema de crédito, sobremaneira quando levamos em conta “que o número de empresas manufatureiras era bem inferior às existentes no setor agrícola e pecuário.”¹¹⁸ A respeito da cobertura creditícia, a família Klabin-Lafer foi beneficiária do Banco do Brasil, que financiou a empresa Sociedade Anônima Indústrias Klabin do Paraná, que foi constituída em 20 de outubro de 1934, em São Paulo. Assim como os demais empresários industriais, havia da parte do grupo Klabin a compreensão de que um empreendimento da envergadura que se pretendia executar no Estado do Paraná dependia de um montante de investimento que estava além das possibilidades da *Klabin Irmãos & Cia*, seria, portanto, preciso a abertura de uma linha de crédito para torná-lo viável.¹¹⁹

¹¹⁶LAFER, 1988, p. 430.

¹¹⁷BEAUCLAIR, 1974, pp. 44-45.

¹¹⁸Idem, 1974, p. 45. Beauclair destaca, ainda, que os bancos privados forneciam, através de suas carteiras comerciais, crédito capaz de suprir em boa medida as demandas dos ramos manufatureiros. Cumpre observar que, ao usar o termo manufatureiro, Beauclair refere-se ao setor fabril. Portanto, tratam-se de manufaturas fábricas, as quais o autor analisa a história de sua evolução a partir do que ele classificou como um setor “maquinofatureiro” que, já na primeira metade do século XIX, apresentava-se como “verdadeiras fábricas”. BEAUCLAIR, 1992, p. 86.

¹¹⁹Não se tratava tão somente da obtenção das condições para a compra da maquinaria para equipar a fábrica e da contratação de mão-de-obra especializada (que veio do exterior), o que por si constituiria uma elevada cifra em investimento. Seria preciso o fornecimento de todo um complexo infra-estrutural, que

Tudo nos leva a crer que para assegurar e mesmo ampliar as bases sociais da dominação política nos espaços das relações sociais a Klabin buscou consolidar seu poder político atuando na sociedade civil e na sociedade política, particularmente em São Paulo e na Capital Federal. Decerto que ao analisarmos o perfil social dos sócios Horácio Lafer, Wolff Klabin e Samuel Klabin, perceberemos as especificidades de cada um no campo das relações sociais. Horácio, desde cedo, tomava parte ativa na sociedade civil (Anexo III), entretanto, seu ingresso no Legislativo foi de extrema importância para impulsionar o projeto hegemônico do grupo. Já Wolff e Samuel Klabin concentraram esforços político-sociais através de instituições de sociedade civil, onde obtiveram seus aliados. Já mencionamos anteriormente um pouco sobre a atuação de Wolff Klabin nas associações de classe como a FIRJ e, inclusive, no Sindicato dos Industriais do Papel do Rio de Janeiro. Falta, todavia, abordar o que sabemos sobre Samuel Klabin. A biografia desse empresário aponta que ele foi “um dos mentores do projeto de construção da primeira fábrica integrada de celulose e papel imprensa no Brasil, denominada Industrias Klabin do Paraná de Celulose”.¹²⁰ Porém, a dimensão do técnico no setor produtivo papelero não impediu seu desempenho na esfera das relações sociais, que são, sobretudo, políticas. Samuel conseguiu, conforme mostraremos mais adiante, intermediar para o empreendimento fabril no Paraná o apoio de Getúlio Vargas e Artur de Souza Costa. Pensando no perfil de empresários industriais que tiveram uma expressiva atuação político-social (a exemplo dos três nomes supracitados), acreditamos necessário e, até mesmo, indispensável, reforçar que os empresários não podem ser estudados tão somente como agentes econômicos, e que é importante analisá-los como agentes políticos.

implicava na construção e/ou ampliação de ramais ferroviários e de rodovias e, inclusive, urbanização. A soma de todas essas variáveis em investimento fez com que a Klabin tivesse, junto a sua unidade fabril no Paraná, uma verdadeira cidade-empresa, alterando definitivamente a paisagem local. Segundo Rosélia Piquet (1998:80), o núcleo habitacional construído nas proximidades do complexo fabril em Monte Alegre “chegou a apresentar as características de uma *company-town*, uma vez que continha, além das moradias, todos os equipamentos urbanos essenciais, abrigando a totalidade do pessoal ligado às atividades fabris.” Um excelente trabalho sobre essa estrutura urbana construída para atender ao empreendimento Klabin no Estado do Paraná pode ser lido em FERNANDES (1973), conforme já foi mencionado em nota no capítulo anterior.

¹²⁰Cf. Biografia de SAMUEL KLABIN, elaborada pelo ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. Samuel era filho de Luba Klabin Segall e Salomão Klabin sendo, o único membro da segunda geração que tinha formação técnico-empresarial, tendo o conhecimento técnico que poderia ser aplicado a planta fabril que sua família estava desenvolvendo. Ema Gordon Klabin, em Depoimento datado de 04 de maio de 1992, ressaltou o seguinte sobre o papel desempenhado pelo referido empresário: “o Samuel sim...era o único que era o técnico mesmo os outros eram mais comerciantes...(risos) agora ele sim, ele tinha feito curso na Alemanha, era o único que entendia mesmo de fabricação de papel (risos).” p. 13. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

No caso, a atuação política da burguesia industrial tinha como estratégia a participação em setores da sociedade civil e da sociedade política, com o propósito de consubstanciar para além do espaço fabril as bases para a construção de sua hegemonia. O grupo estudado apresenta um exemplo interessante nesse caso, pois sua ação política se ramificou e se expandiu através de todo um complexo institucional que lhe assegurou, no final dos anos 1940, uma confortável posição hegemônica enquanto representante de uma classe industrial.¹²¹ O que demonstra, a nosso entender, que a história social da empresa Klabin no período estudado, não pode ser dissociada da ação política dos empresários da KIC e das formas pelas quais as suas lideranças empresariais construíram a hegemonia no Estado partindo de uma ativa participação no complexo institucional sociedade civil / sociedade política.

O investimento da Klabin na construção de uma fábrica de celulose e papel no Estado do Paraná foi sem dúvida um empreendimento bastante arriscado. Sobretudo quando levamos em conta que a compra das máquinas ocorreu durante a Segunda Guerra, o que explica o fato de que a Indústria Klabin do Paraná somente foi concluída em 1947. Por que o grupo empresarial Klabin-Lafer aceitou investir na construção desse complexo fabril em meio a uma instável conjuntura de guerra? Acreditamos que a explicação está nas próprias necessidades que se acentuaram nos períodos de crise. Entendermos que ao acentuar os riscos de uma escassez de papel, a crise econômica chamou a atenção para a importância em investir em determinados ramos, como a produção de celulose.

Nesse sentido, a década de 1930¹²² a crescente dificuldade de se importar tanto papel quanto celulose para as fábricas, acentuou a necessidade de financiar

¹²¹Não obstante essa posição hegemônica tivesse consolidada ao final dos anos 1940, a segunda geração somente sentiria a consagração dessa posição no Segundo Governo Vargas, quando Horácio Lafer foi nomeado Ministro da Fazenda (01/02/1951-15/06/1953). A Pasta da Fazenda era, decerto, um expressivo espaço da sociedade política e sintetizou a coroação simbólica de Lafer como uma das lideranças orgânicas da classe industrial da qual ele era uma das lideranças de destaque, ao lado de Wolff e Samuel Klabin.

¹²²SUZIGAN, 2000, pp. 25-30. Este autor abordando o a teoria dos choques adversos, destaca a ela não pode ser analisada como uma teoria de interpretação geral. Acreditamos que ela pode ser uma valiosa chave interpretativa para as crises externas suscitadas pela Depressão dos anos 1930 e pela II Guerra Mundial que, ao dificultar a importação de máquinas e artigos como celulose e papel, acabou por incentivar o Estado a criar medidas que atraíssem empresários dispostos a arriscar seu capital na construção dessas fábricas. No caso estudado, a documentação indica que a crise que resultou da conflagração do conflito mundial em 1939, fez com que Getúlio Vargas a buscasse, através do empresário Francisco de Assis Chateaubriand, contato com industriais dispostos em investir em indústrias de celulose e papel. Quando apresentado a Wolff Klabin e Horácio Lafer por Chateaubriand, temeroso da relutância dos sócios mais antigos da KIC em investir em uma grande indústria em um período de guerra, o presidente chamou a atenção de Wolff e Horácio para a importância do projeto e salientou a

investidores para produzir tais artigos. A formação da empresa IKPC.S/A, durante a década de 1930, surgiu nesse contexto socioeconômico e político. A partir da Segunda Guerra, a construção da referida fábrica da Klabin (e provavelmente outras no mesmo período), beneficiou-se do evidente interesse do Estado em criar políticas de financiamento para empresários interessados em investir em fábricas de celulose e papel. Em relatório do Banco do Brasil de 18 de abril de 1936, consta que entre a importação de mercadorias de 1935, essa instituição bancária havia efetuado a “cobertura de 50% do valor do papel importado e destinado à imprensa [cujo valor totalizava] £ 76.198.”¹²³ Tratava-se de um alto custo, bastante difícil de ser sustentado a longo prazo. Portanto, torna-se compreensível as condições que levaram o referido grupo a se interessar em investir na construção de uma fábrica de celulose e papel: o interesse e o apoio do Estado. Fato que levou, em maio de 1940, João Alberto Lins de Barros a viajar para a Inglaterra e, posteriormente, para Chicago, nos EUA, onde foi visitar as instalações de uma fábrica de papel jornal. Retomaremos a esse fato mais adiante.

O mérito da segunda geração foi, justamente, ter percebido se havia da parte do governo uma maior sensibilidade para com a industrialização, era preciso que os industriais que representavam o grupo assumissem uma liderança que não estivesse restrita tão somente as atividades empresariais, mas que, sobretudo, fosse capaz de ampliar aos seus domínios para além do mundo dos negócios. Não bastava, entretanto, tornar-se industriais que tivessem a liderança na produção de celulose e artigos de papel, era preciso consubstanciar tal posição de liderança empresarial na sociedade política. Isso explica a atuação de Wolff Klabin e Horácio Lafer como intelectuais orgânicos do grupo, atuando como verdadeiros arquitetos político-industriais, uma vez que seu projeto não estava restrito a posição de liderança no meio industrial, mas, inclusive, fornecia as bases para a construção de uma hegemonia que se consolidaria no decorrer dos anos 1950.

necessidade do mercado interno, persuadindo-os a convencer os demais. Abordaremos esse assunto com mais detalhes no decorrer dos capítulos.

¹²³Acervo Arquivo Centro Cultural Banco do Brasil – RJ. **Relatório do Banco do Brasil: apresentado à Assembléia dos Acionistas na Sessão Ordinária de 18 de Abril de 1936.** RJ, Typ. do Jornal do Comércio, Rodrigues & C.,1936. p. 19

O relatório do Banco do Brasil de aponta, ainda, a porcentagem da “distribuição do volume global [dos] empréstimos [para] as diversas categorias de atividades econômicas.” Conforme o relatório apresentado aos acionistas em 1936 ¹²⁴:

o total dos nossos ‘empréstimos ao público’ (...) abrange os empréstimos feitos a agricultores, industriais, comerciantes e particulares – se distribuía, em fins de 1935, do modo seguinte:

Agricultura, mineração e indústrias rurais....	21,3%
Indústria dos transportes.....	16,4%
Indústria de transformação.....	19,7%
Comércio.....	37,3%
Diversos ¹²⁵	5,3%
Total dos ‘empréstimos ao público’	100%

A ascensão empresarial da segunda geração foi, certamente, profundamente influenciada pela relação que os Klabin-Lafer estabeleceram com Getúlio Vargas, chefe do governo. Outra variável importante foi, decerto, o choque adverso sofrido pela economia brasileira durante a Segunda Guerra. Diante da dificuldade de se importar celulose, acentuou-se a necessidade de investir na ampliação de fábricas nacionais. Conforme correspondência de Mario Santos, remetida de São Francisco (EUA) a Oswaldo Aranha, datada de 15 de junho de 1937, houve uma tentativa de se atrair para o Brasil duas grandes fábricas de papel (a *Crown Willamette Paper* e a *Zellerbach*), com o propósito de se atender a demanda do mercado interno de papel de embrulho e para usos sanitários. No referido documento, Santos escrevia dizendo que pediu “ao John Thompson que escrevesse o artigo (...) a fim de evitar que duas grandes indústrias de papel escolhessem a Argentina para montar suas fábricas.”¹²⁶

A eclosão do conflito em 1939 dificultou não somente a importação de matéria prima para abastecer as fábricas de papel já existentes no Brasil como, também, tornava arriscado o investimento na construção de complexos industriais no Brasil. A família Klabin-Lafer foi favorecida por essa conjuntura, pois não havia somente a necessidade governamental de apoiar industriais que estivessem dispostos a investir em tal complexo fabril como, inclusive, muitos empresários de vários setores dependiam da construção de fábricas que produziriam artigos de papel. Como, por exemplo, papel para embalagens, papel imprensa e papel para abastecer o mercado editorial e gráfico.

¹²⁴ Idem, p. 43.

¹²⁵ Segundo a classificação do relatório, tratar-se-iam de capitalistas (sentido provavelmente atribuído de forma indiscriminada aos detentores de capital), profissionais liberais. Na categoria indústria de transformação, está incluída, certamente, o setor produtivo de papel.

¹²⁶ CPDOC/FGV-RJ – Arquivo Oswaldo Aranha.

Por mais paradoxal que pareça, a emergência do choque adverso causado pela deflagração do conflito em 1939 foi politicamente benéfico para a S/A IKPC, porque acentuou a importância estratégica do projeto de construção do complexo fabril no Paraná tanto para o governo federal quanto para demais classes interessadas em apoiar o empreendimento da Klabin. Não obstante as dificuldades de se comprar maquinário e de se investir na construção do complexo infra-estrutural que viabilizaria o investimento da *Klabin Irmãos & Cia* no Estado do Paraná, as necessidades das muitas classes convergiram favoravelmente ao grupo Klabin-Lafer, sob a liderança orgânica de Wolff Klabin e Horácio Lafer. Ainda em 1937 havia resistência do proprietário da Crown Willamette Paper e Zellerbach¹²⁷ em arriscar seu capital investindo na construção de fábricas no Brasil, conforme informou o cônsul Mario Santos a Oswaldo Aranha:

De fato, chegou ao meu conhecimento que a Crown Willamette Paper e a Zellerbach tinham planos assentados para a montagem de fábricas na América do Sul.

O Brasil apresentava mais vantagens econômicas, porém os boatos sobre a situação política amedrontavam os interessados que já estavam inclinados a escolher a Argentina. Só a Crown Willamette Paper exporta anualmente daqui 400 mil dólares de papel para embrulhar laranjas e usos sanitários. Com um discurso na Foreign Trade Co. e o artigo do Thompson desempatei a corrida e dei a vitória ao Brasil que economizará, cerca de 600 mil dólares por ano.¹²⁸

O interesse do governo federal em estimular o desenvolvimento de um complexo fabril, entre o qual o de celulose e papel, fez com que se buscasse investidores fora do país, conforme indica a fonte supracitada. Entretanto, conforme já foi mencionado, as fábricas de papel não surgiram no Brasil durante o Governo Vargas, sua origem remonta a segunda metade do século XIX.¹²⁹ Porém, foi no pós-1930 que

¹²⁷O proprietário era James David Zellerbach, que incorporou a indústria Crown, fundando a Crown Willamette e formando, posteriormente, a Crown-Zellerbach. Cf. <http://www.nndb.com/company/779/000117428/>

¹²⁸Acervo CPDOC/FGV – RJ. Arquivo Oswaldo Aranha.

¹²⁹BEAUCLAIR, 1992, pp. 141-142. O autor abordou uma fábrica que estava montada “(...) no meio da serra da Estrela, em um terreno como 20.000 braças quadradas. Seu proprietário era Guilherme Schuch de Capanema. (...)” Sobre a matéria prima utilizada para a produção nesta fábrica, o autor enfatiza que “(...) embora a matéria prima mais importante do papel seja representada pela celulose, que procede da madeira, ele também pode ser preparado com pedaços de algodão ou linho, moídos ou clareados. A fábrica de que nos ocupamos se utilizava desse material. (...) Trabalhavam nas construções [da fábrica] nada menos do que sessenta trabalhadores livres, comprometendo-se o proprietário a não admitir no estabelecimento um só braço escravo. (...) A máquina principal (a de fabricar papel) era do melhor sistema conhecido e foi construída pelos engenheiros Sangford-Vanal, de Paris. Tanto ela como os trituradores tinham de ser movidos por rodas hidráulicas. Cada uma das rodas tinha a força de 22 cavalos. (...) A produção estimada, por dia, era de 677 libras ou 112 resmas de papel fino e 1.332 libras de papel embrulho. Tratava-se de uma fábrica de razoável porte para a época. (...) Com relação a matéria prima,

surgiu complexos industriais voltados para a produção de celulose em grande escala. As IKPC foi um dos complexos industriais que surgidos no período para produzir celulose. Nas décadas de 1930 e 1940, muitos estabelecimentos fabris do setor produtivo papelero ainda dependiam em grande parte da importação de celulose para abastecer suas fábricas, fato que se agravou durante a conflagração da guerra a partir de 1939. O choque adverso resultado de guerra estimulou o crescimento e a ampliação de capacidade produtiva das unidades fabris aqui instaladas, entre as quais destacamos a *Companhia Fabricadora de Papel* (subsidiária da *Klabin Irmãos & Cia*) e a construção de um mega complexo urbano-industrial da Klabin no Estado do Paraná, em sociedade com a firma *Monteiro Aranha Cia Ltda*. Conforme já afirmamos, não se pode dissociar a história social de uma empresa da ação política de seus empresários. Portanto, o período de 1936 a 1940 significou para a KIC algo mais do que o êxito em um empreendimento industrial (que não foi o primeiro), mas, sobretudo, representou o período da sociogênese de um projeto político-empresarial.

Isso implica afirmar que a história da atividade industrial da KIC sob a liderança da segunda geração está fortemente relacionada com o contexto institucional (e, portanto, sociopolítico) fortemente marcado pela centralização orgânico-política de um bloco no poder que, contando com o apoio, entre outras classes, da burguesia industrial, criou as condições para a formação do Estado Autoritário que encontrou representação na figura de Vargas, gestando um Estado ampliado que tinha, entre suas atribuições, assegurar as condições para um “crescimento econômico contínuo em um clima de harmonia social.”¹³⁰ Nesse sentido, a forma como seu deu a participação de Wolff Klabin e Horácio Lafer nos pontos de interseção entre a sociedade política e a sociedade civil nos permite perceber o modo pelo qual os dois burgueses industriais encontraram as condições para se tornarem os artífices de uma engenharia política da hegemonia.

Assim, esses empresários assumiram o papel de líderes orgânicos de uma burguesia industrial do setor de transformação, a qual estavam vinculados. Portanto, a observação da composição do círculo social das relações sociais da Klabin nos permite calcular como foi elaborado seu projeto hegemônico. Para que possamos efetuar um cálculo preciso das temporalidades que marcaram a execução do projeto de construção

ela dependia dos catadores de trapos, trabalhadores pessimamente remunerados e que eram responsáveis por catar, separar e processar os trapos que seriam usados na fabricação de papel.”

¹³⁰LANDES, 2005, p.423.

das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose, é de suma importância que pensemos o grupo Klabin-Lafer como empresários e, inclusive, políticos. Para tanto, não deixaremos de insistir nesse ponto, os primos Wolff Klabin e Horácio Lafer devem ser compreendidos como intelectuais orgânicos da S/A IKPC, pois eles foram a ponta de lança da ação política da família, galgando os postos de classe dominante no interior das superestruturas Estatais da segunda metade dos anos 1930.

Nesse caso, a atuação de Wolff e Horácio nas instituições da sociedade civil e da sociedade política representa a sociogênese de um projeto político estratégico para construção da hegemonia. A presença de Wolff Klabin na Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal foi o momento em que esse empresário exerceu a função de intelectual aplicada ao sentido ético-político da construção da hegemonia¹³¹ a partir da referida associação de classe. Na ata de reunião da FSIDF, datada de 27 de novembro de 1937, está assim assinalada a presença deste industrial, então representante do Sindicato dos Industriais de Papel, junto com Edmundo Pereira Leite, representante do Sindicato das Indústrias de Caixas e Artefatos de Cartonagem. A aproximação de Wolff com figuras políticas como, por exemplo, Francisco de Assis Chateaubriand, Manuel Ribas, Oswaldo Aranha e inclusive o Presidente Vargas, permitiu-lhe um acúmulo de um forte capital político, materializado no prestígio conquistado.

Durante os anos 1930, o governo Manuel Ribas efetuou significativas melhoras infra-estruturais no Estado do Paraná, das quais o empreendimento fabril da Klabin naquele Estado muito se beneficiou. Consta em seus relatórios que, no período de 1932 a 1939, efetuara-se um gasto de 19.336:704\$800 tanto na manutenção quanto na construção de estradas de rodagem no Estado.¹³² Portanto, nos parece certo inferir que isso foi um excelente atrativo para a S/A IKPC, que foi contemplada como empresa investidora naquele Estado através da criação de uma infra-estrutura adequada ao escoamento da produção.

Não podemos perder de vista a extrema importância das relações sociais estabelecidas pela tríade Wolff Klabin, Horácio Lafer e Samuel Klabin, uma vez que as relações sociais estabelecidas por esses empresários industriais a partir dos aparelhos de Estado é que possibilitaram a *Klabin Irmãos & Cia* construir as bases políticas de sua

¹³¹GRAMSCI, 2002, p. 20.

¹³²Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda do RJ. **Estado do Paraná. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor do Estado do Paraná. Exercício de 1932 a 1939.** p. 9.

hegemonia. Um dos métodos adotados por esses burgueses foi, sem dúvida, o estabelecimento de relações pessoais com atores sociais proeminentes no complexo institucional sociedade civil / sociedade política. Novamente, chamamos a atenção para a aproximação com Getúlio Vargas, Francisco de Assis Chateaubriand, Manuel Ribas, Numa de Oliveira e Oswaldo Aranha. Desde cedo o grupo Klabin-Lafer percebeu que a informação era uma moeda política valiosa, e que através dela seria possível acumular um valioso capital político. Mas o que justificaria tal preocupação do grupo empresarial na acumulação desse capital simbólico, obtido através das relações político-sociais estabelecidas?

Conforme foi mencionado anteriormente, não obstante a KIC fosse uma empresa comercial e industrial bem conhecida, ela disputava a posição de dominação com grupos tão ou mais poderosos que ela. Daremos atenção especial à rivalidade com os Matarazzo. Durante as duas primeiras décadas do século passado muitas fabricas se desenvolveram a partir da iniciativa empresarial que, diante da ausência

(...) de um sistema de crédito para financiar a instalação de fábricas e a importação de maquinário e matéria prima, a indústria de papel se concentrou nas mãos de grandes investidores, em geral, de origem familiar.

A maioria dos precursores da indústria do papel no Brasil já possuía experiência anterior em serrarias, tipografias, revendedoras de papel e importadoras de material para escritório.

Nomes de famílias como Adami, Aidar, Bonet, Bressler, Celani, Cícero Prado, De Zorzi, Derani, Ermírio de Moraes, Feffer, Haidar, Justo, Klabin, Mandelli, Matarazzo, Melchert, Miguel Forte, Morganti, Novacki, Oliveira, Pisani, Piti, Racy, Ramenzoni, Ribeiro Parada, Silva Gordo, Tannuri, Tedesco, Trombini, Tuffy Habid, Velhino, Weizsflog, Zarzur e Zogbi ganharam destaque neste setor. (...)¹³³

Frente a um cenário repleto de competidores no meio industrial, os Klabin-Lafer precisavam acumular no círculo das relações sociais um capital político (e, portanto, simbólico) que lhes permitisse projetar suas pretensões hegemônicas para além do campo empresarial. Para ser mais exato, era preciso bem mais do que manter uma posição de liderança empresarial, era preciso fazer-se classe hegemônica no Estado. Os anos 1930 e 1940 criaram tais condições para muitas frações de classe industrial, período em que *Klabin Irmãos & Cia* (então sob a liderança dos primos Wolff e Horácio), conseguiu apoio político para investir na construção de um complexo urbano-industrial no Estado do Paraná.

¹³³ **A História da Indústria de Celulose e Papel no Brasil.** p. 34.

As décadas de 1930 e 1940 representaram uma áurea fase para a Klabin, pois não obstante ao abismo econômico no qual as potências capitalistas pareciam haver despencado, resultante impacto dos choques adversos causados pela Grande Depressão, nessa fase a burguesia industrial brasileira¹³⁴ interessada em investir no setor produtivo de transformação foi contemplada com significativas políticas fiscais e creditícias. O grupo industrial pesquisado expandiu muito seu ramo de negócios nesse período. Sobre o crescimento industrial referente ao triênio de 1934-1937, Abreu nos diz que:

O desempenho medíocre da agricultura contrasta com o dos demais setores, em particular com o da indústria. Enquanto o produto agrícola cresceu poucos mais de 2% ao ano em 1934-37, o produto industrial cresceu mais de 11% ao ano. Os gêneros não-tradicionais (borracha, papel, cimento, metalurgia, química), bem como a indústria têxtil, expandiram-se a taxas superiores à média industrial. (...)¹³⁵

Nesse período os investimentos do grupo Klabin-Lafer em empreendimentos industriais deram um salto, investindo a *Klabin Irmãos & Cia* nos seguintes setores produtivos: porcelanas (Manufatura Nacional de Porcelanas S/A – 1936), celulose e papel (Indústrias Klabin do Paraná – 20 de outubro de 1934). Nos final dos anos 1940 o grupo ampliou os investimentos para o setor pecuário (Pecuária Paranaense Ltda – 28 de junho de 1944) e, ainda, assegurou o fornecimento do caolim¹³⁶ para sua fábrica de porcelanas através da obtenção do controle acionário da *Empresa de Caolim Ltda* – 12 de outubro de 1943.¹³⁷

Sobre o alcance dos choques causados pela Grande Depressão aos interesses da burguesia industrial (e, no caso, sobre os Klabin-Lafer), embora eles tenham dificultado a aquisição de bens de capital para as fábricas, certamente os efeitos da crise foram mais devastadores sobre a burguesia agrária¹³⁸, particularmente a que se voltava a produção primário-exportadora – no caso, o café. Ainda assim, isso não significou a ruína total para os cafeicultores (sobretudo os paulistas), que puderam contar com o

¹³⁴Deve-se levar em conta não apenas os industriais que eram brasileiros de nascimento mas, sobretudo, aqueles que se naturalizaram brasileiros ou, ainda, os estrangeiros aqui radicados, como os Matarazzo e os Klabin, cujas gerações nascidas e registradas como brasileiras tornaram-se representantes de uma burguesia industrial brasileira. Tratar-se-ia, a bem da verdade, de uma classe burguesa de origem imigrante cujos capitais interessavam ao governo federal, que estava inclusive disposto a atraí-lo para o país, para o caso de industriais estrangeiros.

¹³⁵ABREU, 1990, p. 85.

¹³⁶Matéria prima para a produção de porcelana.

¹³⁷**Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)**. Acervo Centro de Documentação e Memória de Klabin.

¹³⁸VILLELA e SUZIGAN, 1973, p. 209.

socorro prestado pelo governo federal, destacamos as elucidativas palavras de Hobsbawn:

O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (...) Apesar disso, a Grande Depressão foi muito mais tolerável para os brasileiros ainda em sua grande maioria rurais que os cataclismos econômicos dos anos 1980. (...) ¹³⁹

Não podemos perder de vista que a expansão do grupo Klabin-Lafer está diretamente ligada a ascensão do Estado Autoritário que se consolidou com o golpe de 1937. A expansão dos negócios da família ocorreu simultaneamente ao crescimento de seu prestígio político e social. É interessante observar que enquanto Wolff Klabin buscou atuar em associações de classe na capital federal, Horácio Lafer fez isso em São Paulo. Ambos buscavam ampliar as bases de uma dominação a partir de instituições sociais que eram bastante representativas na vida social da burguesia industrial. O primeiro agia no território da capital política da república, e o segundo, na capital da indústria, espaços que eram centrais para que os dois industriais acima citados criassem as condições orgânicas para suas aspirações políticas.

A atuação em associações da classe industrial localizadas na capital federal oferecia para Wolff Klabin a vantagem de estar próximo do Catete e do Presidente Vargas, com quem ele se encontrou muitas vezes. Por que não ficar próximo de um chefe de governo que, conforme se sabia, poderia apoiar a construção de um complexo urbano industrial produtor de celulose voltado para abastecer o mercado interno usando matérias primas brasileiras, como era o caso do pinho do Paraná? Getúlio Vargas, em mensagem para o Poder Legislativo, datada de 03 de maio de 1936, descreveu que

As indústrias que merecem amparo, por parte do Estado, devem ser as que levam ao aproveitamento das matérias primas que produzimos e das que podemos produzir. Por essa forma, a ampliação do nosso parque mecanofatureiro atenderá precipuamente ao desenvolvimento da capacidade de consumo do nosso mercado interno, promovendo indiretamente o das atividades gerais. ¹⁴⁰

¹³⁹HOBSBAWM, 1995, p. 97.

¹⁴⁰Center For Research Libraries. República dos Estados Unidos do Brasil. **Mensagem Apresentada ao Poder Legislativo em 3 de Maio de 1936 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936. pp. 172-173.

Cumpra observar que, nesse período, Horácio Lafer cumpria seu mandato como deputado classista, o que nos lava a concluir que Wolff foi informado pelo primo sobre o conteúdo das mensagens que o presidente enviava. Sendo o Legislativo uma importante instituição da sociedade política, Lafer ocupava seu lugar um espaço central para que ele e o primo consolidassem uma etapa decisiva na sua formação enquanto burguesia industrial e, para isso, era muito importante para o grupo Klabin-Lafer estreitar relações com o chefe do governo. Lembramos que, desde 1934, a KIC estava envolvida no processo de compra de uma propriedade de 144 mil hectares localizada no Estado do Paraná e que era coberta por uma densa floresta de pinheiros, matéria prima para a produção de celulose. As mensagens de Vargas para o Legislativo que citamos acima, abordam ainda a situação do setor produtivo do papel e sua importância:

De elevada expressão econômica é a indústria de papel no Brasil, que tem 27 fábricas em funcionamento, distribuídas pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal. A sua produção anual é de 100.000 toneladas, e trabalham nelas cerca de 20.000 operários.

As fábricas de papel ainda importam a celulose, do Canadá, dos países escandinavos e da Finlândia. O desenvolvimento da indústria, porém, despertou entre nós, interesse pelo estudo da matéria prima, que já é extraída de vegetais indígenas em condições favoráveis. Varias fábricas empregam em larga escala, exclusivamente, espécies vegetais nossas, como o lírio do brejo, capim Jaraguá, palha de arroz, pinho do Paraná e bambu, sendo de notar que outras constituirão, dentro de pouco tempo, grandes reservas de aproveitamento.¹⁴¹

A conjuntura da primeira metade dos anos 1930 teve, para a burguesia industrial, grande importância política e econômica. Tal ocorrência não se dava somente por conta de uma presença mais ativa do Estado no subsídio ao setor produtivo industrial, mas também devido à ativa participação política da burguesia industrial na sociedade política, pressionando para a implementação de políticas direcionadas para atender seus interesses de classe. A partir desta perspectiva, se trata de afirmar que a dinâmica da industrialização durante o período de 1930 a 1950 não pode ser pensada sob a lógica da simples vontade do Estado, como se este fosse uma entidade mágica que transcende as relações de classe, ao invés de uma relação social que emerge da luta entre classes dominantes. Ou seja, a vontade política das classes dirigentes no Estado

¹⁴¹Center For Research Libraries. Republica dos Estados Unidos do Brasil. **Mensagem Apresentada ao Poder Legislativo em 3 de Maio de 1936...** p. 176.

define, a partir do contexto da luta de classes pelo poder na sociedade civil e política, quais interesses serão contemplados pelas políticas de Estado.

Durante os anos 1930, período que em estava sendo negociado os termos de apoio do Estado ao investimento da Klabin na construção de um industria de celulose e papel no Paraná, as relações sociais estabelecidas pelos empresários da *Klabin Irmãos & Cia* permitiram ao grupo empresarial criar sólidos vínculos com lideranças orgânicas das classes dominantes e dirigentes que compunham o bloco no poder durante o Primeiro Governo Vargas. As relações sociais estabelecidas por Horácio Lafer e Wolff Klabin permitiram ao grupo ampliar seu poder político de modo que encontrasse condições favoráveis para fazer-se liderança entre as frações das classes dominantes industriais no Estado. A aproximação com o chefe do governo, tendo inicialmente Assis Chateaubriand como mediador, foi um momento decisivo na luta política do grupo, que buscava as condições sociais atender suas necessidades através do Presidente de Republica. Portanto, entendiam que havia uma identidade entre economia e política e que, sem um exercício político permanente, não existiam condições para a conquista da hegemonia.

Não foi um processo que ocorreu na ausência de contendas entre as classe industriais em disputa por uma maior participação e influência nas decisões estratégicas referentes a expansão do capitalismo industrial no Brasil, sob o comando da classe dirigente que assumiu, com os desdobramentos da revolução passiva ocorrida em 1930, o comando do aparelho estatal. Entretanto, se por um lado a burguesia industrial não encontrou condições para fazer-se classe hegemônica durante o “processo de instauração de uma nova ordem econômica e social, [por outro] foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiu a consolidação e o amadurecimento do novo regime.”¹⁴² Foi durante a conjuntura que emergiu no pós 1930 que a Klabin encontrou condições mais favoráveis para participar, de forma mais ativa, como classe dominante junto aos aparelhos de Estado. Os aparelhos privados desempenharam um papel central na organização de vontade política das classes industriais, pois através deles se ampliou às condições para formular os fundamentos ético-morais que orientariam a ação coletiva. Assim, as

associações de classe, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e

¹⁴²DINIZ, 1978, p. 95.

influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares.¹⁴³

Até o golpe do Estado Novo, que fechou para as classes sociais a possibilidade de continuar exercendo as atividades políticas representativas da democracia liberal, Horácio Lafer foi bastante ativo no exercício de seu mandato de deputado classista. No entanto, assim como outros intelectuais orgânicos das classes industriais que assume uma posição de liderança, o Autoritarismo Estadonovista não impediu as atividades políticas de Lafer, que manteve sua ação política na sociedade civil e, a partir de 1943, tornou-se membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Com a crise do liberalismo e o fechamento das legendas partidárias, a luta da burguesia industrial pela hegemonia encontrou, nos órgãos técnicos e consultivos que integraram parte ativa da sociedade política durante o período de 1937-1945, os espaços estratégicos apropriados para sua participação política.

A complexa articulação dos empresários industriais com estruturas político-sociais e ideológicas que deram forma e conteúdo a este Estado Autoritário, através de suas associações de classe e órgãos técnicos e consultivos, nos permite compreender como foi a sua participação como agente social ativo nas formulações políticas que influenciaram, pela apresentação de pareceres as instituições de Estado, as políticas de governo, mormente sobre questões trabalhistas, sindicais e referentes à política econômica. 1930 foi uma Revolução Passiva orquestrada pelas classes dominantes que, gradativamente, criaram as condições para que a burguesia industrial se tornasse hegemônica sobre a burguesia agrária. Em um Estado Autoritário, onde há ausência de instituições políticas representativas, a rede de amigos e contatos estabelecidos a partir da sociedade civil assume um caráter decisivo nas relações de poder na luta pela hegemonia.

Amigos politicamente influentes podem facilitar as conexões sociais com determinados espaços da sociedade política, ampliando os canais de participação política. Esse papel coube a Francisco de Assis Chateaubriand, amigo de Wolff Klabin e Horácio Lafer. A relação amistosa estabelecida entre esses empresários resultou para a *Klabin Irmãos & Cia* não apenas o amparo fornecido pelo prestígio, poder e influência que tinha Assis Chateaubriand, como com a colossal estrutura empresarial dos *Diários Associados*, capaz de proteger a KIC dos grupos rivais, a exemplo dos Matarazzo. Ou

¹⁴³FERNANDES, 2006, p. 240.

seja, amparar a KIC em seus interesses econômicos e políticos. É interessante que, em 11 de fevereiro de 1938, foi publicado um artigo de autoria de Chateaubriand em que ele abordava a importância do reflorestamento. Não se tratava, porém, da sociogênese do pensamento ecológico. Longe este de existir como tal. O conteúdo de fonte deve ser contextualizado adequadamente, pois naquela conjuntura empresários industriais do setor do papel estudavam, pesquisavam e experimentavam métodos de utilização de fibras de madeiras nativas na produção de papel. Considerando a posição de liderança que São Paulo já dispunha como a capital industrial do país, não é de causar estranhamento que o artigo abordasse o problema do reflorestamento em São Paulo. Assim, o artigo menciona que

São Paulo ou [começa] logo uma corajosa política de reflorestamento ou troca a exuberância dos vales de seu altiplano¹⁴⁴ pelo areal do Gobj ou do Arizona. Não há alternativa. Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura e Governos municipais deveriam concentrar esforços num plano para ser traçado em comum. É uma vergonha que um Estado que adquire o nível de crescimento de São Paulo não disponha na maioria dos seus municípios, de viveiros (...) florestais para a distribuição gratuita aos agricultores. Aos fazendeiros e criadores cumpre impor a obrigação do reflorestamento, sobretudo nas cabeceiras e nas margens dos cursos d'água.¹⁴⁵

No artigo, Chateaubriand chama a atenção do Estado para que, através de seus órgãos desse maior atenção à valiosa fonte de recursos econômicos do patrimônio florestal brasileiro. Cabe lembrar que desde de 1934 o grupo Klabin estava negociando com o Banco do Estado do Paraná a compra de uma fazenda de 144 mil hectares e coberta por uma por uma floresta de pinheiros. Ao cobrar que o Estado desenvolvesse uma política que assegurasse, através do reflorestamento, a preservação do patrimônio florestal ele estava, dessa forma, atendendo aos interesses empresariais que dependiam da exploração de espécies vegetais como matéria-prima. Dois anos antes, em 1936, em mensagem encaminhada ao poder Legislativo, o Presidente Getúlio Vargas mencionava a questão das reservas vegetais. Vargas tinha sido informado por Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, sobre a viabilidade do uso de fibras de vegetais brasileiros para fabricar celulose.¹⁴⁶ Na mensagem enviada pelo presidente

¹⁴⁴Entenda-se Planalto.

¹⁴⁵CHATEAUBRIAND, 1999, p. 144. Vol 15.

¹⁴⁶Center For Research Libraries. **O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Sua Função na Economia Brasileira**. Exposição que acompanha o Relatório apresentado ao Senhor Presidente da

Vargas ao Legislativo em 3 de maio de 1936, ele assim se referiu acerca do amparo que o Estado devia fornecer a industrialização:

As indústrias que merecem amparo, por parte do Estado, devem ser as que levam ao aproveitamento das matérias primas que podemos produzir. Por essa forma, a ampliação do nosso parque mecanofatureiro atenderá precipuamente ao desenvolvimento da capacidade de consumo do nosso mercado interno, promovendo indiretamente o das atividades gerais.

Em tal sentido se orientou, sempre, o Governo Provisório. As principais medidas postas em prática, desde 1930, no campo econômico, visaram esse reajustamento, imprescindível, porque evita as chamadas crises industriais, com as suas repercussões na vida comercial, no crédito e no próprio equilíbrio social.¹⁴⁷

Do ponto de vista político-empresarial da Klabin, assim como as demais classes industriais, o grupo estava empenhado em uma contenda que estabeleceria conexões entre sua ação econômica e sua atuação política nos aparelhos de Estado, assegurando uma posição estratégica nas instituições capazes de organizar a luta e a dominação política. A relação com Assis Chateaubriand, que não deixava de ser uma relação de interesses entre empresários, criava para a *Klabin Irmãos & Cia* maiores condições de expansão política no complexo institucional sociedade civil / sociedade política, uma vez que o grupo se beneficiava da influência que dispunha este empresário. As audiências de Chateaubriand com o presidente Vargas abriram caminho para uma aproximação entre Wolff Klabin, Horácio Lafer e o chefe de governo. O que facilitou, através do Banco do Brasil, o financiamento tanto para a compra da propriedade no Paraná onde foi construído o complexo urbano-fábrica da KIC quanto para a importação do maquinário, em maioria, comprado dos EUA.

Coube ao Banco do Brasil um papel importante no financiamento de empresas industriais. A Klabin foi contemplada pelo referido estabelecimento bancário, viabilizando assim o que a KIC empregasse seu capital na construção das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose*. O Estado buscava criar, em sua política econômica, mecanismos capazes de subsidiar a burguesia industrial no investimento de empresas capazes de atender as demandas do mercado interno. Entre as empresas que foram contempladas, estava indústria de transformação, entre as quais destacamos a de

República Doutor Getúlio Vargas pelo Ministro Agamenon Magalhães, relativo ao exercício de 1935. Rio de Janeiro, 1936. p. 53.

¹⁴⁷Center For Research Libraries. República dos Estados Unidos do Brasil. **Mensagem Apresentada ao Poder Legislativo em 3 de Maio de 1936 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936. pp. 172-173.

celulose e papel. A política de incentivo a tais industriais associava-se a necessidade de investir na construção de indústrias de base. As indústrias de Monte Alegre e Volta Redonda tornaram-se, nos anos 1940, símbolos representantes desse investimento. Novamente recorremos às palavras do chefe do Executivo, em mensagem enviada ao poder Legislativo em 3 de maio de 1937:

Países como o nosso, de industrialização incipiente, precisam incrementar as suas importações dando-lhes sentido de construtor na economia nacional. Em lugar de aumentá-las com as quotas de mercadorias de consumo imediato, devem, de preferência, adquirir equipamento que venha robustecer a organização industrial, e, sobretudo, aparelhagem capaz de produzir máquinas. Não constitui propriamente a montagem de indústrias de transformação, sem indústrias de base, que lhes assegurem renovação da maquinaria.¹⁴⁸

No entanto, insistimos em afirmar que embora o incentivo do Estado tenha sido expressivo para o processo de industrialização, não se pode esquecer que a burguesia industrial exercia, através de sua atuação no complexo institucional sociedade civil / sociedade política, pressões cobrando das classes dirigentes no aparelho de Estado a aplicação de políticas que atendessem a seus interesses de classe. Horácio Lafer e Wolff Klabin estavam entre as lideranças industriais que participavam ativamente na luta pela hegemonia nos aparelhos de Estado. Esses dois empresários eram, cada um, membros dos aparelhos privados da classe industrial em associações de classe em São Paulo e no Distrito Federal. Entendendo as associações industriais como centros diretivos da vontade política da burguesia industrial, essa participação fazia parte, então, de uma estratégia de construção da hegemonia que tinha a sociedade civil como ponto de partida. A aproximação dos dois empresários supracitados com o Vargas e os benefícios que obtiveram para financiar a compra da Fazenda Monte Alegre junto ao Banco do Estado do Paraná, contando com o incentivo do Banco do Brasil. Assim, na ata da reunião da diretoria do BEP, realizada em 8 de outubro de 1938, consta o registro de seguinte negociação entre as duas instituições financeiras:

ato de assinatura do contrato, que se realizará a dez do corrente mês, o Banco do Estado do Paraná cederá, por procuração em causa própria (...) o direito ao Banco do Brasil de receber as prestações mensais das Indústrias Klabin do Paraná, prestações

¹⁴⁸Center For Research Libraries. República dos Estados Unidos do Brasil. **Mensagem Apresentada ao Poder Legislativo em 3 de Maio de 1937 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937. p. 13.

essas referentes ao contrato de compromisso de compra e venda da Fazenda Monte Alegre, celebrado entre o Banco e as referidas Indústrias; o Estado do Paraná, por sua vez, a proporção que esses recebimentos forem efetuados pelo Banco do Brasil, reembolsará o Banco do Estado do Paraná das quantias recebidas; o total do crédito cedido, [no valor de] rs. 4.100:000\$000.¹⁴⁹

Com o início da guerra, as dificuldades de importação tornavam mais acentuadas as necessidades de incentivar a produção de celulose e papel em grande escala. A maior participação da KIC nos aparelhos privados da classe industrial e de órgãos do Estado, através de Wolff e Horácio, fazia parte de uma estratégia de reafirmação da posição de classe dominante, para resistir às lutas políticas travadas com grupos empresariais que rivalizavam com a *Klabin Irmãos & Cia* na luta pela hegemonia. Como, por exemplo, as *I.R.F.Matarazzo*. Outro ponto negativo que pode ter contribuído negativamente para o grupo Matarazzo, sobretudo durante o curso de guerra, foram às relações que o fundador do grupo mantinha com o fascismo. Ele não se apresentava como sendo um simples simpatizante do fascismo, mas como sendo ele mesmo fascista. Chegando a afirmar, certa feita, que “era um grande admirador de Mussolini.”¹⁵⁰ Quando a Itália enfrentou um boicote devido a questão com a Abissínia, o conde Francisco Matarazzo fez vultosas doações em dinheiro ao governo fascista.¹⁵¹ Não sabemos se o sucessor Francisco Matarazzo Júnior, que assumiu o comando do império empresarial após a morte do velho conde, compartilhava com o pai algum interesse pelo fascismo, mas o fato é que na disputa com a Klabin pela hegemonia o grupo Matarazzo saiu derrotado.

Conforme insistimos em sustentar, embora somente seja possível atribuir a burguesia industrial condição de classe hegemônica a partir dos anos 1950, é inegável que coube a esta classe um papel de destaque como colaboradora do Estado Novo. Ao oferecer seu apoio ao chefe de Estado, apresentando-se, assim, como colaboradora na estruturas políticas Autoritárias que se sobrepuseram sobre o Senado Federal e a Câmara¹⁵², os industriais fizeram-se participantes ativos nas relações de poder desse Estado em gestação. As demandas da burguesia industrial não poderiam ficar de fora

¹⁴⁹ **Ata da reunião da Diretoria do Banco do Estado do Paraná**, realizada em 8 de outubro de 1938. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

¹⁵⁰ SOUZA MARTINS, 1967, p. 61.

¹⁵¹ SOUZA MARTINS, 1967, p. 62.

¹⁵² Na manhã de 10 de novembro de 1937, estes órgãos legislativos foram cercados por um contingente de tropas de cavalaria, encerrando com isso o tempo de suas atividades como instituições na sociedade política. Encerrava-se oficialmente o ciclo do liberalismo político em nome de um Estado fortemente intervencionista. FONSECA, 1999, p. 249.

das políticas engendradas pelo aparelho de Estado, posto que a burguesia industrial fazia parte dos órgãos técnicos e consultivos que compunham a ossatura institucional da sociedade política. Assim como as demais frações da classe industrial, a Klabin estava ciente de que aquela conjuntura viabilizaria a expansão de seu grupo empresarial para muito além do espaço físico de suas empresas. O fechamento das casas legislativas, do fim das autonomias estaduais e o antiliberalismo foi o custo da ascensão dos industriais para o interior dos aparelhos de Estado que organizavam, planejavam e administravam a centralização Autoritária.

Considerando o acontecimento de 1930 no Brasil como uma Revolução Passiva, o golpe de 1937 foi seu inevitável desdobramento político-social, uma vez que naquela instável conjuntura não havia possibilidade de encontrar um equilíbrio político para o bloco no poder sem que isso fosse feito através de uma liderança que organizasse que fosse capaz de estabelecer o equilíbrio social, político e econômico desejado pelas classes dominantes para a manutenção de seus interesses. A trajetória de Wolff Klabin e Horácio Lafer no período de 1930-1945 e suas relações estreitas com o chefe do governo está inserida nesse contexto histórico. A *Klabin Irmãos & Cia* encontrou no Estado o incentivo financeiro para a construção das IKPC, Getúlio Vargas foi um mecenas que, através dos recursos financeiros do Banco do Brasil, disponibilizou parte do capital necessário para que a KIC executasse o projeto de construção da fábrica de celulose e papel em Monte Alegre. Havia da parte do presidente Vargas um interesse em incentivar a produção industrial nesse setor produtivo, temendo uma escassez na importação.

A conflagração mundial que emergiu em 1939 acentuava essa preocupação, pois se sabia que criaria condições que obstaculizariam aos navios mercantis a circulação pelos oceanos. Incentivar a fabricação de celulose e papel vinha de encontro aos interesses de muitas classes burguesas que, por motivos diversos, seriam prejudicados com a falta dos produtos. Não é mero acaso de Assis Chateaubriand, magnata de uma rede de empresas jornalísticas, ter sido uma dos grandes incentivadores da construção do complexo urbano-industrial da KIC no Estado do Paraná. Com a finalidade de conhecer fábricas produtoras de celulose e papel em grande escala e, inclusive, de se informar sobre os métodos produtivos utilizados por essas indústrias, Vargas enviou João Alberto Lins de Barros¹⁵³ em missão diplomática aos EUA e

¹⁵³Lins de Barros era presidente da Comissão de Defesa da Economia Nacional, criada em fins de setembro de 1939 para defender os interesses da economia brasileira, diante de Segunda Guerra Mundial.

Canadá. Ele visitou, nesses países, as instalações dessas fábricas, que produziam usando o pinho como matéria-prima. A correspondência enviada de Chicago ao Presidente da República, em 31 de maio de 1940, Lins de Barros assim relatava seu contato com algumas empresas industriais:

(...) Conforme mandei dizer de Washington demorei-me três dias em Corner Brook e outros tantos em Saint John's. Na primeira cidade, visitei as moderníssimas instalações da grande fábrica de papel de jornal da Bowater Co.: 200.000 toneladas por ano, justamente quatro vezes mais do que importamos no Brasil. (...)

Tive oportunidade de ver as florestas de pinheirais, tanto da Terra Nova como do Norte do Canadá, e hoje posso perfeitamente fazer um estudo comparativo do valor econômico dos Pinheirais do Paraná. Fiquei surpreendido com o porte ridículo dos pinheiros da Terra Nova. O solo da ilha com muita pedra e uma camada de terra de pouco mais de meio metro, agravado por um longo inverno, não é propício ao crescimento das árvores. Pinheiros seculares apenas comparáveis a outros de 15 a 20 anos no Sul dos Estados Unidos e no Brasil. (...)

Nestes três dias seguirei para Madison a fim de visitar o Departamento Florestal e algumas fábricas importantes do Estado de Wisconsin. Esta será certamente a visita mais proveitosa, porque além das instalações completas deste estabelecimento oficial, terei a assistência de alguns técnicos (...) em madeira e sobretudo em celulose. Espero, de volta ao Rio, aonde chegarei a 10 de julho, apresentar ao senhor os resultados desta viagem (...) que me proporciona uma experiência valiosa para a solução de um grande problema econômico para o Brasil.¹⁵⁴

Para que o Estado conseguisse estimular a iniciativa privada a arriscar seu capital na produção de um complexo fabril durante um período de guerra, repleto de riscos na importação dos bens de capital necessários ao investimento, seria preciso oferecer compensações atrativas para a burguesia industrial. No caso do grupo Klabin, as facilidades de crédito e de cobertura cambial, assim como a disponibilidade de um mercado interno para a produção de celulose e papel das IKPC, foram certamente atrativos bastante convincentes. Do ponto de vista político, a viagem feita por João Alberto Lins de Barros viabilizou contatos com possíveis vendedoras de máquinas e equipamentos que seriam comprados pelas IKPC S/A. Em carta para Vargas datada de 19 de julho de 1940, João Alberto destacava a competência técnica da Klabin para executar o investimento na fábrica de celulose, polpa de madeira e papel imprensa.

Este órgão estava subordinado diretamente ao Presidente da República. CONY e LAMARÃO, 2001, p. 128.

¹⁵⁴CPDOC/FGV-RJ. Arquivos Getúlio Vargas.

Também mencionava “a conveniência da compra de uma fábrica já em funcionamento nos Estados Unidos.”¹⁵⁵

Ao destacar a importância estratégica do patrimônio florestal o Estado tomava uma medida política que estava relacionada com interesses das classes burguesas que tinham condições de explorar os recursos vegetais para suprir as demandas de uma economia urbano-industrial em expansão. A proteção aos recursos das reservas florestais, com os quais, sabia-se, era possível produzir celulose e papel, indicava para os industriais do setor que o Estado implementaria políticas que protegeriam áreas florestais destinadas a abastecer as fábricas de celulose e papel. A viabilidade de uma exploração sistemática do potencial econômico dos pinheirais no Estado do Paraná colocava o grupo Klabin, comprador de uma fazenda coberta pelos pinheirais, sob o cuidados do Estado. As IKPC S/A surgiam como possuidoras, o que não era pouco, de uma colossal fonte de matéria-prima. No entanto, o embate travado pelo referido grupo empresarial não estava, de forma alguma, restrito ao campo empresarial e, por assim dizer, circunscrita somente aos interesses econômicos.

Assim sendo, a grande frente de batalha enfrentada pela KIC tinha como meta a expansão político-social nas estruturas institucionais do Estado. Tendo em vista tal objetivo, Wolff Klabin e Horácio Lafer participaram ativamente das instituições sociais onde a burguesia industrial elaborava suas estratégias e organizava a vontade política da classe visando criar as bases da hegemonia. Essa base dependia de um ordenamento político, que vinha se desenvolvendo a partir dos aparelhos privados das classes industriais desde 1904¹⁵⁶, foi essencial para a organização dos empresários industriais para a defesa de seus interesses junto ao Estado. As associações industriais foram os órgãos pelos quais a burguesia industrial, na condição de uma nova classe social urbana, buscou criar as condições para se inserir na estrutura estatal e aumentar, com isso, o seu poder político-social. As relações de força entre classes dominantes na luta pela hegemonia precisam, inevitavelmente, obter a chancela do Estado para legitimar seus interesses, atribuindo-lhes o status de interesse nacional. Para a Klabin a conjuntura que se abriu a partir de 1940 fez com o grupo fosse favorecido pelo seu

¹⁵⁵ CONY e LAMARÃO, 2001, p. 128.

¹⁵⁶ A criação, em 1904, do Centro Industrial do Brasil (CIB), constituiu um momento importante para a organização política da burguesia industrial. O CIB se originou a partir da fusão de duas associações de classe: a Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional (1827-1904) e o Centro de Fiação e Tecelagem do Algodão (1902-1904). O CIB foi a primeira associação de classe industrial a adquirir “caráter permanente” em sua organização, sem estar sujeito a “interferência estatal.” Ele permaneceu ativo até 1931, quando a legislação sindical daquele ano impôs a organização corporativa, surgindo daí a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. LEOPOLDI, 2000, pp. 62; 64.

circulo de aliados na luta pelo poder no complexo institucional sociedade civil / sociedade política. Em matéria publicada pelo jornal O Globo, em 23 de outubro de 1940, este veículo mencionou uma reunião que ocorreu, nesta mesma data, entre os industriais do papel e o secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Rubens Farrulla, para discutir o problema da produção de celulose, pasta e papel em face da guerra. Entre muitos industriais do setor, estava Arthur de Carvalho, representante da firma *Klabin Irmãos & Cia*. No capítulo seguinte examinaremos melhor como, durante o período da Guerra, o grupo empresarial se organizou para defender seus interesses empresariais através de uma sistemática ação político-social no aparelho de Estado.

Capítulo III

A GUERRA E A ECONOMIA: AS DIMENSÕES SOCIOPOLÍTICAS DO EMPREENDIMENTO KLABIN (1941-1945)

3.1 – A Empresa, os Empresários, o Estado, as relações sociais e o poder político

A primeira metade dos anos 1940 representou, sem dúvida, um período decisivo para que o grupo Klabin-Lafer afirmasse cada vez mais sua posição de dominação política. Representados pelas lideranças orgânicas de Wolff Klabin e Horácio Lafer, a *Klabin Irmãos & Cia* conseguiu subscrever seus interesses empresariais nas superestruturas do Estado Autoritário, que encontrava sua representação na imagem de Getúlio Vargas. Se durante o interregno democrático a atuação política dos dois empresários acima indicados dava-se através de uma ação política orgânica direcionada para a sociedade civil e a sociedade política, durante o Estado Novo ocorreu mudança de atuação nesse sentido. Decerto mudaram os canais de acesso a sociedade política, mas isso não vedou aos primos Wolff e Horácio a permanência da execução de uma atuação conjunta nas instituições que integravam o complexo sociedade civil / sociedade política, formando as agências institucionais do Estado Novo.

Ao aproximarem-se do Presidente da República Klabin e Lafer criaram condições concretas para acumular capital político para seus projetos políticos e empresariais. Para se fortalecer politicamente, era imprescindível atuar amplamente em muitas instituições da vida social, articulando sua ação política de classe com os espaços sociais de construção do poder político do período. Nesse sentido, o Palácio do Catete era um dos espaços mais significativos da sociedade política e não era possível desconsiderá-lo como um campo de atuação. A conjuntura política e econômica que emergiu durante a Segunda Guerra, criou as condições para que o grupo fosse

favorecido pelo apoio governamental, interessado em incentivar a formação de indústrias de base. A fábrica de celulose e papel chamada de Indústrias Klabin do Paraná de Celulose, em cuja construção o grupo empresarial-industrial estava investindo, atenderia a necessidade de suprir a demanda de pasta de madeira e papel imprensa tanto para o Estado quanto para das classes empresariais ligadas aos setores jornalístico e editorial. Ao acentuar as necessidades de assegurar para o mercado interno a produção das lavouras e das fábricas, a conjuntura dos anos de guerra beneficiou muitos empresários, dentre os quais o grupo pesquisado. Destacamos as palavras do Presidente Vargas:

No momento, a nossa tarefa nas lavouras, nas manufaturas, nas minas e estaleiros é preencher os claros de importação e fabricar em quantidades exportáveis o que apenas bastava ao consumo interno. A palavra de ordem a que devemos obedecer é produzir, produzir sem desfalecimento, produzir cada vez mais. O máximo que se obtiver da terra e das máquinas não será excessivo.¹⁵⁷

A guerra fez com que a preocupação em aparelhar os elementos produtivos nos setores empresariais, dotando-os do potencial de aperfeiçoamento produtivo, sobretudo quando se tratava do setor fabril, estimulasse a implementação de uma política econômica voltada para o desenvolvimento de indústrias voltadas para abastecer as necessidades imediatas do mercado interno. Durante o Estado Novo, “o governo Vargas transferiu a formulação da política tarifária do Congresso para o Ministério da Fazenda. (...) A tarifa passava a ser cada vez mais uma área regulamentada pelo governo e pela indústria.”¹⁵⁸ Com a conflagração do conflito mundial, a intervenção do governo no estímulo aos setores estratégicos assumia o papel decisivo que a atuação política teria em tempos de guerra. O Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, assim ressaltou a diretriz política que deveria ser seguida em tempos de guerra:

Enganam-se os que pensam que somente pela ação militar se vencem as guerras. As guerras decidem-se pela política, e nesta prepondera a economia, cuja organização é condição decisiva.

Ganha-se a guerra aparelhando-se os elementos necessários à produção, ganha-se a guerra produzindo-se em condições econômicas, melhorando os processos e cogitando do aproveitamento dos lucros mais no interesse da coletividade ou no

¹⁵⁷Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ. Getulio Vargas – Discurso Proferido nas comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de Maio de 1942. In: **Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda**. Ano II, RJ, Julho de 1942, Nº 19.

¹⁵⁸LEOPOLDI, 2000, p. 128.

aperfeiçoamento dos métodos de produzir que no benefício particular, quando o seu emprego representa desperdício inútil.¹⁵⁹

Novamente insistimos em lembrar que, se a burguesia industrial não era a classe hegemônica nesse processo de instalação do capitalismo industrial no Brasil e de nova ordem econômica e social que estava em construção, esta classe desempenhou uma atuação estratégica no

esquema de alianças que permitiria a consolidação e o amadurecimento do novo regime. Sua participação seria particularmente significativa no que diz respeito ao processo de definição de um projeto econômico voltado para a industrialização e de conscientização crescente do esgotamento do modelo primário-exportador nos moldes até então vigentes, vale dizer, calcado exclusivamente nas atividades primárias de exportação.¹⁶⁰

Neste sentido, a expansão dos negócios grupo Klabin-Lafer durante o período não podia deixar de ocorrer simultaneamente a ampliação do alcance do poder político do grupo empresarial que consolidava sua postura de burguesia industrial através do exercício de uma guerra de posição. Para tanto, entendemos que Wolff Klabin e Horácio Lafer (lideranças orgânicas do grupo), tiveram uma destacada atuação na execução de um projeto político-industrial. Isso implicava que para a Klabin consagrar-se como uma histórica sigla empresarial os empresários Wolff e Horácio, administradores e representantes dos negócios do grupo destinados ao investimento no setor produtivo de Celulose e Papel, precisavam ser também os representantes das aspirações políticas da *Klabin Irmãos & Cia*. Portanto eles foram os intelectuais orgânicos que, em nome do grupo empresarial do qual eram gestores, sócios-gerentes e acionistas, executaram uma engenharia político-econômica da hegemonia.

A habilidade desses burgueses industriais para executar o projeto político-industrial dependia da formação de alianças que fariam com que a Klabin fosse, cada vez mais, se afastando de sua característica inicial de empresa familiar. A capacidade dos empresários do grupo em perceber o momento certo em investir na construção do complexo urbano-fábril no Paraná foi, certamente, favorável ao grupo. Mas esse potencial de vislumbrar que, apesar das dificuldades provenientes da guerra, a

¹⁵⁹Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ. Arthur de Souza Costa – Discurso Proferido em BH, no banquete oferecido pelo Governador Benedito Valadares, em 04 de Junho de 1942. In: **Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda**. Ano II, RJ, Junho de 1942, Nº 18.

¹⁶⁰DINIZ, 1978, pp. 95.

conjuntura era favorável ao investimento na construção de uma indústria de celulose e papel não estava descolada do potencial que o grupo tinha em fazer alianças políticas. Wolff e Horácio sabiam que havia interesse em subsidiar a implantação de uma indústria química no país. Landes define indústria química como aquela que faz “a transformação da matéria prima para fins produtivos, [sendo esta] a mais multiforme das indústrias.”¹⁶¹ Sendo a fabricação de papel um dos ramos do setor químico, a produção de polpa de madeira para produção de celulose era de interesse estratégico durante o período, a Klabin aceitava investir sabendo de antemão que podia contar com o apoio governamental e, ainda, com um mercado potencial para comprar sua produção fabril de papel imprensa. Segundo o relatório da empresa para o período de 1931-1950:

O setor de papel e papelão liderou o crescimento generalizado da indústria de transformação. Os problemas provocados pela dificuldade de importação de papel jornal e de pastas de papel, dentre outros, são amenizados com incentivos fiscais para a implantação de indústrias papeleiras.¹⁶²

Evidentemente, a Klabin representava uma fração da burguesia industrial do setor produtivo papeleiro, que já nos anos 1940 era formado por muitos industriais que também investiam nesse setor. Diante dessa constatação, temos a obrigação de nos remeter a seguinte questão: se existiam muitos outros grupos empresariais interessados que eram investidores no setor fabril papeleiro desde o início do século passado¹⁶³, porque foi justamente a *Klabin Irmãos & Cia* a escolhida para executar o empreendimento que culminou com a construção do complexo urbano-industrial no Paraná? Acreditamos que a resposta para tal pergunta se encontra no modo pelo qual a Klabin (representada pelos primos e sócios-gerentes Wolff Klabin, Horácio Lafer e Samuel Klabin) conseguiu fazer-se enquanto liderança orgânica da burguesia industrial do setor produtivo papeleiro. Cabe frisar que Wolff Klabin foi, durante as décadas de 1930 a 1950, representante do Sindicato dos Industriais do Papel no Distrito Federal. Isso significa dizer que a história empresarial da Klabin tem fortes vínculos orgânicos com um projeto de expansão política que se deu, conforme chegamos a mencionar,

¹⁶¹LANDES, 2005, p. 280.

¹⁶²**Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)**. ACERVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

¹⁶³SUZIGAN, 2000, pp. 300-314. O autor aponta inclusive houve na década de 1920 uma expansão no setor e que muitos investimentos parecem ter ocorrido entre 1925-1927, o que resultou na crise de superprodução que ocorreu no final de 1920 e início de 1930.

através de uma estratégia de guerra de posição no complexo sociedade civil-sociedade política. Observando, por exemplo, as movimentações de Wolff e Horácio através das fontes analisadas, percebemos como há um profundo vínculo que entrelaça ambos vinculando-os a um empreendimento político-empresarial cujo propósito maior seria, ao fim e ao cabo, formar as condições sociais e políticas para que o grupo pudesse repousar seus interesses de classe sobre os confortáveis pilares de uma hegemonia.

Mas que hegemonia poderia ser construída em tempos em que estava sedimentado um Estado Autoritário que, se por um lado, apresentava um caráter progressista no interesse em apoiar a expansão do modelo produtivo de base urbano-industrial, por outro mantinha um significativo apoio a classes ligadas ao setor produtivo primário-exportador, como a burguesia cafeeira? Decerto não se trata de uma resposta simples, posto que nos remete a constante necessidade de pensarmos as muitas formas assumidas pelas relações de poder entre as burguesias e o Estado – que precisa ser pensado como fruto de uma relação social e, portanto, não pode ser entendido como Estado-coisa e tampouco como Estado-sujeito, mas sim como Estado-relação. Entendendo, assim, o papel político do Estado Vargasista em sua relação com uma sociedade dividida em classes e cuja dominação política dava-se em um bloco no poder onde não havia condições para nenhuma classe burguesa hegemonizar seu projeto e exercer a supremacia dos aparelhos de Estado, é que podemos entender as condições sobre as quais a Klabin construía as bases de sua hegemonia, que teve como marco político a nomeação de Lafer para a Pasta da Fazenda no Segundo Governo Vargas.

As posições assumidas por Wolff e Horácio na sociedade civil durante o Estado Novo nos permitem entender as muitas formas que podem assumir as estratégias de dominação da burguesia industrial em conjunturas nas quais esta classe decide se despir do manto político liberal, abrindo mão, por conseguinte, dos símbolos que representam esse tipo de dominação política (a exemplo dos espaços no Poder Legislativo), para abraçar a formação de estruturas governamentais autoritárias, que no período de 1937 a 1945 encontrou sua expressão simbólica na pessoa de Getúlio Vargas. Novamente, para pensar o grupo Klabin-Lafer através da liderança orgânica dos dois burgueses supracitados, cabe a tarefa de buscar exercer um esforço que nos permita entender a história social das empresas em sua íntima relação com as muitas agências que formam os fios condutores que interligam o complexo *sociedade civil-sociedade política*, posto que uma separação entre ambas é apenas didática. Nesse caso, os

interesses econômicos estão necessariamente inscritos em sua relação com a política, que leva obrigatoriamente a materialização do poder empresarial para além da empresa.

Com isso, essa materialização tinha na relação com o chefe do governo uma expressão simbólica de prestígio e, sobretudo, indicava a acumulação de um forte capital social. Frequentar o círculo palaciano do poder político para conversar com o chefe de governo e seus assessores constitui um indicativo de prestígio e poder, mas deve ser entendido, também, como a formação de um poder político cuja característica marcante estava no exercício de uma constante guerra de posição empreendida pelos empresários Wolff e Horácio, conforme já mencionado, no complexo sociedade civil-sociedade política. Em um período no qual os espaços políticos do legislativo estavam dissolvidos, o espaço palaciano tornava-se bastante representativo na sociedade política. Com a ausência do Legislativo, assumia um papel político fundamental para a burguesia industrial fazer-se classe ativa na política palaciana, posto que o Executivo tornava-se a maior instância decisória. A Klabin foi uma das classes burguesas industriais que esteve muito presente nessa relação com o chefe do governo e seus assessores e Ministros por meio de audiências palacianas. Um telegrama enviado pelo Presidente em 05 de Março de 1942, para Arthur de Souza Costa, Ministro da Fazenda, então em viagem a Washington – EUA –, é interessante para mostrar o grau de envolvimento entre os Klabin-Lafer e o Presidente Getúlio Vargas. No telegrama, Vargas passava para seu Ministro da Fazenda a seguinte orientação: “(...) Ouça Samuel Klabin e [se] possível ajude-o [a] resolver [o] assunto que exporá referente a fábrica de papel.”¹⁶⁴

A correspondência entre Vargas para Souza Costa, que se encontrava nos EUA, é interessante porque nos possibilita compreender o apoio político governamental materializado através de incentivos fornecidos pelo Ministério da Fazenda para o referido empreendimento industrial da Klabin. Assim, em 8 de Março de 1942, portanto três dias após receber a mensagem do Presidente, Souza Costa responde-lhe dizendo que atenderia “(...) Klabin [em] Nova York (...)”¹⁶⁵ Cumpre observar que as cartas da diretoria da empresa *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A* indicam que a compra do maquinário e demais bens de capital para o complexo urbano-fábrica denominado Industrias Klabin do Paraná foi realizada entre 1942-1944. Na documentação¹⁶⁶ examinada surgem como fornecedoras empresas como Combustion

¹⁶⁴CPDOC/FGV – RJ. Arquivos Getúlio Vargas.

¹⁶⁵CPDOC/FGV – RJ. Arquivos Getúlio Vargas.

¹⁶⁶ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Engineering Co. Inc.¹⁶⁷, Westvaco Chlorine Produtes Corporation (fábrica de cloro), Edgeworth Hardware & Supply Corp (válvulas), Westinghouse Eletric Comp. e Int. General Eletric Company (materiais elétricos) e Bagley Sewall (máquinas para fabricar celulose). Cumpre ainda ressaltar que nesse período Wolff Klabin e Samuel Klabin estiveram nos EUA, embora não exatamente na mesma data. Ainda em 1940, Samuel Klabin estivera em Nova Iorque, com o propósito de comprar as máquinas destinadas ao empreendimento. De lá escrevera para Wolff Klabin no Brasil, em 22 de Junho de 1942, mencionando textualmente o seguinte: “Conforme telegrama que recebi de Horário esta manhã, ele me diz que o Presidente está interessado no projeto do Paraná.”¹⁶⁸

Se o apoio governamental foi essencial para que a Klabin pudesse executar o projeto empresarial das IKPC S/A em uma conjuntura abalada pela II Grande Guerra (1939-1945), nem por isso devemos entender a história social da empresa Klabin a partir da perspectiva de uma burguesia frágil que, graças a ação benemérita Estatal, conseguiu firmar-se como industriais. Não compartilhamos, de forma alguma, da visão ultra-estatizante que interpreta o Estado como uma força profundamente racional, orgânica e, portanto, isenta de conflitos de interesses. A máquina estatal Autoritária era, inegavelmente, resultado da organização de um Estado dividido em classes sociais e, porquanto, não deixava de apresentar sua característica fundamental: o permanente estado de luta de classes. Isso significa que não há governante que esteja acima das classes ou, ainda, que não dependa do apoio de determinadas frações ou seguimentos que integrem o bloco no poder que lhe confere a sustentabilidade política através do complexo sociedade civil / sociedade política. A burguesia industrial, embora não tivesse obtido o status de classe hegemônica, ocupou um lugar de destaque no governo Vargas. Isso significa negar, de forma absoluta, que a industrialização foi o resultado exclusivo das políticas de governo, que tinha o Presidente Vargas como um Leviatã generoso e ilustrado. Pegando como exemplo o caso da Klabin, está claro a força política que tinha a burguesia industrial e que, em momento algum, ela assumiu uma posição de subordinação frente a um Estado que, em troca, criaria as condições para que ela executasse seus projetos empresariais.

O mérito de Wolff Klabin e Horácio Lafer como burgueses industriais e intelectuais orgânicos do grupo do qual eram sócios-gerentes, foi a sua capacidade de:

¹⁶⁷Empresa que projetava fornalhas industriais e caldeiras. Ainda existe, e projeta, inclusive, turbinas. Cf. <http://www.indcomb.com/>

¹⁶⁸CONY & LAMARÃO. 2001, p. 125.

1) expandir sua ação política através de uma guerra de posição no *complexo sociedade civil-sociedade política*, tornando-se uma das classes dominantes no interior do bloco no poder; 2) acumular capital social (contatos, amizades, sociedades e casamentos), que se materializava em aliados políticos; 3) assumir e desempenhar a função de intelectuais orgânicos e lideranças empresariais do grupo do qual eram sócios-gerentes; 4) formar, no circuito das relações sociais, um quantum expressivo de poder político-social; 5) fazer-se reconhecer como representante dos interesses de uma fração de classe do setor produtivo papelheiro e obter, assim, a força política necessária para a elaboração de uma engenharia político-econômica da hegemonia.

Ao investir na construção da fábrica de celulose e papel imprensa no Paraná a Klabin sabia, ainda, que contaria não apenas com o apoio governamental mas, inclusive, que teria diante de si um amplo mercado consumidor para sua produção de bobinas de papel imprensa. A amizade com Francisco de Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados, materializava a ligação do grupo Klabin-Lafer com um dos mais poderosos empresários da imprensa que gravitavam na órbita do Estado e que seria, por isso, um valioso aliado. Em seu relatório referente ao ano de 1941, Souza Costa registrou o interesse em estimular uma “produção da celulose nacional, como solução ao angustioso problema da indústria do papel, a fim de libertá-la, senão totalmente pelo menos em grande parte, da dependência estrangeira. (...)”.¹⁶⁹ Considerando que nesse período em que o Ministro Souza Costa escrevia seu relatório para encaminhar ao Chefe do Governo, a Klabin estava bastante adiantada em suas negociações com o Banco do Estado do Paraná para a compra da fazenda onde pretendia construir a fábrica, nos parece certo supor que Souza Costa estava a par dos interesses do grupo. O Banco do Brasil forneceu a cobertura creditícia para a Klabin, tornando-se credor da firma Indústrias Klabin do Paraná, certamente o Ministro da Fazenda tinha conhecimento dessa transação. Conforme está registrado nas atas de reunião da Diretoria do BEP, realizada em 25 de Janeiro de 1941:

No Rio de Janeiro, pessoalmente e como procurador do Sr. Diretor-Superintendente, representou [Bertoldo Hauer, então Presidente do BEP], a Diretoria do Banco (...) no ato de assinatura da escritura de venda da Fazenda Monte Alegre às Indústrias Klabin do Paraná, venda essa já anteriormente comprometida em contrato e que foi agora tornada efetiva em vista da liquidação,

¹⁶⁹Center For Research Libraries. **Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelles Vargas, pelo Ministro dos Negócios da Fazenda, Artur de Souza Costa.** Exercício de 1941. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro: 1949. p. 78.

por parte da firma Indústrias Klabin do Paraná, das prestações ainda por vencer e a pagar. Nessa liquidação apareceram como interveniente o Estado do Paraná, representado pelo seu Secretário da Fazenda e como cessionário das prestações a receber o Banco do Brasil que, em virtude do contrato celebrado com o Estado do Paraná em 10.10.1938 e a procuração que do Banco do Estado recebeu ‘in rem propriam’, tornou-se credor das Indústrias Klabin do Paraná. (...) ¹⁷⁰

Se o apoio do Estado, materializado através do Banco do Brasil, foi essencial para o empreendimento das Indústrias Klabin do Paraná, não se pode, entretanto, pensar o grupo Klabin-Lafer como uma frágil burguesia industrial que ascendeu empresarialmente porque pode contar com a intervenção Estatal. Entendemos que a proliferação de aparelhos de hegemonia da classe industrial, durante o regime Autoritário, demonstra justamente o alcance da força política da qual podia dispor a burguesia industrial, que embora não tivesse assumido a condição de classe hegemônica, decerto estava diante da condição de classe politicamente dominante. Com o Legislativo e os partidos tradicionais políticos dissolvidos, a burguesia industrial cerrou fileiras, cada vez mais, em espaços que assumiram o papel de partidos desta classe sendo, portanto, capazes de propiciar-lhes as condições para organizar sua ação política enquanto classe atuante no bloco no poder. ¹⁷¹

No que se refere ao papel desempenhado por Wolff Klabin e Horácio Lafer como executores de um projeto hegemônico do grupo Klabin-Lafer, cabe frisar que a construção da hegemonia pelo grupo relaciona-se com o papel de liderança que tais industriais assumiram, ao lado de outros burgueses industriais, como representantes dos interesses de uma fração de classe dos industriais do setor produtivo papelero. No caso de Wolff Klabin, ele desempenhou um papel central em uma guerra de posição que lhe permitiu ocupar espaços institucionais estratégicos. Um exemplo interessante é a atuação dele como membro efetivo da FIRJ na Capital Federal. O relatório desta federação ¹⁷² nos permite perceber que havia quatro empresários industriais representantes dos sindicatos setor do papel, entre os quais aparecem:

1) Edmundo Pereira Leite e Antenor de Mattos Mendes – Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel e Papelão;

¹⁷⁰ **Atas das reuniões da diretoria do Banco do Estado do Paraná (1930-1941)**. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

¹⁷¹ GRAMSCI. 2004, p. 246.

¹⁷² Acervo da Biblioteca da Firjan. **FIRJ Relatório da Diretoria (1939-1951)**.

2) Antônio Bezerra Cavalcanti e Wolff K. Klabin – Sindicato da Indústria do Papel do Rio de Janeiro.

Examinando o referido relatório da FIRJ, percebemos que de 1939 a 1950, Wolff esteve, ao lado de Edmundo Pereira Leite e Antônio Bezerra Cavalcanti entre os industriais que se mantiveram como delegados dos dois sindicatos supracitados no conselho de representantes da federação. A atuação conjunta desses burgueses industriais do setor produtivo do papel tinha, decerto, o propósito de formar as bases do consenso através da formulação orgânica a partir da sociedade civil. Ou seja, partindo de uma crescente ação política, lutavam para fazer-se classe hegemônica através do exercício da grande política.¹⁷³ Portanto, a história social da empresa *Klabin Irmãos & Cia*, sob a liderança de Wolff Klabin e Horácio Lafer, não pode ser pensada somente a partir das estratégias isoladas do grupo para obter a dominação e a hegemonia. Posto que a história das empresas está inserida, inevitavelmente, no processo de luta de classes. Partindo dessa constatação, somente podemos entender o processo de construção da hegemonia do grupo Klabin-Lafer em sua totalidade quando observamos o referido grupo empresarial como uma fração de classe atuante no jogo do poder político e econômico.

Isso implica afirmar que a materialização política dos interesses empresariais da Klabin dava-se a partir de disputas na sociedade civil, que se configura por uma rede de relações sociais que se caracteriza por conflitos e alianças entre as demais classes industriais e seus respectivos aliados políticos. Nesse sentido, a expansão empresarial da Klabin no decorrer dos anos 1930 e 1940 não constitui um fato isolado, mas está organicamente relacionada com o papel que desempenhou a burguesia industrial na elaboração de um plano orgânico de atuação política de classe. Para tanto, as associações de classe assumiram a função de aparelhos privados através dos quais a burguesia industrial organizou suas demandas criando, assim, as condições para materializá-las a partir da organização de sua vontade política de classe. Com tal propósito, a burguesia industrial fez das entidades de classe os partidos¹⁷⁴ a partir dos quais disciplinou seus filiados. O relatório da Diretoria da FIRJ, referente ao quadriênio administrativo de 1939-1943, assim explica o papel das entidades de classe:

¹⁷³GRAMSCI. 2000, pp. 21-22.

¹⁷⁴Entendemos partido político tal qual definiu Antônio Gramsci, posto que a definição ampla formulada por esse autor nos permite entender o verdadeiro propósito dos aparelhos privados da burguesia industrial, independentemente do formato político-social assumido – sindical, federação, confederação ou centro industrial. GRAMSCI. 2000, pp. 87-88.

a criação da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal obedeceu a uma ingente imposição da vida sindical brasileira, qual a de agrupar, em torno de um organismo federativo em cada circunscrição política do país, os sindicatos de uma mesma atividade profissional. Além da exigência da lei que regula o assunto, a Federação vinha preencher a alta finalidade de disciplinar, harmonicamente, os interesses das forças produtoras da Capital da República: e esse desideratum, se não foi de todo atingido, autoriza-nos, pelo menos, a asseverar que vem sendo procurado com todo o empenho e fundadas esperanças de êxito completo. Os frutos colhidos até hoje não são de grande monta, mas representam um acervo de conquistas reais e definitivas que nos dão a certeza de que a vitória futura não tardará.¹⁷⁵

Considerando tais afirmações da burguesia industrial que atuava na então capital federal, ressalta-se que a trajetória do grupo empresarial Klabin-Lafer está socialmente inscrita em uma conjuntura em que os industriais cerravam fileiras em seus aparelhos privados na sociedade civil, buscando expandir um modelo organizativo que já lhes era conhecido desde a Primeira República. Não é demais insistir que a História Social de uma Empresa, seja ela qual for, precisa ser entendida a luz da dinâmica que é o motor do processo histórico: luta de classes. Por isso, analisar a ascensão das lideranças empresariais da *Klabin Irmãos & Cia* a partir do eixo teórico marxista é o fundamento do nosso estudo. Ao ocupar seus espaços nas agências de poder político no complexo sociedade civil/sociedade política, os primos e sócios-gerentes Wolff Klabin e Horácio Lafer deslocaram seus grupos rivais do epicentro do poder. Os dois primos e sócios efetuaram sua atuação política a partir da sociedade civil, o fato de ambos terem participado de associações de classe, como a FIRJ e a FIESP nos permite perceber a lógica de ação política desses empresários.

3.2 – Luta Política e Relações de Interesse no complexo institucional Autoritário

A ascensão da Klabin como fração de classe burguesa industrial do setor produtivo de celulose e papel durante os anos 1930-1940 relaciona-se, no plano conjuntural, com a forte convergência que havia entre as lideranças industriais “e as formulações dos representantes do pensamento autoritário.”¹⁷⁶ O período que compreende o primeiro quinquênio dos anos 1940 foi decisório para que o grupo empresarial estudado encontrasse as condições para, a partir da sociedade civil,

¹⁷⁵Acervo da Biblioteca da Firjan. **Relatório da Diretoria da FIRJ**. 1939-1945.

¹⁷⁶MENDONÇA,1986, p. 21.

ascender a uma posição de liderança orgânica de uma determinada fração da classe industrial do papel que buscava uma posição mais ativa nas agências que formavam o complexo sociedade política/sociedade civil do Estado Autoritário. Foi nesse contexto que os primos Wolff e Horácio assumiram, cada vez mais, a posição de líderes de uma fração da classe industrial do setor de celulose e papel, no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente.

Ainda no que se refere aos anos 1940, chamamos a atenção para o papel desempenhado pela Segunda Guerra Mundial, posto que ao tornar difícil a importação de celulose, matéria prima essencial para a produção de artigos de papel, incentivou o Estado a criar uma política econômica que fosse capaz de estimular o crescimento e/ou ampliação das fábricas deste setor. A emergência fez com que o Estado Vargas, atendendo as múltiplas pressões internas¹⁷⁷ e as necessidades próprias¹⁷⁸, estimulasse a expansão do referido setor industrial. Assim, ainda em 1940, surgiu um “decreto-lei que assegurava incentivos governamentais à indústria nacional de celulose e pasta mecânica.”¹⁷⁹ Valendo-se do apoio Estatal, os empresários industriais interessados no setor encontraram condições para fazerem investimentos na montagem de suas fábricas ou, se fosse o caso, aumentar o investimento já feito e inverter seus capitais na aquisição de máquinas, insumos, e mão-de-obra especializada. O grupo Klabin não era o único do setor, as fontes indicam a existência de outros industriais estavam consolidados no ramo.

Constitui um exemplo a *Companhia Indústrias Brasileiras Dolabella Portela S/A*, cujo proprietário era Alfredo Dolabella Portella. Esta fábrica parecia estar bem equipada e contar com uma boa infra-estrutura, possuindo “7.500 m² de área coberta, de edifícios para suas diversas dependências.”¹⁸⁰ Sua capacidade produtiva em 1938 era de 6.876.600 quilos de papel, que era vendido para o Estado de Pernambuco. Quanto à força de trabalho operária, a fábrica contava com 600 operários e empregados,

¹⁷⁷Destaque-se a burguesia editorial, empresários da imprensa escrita, empresários de fábricas de artigos de papel e do setor comercial – artigos de papelaria, e outros setores que precisavam de papel ou papelão para embrulhar mercadorias e rotular embalagens. Sem esquecer ainda, o papel para fabricar bilhetes (trens, barcas e teatro), panfletos, para a indústria do cigarro, e para cadernos e livros caixa para os setores financeiro, comercial e industrial.

¹⁷⁸Consideramos como tal a necessidade de abastecer as repartições públicas e demais órgãos de Estado com artigos de papel dos quais não se poderia prescindir.

¹⁷⁹**A História da Indústria de Celulose e Papel no Brasil.** Edição: Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel. s.d. p. 48

¹⁸⁰CPDOC/FGV-RJ. Arquivos Agamenon Magalhães. A fonte indica que Portella comprou a fábrica de uma firma norueguesa chamada *The Pernambuco Paper Mills Co*, que havia falido. Informa ainda que, em 1925 e 1926 Portella investiu na compra de “máquinas para aumentar a produção e melhorar a qualidade do [papel produzido].”

sendo que 170 eram do sexo feminino. Entretanto, a fonte não informa o tipo de artigo de papel que era produzido, mas informa que para funcionar essa firma dependia da compra de matéria prima, que era consumida na forma de celulose importada da Europa ou de trapos de panos e aparas que eram comprados no Brasil. Com a folha de pagamento, essa empresa gastava mensalmente 85:000\$000, sendo que os trabalhadores recebiam prêmios sobre a produção. Não há informações sobre a situação desta fábrica na década de 1940, e muito poucas sobre as relações político-sociais do industrial Alfredo Dolabella Portella. O documento menciona que havia um contrato de isenção¹⁸¹ entre a firma Dolabella Portella e a Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco. Sabemos seguramente que sua fábrica não estava capacitada para produzir celulose e que, para assegurar seu funcionamento, dependia da compra de matéria prima para abastecer suas máquinas. Essa era inclusive a situação de outras fábricas de papel.

Decerto que o grupo Klabin, ao ocupar espaço de destaque no Estado, teve que deslocar outros industriais para uma posição marginal, o que significa afirmar que outras classes foram alijadas de alcançar uma posição de dominação. Entendemos que a ação política da Klabin só pode ser entendida quando pensamos a história social da empresa *Klabin Irmãos & Cia* para além de uma história da família e, desta forma, materializada como liderança orgânica da ação coletiva de uma fração de classe da qual o referido grupo tornou-se representante. Conforme já vimos, a ascensão do grupo a condição de liderança iniciou-se no decorrer dos anos 1930, em uma conjuntura na qual a burguesia industrial ampliava, a partir da sociedade civil, sua atuação política nos aparelhos de Estado. Através das

entidades da indústria cuidaram de consolidar sua estrutura interna e de fortalecer sua posição política nos anos 30. Para tanto, valeram-se da legislação sindical de 1931, que acenava para um relacionamento corporativo entre setores econômicos e Estado, e começaram a ocupar lugares nos órgãos decisórios em matérias de política econômica.¹⁸²

¹⁸¹CPDOC/FGV – Arquivos Agamenon Magalhães. Não sabemos a que tipo de isenção a fonte se refere, podemos, entretanto, supor que se tratava de isenção fiscal para compra de equipamentos ou matéria prima, ou ainda relativa a algum imposto que incidisse sobre o valor do frete para transporte urbano (ferroviário, portuário ou estradas), podendo ser, ainda, relativo ao imposto sobre a produção ou ao território onde se localizavam as instalações da *Companhia Indústrias Brasileiras Dolabella Portela S/A*.

¹⁸²LEOPOLDI, 2000, p. 114.

Durante a vigência do Estado Autoritário, as associações industriais assumiram um papel de vanguarda na formação de laços orgânicos entre as classes industriais. A burguesia do setor produtivo de papel vinha se organizando desde a década de 1920,¹⁸³ o que evidencia sua estratégia para uma ação política de classe partindo da sociedade civil. O período correspondente ao primeiro quinquênio dos anos 1940, marcado pelo Estado Novo, contou com a adesão dos industriais do papel ao Estado, através de suas associações de classe e, inclusive, do ingresso de suas lideranças tanto nas federações e confederações industriais quanto em órgãos consultivos que respondiam diretamente ao chefe do governo e com os quais esta organizava as bases de sua política econômica. Para isso, a burguesia industrial precisava se organizar enquanto classe, segundo as lideranças que na FIRJ compunham o Estado-maior industrial na Capital Federal:

os princípios corporativos que norteiam, hoje, o sistema constitucional vigente, forçaram as profissões a se organizarem sindicalmente, nos seus diversos graus dando a cada classe a sua unidade econômico-política em face do Estado.

A indústria (...) é a única atividade que se organizou corporativamente, vindo desde o sindicato, que é a célula primária da organização, até a confederação, que é o seu pináculo. Com efeito, a Confederação Nacional da Indústria, a que estamos filiados, congrega (...) as federações industriais do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais e do Distrito Federal, sendo que, dentro em pouco, contará, também, com aparelho congênere instalado, recentemente, em Pernambuco.¹⁸⁴

Considerando que Wolff Klabin representava, junto com Antonio Bezerra Cavalcanti, Edmundo Pereira Leite e Antenor de Mattos Mendes, os interesses da burguesia industrial do papel na FIRJ, percebemos que no que se refere a unidade econômico-política, esta fração de classe estava bem organizada e preparada para consolidar seu status de classe politicamente dominante, condição para fazer-se

¹⁸³Diante da crença “que força de um setor reside na sua capacidade de organização”, ainda em 1923 os empresários do segmento fabril do papel fundaram o Centro dos Fabricantes Nacionais do Papel. Em 15 de abril de 1932, foi fundada no Rio de Janeiro a Federação dos Fabricantes de Papel, que teve como primeiro presidente Cícero da Silva Prado. Em 1944 a denominação da Federação foi alterada para Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose – ANFPC. Em 20 de Dezembro de 1944 a presidência foi ocupada por Antônio Bezerra Cavalcanti, que ficou no cargo até 1959. Cabe ressaltar, que ainda em 1929 Horácio Lafer ocupou a presidência da Associação Brasileira dos Produtores de Papel. p. 40. Perfil Biográfico de Horácio Lafer, In: LAFER, Horácio. **Discursos Parlamentares. A História da Indústria de Celulose e Papel no Brasil**. Edição: Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel. s.d. p. 48. Outra fonte interessante para se obter informação sobre as formas de organização da burguesia industrial do setor de celulose e papel: www.bracelpa.org.br/br/institucional/historico.htm

¹⁸⁴Acervo da Biblioteca da Firjan. **Relatório da Diretoria**. 1939-1945.

hegemônica. Levando em conta que Wolff e Horácio eram intelectuais orgânicos e que exerciam uma ação conjunta voltada para a consolidação de dominação política que permitiria ao grupo respaldar seus interesses de classe, precisamos entender que o vínculo de ambos as associações de classe no circuito Rio- São Paulo fazia parte de uma estratégia de ação destes empresários. O que mostra que enquanto preparava-se para investir na construção de um complexo urbano-industrial no Paraná a Klabin buscou obter, cadê vez mais, uma participação mais ampla nos aparelhos de Estado. Enquanto sócios-gerentes do grupo e responsáveis pela organização da empresa S/A Indústrias Klabin do Paraná, Wolff Klabin e Horário Lafer criaram vínculos orgânicos com expressivos, a exemplo do banqueiro Numa de Oliveira – presidente do Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo e sócio do grupo na *Companhia Nitroquímica Brasileira*. Não é demais lembrar que Horácio Lafer foi, junto com Roberto Simonsen, um dos fundadores e sócios do IDORT.

Levando-se em conta que as estratégias de construção da hegemonia de uma determinada classe ou fração assume muitas formas, relacionando-se com a multiplicidade dos interesses socioeconômicos e sociopolíticos que atuam em íntima relação com as classes que compõem o bloco e que disputam os aparelhos de Estado no complexo sociedade política / sociedade civil, não podemos deixar de pensar o papel desempenhado pelos casamentos endogâmicos como forma de ampliar o círculo de alianças e fortalecer e concentrar o capital nas mãos de grupos empresariais. O casamento é, sem dúvida, uma das mais antigas fórmulas encontradas pelas diferentes classes sociais para fortalecer o poder, obtendo, através da união matrimonial, inclusive a capacidade de converter rivais em poderosos aliados. Assim, entendemos que não podemos desconsiderar que existe, decerto, uma lógica política por trás da contração matrimonial que adquire, outrossim, grande relevância nas estratégias de construção da hegemonia. Por conseguinte, o enlace matrimonial entre Wolff Kadischewitz Klabin e Rose Haas¹⁸⁵, que foi realizado no Hotel Glória em 30 de Outubro de 1925, refletiu essa estratégia. Horácio Lafer casou-se com Maria Luisa Sales, sobrinha-neta do ex-presidente Manuel Ferraz de Campos Sales.

¹⁸⁵Com o casamento, Rose passou a assinar Rose Haas Kadischewitz. Rose era filha de Arthur Dieudonné Haas, um empresário que em meados dos anos 1920 já contava com uma boa fortuna e era muito bem relacionado em Belo Horizonte – MG. Em 1924 a Casa Arthur Haas era uma das distribuidoras da Ford no Brasil, sendo que em 1926 rompeu com a Ford e tornou-se representante da General Motors, com as franquias Oakland e Chevrolet. www.casaarthurhaas.com.br/historia.htm Cf. ainda CONY e LAMARÃO, 2001, pp. 82-88.

Além do matrimônio como forma de incorporar outros grupos empresariais acumulando, assim, o capital social a construção da hegemonia, havia também a necessidade de fortalecer a empresa através do ingresso de novos atores em seu capital social. Nesse sentido, a associação entre a *Klabin Irmãos & Cia* e o grupo *Monteiro Aranha Cia Ltda*, que se tornou sócia da KIC em 1941 na construção das Indústrias Klabin do Paraná. Assim:

Em 9 de junho de 1941, ocorreu novo aumento do capital social da IKP, a ser integralizado até 31 de dezembro de 1942, e sua razão social foi alterada para Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. (IKPC). O aumento, da ordem de 22.500 contos de réis, foi subscrito por Jacob Lafer (2.440), Ema Gordon Klabin (2.420), Eva Cecília Klabin Rapaport (2.420), Horácio Lafer (2.420), Wolff Klabin (I.980), Horácio Klabin (I.II0) e Esther Klabin Levine (I.II0), e mais a Monteiro Aranha Cia. Ltda. (5.980). A entrada deste novo sócio é facilmente explicável. Como a montagem da fábrica de papel em Monte Alegre pressupunha investimentos que nenhuma empresa brasileira da época, sozinha, poderia arcar, (...) a Monteiro Aranha ingressou no empreendimento com 20% do capital (...).¹⁸⁶

Nesse caso, o ingresso do grupo Monteiro Aranha como sócio no empreendimento das IKPC S.A. representou, além de uma estratégica associação empresarial, uma solução encontrada para a necessidade de abrir o capital para a participação de outras classes empresariais. O investimento privado na construção das IKPC e a empresa que resultaria desse empreendimento não poderiam ficar restritos a uma empresa familiar, diante disso emergia a necessidade de associação com outras classes empresariais, não mais cabendo a restrição dos negócios tão somente ao círculo familiar ou étnico, posto que a identidade e os interesses de classe se sobrepõem à identidade étnica. Apesar da suposição de que à sociedade com grupo Monteiro Aranha tivesse feito parte de ação política estratégica a fim de evitar represálias por parte de elementos germanófilos e anti-semitas, não podemos esquecer que, além disso, tratava-se de um grupo cujo um dos acionistas, Olavo Egydio de Souza Aranha, era primo de Oswaldo Aranha, que ocupava na época o Ministério das Relações Exteriores. Tratava-se, portanto, de criar vínculos com classes sociais que poderiam exercer papel social importante para Klabin enquanto representante dos interesses de uma fração da burguesia industrial do setor produtivo do papel. Com relação à existência no Brasil de algumas idéias anti-semitas, elas não foram prejudiciais aos interesses da firma Klabin.

¹⁸⁶CONY e LAMARÃO, 2001, p. 130

Cabe ainda ressaltar que o anti-semitismo não era uma prerrogativa do governo, sobretudo com a entrada Brasil na guerra ao lado dos aliados.¹⁸⁷

Uma outra questão que pesou a favor do grupo foi a sua capacidade de se embrenhar no Estado a partir da sociedade civil. Naquela instável conjuntura de guerra, os interesses econômicos das classes empresarias que compunham o bloco no poder precisariam ser supridos através do mercado interno, pois as importações seriam cada vez mais dificultadas pela guerra. Produzir internamente era preciso. Sobre a preocupação com a produção e o controle da celulose, um relatório da Coordenação da Mobilização Econômica apresenta considerações bastante elucidativas:

As indústrias de papel, papelão e rayon que têm como matéria prima básica a celulose ficaram ameaçadas de paralisação diante da impossibilidade de obter esse produto da Suécia, Noruega e Finlândia, seus maiores produtores, com as restrições de exportação dos Estados Unidos e Canadá e com as dificuldades de transporte.¹⁸⁸

Merece destaque, ainda, a criação, em 1941, do Instituto Nacional do Pinho, órgão que estava encarregado de levantar as possibilidades de exploração econômica das riquezas florestais do país, sendo que recaía sobre os pinheirais uma atenção especial da parte do referido órgão, que através de seus contatos com o Conselho Federal do Comercio Exterior, manifestava sua atenção sobre esse tipo específico de madeira. Partira do CFCE sugestão ao Presidente da Republica de que deveria o INP ficar responsável por efetuar o levantamento acerca da possibilidade de exploração dos pinheirais. Conforme registro do conselheiro Arthur Torres Filho, em sessão plenária do CFCE, sugeriu que

O Conselho Federal do Comércio Exterior proponha ao Senhor Presidente da República ficar o Instituto Nacional do Pinho incumbido de, sem demora, proceder ao levantamento das possibilidades atuais dos nossos pinheirais, apresentando ao Conselho os resultados dos seus estudos. Para esse fim, o Instituto reservará uma verba especial, podendo, com o produto da mesma,

¹⁸⁷ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. Depoimento de **Ema Gordon Klabin, 04 de Maio de 1992**. p. 12. Não é nosso objetivo pesquisar as formas assumidas pelo anti-semitismo no período que pesquisamos. Acreditamos, entretanto, que embora existissem no período idéias anti-semitas, é preciso identificar sobre quais classes sociais incidiu o preconceito étnico, uma vez que não acreditamos que tais idéias tivessem incidido contra poderosos burgueses como Roberto Simonsen, Horácio Lafer e Numa de Oliveira da mesma forma que podem ter afetado judeus de outras classes sociais que não podiam dispor do prestígio e poder assegurado pela acumulação de capital.

¹⁸⁸GOMES, 1948, p. 147.

contratar técnicos e requisitá-los de repartições especializadas dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, Indústria e Comércio.¹⁸⁹

A preocupação com as riquezas florestais como recursos econômicos explica-se pelo fato de que, com a guerra, acentuavam-se as necessidades de garantir, para frações da burguesia brasileira, uma matéria prima que de grande importância para seus interesses empresariais no mercado interno. No caso do pinho, tratava-se de uma madeira que era usada na construção civil em setores fabris como, por exemplo, aqueles produtores de celulose e pasta de madeira – matéria prima essencial para abastecer as indústrias de papel e papelão. Considerando que a propriedade de aproximadamente 144 mil hectares que estava sendo comprada pela firma Klabin, no Estado do Paraná, era dotada de uma extensa floresta de pinheiros, podemos supor o empreendimento das IKPC despertou não apenas a atenção dos rivais do grupo, como também fez com que o grupo Klabin-Lafer obtivesse muito prestígio junto ao Estado. Diante da incapacidade do Estado de assumir o gerenciamento das reservas florestais para fins econômicos, por que não confiar na iniciativa privada? Os recursos madeireiros que integravam o patrimônio florestal brasileiro despertavam interesse pelo seu valor econômico, uma vez que com a restrição aos mercados internacionais por conta da guerra, tornava-se essencial assegurar ao mercado interno recursos apropriados para atender as demandas dos diversos setores empresariais: comércio de madeiras e mobílias, construção civil, setores fabris produtores de mobília e artigos de papel e cartonagem e, não esquecendo, celulose. Nesse sentido, a pretensão de controlar a exploração dos recursos florestais através no Instituto Nacional do Pinho fez com que a Klabin, que estava comprando uma propriedade dotada de uma extensa área florestal coberta por pinheiros, se tornasse digna atenção, uma vez que a empresa IKPC mostrava-se capaz de cuidar desse patrimônio e de explorar seus recursos com o propósito de suprir as demandas do mercado interno produzindo celulose e papel. Nos registros do CFCE datados de 5 de Agosto de 1942, o conselheiro Arthur Torres¹⁹⁰ Filho, afirmou que

(...) mau grado as nossas proclamadas riquezas florestais, avultam – na exportação – o jacarandá e o pinho, figurando este

¹⁸⁹Arquivo Nacional. **Conselho Federal do Comércio Exterior**, 1937-1942. Lata: 453.

¹⁹⁰Arthur Torres Filho tinha sido nomeado por Getúlio Vargas, em 1934, para representar os interesses das classes agrárias no Conselho Federal do Comércio Exterior. Torres Filho era, assim entendemos, uma das lideranças orgânicas dos interesses da burguesia agrária, o que fica evidente quando descobrimos que ele ocupou, de 1944 a 1960, a presidência da Sociedade Nacional de Agricultura. Cargo que somente deixou quando a morte usurpou-lhe a existência. Cf. DHBB.

último em percentagem superior a 76 %. Sucede ainda que, no mercado interno, dia a dia se alarga o consumo do pinho, em consequência de suas múltiplas aplicações, como por exemplo na embalagem de frutas, na construção civil e, já, agora, na indústria da pasta de madeira e celulose.

Assinalam a importância do pinho nacional no intercâmbio sul-americano, uma vez que aumentaram as solicitações do pinho brasileiro por esses mercados, sendo o maior deles a República Argentina. Esse país veio buscar no Brasil, em 1941, 75 % das suas necessidades de madeiras e atualmente, com as dificuldades oriundas das importações norte-americanas, terá de se abastecer integralmente no Brasil.

(...) É assim evidente que devemos tomar medidas acauteladoras dessa grande riqueza florestal, representada pelos pinheirais, cuja área de distribuição geográfica e restrita em relação às exigências dos mercados consumidores e do nosso próprio consumo, cujo crescente índice de cultura espiritual exigirá consumo também crescente de papel.¹⁹¹

Destacamos que a estratégia de construção da hegemonia pela Klabin teve como núcleo-nervo de sua dimensão sociopolítica a preocupação dos empresários industriais Wolff Klabin e Horácio Lafer em atuar, ativamente, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Nesse caso, a estratégia sociopolítica da KIC não era estava, tão somente, circunscrita aos interesses da empresa IKPC e aos membros da família Klabin-Lafer. Ela materializava-se, sobretudo, como uma estratégia de classe, pois a história social de uma empresa não pode ser entendida fora do contexto de luta social e política através da qual classes sociais articulam-se para assumir posições mais favoráveis na composição do bloco no poder. Portanto, a história social da empresa Klabin é uma história de luta de classes. Os primos e sócios Wolff Klabin, Horácio Lafer e Samuel Klabin estavam ligados a classe burguesa industrial, tendo seus interesses de classe articulados os de empresários e políticos interessados em apoiar investimentos nos mais variados setores produtivos. Com a guerra em curso acentuava-se a necessidade de incentivar empresários dispostos a investirem na criação e/ou ampliação de fábricas capazes de produzir para suprir as demandas do mercado interno, uma vez que ficava cada vez mais difícil e arriscado contar com importação de produtos. Assim, as indústrias que produziam artigos papel estavam seguramente entre aquelas as quais o Estado buscou incentivar a construção.

No ano de 1941, podemos constatar nas atas do Conselho Federal do Comércio Exterior, a preocupação em iniciar uma subvenção a indústria da celulose, com o propósito de atender os muitos interesses em jogo – empresários ligados ao

¹⁹¹Arquivo Nacional. **Conselho Federal do Comércio Exterior**, 1937-1942. Lata: 453.

mercado editorial¹⁹², empresários proprietários de jornais e/ou revistas, empresários do setor comercial e financeiro e, não esquecendo, a necessidade de abastecer a máquina burocrático-administrativa de papéis dos mais variados tipos. O que representa os interesses das classes dirigentes que estavam à frente da administração do aparelho de Estado. O capital social que foi acumulado por Wolff Klabin e Horácio Lafer foi importante para que fosse possível a Klabin enquanto firma assumir o papel de liderança orgânica dos muitos interesses de classe que se articulavam em torno da execução do projeto de construção das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose*, interessados em aumentar a auto-suficiência no setor. A habilidade dos empresários supracitados em acumular capital social (contatos, amizades, casamentos, estabelecer sociedades, conquistar prestígio e influência), e sua subsequente conversão em capital político, foi uma das formas encontradas para consubstanciar o empreendimento sobre uma sólida base política. Novamente, chamamos a atenção para o papel que teve Francisco de Assis Chateaubriand, uma das aquisições no capital político da Klabin:

No intuito de estancar a sangria de divisas provocada pela importação de papel de jornal e de pasta de papel, Vargas prontificou-se pessoalmente a procurar um empresário que se dispusesse a erguer uma nova fábrica de papel. Assis Chateaubriand, dono da maior cadeia de jornais, foi o primeiro a ser abordado, mas declinou da oportunidade. Em seguida, de acordo com o relato de Chateaubriand, Vargas pediu-lhe a opinião acerca da adequabilidade de vários industriais paulistas. Chateaubriand recomendou a família Klabin. Os Klabins haviam operado uma fábrica de papel já no início da década de 1900, tinham participado da fundação da Companhia Nitroquímica e possuíam extensos pinheirais em Monte Alegre, no Estado do Paraná. O ditador aceitou a indicação e encarregou Chateaubriand de ir a São Paulo e oferecer-lhes um empréstimo e a necessária cobertura cambial, bem como um monopólio, se eles se dispusessem a construir a fábrica. A geração mais velha, conservadora, recusou-se, mas o próprio Vargas convenceu, mais tarde, os membros mais jovens da família a aceitarem. Os Klabins dificilmente poderiam ter recusado; Vargas lhes prometera também um ramal ferroviário e um mercado garantido. (...) Depois de procurar o maior consumidor de papel jornal e em face de sua [recusa em investir na construção de uma fábrica de papel e celulose], [Vargas] certificou-se de que não haveria dificuldade em vender papel de jornal a um grupo interessado, que insistia anteriormente numa tarifa mais baixa para a sua principal matéria prima. Além disso, como o próprio Chateaubriand deve ter

¹⁹² Arquivo Nacional. **Conselho Federal do Comércio Exterior**, 1937-1942. Lata: 453. Ata da 2ª Sessão do Conselho Federal do Comércio Exterior, realizada em 28 de Abril de 1941. Nessa fonte consta o registro de um memorial enviado pelo Monteiro Lobato pelo qual ele “pleiteava a extensão aos livros dos favores de que [gozavam] os jornais e revistas, quanto à importação do papel às respectivas edições.”

compreendido, sua representação aos Klabins efetivamente os convenceu dessa circunstância favorável.¹⁹³

Embora estejam corretas as considerações de Dean sobre o papel desempenhado por Assis Chateaubriand como um aliado que favoreceu o contato inicial entre a Klabin e o Presidente Vargas, que estava buscando uma empresa privada capaz de investir na construção de uma fábrica de celulose para produzir artigos de papel, a Klabin não foi, entretanto, o único grupo empresarial indicado por Chateaubriand como capazes de executarem o empreendimento. Os três industriais indicados por ele ao chefe do governo foram os Martinelli, Matarazzo e Klabin, conforme foi descrito pelo próprio dono dos *Diários Associados* em artigo que reproduzimos a seguir:

Quando o Presidente Vargas convocou-me, em julho de [1930], em São Paulo, para apreciar a hipótese da fabricação de celulose e de papel de imprensa no Brasil, ele sabia que tratava com alguém que lhe tinha posto a questão muitas vezes diante das suas cogitações de homem público. Desde 1933, no fim do ano, ao nos reconciliarmos, após a revolução de São Paulo, eu vinha mostrando ao presidente que ele poderia, se quisesse, proporcionar à imprensa diária, aos jornais ilustrados como ao livro do Brasil uma boa porcentagem da sua independência econômica. Bastava ajudar a fundar a indústria do papel e celulose, com base na matéria prima nacional, que existe em abundância no Paraná e em Santa Catarina, e, ainda, se bem que em limitada porcentagem, no Rio Grande do Sul. Que tecido mais fibroso existirá para a celulose que o da nossa araucária do Brasil meridional? Pasta de papel vegetal, celulose ou papel bruto, o papel que é a celulose manufaturada, tudo pode ser obtido em fabricas nacionais, com matéria-prima nativa e dando mais de 100 mil toneladas por ano. (...)

Na primeira conversa que tive com o presidente, adverti-o francamente da necessidade de resolver o problema em grande, pois só uma produção superior a 50 mil toneladas poderia interessar o País, sua imprensa e sua indústria do livro. Perguntou-me o chefe do governo quais eram os capitães de indústria nacionais em condições de se ocupar da construção da primeira fábrica. Indiquei-lhe de saída três: Martinelli, Matarazzo e Klabin. Sempre minucioso, cada vez mais minucioso, quis saber o sr. Getúlio Vargas naquele tríduo o que se encontrava mais próximo do papel, ou seja, com mais experiência e ferramenta melhor adequada. Ele não nutria preferência por quem quer que fosse. Foi-me entretanto impossível ocultar esta verdade: que Klabin & Irmãos possuem uma experiência de quase meio século e uma idoneidade técnica e financeira indiscutíveis.¹⁹⁴

¹⁹³DEAN, s.d. pp. 229-230.

¹⁹⁴CHATEAUBRIAND, 1999, pp. 743-744. Vol. 23. Artigos publicados em 1946.

O fato de estar a Klabin envolvida na compra de uma propriedade no Paraná que dotada de uma extensa floresta de pinheiros já era suficiente para atrair para o grupo o olhar atento de interessados em apoiar investimentos empresariais que pudessem fazer mais do que tão somente cortar e comercializar a madeira, como era feito pelo setor madeireiro. Não nos surpreendeu a constatação de que uma das preocupações do Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941,¹⁹⁵ estava voltada para a questão do aproveitamento e preservação dos recursos florestais, sobremaneira o pinho, que poderia ser usado no setor industrial voltado para a produção de papel, celulose e pasta de madeira. Para tanto, sobressaltava aos olhos dos membros do instituto o potencial econômico oferecido pela madeira do pinho, fazendo despertar a preocupação com regiões dotadas de farto recurso florestal. O fato de a Klabin estar para se tornar a proprietária de uma das maiores florestas privadas, repleta de pinheirais, decerto chamou a atenção sobre o grupo, que não somente mostrava-se interessado em investir na construção de uma fábrica de celulose e papel como, inclusive, parecia capaz de assegurar uma exploração não predatória, desenvolvendo para tanto uma política de reflorestamento, uma das preocupações do Instituto Nacional do Pinho.

Novamente, cumpre insistir no ponto de que as estratégias de construção da hegemonia da Klabin no complexo institucional sociedade civil / sociedade política somente pode ser compreendida a partir da rede de aliados que representava seu capital político, criando as condições para que Horácio Lafer e Wolff Klabin fossem reconhecidos como lideranças orgânicas capazes de executar o ousado projeto de investir tempo e dinheiro, dois grandes fetiches burgueses, na construção de uma grande fábrica de celulose e papel no Município de Tibagi, Paraná. A execução deste investimento não se tratou de uma artimanha puramente, atribuída a genialidade de uma mente diabolicamente genial de um ou mais empresário industrial. A atividade empreendedora, não é algo que existe em sua forma pura, descolada da esfera sociopolítica ou, como querem alguns, transcendendo as relações sociais entre as classes. Assim como outras frações burguesas, a Klabin buscou ampliar sua atuação no Estado e, com tal propósito político, não hesitou em participar mais ativamente das instituições que compunham os espaços de atuação sociopolítica de representação classista no interior da máquina administrativa Autoritária Estadonovista: os conselhos, as associações de classe e os sindicatos. As relações sociais estabelecidas pelos primos e

¹⁹⁵ FONSECA, 1999, p. 259.

sócios Wolff e Horácio faziam parte de uma ação política bastante sofisticada, através da qual buscavam cerrar fileiras em torno de potenciais aliados.

Ao buscar uma inserção cada vez maior no interior dos conselhos e associações de classe (seja na forma de confederações, federações, sindicatos ou entidades de caráter privado), o grupo pesquisado seguiu a estratégia adotada por outras lideranças orgânicas da classe burguesa industrial, a exemplo de Roberto Simonsen¹⁹⁶, Euvaldo Lodi e Guilherme Guinle. Ao buscar uma participação cada vez mais ativa no Estado, através de órgãos técnicos como o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e das associações de classe, o grupo Klabin tinha a guerra de posição como estratégia de construção da hegemonia.

O Estado Novo, apesar de restringir a burguesia industrial o exercício de uma participação mais ativa na sociedade política, de forma alguma impediu que as lideranças desta classe desempenhassem um papel orgânico na formulação o consenso burguês no interior do bloco no poder que escolheu Getúlio Vargas como o representante do Estado Autoritário que, aos olhos do empresariado, teria condições de atender aos seus interesses de classe. Ao observarmos a composição dos conselhos e demais órgãos técnicos nos quais a burguesia industrial tomou parte, percebemos que a atuação desta classe em tais órgãos consultivos foi significativa para estreitar os vínculos políticos dos industriais com o Estado.

Considerando ainda que a vida social é “rica em instituições”¹⁹⁷ e que estas articulam-se em múltiplas atividades, ao participar ativamente do conjunto de instituições que asseguravam sustentação política ao Estado Autoritário, a burguesia industrial exercia um importante papel como agente político no interior desse Estado. Analisando o grupo pesquisado, vemos que a Klabin, através da liderança de Wolff Klabin e Horácio Lafer, construiu uma participação ativa e orgânica como representante dos interesses de uma fração da burguesia industrial que buscava consolidar-se nas agências centrais para a organização e dominação dos industriais. Os dois empresários supracitados foram os artífices da execução de um projeto construção da hegemonia, o que implicou em uma aproximação com um Executivo que assumia, cada vez mais, uma política econômica de caráter industrializante sem, entretanto, abandonar o setor agrário.

¹⁹⁶Para saber sobre a trajetória deste empresário, ler o livro de Fabio Mazza (2004), cuja referência completa segue na bibliografia.

¹⁹⁷GRAMSCI, 2004, p. 247.

Segundo Leopoldi (2000:114), nos anos 1930 a FIESP e a FIRJ consolidaram sua estrutura interna e fortaleceram sua posição política. A autora salienta que, para tanto, contaram com “a legislação sindical de 1931, que acenava para um relacionamento corporativo entre setores econômicos e Estado, e começaram a ocupar lugares nos órgãos decisórios em matéria de política econômica.” Não é demais lembrar que os primos Klabin e Lafer participaram, respectivamente, da FIRJ e da FIESP, o que significava que estavam cerrando fileiras com as demais classes industriais com o propósito de participar orgânica e ativamente na sociedade política.

A partir da eclosão da II Guerra Mundial em 1939, acentuou-se a necessidade do Estado em investir cada vez mais na formação de indústrias de base, o que incluiu as fábricas de papel e, inclusive, celulose. O prestígio que a *Klabin Irmãos & Cia* dispunha como empresa com certa tradição no setor fabril de papel não foi, decerto, a variável determinante para que o grupo obtivesse apoio governamental para construir a fábrica de celulose e papel no Paraná. O grupo empresarial Klabin-Lafer não era, de forma alguma, os únicos empresários interessados em investir no setor fabril voltado para produzir bobinas de papel imprensa para abastecer as rotativas das empresas de imprensa escrita, tais como os Diários Associados, cujo proprietário era Assis Chateaubriand. Existiam muitos outros burgueses industriais que se dedicavam a fabricar e vender o produto. Já havia, desde as duas primeiras décadas do século XX, uma disputa pelo mercado interno por fábricas de grupos rivais. Entre as empresas rivais da *Klabin Irmãos & Cia*, destaco a *Companhia Melhoramentos de São Paulo* e, provavelmente a que representava uma ameaça maior, as *Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo* – que após a morte de seu fundador em 1937 passou a ser presidida por *Francisco Matarazzo Júnior*,¹⁹⁸ ardoroso adversário da Klabin. Embora existissem muitas fábricas de papel, a construção de um grande complexo urbano-industrial voltado para produção de celulose em grande quantidade era algo novo. A grande novidade era, portanto entanto, a produção de celulose a nestas condições e utilizando como matéria prima o pinho do Paraná.

¹⁹⁸ A escolha de Francisco Matarazzo Júnior, em 1927, pelo velho patriarca e fundador para sucedê-lo no comando das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, na época o maior o Império Empresarial Privado do País, ocorreu devido a um acidente de automóvel que, em 1920 tirou a vida de Ermelino Matarazzo, em Turim. Que era o filho sobre o qual cairia a escolha do fundador do complexo empresarial que cresceu a tal ponto que, em artigo publicado em 8 de março de 1934, Francisco de Assis Chateaubriand referiu-se à cadeia de empresas do conde como **O Estado Matarazzo**. Cf. CHATEAUBRIAND, 1999, pp. 221-223. Vol. 11; <http://epoca.globo.com/edic/19990628/matarazzo.htm> ; MARTINS, 1967, p. 37 e segs.

Diante de um tão poderoso adversário, era imprescindível a Klabin a criação de condições sem as quais não seriam possíveis transcender a posição de dominação e ascender para uma posição hegemônica. Se durante o Estado Novo as condições para que isso ocorresse apresento-se através da participação em espaços da sociedade política, a exemplo dos órgãos consultivos como o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério de Fazenda e o Conselho Federal do Comércio Exterior¹⁹⁹, com o início da guerra a necessidade de construção da fábrica de celulose para atender as muitas demandas deu ao investimento nas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose um status de interesse nacional, tornando-a uma representação sociopolítica dos interesses de varias frações de classe em tempos de vigência de uma economia guerra.

Com isso, pode-se afirmar que a confortável posição de dominação obtida pela KIC, representada por Horácio Lafer, Wolff Klabin e Samuel Klabin, foi muito mais o resultado de suas estratégias políticas como lideranças orgânicas de uma fração de classe e, inclusive, como representante dos interesses de outras classes empresariais, a exemplo das frações de burguesia do mercado, editorial, gráfico e de imprensa, do que, propriamente, devido a um superior potencial empreendedor. Os primos Horácio e Wolff eram políticos, que pese o fato de somente o primeiro ter seguido a política de carreira. No entanto, a hegemonia não se constrói fora do contexto da luta de classes que é, acima de tudo, uma luta política através de qual as lideranças orgânicas buscam efetivar seu projeto de classe nas superestruturas do Estado, o que precisa ser feito na sociedade política. Por isso, o êxito empresarial do grupo pesquisado está ancorado em profundas relações sociais estabelecidas pelos empresários supracitados, que desempenharam o papel de intelectuais e lideranças orgânicas de frações de classe que reconheciam neles seus legítimos representantes.

O eixo teórico que atribui sentido político as relações sociais entre a Klabin e expressivos representantes da sociedade civil e política ocorre quando entendemos que tais relações simbolizam um capital social que era potencialmente convertido em capital político. Portanto, as amizades que são feitas são capazes de nos fornecer os indícios para que possamos compreender como se davam às dimensões sociopolíticas do

¹⁹⁹Embora não tenha encontrado, durante minhas pesquisas, registro da participação direta de Horácio Lafer, Wolff Klabin ou Samuel Klabin neste Conselho, há registro da Klabin em Ata da Trigésima Quinta Sessão Ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 1940, menciona que o grupo Klabin, especialista na matéria da celulose, apresentava-se como um potencial investidor para a fábrica de celulose. Não devemos esquecer que, não obstante a ausência dos industriais da Klabin neste órgão consultivo, as relações sociais com o chefe de governo, muitas vezes com Chateaubriand servindo de intermediário, e com banqueiros como Numa de Oliveira, Gastão Vidigal e, inclusive, políticos como Oswaldo Aranha, foram decerto capazes de influenciar decisões favoráveis aos interesses das IKPC. Arquivo Nacional.

empreendimento das IKPC e como ele ajudou na formulação de um projeto que permitisse a Klabin materializar na grande política as suas pretensões de classe dominante. O relacionamento inter-pessoal entre Francisco de Assis Chateaubriand e Manuel Ribas representa um exemplo bastante elucidativo a esse respeito, possibilitando que pensemos sobre a complexidade a qual está sujeita as relações de poder entre as classes no que se refere a sua atuação política, com o propósito de penetrar nos diversos espaços de poder que integram as arenas institucionais do Estado.

No que se refere ao processo de construção da hegemonia por uma classe ou fração de classe, cabe ressaltar que embora as relações políticas precisem da chancela da sociedade política para obter a formalidade do status jurídico, os meios pelos quais as lideranças da burguesia industrial procuram se valer para dar forma orgânica a classe empresarial industrial não ocorrem tão somente através de uma ação política formal em agências da sociedade política. As boas amizades têm um peso expressivo no ato exercício da política, e muitas vezes tais relações sociais que se desenvolvem nos espaços privados são de grande valor para a criação de vínculos entre classes sociais, potencializando os vínculos políticos e econômicos já existentes nas relações entre elas. Ao estabelecer relações amistosas com atores sociais proeminentes para consolidar suas pretensão hegemônica enquanto representantes de uma fração de classe burguesa, Horácio Lafer e Wolff Klabin tornavam-se, cada vez mais, os executores da “unidade cultural-social”²⁰⁰ cujo propósito era agregar a vontade política das classes industriais em torno de uma mesma finalidade, a obtenção da hegemonia. E para tanto, era preciso buscar o estabelecimento de relações sociais ativas na sociedade civil para, posteriormente, valer-se dos vínculos sociais e políticos forjados por tais relações na sociedade política. Segundo Gramsci: “ o homem é essencialmente ‘político’, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua ‘humanidade’, a sua ‘natureza humana’ ”.²⁰¹

Assim, o empresário Francisco de Assis Chateaubriand representou um dos aliados de grande valor para os interesses da Klabin, pois ele se apresentava como um eficaz mediador em momentos de conflito com outras classes que poderiam se opor aos interesses do grupo e, inclusive, ameaçar a execução dos planos de construção do complexo urbano-industrial da Klabin no Paraná. Não sabemos se acaso Assis Chateaubriand era acionista da Klabin, mas por possuir grande interesse na construção da

²⁰⁰GRAMSCI, 1991, pp. 36-37.

²⁰¹Idem, 1991, p. 48.

fábrica de celulose e papel imprensa, ele tornou-se um ardoroso defensor do grupo, sobretudo quando o rival era o grupo Matarazzo, conforme veremos mais adiante. A relação que se estabeleceu entre Wolff Klabin, Horácio Lafer, Samuel Klabin e o todo poderoso empresário proprietários dos *Diários Associados* é característica para indicar como as relações políticas podem se manifestar, de certa forma, através das relações sociais ocorridas na informalidade. As relações de interesses estabelecidas entre Klabin e Assis Chateaubriand foram, muitas vezes, manifestas através de doações das empresas da Klabin para os projetos de Chateaubriand, servindo, portanto, como forma estratégica de estreitar vínculos com o todo poderoso e influente empresário.²⁰²

No que se refere ao conflito entre burgueses, chama a nossa atenção a feroz batalha que a KIC travou Francisco Matarazzo Júnior, proprietário das *Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo*.²⁰³ A causa inicial do conflito não envolveu, a princípio, uma disputa que envolvia o setor fabril do papel. O pomo da discórdia foi a sociedade do grupo Ermírio de Moraes-Klabin com o propósito de investir setor industrial da Nitroquímica, culminando com a fundação da *Companhia Nitro Química Brasileira*,²⁰⁴ fruto dessa a associação empresarial. Considerando a complexidade da associação e a proporção, para a época, dos capitais envolvidos²⁰⁵ no investimento, o grupo Matarazzo percebeu que uma ameaça surgia no horizonte. A oposição levantada pelo Matarazzo foi registrada pela pena do empresário Assis Chateaubriand, que através de sua influência

²⁰²É interessante mencionar que em 1947, data em que as IKPC começaram a operar plenamente, “o dono dos Associados [ganhou] de presente de Wolff Klabin e Horácio Lafer um terreno de mil metros quadrados no número 550 da rua Polônia, no Jardim Europa.” Embora possa ser algo da pequena política, agradar um poderoso amigo e aliado é de extrema importância. Por isso não seria prudente deixar de atender algumas das excentricidades de Assis Chateaubriand, por mais caras que elas pudessem custar. Assim, quando em 1952 Chateaubriand foi indicado pelo Presidente Vargas para fazer parte de uma delegação que representaria o Brasil na cerimônia de coroação da rainha da Inglaterra, Elizabeth II, ele não tardou em decidir presentear Sua Majestade Britânica com jóias no valor de 2,5 milhões de cruzeiros (300 mil dólares de 1994). Entre os empresários escolhidos para o rateio estavam Euvaldo Lodi, Antônio Ferreira Guimarães e, é claro, Horácio Lafer e Wolff Klabin. MORAIS, 1994, pp. 504; 537; 539.

²⁰³MARTINS, 1967, p. 52. Para um conhecimento mais aprofundado sobre a sociogênese das empresas do grupo Matarazzo, o livro de José de Souza Martins apresenta uma excelente análise de história social das empresas Matarazzo, assim como apresenta as relações sociais do fundador e, inclusive, desmonta o mito do enriquecimento e êxito empresarial envolvendo variáveis trabalho e poupança.

²⁰⁴A empresa foi fundada em 1935, mas somente em 1937 começou a funcionar, embora de forma precária. Horácio Lafer e José Ermírio de Moraes ocupavam, respectivamente, os cargos de Presidente e Superintendente da fábrica. Os equipamentos foram comprados de uma fábrica Belga que estava instalada nos EUA, Estado da Virgínia. O processo de desmontagem e montagem da fábrica ocorreu entre 1936 e 1937, tendo como supervisor o engenheiro Ari Frederico Torres, que coordenou a montagem da unidade fabril em São Paulo. A compra dos equipamentos devem ter ocorrido de forma bastante vantajosas para a Klabin-Ermírio de Moraes, posto que a empresa vendedora tinha falido e tinha pressa em concluir o negócio. CONY e LAMARÃO, 2001, pp. 107-109.

²⁰⁵Além de genro José Ermírio de Moraes (genro de Pereira Inácio) e da Klabin, eram sócios o banqueiro Numa de Oliveira, presidente do Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo e, inclusive, um grupo norte-americano. Idem, 2001, p. 107.

procurou impedir que a sistemática campanha de arrasamento da *Cia Nitro-Química* atingisse a Klabin. Valendo-se do seu habilidoso manejo da pena, Chateaubriand escreveu um artigo intitulado *O Corvo*, que foi publicado em 21 de setembro de 1945, através do qual nos oferece um magnífico relato de uma conversa que teve com o conde Francisco Matarazzo Júnior, sobre essa delicada questão:

No mais rijo da sua campanha de arrasamento da Nitro-Química, encontrei [Francisco Matarazzo Júnior] uma noite no Automóvel Clube. Eu jantava e ele tomou a iniciativa de dirigir-se a minha mesa. Perguntou como iam as obras do novo edifício. Permiti-me tocar-lhe no assunto da Nitro-Química, movido por uma inquietação que me atormentava. Ele interrogou-me: “Você tem interesse no grupo Klabin? Possui ações na Nitro-Química?” Respondi-lhe negativamente, para acrescentar entretanto que, como diretor de empresas jornalísticas, não queria ver perturbada a execução do plano que Klabin & Irmãos tinham no Paraná para a produção em grande escala do papel para jornais e revistas. Se Klabin soçobrar, concluí (pois eles são donos de uma enorme reserva de pinheiros, e possuem em marcha o projeto da industrialização de celulose nacional) a situação da imprensa brasileira será angustiante com a guerra que aí vem.

‘Não me interessa este aspecto, pelo qual você encara a questão, respondeu o conde Matarazzo. Estou decidido a exterminar a Nitro-Química, por qualquer preço. Já trouxe o quilo do rayon de 42 mil-réis para 12. Baixarei, se preciso for a 8,6,5,2, até que Klabin e Pereira Ignácio sucumbam na luta comercial em que estamos empenhados. Você sabe como se luta em Matarazzo contra os competidores. Briga-se à napolitana. Acabaremos pondo o pé no pescoço da gente da Nitro-Química e sangrando-a a faca.’²⁰⁶

A hostilidade que o grupo Matarazzo & Irmãos tinha contra a associação Klabin-Votorantim não era despropositada, posto que havia, a nosso ver, o entendimento de que a disputa não estava restrita tão somente a competição empresarial em um lucrativo setor fabril que os Matarazzo exploravam, pelo menos, desde 1926, quando iniciou a produção de sua fábrica.²⁰⁷ Tratava-se, sobretudo, do reconhecimento de um grupo de empresários rivais que eram potencialmente capazes de, através de investidas cada vez mais crescentes no interior do Estado, suplantar a posição de dominação da qual os Matarazzo desfrutavam. Segundo Martins (1967:37), essa perda não ficou restrita ao setor fabril de raion, mas, inclusive, estendeu-se ao papel. O grupo Matarazzo não desfrutou, por parte do Estado durante o Primeiro Governo Vargas, das mesmas facilidades concedidas ao grupo Klabin-Lafer na indústria do papel, através dos empréstimos e da cobertura cambial oferecida pelo Banco do Brasil. Portanto, a disputa

²⁰⁶CHATEAUBRIAND, 2000, p. 849. Vol. 22. Artigos publicados em 1945.

²⁰⁷SUZIGAN, 2000, p. 347.

que se abriu entre Matarazzo e Klabin, tendo como pano de fundo a questão da Nitroquímica tinha, realmente, um sentido mais amplo. No caso, estava em jogo a ascensão em espaços de poder que não estavam, para bem dizer, restritos ao mercado ao qual se destinavam suas respectivas produções fabris. Tratava-se de uma disputa entre lideranças orgânicas de distintas frações de classe que entravam em uma contenda para vencer sua condição de classe dominante e, assim, assumir a condição de classe hegemônica, o que dependeria de sua participação mais ativa na sociedade política.

Com a Segunda Guerra Mundial em curso, a economia brasileira, notadamente no que se relacionava ao crescimento das forças produtivas e, por conseguinte, do desenvolvimento e ampliação de setores ligados a indústria de transformação. Não se pode esquecer, entretanto, que a dinâmica econômica imposta causou transtornos ao desenvolvimento do setor industrial, posto que restringia consideravelmente o tráfego marítimo e resultava em privações na compra de produtos essenciais, como, por exemplo, combustíveis derivados de petróleo e carvão.²⁰⁸ O próprio clima de beligerância, ao levar a guerra submarina²⁰⁹ para os mares, tornou as viagens de navio tanto inseguras quanto desaconselháveis. Para a Klabin, que estava investindo na construção de um complexo urbano-industrial no Paraná, dependendo do transporte naval para trazer as máquinas e equipamentos importados para as *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose*, a guerra aprestava-se como um grave obstáculo aos interesses econômicos, principalmente no que se referia a industrialização. O que nos remete, necessariamente, a seguinte questão: por que a Klabin investiu em um empreendimento da envergadura de Monte Alegre em meio a uma conjuntura tão instável, sustada pelo curso de uma guerra?

A resposta a essa interrogação está na confiança obtida pelo grau de articulação política da Klabin, que se beneficiou com as articulações entre a política e os interesses envolvidos por traz do projeto da construção das IKPC. O grupo sabia que poderia contar com o apoio governamental e, sobretudo, com a simpatia daqueles empresários e políticos que, por razões diversas, viam com interesse a construção da fábrica de celulose e papel imprensa no Paraná. Não era apenas com Chateaubriand que a Klabin podia contar como aliado de valor e, inclusive, mediador em meio à sociedade

²⁰⁸PRADO JÚNIOR, 1998, p. 302.

²⁰⁹HOBSBAWN, 1995, p. 36. O autor ressalta o uso estratégico do submarino como arma tecnológica já durante na guerra de 1914-1918, com o propósito de estrangular o abastecimento de suprimentos necessários as linhas inimigas. A guerra de 1939-1945, com navios mais eficazes, deu prosseguimento a uma estratégia política de policiamento dos mares, responsáveis em efetuar o afundando de navios poderiam estar transportando mercadorias que serviriam, de alguma forma, aos propósitos dos inimigos.

política. Um aliado significativo foi Numa de Oliveira, presidente do *Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo* (1933-1961), que em reunião com o Presidente Vargas realizada em 06 de outubro de 1939, com quem conversou sobre a indústria de celulose e recebeu instruções para “aproveitar o momento para facilitar o crédito e fundar e desenvolver indústrias novas.”²¹⁰ Considerando que Numa de Oliveira era sócio da Klabin na *Companhia Nitroquímica Brasileira*, decerto que o grupo estava muito bem informado sobre o interesse do Estado em incentivar a construção de fábricas de celulose, principalmente com o início da guerra. As palavras de Francisco de Assis Chateaubriand, em artigo publicado durante o curso da guerra, apresenta o desafio que esta representou para o investimento na construção das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose*.

O ministro da Fazenda deu-me a honra de interrogar sobre as coisas que deveríamos mostrar aos Estados Unidos. E ele mesmo, antes que eu articulasse palavra, sugeriu Volta Redonda, Monte Alegre e Itabira. No último meio século, o Brasil não produziu nada de comparável àqueles dois cometimentos. Mas, se Volta Redonda é governo, o governo com suas autarquias, Monte Alegre é a ‘free enterprise’, é a liberdade de iniciativa, é uma família tocada de um quase messianismo. É preciso ter o sangue do povo eleito, a sua tenacidade, sua perseverança, sua iluminação interior, para projetar-se a um empreendimento da envergadura de Monte Alegre. Aqui, o ministro da Fazenda dos Estados Unidos teria ensejo de ver um terrífico esforço [produzido] por uma jovem geração de pioneiros de São Paulo.²¹¹

Não obstante Chateaubriand reconhecesse a importância do empenho governamental em incentivar investimentos em industriais de base, ela procurou marcar a distinção entre complexos industriais que contavam com o apoio Estatal, tais como Volta Redonda e Itabira, de empresas que, tais como as IKPC, eram formadas por capitais privados. Nos artigos escritos pelo referido jornalista empresário, ele exaltava a iniciativa do grupo Klabin, ao passo que, fazia uma crítica ácida ao grupo Matarazzo, que segundo Assis Chateaubriand, pecava pelo excesso de capitalismo privatista, prejudicando a coletividade.²¹² Com relação ao investimento na construção da fábrica em Monte Alegre, o jornalista percebia, ainda, as dificuldades que seriam enfrentadas pela instável conjuntura, o que fez com ele escrevesse acentuando uma não apenas as

²¹⁰VARGAS, 1995, p. 260.

²¹¹CHATEAUBRIAND, s.d. In: TRINDADE, José Pedro (org.) **Álbum de Monte Alegre. Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A.** Edição: A Voz do Paraná, São Paulo, Novembro de 1947. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²¹²CHATEAUBRIAND, 2000, pp. 835-839. Vol. 22. Artigo publicado em 1945.

dificuldades, mas, inclusive, marcando novamente a distinção entre Monte Alegre e Volta Redonda:

Quem quiser ver uma página única do bandeirismo dos paulistas (e paulistas são todos os autores desta façanha) do amor dessa gente pelo progresso, da têmpera de seu orgulho criador, basta vir visitar Monte Alegre. De dentro de uma selva bruta, a 120 quilômetros de uma estrada de bitola de quatro metros, emerge em 5 ½ anos uma grande fábrica, em condições de emular com Volta Redonda pelo arrojo (...), mas com esta diferença: é que Volta Redonda foi construída pelo Estado sobre o asfalto da Central do Brasil, às portas do Rio e São Paulo, a meia distância das duas maiores metrópoles do país, ao passo que a fábrica de papel e celulose de Klabin Irmãos, no Paraná, se projeta de dentro da jungle. Aquela nasce num sítio onde a civilização já penetrou com grande parte de sua ferramenta, ao passo que esta é o sonho de uma noite de sertão. Está localizada no mais bruto, do sertão bruto. Não havia uma casa, um quilômetro de estrada de rodagem, um trator, uma turbina nesta jungle selvagem.²¹³

O artigo escrito por Assis Chateaubriand indica as dificuldades enfrentadas, mas serve também para indicar o porquê do empenho da Klabin em investir no projeto Monte Alegre em um período tão instável internacionalmente. Primeiro, o grupo dispunha de uma ampla penetração na sociedade civil, e a aproximação com o presidente Vargas, de forma direta ou indireta (através de sócios ou aliados que se passavam por intermediários – como Chateaubriand), fazia o contato com as agências da sociedade política que estavam disponíveis em um Estado Autoritário. A Klabin não estava sozinha, dispunha de uma sólida base de apoio político que incluía, no Estado do Paraná, Manuel Ribas, outro grande colaborador e aliado. Na montagem da fábrica, o grupo Klabin enfrentou dois problemas graves: 1) a II Guerra Mundial e 2) os Matarazzo. A guerra apresentou restrições que, por motivos óbvios, resultou em alguns contratemplos para construção da fábrica. Quando aos Matarazzo, liderados por Francisco Matarazzo Jr, o conflito com a Klabin e a disputa entre ambas apresenta-se como uma dimensão da luta de classes entre empresários e como, através dessa batalha política no Estado, podemos compreender a História Social de Empresas e a luta pela hegemonia na sociedade civil e sociedade política, que formam o Estado Ampliado. Cenário no qual se desenvolveu a contenda entre Matarazzo e Klabin. No que se refere a Guerra, destacamos novamente as palavras de Assis Chateaubriand, patrono do grupo empresarial pesquisado:

²¹³CHATEAUBRIAND, s.d. In: TRINDADE, José Pedro (org.) **Álbum de Monte Alegre...** ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

E será em plena guerra, as indústrias do ocidente voltadas para a construção de engenhos bélicos, os capitais da Inglaterra e dos Estados Unidos ao serviço do aniquilamento dos totalitarismos, que Monte Alegre há de se transformar no único centro da América Latina consagrado à industrialização em grande do pinheiro, como matéria prima do papel de imprensa e da celulose. A iniciativa particular não poderá morrer no nosso país, enquanto ela puder dotar-nos de estabelecimentos como este, que chama a atenção dos estrangeiros, pelo incremento que dá à elevação do nível de vida do Brasil.²¹⁴

Outra justificativa para o interesse da *Klabin Irmãos & Cia* em arriscar seu capital no investimento na construção de um grande complexo urbano-industrial no Paraná pode ser atribuído ao fato de que, além dos empréstimos contraídos com o Banco do Brasil, havia o conhecimento de que as indústrias químicas que produziam artigos a partir das fibras de celulose, que antecede a Primeira Guerra Mundial, estavam bastante avançadas. Decerto que em suas viagens, Wolff Klabin e Samuel Klabin tomaram conhecimento dos avanços tecnológicos ocorridos durante o período entre-guerras não só para a fabricação da nitrocelulose mas, inclusive, da celulose e pasta de madeira para produzir artigos de papel e papelão.²¹⁵ Nesse sentido, sendo proprietária de uma fazenda rica recursos florestais e sabendo-se das possibilidades de industrializar os pinheiros para fabricar celulose, o investimento nas IKPC mostrava-se como um negócio bastante lucrativo.

Uma das formas encontradas pela Klabin de reforçar seus vínculos com seus aliados apresentava-se sob forma de contribuições materiais. Ao financiar os projetos de seus aliados, atendendo assim, suas necessidades, o grupo buscava edificar as bases de sua hegemonia enquanto representante de uma fração de classe burguesa industrial através da pequena política, posto que tal ação voltava sua atenção as questões cotidianas e parciais que se davam “no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.”²¹⁶ No entanto, as estratégias de construção da hegemonia não se restringiram, de forma alguma, a pequena política, aplicando-se, principalmente, a grande política, uma vez que compreendiam a luta pela defesa, manutenção e maior participação nas

²¹⁴CHATEAUBRIAND, s.d. In: **Op. Cit.** ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²¹⁵LANDES, 2005, pp. 477-481. Esse autor apresenta dados significativos sobre as técnicas de aprimoramento das indústrias a base de fibras de celulose, e a sua conseguinte implicação na produção mundial de raion.

²¹⁶GRAMSCI, 2000, p. 21. vol. 3.

“estruturas orgânicas econômico-sociais”²¹⁷ de interesse da fração burguesa industrial para a qual Wolff Klabin e Horácio Lafer desempenhavam função de lideranças orgânicas.

Chateaubriand não foi o único a receber contribuições da *Klabin Irmãos & Cia*, o governo federal também foi agraciado com uma doação em dinheiro, conforme foi registrado em correspondência que a diretoria das *Indústrias Klabin do Paraná* recebeu da diretoria “do Sindicato da Indústria da Extração de Madeira do Paraná”, que delegara as firmas *Miguel J. Queiroz e Irmãos Fanchin* a função de arrecadar as contribuições em dinheiro que seriam destinadas “a aquisição de dois aviões destinados a defesa nacional e que [seriam] oferecidos ao Governo Federal”²¹⁸ O montante total arrecadado pelas empresas doadoras foi de 12:550\$000, sendo que cada firma contribuiu com os seguintes valores:

Miguel J. Queiroz.....	1:100\$000
João Squario.....	3:000\$000
Irmãos Maia.....	1:900\$000
Aristides de Queiroz.....	700\$000
Ind. Klabin do Paraná.....	550\$000
José Lupion & Cia.....	3:000\$000
Vianna & Itibera.....	1:750\$000
Irmãos Fanchin.....	450\$000 ²¹⁹

A correspondência estava assinada pela firma *José Lupion & Cia*, e solicitava as Indústrias Klabin do Paraná que se manifestassem a respeito da sua cota de contribuição, a fim de que a remessa pudesse ser feita o mais breve possível. Ao doar dinheiro para a compra das aeronaves, cuja beneficiária seria a defesa nacional, os empresários assumiam a importante posição político-social de potenciais colaboradores dos interesses do Estado, desempenhando assim um mecenato que tinha um propósito essencialmente político. Possivelmente, ao se referir a defesa nacional, os empresários estavam pensando no Conselho de Segurança Nacional, órgão criado através do artigo 162 da Constituição de 1937, “com a função de estudar as questões relativas a segurança nacional.”²²⁰ Segundo Marx, em O 18 Brumário, a república significa “a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma conservadora de

²¹⁷GRAMSCI, 2000, p. 21. Vol. 3.

²¹⁸ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²¹⁹ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²²⁰Esse órgão era composto pelos ministros de Estado e os chefes dos estados-maiores do Exército e da Armada, sendo presidido pelo presidente da República. Em seu parágrafo único, o mesmo artigo mencionava que caberia ao Conselho de Segurança Nacional organizar, rever ou modificar a relação das indústrias que poderiam estabelecer-se na mesma faixa [territorial]. Cf. DHBB.

vida.”²²¹ Nesse sentido, o Estado Novo deve ser entendido como uma forma política de organização da classes burguesas em tempos de crise do liberalismo e, não esquecendo, contração econômica resultante da depressão econômica e o medo do operariado cerrar fileiras junto as lideranças orgânicas do comunismo, que na época encontrou maior representação na figura na Luiz Carlos Prestes. Assim, o Estado Novo representou o triunfo de uma república burguesa que, se não tinha a burguesia industrial na posição de classe dirigente, decerto tinha esta classe como uma valorosa aliada a cerrar fileiras dentro do bloco no poder que organizava a política estatal.

Landes (2005:10), partindo de um ponto de vista sociológico, afirma que a “essência do burguês consiste em sua capacidade de mobilidade ascendente.” Apesar de, do ponto de vista sociológico, tratar-se de uma premissa correta, ela não basta para que possamos a compreender verdadeiramente a burguesia naquilo que realmente constitui sua essência enquanto classe, sua organização em relações ativas que estão além de uma ação puramente individual, pois sua mecânica se processa através de relações sociais que, tendo a frente seus intelectuais orgânicos, buscam uma participação cada vez maior na sociedade política, com o propósito de, a longo prazo, materializar-se como classe dirigente nas agências que integram a superestrutura jurídico-política do Estado. Este processo é conflituoso, marcado por avanços, recuos e contradições na luta pela ocupação dos espaços de poder. Foi o que percebemos ao pesquisar a história social das empresas da Klabin. Ressaltamos que ao pensarmos os muitos avanços e recuos aos quais estavam sujeitas às lideranças orgânicas de Wolff Klabin e Horácio Lafer, e sua atuação nas relações de força no interior do bloco no poder, não podemos prescindir da teoria de Gramsci sobre o papel desempenhado pelo empresário como representante de “uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica.”²²²

Segundo Gramsci (1981:7), os empresários, representados por suas lideranças orgânicas, possuem “a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe.” Considerando-se esta afirmação, entendemos que as dimensões sociopolíticas do empreendimento das IKPC fundamentava-se nas ações orgânicas desempenhadas por Wolff Klabin e Horácio Lafer como lideranças orgânicas que, como representantes de

²²¹MARX, 1997, p. 31.

²²²GRAMSCI, 1981, p. 7.

frações de classe da burguesia industrial, tinha o propósito de criar na sociedade política as condições para a hegemonia desta fração. A distinta formação dos empresários industriais supracitados apresenta-nos distintas características em sua formação intelectual assim como no seu método de ação política. Lafer teve formação acadêmica, posto que era bacharel em direito pela Universidade de São Paulo. Quanto a Wolff Klabin, embora não tivesse formação acadêmica, nem por isso deixou de desempenhar uma função intelectual importante como organizador de uma engenharia social da hegemonia, responsável pela construção associativa entre as classes empresariais e sua maior penetração nas agências Estatais.

Para tanto, é de grande valia, para entendermos a dinâmica da ação sociopolítica da burguesia industrial brasileira durante o Estado Novo, entendermos sua participação nos “conselhos e órgãos técnicos encarregados de estudar, debater e planejar temas e assuntos vinculados ao avanço da industrialização.”²²³ A vinculação dos industriais aos órgãos técnicos e consultivos fazia-se através de lideranças orgânicas que eram escolhidas por cada fração de classe para representá-la junto ao órgão técnico. No caso dos primos Wolff Klabin e Horácio Lafer, intelectuais orgânicos que, desde o final dos anos 1920, estavam a frente de muitos dos interesses da firma *Klabin Irmãos & Cia*, durante o Primeiro Governo Vargas ampliaram ainda mais seu raio de atuação política na sociedade civil.²²⁴ No caso, a participação dos primos e sócios Wolff e Horácio em aparelhos privados no Rio de Janeiro (capital federal), e São Paulo, capital da indústria e das finanças, fazia parte de uma das estratégias de construção da hegemonia da Klabin, através da conciliação de uma ação orgânica na sociedade civil em espaços da capital federal em São Paulo, coração industrial.

Se por um lado Wolff Klabin não participou de nenhum órgão técnico durante o Estado Novo, nem por isso se pode negar a participação política desempenhada por ele junto aos espaços de poder que emergiram como sociedade

²²³LEVY, 1994, p. 237.

²²⁴Cabe ressaltar que Wolff Klabin era membro ativo da FIRJ, na qual representava, junto com Antônio Bezerra Cavalcanti, o Sindicato da Indústria do Papel. Horácio Lafer foi, por sua vez, um dos jovens empresários industriais que, em São Paulo, tornou-se membro da Confederação da Indústria do Estado de São Paulo, quando da sua inauguração em 1928 – Cf. Anexo III. No período de 1930-1935, Horácio Lafer ocupou cargos de presidência na FIESP-CIESP por mais de três mandatos. LEOPOLDI, 2000, p. 79. Lafer foi, também, membro da Diretoria de Confederação Industrial do Brasil, surgida em 1933, que congregou as federações estaduais da burguesia industrial tornando-se, ainda, a associação de classe “que coordenou a eleição dos representantes classistas dos empregadores à Assembléia Nacional Constituinte” de 1934, para a qual Horácio foi um dos industriais eleitos como deputado classista dos empregadores pelo Estado de São Paulo, junto com Roberto Simonsen, Alexandre Siciliano Jr e A. C. Pacheco e Silva. LAFER, 1988, p. 50.

política no período em questão. Ao aproximar-se de Getúlio Vargas, através de Assis Chateaubriand, que foi um dos poderosos aliados do grupo Klabin, este industrial demonstrava seu entendimento da importância das relações sociais com o chefe de governo e pessoas próximas a ele nos círculos de poder. Tal relação de proximidade fazia parte de uma orientação política cujo propósito era, sem dúvida, estender o projeto hegemônico para além dos limites da fábrica. Levando, para ser mais exato, às aspirações do grupo para a sociedade política como representante da burguesia industrial do papel no Rio de Janeiro. As bases da hegemonia somente poderiam ser construídas a partir das relações políticas que dessem com o próprio aparelho de Estado. Somente assim seria possível ao grupo firmar posição frente à vigorosa concorrência com rivais poderosos, tais como os Matarazzo em uma conturbada conjuntura de guerra.

Em artigo publicado em 31 de janeiro de 1941, intitulado “O triângulo industrial”, Francisco de Assis Chateaubriand apresentava seu entusiasmo pelo fato do presidente Vargas estar estimulando, “nos últimos dois anos”, o surgimento do petróleo no Norte, a siderurgia no Centro e a celulose no Sul.²²⁵ No referido artigo ele deu destaque ao problema da celulose, enfatizando a necessidade de se aproveitar a riqueza do “nosso patrimônio florestal” para fabricar a celulose. Segundo as palavras do proprietário e fundador dos *Diários Associados*:

1941 promete ser o ano da celulose. Anualmente, o Brasil importa só de papel e polpa de madeira mais de 1 milhão de libras esterlinas. Há poucos anos atrás era considerado insolúvel o problema do aproveitamento do nosso patrimônio florestal na indústria da celulose. Nas florestas Amazônicas e do centro do Brasil, tal aproveitamento era e é de todo impossível pela ausência de homogeneidade nas espécies vegetais. Temos uma mata de excepcional opulência, pela mesma variedade de essências. Mas é, justamente nessa variedade das espécies que reside toda a dificuldade para a sua valorização industrial. Mostraram-me na Amazônia os técnicos de Henry Ford os resultados desalentadores dos estudos feitos pela Companhia para aproveitar os milhares de matas da sua concessão na Tapajônia. Paralisaram as tentativas para a produção de celulose, ali, diante desse tato material irremovível: a falta de unidade da floresta.²²⁶

O artigo apresenta as palavras de um grande empresário ligado ao setor de imprensa que dependia da importação de papel imprensa para abastecer as rotativas dos Diários Associados. Cabe ressaltar, entretanto, que Assis Chateaubriand não era o único

²²⁵CHATEAUBRIAND, 1999, pp. 85-86. Vol. 18. Artigos publicados em 1941.

²²⁶Idem, 1999. p. 85. Vol. 18

empresário interessado no financiamento de indústrias voltadas para a produção de papel imprensa, existindo outros interessados. A conjuntura de guerra, ao evidenciar as restrições sobre o comércio internacional devido às necessidades criadas pela própria economia de guerra, estimulou o próprio Estado a criar medidas de incentivo a fábricas de celulose e papel. Cabe frisar que em 1941, Chateaubriand já conhecia Horácio Lafer e Wolff Klabin desde, pelo menos, 1932, e tinha conhecimento que o grupo Klabin estava comprando do Banco do Estado do Paraná uma fazenda dotada de rica reserva florestal composta de pinheiros. Ao escrever anunciando a desistência da Ford em produzir celulose a partir das fibras e extratos da madeira da floresta amazônica diante da variedade vegetal, Chateaubriand parecia não somente antever a crescente necessidade de subsidiar industriais dispostos a investirem na produção de celulose usando o pinho do Paraná como ainda do apoio que deveria ser oferecido pelo Estado a construção do complexo urbano-fábril da Klabin no Paraná. Assim, o artigo prosseguia:

Essa unidade existindo no Paraná e em Santa Catarina, contudo o pinheiral, pela sua condição de madeira resinosa, se revelava imprestável para sua transformação industrial em celulose. Idêntico obstáculo defrontavam as regiões do sul dos Estados Unidos, onde existiam matas de pinheiros tão resinosos quanto os do Sul do Brasil. Mas o laboratório americano resolveu a questão, e hoje aproveitam-se pinheiros com alta densidade de resinas. (...) Abriu-se assim uma claridade para o futuro do pinheiral brasileiro. A par dessa realidade industrial, o sr. Getúlio Vargas não hesitou em trazer o Paraná para a órbita dos grandes distritos industriais, produtores de celulose. Financiando pelo Banco do Brasil uma primeira fábrica de celulose, capaz de produzir 32 mil toneladas só de papel de imprensa, o sr. Getúlio Vargas assegura de saída quase 3/2 do consumo do jornalismo brasileiro. (...)²²⁷

O artigo refere-se, decerto, a fábrica de celulose e papel da Klabin que estava sendo construída em Monte Alegre, Município de Tibagi, Estado do Paraná. As negociações para a compra da propriedade de 144 mil hectares onde foi construído o complexo das IKPC foram feitas entre a Klabin e o Banco do Estado do Paraná, que passou ao Banco do Brasil a responsabilidade pelo financiamento do projeto. Ao negociar os termos de compra da propriedade com o BEP, cujo maior acionista era o Estado do Paraná²²⁸, a Klabin tornou-se proprietária de uma grande floresta particular, o

²²⁷CHATEAUBRIAND, 1999. pp. 85-86. Vol. 18.

²²⁸Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda do RJ. **Estado do Paraná. Mensagem Apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manuel Ribas a Assembléia Legislativa do Estado a Assembléia Legislativa do Estado, ao Instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura, em 1º de setembro de 1937.** Empresa Gráfica Paranaense, Curitiba. p. 72.

que chamava a atenção para o grupo. Cabe ressaltar que, com a guerra em curso, acentuavam-se os interesses do Estado em assegurar a preservação dos recursos madeireiros, o que trouxe a preocupação com o patrimônio florestal para a órbita da política econômica.

Em relatório apresentado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Apolônio Salles, ao presidente Vargas, relativo as atividades de 1942, constam medidas tomadas para assegurar a proteção das florestas. Esse relatório é importante, pois indica a preocupação do Estado, através do Ministério competente, em garantir a integridade das áreas de florestais, que eram vistas como potenciais fontes de matérias primas para suprir as demandas de empresas voltadas ao abastecimento do mercado interno. O referido relatório menciona a criação da

Seção de Proteção das Florestas (...) pelo decreto-lei n. 3.889, de 5 de dezembro de 1941, que transferiu para o Serviço Florestal as atividades de proteção e guarda das florestas da União, localizadas no Distrito Federal e no Estado [do Rio de Janeiro], então sob a jurisdição do Serviço Federal de Águas e Esgotos do Ministério da Educação e Saúde. Essa transferência, porém, só se concretizou em fevereiro de 1942, com a lavratura de um termo assinado pelos diretores dos respectivos Serviços.²²⁹

O relatório destaca que a deficiência dos meios de transporte dificultava a fiscalização das florestas que se localizavam em lugares afastados. Diante das dificuldades de fiscalizar o patrimônio florestal, por que não apoiar empresas privadas que se mostrassem não apenas interessadas de cuidar da integridade desse patrimônio como, inclusive, industrializar os recursos madeireiros para produzir celulose? Nesse sentido, o grupo Klabin mostrava-se como industriais perfeitamente capazes e, não esquecendo, dotado de uma capacidade técnica acumulada por sua experiência no setor fabril do papel. Não obstante, a escolha que recaiu sobre eles não pode ser explicada tão somente por sua competência e experiência como investidores nesse tipo de empreendimento fabril. As variáveis que favoreceram foram mais de ordem política do que, propriamente, técnicas. Wolff Klabin e Horácio Lafer estabeleceram, nas sociedades civil e política, uma sólida base de apoio político-social, sem a qual não se pode explicar o sucesso empresarial do grupo.

²²⁹Center For Research Libraries. **As Atividades do Ministério da Agricultura em 1942. Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmo. Sr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Apolônio Salles.** 1943. Vol. II. Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, Brasil. p. 90.

Não se pode pensar, no entanto, que a trajetória do grupo Klabin ocorreu sem que houvesse conflitos com outros empresários e representantes da burguesia industrial. Um estudo de história social de empresas não pode prescindir de uma análise das lutas entre as lideranças empresariais durante o processo de construção da hegemonia, mostrando assim que a burguesia não é um bloco monolítico e que, por conseguinte, não está isenta do processo de luta de classes entre as frações que rivalizam o espaço no interior do bloco no poder. Lembrando que a hegemonia é, sobretudo, exercida por representantes dos interesses de uma classe social ou por sua fração que, durante o processo de afirmação de seu poder político, precisa deslocar seus rivais para uma posição periférica na disputa pela legitimação de um projeto hegemônico na sociedade política. No caso dos Klabin, o grupo Matarazzo, liderado por Francisco Matarazzo Júnior, proprietário das *Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo*,²³⁰ foi o grande rival com o qual se travou um enfrentamento entre burgueses.

A causa inicial do conflito teve início em 1934, quando uma associação de capitais entre Klabin e Votorantim comprou da empresa Dillon Reed, em Nova Iorque, “um parque industrial de rayon, paralisado, em Virgínia, por motivo da depressão.”²³¹ As proporções assumidas pelo conflito entre os grupos empresariais Klabin-Votorantim com Francisco Matarazzo Júnior, chamado pejorativamente de Chiquinho Matarazzo por Assis Chateaubriand, foi narrado pelo jornalista em artigos escritos por ele e publicados, provavelmente, pelos Diários Associados. Apesar de Chateaubriand ter sido um ardoroso defensor do grupo Klabin e, não bastando isso, manifestar por “Chiquinho Matarazzo” o desprezo que antes destinava ao patriarca que o antecedeu, os artigos escritos por ele são uma valiosa fonte para que possamos reconstruir parte das causas do conflito. Assim, escrevendo sobre luta que opôs Klabin-Pereira Ignácio Vs Matarazzo em disputa pelo mercado da nitroquímica, Francisco de Assis Chateaubriand afirmou que

Fez Chiquinho Matarazzo o possível e o impossível para impedir a entrada da nova fábrica [*Companhia Nitro Química Brasileira*]. Era o concorrente que vinha destruir-lhe o monopólio. Apelou, diretamente, para o sr. Getúlio Vargas, que não transigiu, tendo, até mesmo, dado isenção de direitos aduaneiros para o maquinário.

²³⁰MARTINS, 1967, p. 52.

²³¹CHATEAUBRIAND, 2000, p. 852. Vol. 22. Artigos publicados em 1945.

Derrotado pela intransigência do Presidente, o qual resolvera abrir a todos o mercado da seda artificial, recolheu Chiquinho Matarazzo a uma arma habitualmente usada pelos monopolistas em horas tais. Logo que a Nitro-Química [começou] a produzir, baixou os seus preços de 44 cruzeiros para 10. Era seu objetivo exterminar, inexoravelmente, o grupo Klabin-Pereira Ignácio, para depois volver aos preços de extorsão. Aconteceu, porém, que o titular da pasta de Guerra se chamava Eurico Gaspar Dutra. E a Nitro-Química também uma indústria paramilitar. Obteve o honrado ministro da Guerra de então, o decreto-lei 869, de 18 do 11 de 1938, o qual pune com prisão celular, de 2 a 10 anos, e multa de 10 a 50 contos, o negociante ou industrial que “vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência.” Assim aquietou-se a gula do monopolista.²³²

As relações de interesse entre o grupo Klabin e o Estado tornaram-se mais acentuadas durante a Guerra, posto que a *Companhia Fabricadora de Papel*, empresa subsidiária da *Klabin Irmãos & Cia*,²³³ passou a receber da Coordenação da Mobilização Econômica, estoques de celulose para produzir sacos para servirem como embalagens as indústrias de cimento, outro setor que se expandiu durante o Primeiro Governo Vargas. Em coleção que apresenta as atividades desempenhadas pela Coordenação da Mobilização Econômica²³⁴, chama a atenção a seguinte afirmação:

O único tipo de celulose, cuja importação tem estado muito abaixo do seu nível normal é a celulose sulfato crua (Kraft), deficiência esta que causou sérios transtornos, por ser este material imprescindível na fabricação de papel especial para sacos de cimento, sendo esta uma das causas da crise desse material.

Sendo no País a Companhia Fabricadora de Papel, sediada em São Paulo, a única aparelhada para a fabricação do papel especial para sacos, cujas especificações exigem um grau de resistência elevado, unido a uma determinada porosidade, encaminhou o Setor, para essa fábrica, por empréstimo de pleno acordo com os seus possuidores, a maior parte dos estoques de celulose Kraft existentes, no intuito de abastecer no máximo possível as indústrias de cimento.²³⁵

²³²Idem, 2000, pp. 852-853. Vol. 22. Artigos publicados em 1945. Cf. ainda CONY e LAMARÃO, 2001, pp. 106-109.

²³³**Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999).** ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²³⁴Esse órgão foi criado em setembro de 1942 pelo governo federal, com o propósito de coordenar a economia brasileira durante o período emergencial resultante da entrada do Brasil na guerra. O órgão estava diretamente subordinado ao presidente da República. Sua sede ficava no Rio de Janeiro, mas tinha escritórios regionais localizados nas principais capitais do País. Seus três coordenadores foram João Alberto Lins de Barros, Carlos Vidal e o Gal. Anápio Gomes. Cf. DHBB.

²³⁵GOMES, 1948, pp. 147-148. Vol. IV.

A intenção do governo Getúlio Vargas em subsidiar industriais interessados em investir seu capital na construção de fábricas de celulose está devidamente registrada nas atas do Conselho Federal do Comércio Exterior²³⁶, teve como Diretor Geral era João Alberto Lins de Barros. Entre os assuntos debatidos neste órgão sobre a industrialização, foi dado muito destaque a questão da celulose, suas atas registram muitos memoriais e despachos mencionando o assunto e, sobretudo, destacando o nome de varias firmas interessadas em investir em fábricas de celulose. Ata da 27ª Sessão Ordinária do CFCE, realizada em 27 de outubro de 1941, menciona o processo número novecentos e sessenta, sobre a subvenção a Indústria da celulose. O parecer apresentado pela Câmara de Produção, Consumo e Transportes, cujo relator era o Conselheiro Alves de Souza, foi aprovado sem discussão, mencionando no documento que a empresa requerente, *Sociedade Polpex Ltda*, era merecedora de simpatia e amparo nos termos da lei, devendo os empresários interessados se dirigirem a Carteira competente do Banco do Brasil.²³⁷ Já em ata da 23ª Sessão Ordinária do CFCE, realizada em 27 de julho de 1942, “o presidente da República [aprovou] por despacho de 9” [de julho daquele ano] a resolução do Conselho de conceder “subvenção à indústria da celulose, processo número novecentos e sessenta.”²³⁸

Conforme vimos, a Klabin não era a única interessada em investir na construção de uma indústria voltada para a produção de celulose e papel, ela teve que disputar com outros industriais que também estavam, conforme apontou a documentação acima, buscando seu espaço no CFCE, que era um expressivo órgão da sociedade política no que se referia a questões sobre indústria. Gramsci (2004:288-289. Vol. 1), nos escritos políticos, chama a atenção para a importância que tinham os conselhos de fábrica como núcleos primários de organização da classe trabalhadora. Durante o Estado Novo, uma vez fechados os espaços convencionais de atuação convencional na sociedade política através do Legislativo e do Executivo, a burguesia industrial fez dos órgãos técnicos e consultivos que surgiram no período os partidos através dos quais buscou fundar uma unidade orgânica capaz de disciplinar a atuação dos intelectuais que organizariam o processo de industrialização em diálogo com o

²³⁶Órgão criado pelo Decreto nº 24. 429, de 20 de junho de 1934, sendo extinto em dezembro de 1949, quando cedeu lugar ao Conselho Nacional de Economia, “criado pela constituição de 1946.” Embora subordinado ao presidente da República, foi uma expressiva agência da sociedade política que viabilizava o acesso de lideranças orgânicas das classes burguesas ao Estado. DHBB.

²³⁷Acervo Arquivo Nacional. **Ata de 27ª Sessão Ordinária do Conselho Federal do Comércio Exterior**, realizada em 27 de outubro de 1941.

²³⁸Acervo Arquivo Nacional. **Ata de 23ª Sessão Ordinária do Conselho Federal do Comércio Exterior**, realizada em 27 de julho de 1942.

Estado. Portanto, os órgãos técnicos funcionaram como os espaços de sociedade política que deram status oficial tanto a “unificação orgânica da classe” industrial quanto aos seus projetos políticos. Para tanto, não podemos deixar de destacar a participação de Horácio Lafer como membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Lafer tornou-se, a partir de 1943, membro do referido conselho, no qual passou a tomar parte como conselheiro, com o objetivo de cumprir sua função de intelectual orgânico.

Devemos entender que a burguesia industrial percebeu nos conselhos e demais órgãos consultivos como sendo, durante o Estado Autoritário de 1937-1945, os novos partidos responsáveis pela função de agregar, disciplinar e organizar as classes, inserindo-as em um espaço que lhe permitisse obter a chancela do Estado para a execução de seus projetos. Ou seja, esses espaços eram, naquela conjuntura, os partidos a partir dos quais as relações sociais entre burgueses desenvolviam-se como práticas de classe em agências que se apresentavam como importantes arenas para a luta política cujo objetivo era o poder no Estado.²³⁹ O que significa que os conselhos e demais órgãos consultivos foram espaços estratégicos por excelência para a construção da hegemonia pela burguesia industrial. No ano de 1944, dois pareceres apontam conflito de interesses entre Horácio Lafer e Guilherme Guinle, tendo como espaço institucional o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), do qual ambos eram membros. A divergência era sobre a organização de uma usina destinada à fabricação de material ferroviário, tema da discussão entre os dois empresários supracitados.

Guilherme Guinle, poderoso empresário ligado aos setores industrial, financeiro, comercial e de serviços, acionista majoritário da *Companhia Docas de Santos*²⁴⁰, fazia parte de um grupo de empresários que era próximo do chefe de governo, o que lhe valeu a vice-presidência do CTEF. O empresário Guilherme Guinle era um dos grandes investidores interessados na *Companhia Siderúrgica Nacional*, da qual se tornou presidente e acionista majoritário.²⁴¹ Com relação a Lafer, podemos perguntar: 1) Qual era o seu interesse no setor siderúrgico? 2) Estaria o grupo Klabin também interessado em investir nesse setor? A Klabin não tinha pretensões de investir em indústrias siderúrgicas, entretanto, possuía um interesse econômico que se relacionava com as necessidades das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose*. O

²³⁹POULANTZAS, 1977, p. 89.

²⁴⁰Para saber mais sobre a história social da Cia Docas de Santos e, ainda, da expansão empresarial do grupo Graffrée e Guinle. Cf. HONORATO, 1996.

²⁴¹Cf. biografia de Guilherme Guinle em DHBB.

interventor do Paraná, Manuel Ribas, estava empenhado na construção de um ramal ferroviário que se aproximasse da região onde estava sendo construído o complexo urbano-industrial de Monte Alegre. No entanto Ribas enfrentou problemas para levar adiante o projeto de expansão das vias férreas no Estado, pois, com a guerra em curso, teve dificuldades de receber o material comprado para a malha ferroviária paranaense.²⁴² As IKPC precisavam de um ramal ferroviário que facilitasse o escoamento da produção para os grandes centros consumidores, o que fez com que Lafer escrevesse o parecer, em 20 de abril de 1944, sobre a necessidade da organização de uma usina para fabricar material ferroviário, o que resultou em desacordo com Guilherme Guinle.

Pensando em resolver a questão, o conselheiro Horácio Lafer escreveu o seguinte memorial:

ORGANIZAÇÃO DE UMA USINA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAL FERROVIÁRIO

Senhor Presidente²⁴³

Examinando o presente processo, não tenho dúvida em recomendá-lo à aprovação deste Conselho, pois que o empreendimento envolve uma realização do mais alto interesse econômico para o país, sobretudo quando o Brasil atravessa o seu mais angustioso período de falta de transportes, sem a esperança de uma imediata possibilidade de importação.

As informações que temos sobre o estado precário de nosso material rodante, quer das estradas de ferro particulares, quer das do Governo, nos levam a aconselhar as mais urgentes providências para que um empreendimento de tal natureza seja executado sem delongas. Tendo em vista, entretanto, o programa da Usina de Volta Redonda, julgo que seria conveniente um

²⁴²Em carta escrita para o presidente Getúlio Vargas em 26 de abril de 1943, o interventor informava que o material ferroviário encomendado de empresas nos EUA em 1941 (trilhos e acessórios, eixos diversos, aros de diversos diâmetros, molas helicoidais internas e externas de aço e eletrodos para solda metálica, que somados totalizavam 46.111 toneladas.), pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina, ainda não tinha chegado ao Paraná. A maioria do material já estava pago, e embora tenha sido deixado nos portos pelas firmas vendedoras (Bethlehem Steel Export Co., American Locomotive Sales Corporation, The Balwin Locomotive Works e Reid Avery Company), ainda não tinha embarcado devido a ausência de transporte marítimo. Ribas termina a carta solicitando a intervenção do chefe do governo para resolver a questão. Arquivos Getúlio Vargas, CPDOC/FGV – RJ. Cabe ressaltar que a construção de uma malha ferroviária que fizesse a ligação entre Paraná e São Paulo antecede ao governo Ribas, sendo planejada a *Cia. Ferroviária São Paulo – Paraná* partindo da necessidade “de um grupo de fazendeiros paulistas, os quais, reconhecendo as ricas terras da parte norte do Estado do Paraná haviam aberto fazendas naquela região. O grupo de fazendeiros incluía as fazendas das famílias Barboza Ferraz, Junqueira, Procópio e mais a do Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davis. No ano de 1926 a estrada de ferro estava construída até Cambará, cidade esta que juntamente com Jacarezinho-Pr, foram as duas primeiras a serem fundadas na parte norte do Paraná.” (www.uel.br/museu/complementares/cia.html) Entretanto, o governo Ribas, preocupado em executar obras para melhorar o sistema de transporte no Paraná, investiu na ampliação da malha ferroviária já existente. Ele também havia assumido com a Klabin o compromisso de criar um ramal ferroviário para atender as necessidades da fábrica que construiriam no Estado do Paraná

²⁴³Lafer referia-se ao Presidente do Conselho Técnico de Economia e Finanças, Arthur de Souza Costa, Ministro da Fazenda.

entendimento no sentido de se excluírem do presente projeto os laminados. Também com relação ao gusa, forjados de eixo e rodas, seria igualmente aconselhável uma cooperação, uma vez estabelecida paridade ou vantagem de preços e qualidade.

Assim, propomos as seguintes recomendações:

1 – O empreendimento projetado, pelo seu alto valor para a economia nacional, deve ser louvado e apoiado;

2 – Atendendo às necessidades das Estradas de Ferro Central do Brasil, Noroeste do Brasil e Rede Viação Paraná-Santa Catarina, de material rodante, justifica-se a sua participação como acionistas da nova fábrica;

3 – Nestas condições, devem as referidas estradas, como pretendem, ser autorizadas a subscrever ações do seu capital social, dentro das possibilidades orçamentárias de cada uma até o limite indicado;

4 – Atendendo, entretanto, ao programa de fabricação da Companhia Siderúrgica Brasileira, deverão ser excluídos do projeto os laminados. Quanto ao gusa, forjados de eixo e rodas, o Conselho faz votos que uma cooperação útil se estabeleça entre a nova empresa e a Companhia Siderúrgica Brasileira, uma vez estabelecida paridade ou vantagem de preço e qualidade.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1944.

Horácio Lafer²⁴⁴

Esse documento nos permite perceber a importância que possuíam determinadas agências, tal como o CFCE, para o debate e o conflito de interesses entre diferentes classes empresariais em disputa pela defesa dos seus respectivos interesses. Ressalta, ainda, a importância que tem o Estado no estudo de formação do processo de culminou com a formação de capitalismo industrial no Brasil. Sendo o Estado formado por múltiplos aparelhos de poder político que integram a complexa malha institucional que forma a sociedade política, não se pode entender o processo de construção da hegemonia pelas lideranças orgânicas da burguesia industrial sem que analisemos as condições através das quais elas fortaleceram sua posição na sociedade política e, por conseguinte, no Estado. Embora as classes industriais tivessem começado sua unidade orgânica e, portanto, política, a partir dos seus respectivos aparelhos privados na sociedade civil já durante os primeiros anos República, chegando alguns indústrias inclusive a atuarem no Legislativo a favor da indústria²⁴⁵, somente após 1930 é que essa classe encontrou condições para tornar-se hegemônica. Para isso, sua participação ativa nos órgãos técnicos e consultivos durante o Estado Novo foi decisiva para que sua

²⁴⁴Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ. **Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Atas e Pareceres (1943/1944)**. Volume XIV de série Finanças do Brasil, RJ, Rodrigues & Co., 1943.

²⁴⁵Constituem exemplos os industriais de tecidos Antônio Felício dos Santos, parlamentar e fundador, em 1881, da Associação Industrial, e Paulo de Frontin, industrial do setor têxtil e parlamentar durante longo período. Era “membro do Clube Carioca e ativo participante das articulações políticas na Capital Federal.” LEOPOLDI, 2000, p. 61.

influencia no interior do Estado pudesse se materializar em apoio institucional aos seus anseios de classe. É nesse sentido que devemos entender a atuação de Horácio Lafer no CTEF e o motivo que o levou a escrever o memorial acima, solicitando a construção de uma siderúrgica para produzir material para atender as demandas das empresas ferroviárias.

O conflito de interesses com Guilherme Guinle, poderoso empresário do grupo Docas e vice-presidente do CTEF, está registrado na resposta dada por ele ao memorial de Lafer, em que Guinle se opôs à criação de uma indústria que fizesse concorrência a *Companhia Siderúrgica Nacional* (CSN). Ao sugerir que os empresários das estradas de ferro Central do Brasil, Noroeste do Brasil e Rede Viação Paraná-Santa Catarina se tornassem acionistas de uma siderúrgica destinada a fabricar material rodante para ferrovias, concorrendo assim com a CSN, Lafer suscitou a oposição de Guilherme Guinle, que desaprovava a concorrência. Em resposta, ele escreveu que:

ORGANIZAÇÃO DE UMA USINA PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAL FERROVIÁRIO

Senhor Presidente

O processo nº 141, enviado a este Conselho e apresentado à discussão na sessão de 20 do corrente, com o parecer favorável do ilustre Conselheiro Horácio Lafer, diz respeito a uma ‘Memória sobre a organização de uma usina para fabricação de material ferroviário.’

O assunto em debate dispensaria a discussão e voto deste Conselho sob o ponto de vista estrito da criação de uma indústria de iniciativa particular, mas carece, entretanto, da opinião deste Conselho porque na formação do capital da futura empresa cerca de um terço ou Cr\$ 30.000.000,00 é de subscrição de entidades federais, como consta na referida ‘Memória’. Essas empresas subscritas são: Estrada de Ferro Central do Brasil, Noroeste do Brasil, Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, que necessitam para tal de autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Ouvido sobre esse projeto o Exmo. Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas opinou, em carta dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e apensa ao processo, que o Memorial em questão deveria ser enviado ao estudo e exame do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia por haver no programa das atividades da mencionada usina pontos que coincidem com os da Companhia Siderúrgica Nacional, estabelecendo, assim, uma concorrência que, em absoluto, não consulta os interesses do país.
(...)²⁴⁶

²⁴⁶Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ. **Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Atas e Pareceres (1943/1944)**. Volume XIV de série Finanças do Brasil, RJ, Rodrigues & Co., 1943.

A divergência de interesses expressa nos pareceres de Lafer e Guinle, dois poderosos empresários que buscavam, no Estado Vargasista, fortalecer e expandir sua posição de classe dominante na sociedade política para assim dar dimensão hegemônica ao poder que tinham como burgueses e lideranças orgânicas de frações classes industriais distintas e, por conseguinte, com distintos interesses e projetos. Embora como empresários ambos fizessem parte do mesmo órgão consultivo, isso não impedia que surgissem divergências devido a choque de interesses de classes, como o caso acima indicado. Não obstante os órgãos consultivos agissem como espaços voltados para a articulação dos interesses dos empresários com o Estado, tais estruturas institucionais do Estado Autoritário criavam limites para um consenso mais amplo entre classes dominantes, sobretudo no que se referia à relação entre política e interesses de classe. Por mais que o discurso dos intelectuais orgânicos das classes dominantes e dirigentes do período se empenhasse em negar a luta de classes, a comparação dos pareceres de Guinle e Lafer nos permite observar como tal processo ocorria no CTEF, expressivo órgão da sociedade política do período. No mesmo parecer escrito por Guilherme Guinle, Vice-Presidente do conselho, ele propõe uma solução:

(...)Pensamos não ser aconselhável que o Governo Federal, que investiu imensos capitais na construção da usina da Companhia Siderúrgica Nacional, deva aprovar a inversão de outros capitais em empresas que vão de certo modo concorrer com a fabricação de Volta Redonda, da qual é ele o maior interessado.

É evidente que a fabricação de materiais idênticos irá se chocar no mercado de preços e custa-nos acreditar que possa nessa luta ter vantagem a nova organização em formação, a não ser criando o monopólio do consumo e afastando dest'arte a possibilidade da produção de Volta Redonda de concorrer.

A nova organização baseia o seu êxito não só na parte do capital subscrito pelas entidades federais que por esta forma com ela se solidarizam, como nesse monopólio do consumo do qual é por certo maior comprador o Governo Federal.

A prática nos países como os Estados Unidos faz com que as grandes usinas siderúrgicas sejam sempre os fornecedores de materiais brutos de laminação ou brutos de forja como eixos, rodas, aros etc., que assim são entregues às fábricas especializadas para o acabamento e daí ao consumo, além de outros materiais necessários à fabricação do material ferroviário, ao cargo dessas indústrias.

Considerando, entretanto, o alto valor dos técnicos que subscrevem o Memorial e a alta idoneidade das empresas ferroviárias que subscrevem dois terços do capital necessário a nova indústria, não temos dúvida em recomendar a aprovação deste Conselho, de acordo com a opinião do nosso ilustre Relator, a inversão das somas que lhes forem reservadas. Essa inversão está cercada de todas as garantias que oferece a idoneidade das

demais empresas subscritoras, e o êxito do empreendimento proporcionará certamente larga margem de remuneração.

No que diz respeito a certos materiais que deseja fabricar, somos de opinião que deverá ela adquiri-los da Companhia Siderúrgica Nacional, por ser corrente na indústria metalúrgica e pelas razões que já explanamos. Por outro lado a Companhia Siderúrgica Nacional daria a nova indústria a preferência na aquisição desses materiais, podendo mesmo nomeá-la distribuidora dessa classe de fabricação com indiscutível vantagem para a nova organização.

Esse novo procedimento justifica-se por haver na nova organização capitais do Governo Federal, dando-lhe o aspecto de subsidiária da grande indústria siderúrgica de Volta Redonda.

Este é nosso parecer.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1944.

Guilherme Guinle²⁴⁷

A fábrica sugerida por Lafer, para produção de material ferroviária, deveria ser apoiada, desde adquirisse o material da CSN e, sobretudo, por conta da possibilidade de se tornar, ao invés de concorrente, em subsidiária da indústria de Volta Redonda, que poderia torná-la distribuidora de material ferroviário produzido por seus fornos. A preocupação de Lafer, sócio das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A*, em atender as demandas do complexo urbano-industrial da Klabin no Paraná por transporte ferroviário relacionava-se, em certa medida, com os interesses em criar condições para que a gestão Ribas no Paraná tivesse como implementar seu projeto de expansão da malha ferroviária, pois Manuel Ribas havia autorizado, ainda em 1941, “a execução obras (...), bem como a aquisição de material fixo e rodante (...).”²⁴⁸ A guerra, ao criar os entraves para que Ribas recebesse o material comprado de empresas estadunidenses, acentuava a urgência de se investir em fábricas capazes de produzir material para ferrovias. Não obstante a crescente participação na sociedade política, a exemplo dos órgãos técnicos e consultivos, seja essencial para a consolidação do poder da burguesia industrial no Estado, permitindo-lhes, assim, fazer-se classe hegemônica, as relações de poder não se dão apenas nos espaços institucionais de caráter oficial. Muitos foram os espaços sociais a partir dos quais a burguesia efetua o constante processo de construção-reconstrução hegemônica e, por assim dizer, de sua condição de classe dirigente.

²⁴⁷Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ. **Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Atas e Pareceres (1943/1944)**. Volume XIV de série Finanças do Brasil, RJ, Rodrigues & Co., 1943.

²⁴⁸Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ. **Estado do Paraná. Receita do Estado. Decênio de 1932-1941**. s.d. p. 11.

Trata-se de um processo complexo que envolve muitas variáveis, cujo peso varia, no decorrer da disputa entre as frações de classe, acordo com os interesses e com a amplitude das relações sociais entre as lideranças orgânicas que representam as classes em contenda pelo poder do Estado. A amizade e, portanto, as relações interpessoais podem assumir, nesse caso, uma importância central para o favorecimento a um grupo empresarial (ou lideranças políticas). No caso da Klabin, a boa relação estabelecida com Manuel Ribas, Interventor do Paraná, foram centrais para os interesses das IKPC. O Interventor mantinha um diálogo com Horácio Lafer e Wolff Klabin, e interveio para a construção de uma infra-estrutura que pudesse atender as necessidades da fábrica da Klabin no Paraná. Em correspondência de Lafer para Luiz Vieira, engenheiro nomeado por Vargas para coordenar as obras de construção da fábrica no Paraná, ele escreveu:

S. Paulo, 10 de Agosto de 1944

Amigo Vieira. Um abraço

Voltei hoje do Rio. Lá estive com o Sr. Ribas e com ele ficou acertado o que combinamos: você fará o levantamento da estrada até Itararé e os cálculos do custo. Depois mostraremos tudo a ele afim de combinarmos a cooperação. (...) Realmente a saída até Itararé, fugindo da Rede, abre perspectivas salvadoras para a produção de Monte Alegre. (...)

Atenciosamente

Horácio Lafer²⁴⁹

Em resposta a carta de Lafer, Vieira respondeu pouco mais de dois meses depois:

(...) O Interventor Ribas que nos visitou a semana passada, está empenhado na construção da estrada para Itararé de modo a colocar a fábrica a uns 180 Km dessa cidade. Tive ocasião de chamar sua atenção para o trafego de caminhões pesados e de base longa, pedindo portanto prever condições técnicas amplas no estudo que vai mandar proceder, de modo a permitir o uso, não de chassis simples mas de reboques de grande capacidade, à semelhança do que se faz nos [EUA]. Com o uso de reboques apropriados consegue-se praticamente dobrar a capacidade do veículo com ligeira perda de velocidade. Tudo dependerá, repito, das condições técnicas da estrada. (...)

Atenciosamente

Inds. Klabin do Paraná de Celulose, S/A.

Luiz Vieira

Engenheiro-Chefe.²⁵⁰

²⁴⁹ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²⁵⁰ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Preocupado em não depender exclusivamente do transporte ferroviário, Lafer combinou com Manuel Ribas a condições para a cooperação do governo na construção de uma estrada que facilitasse o escoamento da produção de Monte Alegre. O ano de 1944 assumia grande relevo para a Klabin, sendo marcado pela primeira visita do presidente Vargas a fábrica em Monte Alegre (Anexo IV). Com relação a relação da Klabin com o presidente Vargas, são as palavras de Assis Chateaubriand, em artigo escrito em 28 de janeiro de 1944, esclarecedoras para indicar como se deu o acordo que culminou com o processo de construção das IKPC. No período em que ele escreveu o artigo, a construção da fábrica assim como de das cidades que a integrariam estavam em fase de acabamento e passavam por adversidades causadas pelas restrições causadas pela economia de guerra, que tinha suas normas ditadas pela Coordenação da Mobilização Econômica. Entretanto, tudo levava a crer que o projeto seria concluído com êxito. Embora o presidente e sua comitiva chegaram de avião, posto que no complexo urbano-industrial de Monte Alegre foi construído um campo de pouso,²⁵¹ onde pousou o avião trazendo o presidente e sua comitiva. A visita representa o apoio e o interesse do presidente na construção das IKPC e indica o grau de entendimento entre Horácio Lafer, Wolff Klabin e o chefe de governo. Entretanto, Chateaubriand indicou a impressão que ele teve ao intermediar o primeiro encontro entre Getúlio Vargas e os dois empresários industriais. O jornalista e empresário, relatou que quando encontrou Vargas e Manuel Ribas na ocasião da a visita a fábrica em 1944:

(...) Não resisti quando encontrei o sr. Getúlio Vargas, em companhia do interventor Ribas, ao desejo de recordar-lhe a cena rápida, que não durou mais de 40 minutos, e da qual a chave de abóbada é este monumento nacional do papel, onde se aninham mais de oito mil habitantes, dos quais três mil são operários das fábricas. No seio do pinheiral paranaense se ergue a mais prodigiosa iniciativa que até hoje se abalçou a vontade privada no Brasil. Levantaram as orelhas assustados, como coelhos, Horácio Lafer e Wolff Klabin, ao anunciar-lhes eu, em junho de 1940, que o presidente me pedira que os levasse à sua presença a fim de tratarem com o governo da criação da indústria de celulose, de papel para livro e jornal, tudo em grande, em nosso país.

Tendo consultado os tios, que são os chefes seniores da firma [*Klabin Irmãos & Cia*], todos foram de opinião que o negócio fosse afastado de plano durante o período de guerra. O custo das máquinas necessárias a fabricação da celulose, da pasta mecânica e do papel para jornal, seria agora caríssimo. Os competidores,

²⁵¹O campo tinha uma pista com 950m de extensão e sua inauguração data de 1943. “Sete anos depois, a empresa de transportes aéreos Cruzeiro do Sul inaugurou vôos regulares entre Monte Alegre, São Paulo e Curitiba.” CONY e LAMARÃO, 2001, p. 136.

raciocinavam com justeza os velhos Klabins, que montarem suas instalações no após-guerra, terão um material inquestionavelmente bem mais barato a amortizar. Para que fundar uma fábrica que, passada a conflagração atual, sofrerá uma descapitalização de 20 ou 40%?(...)²⁵²

Ao afirmar que os primos e sócios ficaram assustados quando notificados do interesse do presidente em incentivar a construção de uma grande fábrica de celulose e papel, Francisco de Assis Chateaubriand deixou-se enganar por uma impressão equivocada. Há que se levar em conta que, através de seus aliados e sócios nas relações sociopolíticas e socioeconômicas, a Klabin tinha um certo conhecimento das intenções do chefe de governo em financiar a construção de fábricas de celulose e papel. Conforme já mencionado, em 06 de outubro de 1939, o presidente Vargas recebeu Numa de Oliveira, presidente do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, sócio da Klabin na *Companhia Nitro Química Brasileira*, e mencionando-lhe sobre a indústria da celulose destacou a importância de aproveitar o momento para criar medidas que facilitassem o crédito para que fosse possível desenvolver o setor industrial.²⁵³ Portanto é improvável que os primos e sócios Wolff Klabin e Horácio Lafer ignorassem as pretensões do presidente a ponto de terem ficado tão surpresos com o convite feito em junho de 1940, como descreveu Chateaubriand. Manuel Ribas, outro aliado do grupo e grande incentivador do projeto de construção das IKPC desde, pelo menos, 1934, vinha freqüentemente a Capital Federal reunir-se com o chefe de governo, e é improvável que durante suas reuniões com Vargas, Ribas não tivesse informado sobre a possibilidade da KIC investir na construção de uma fábrica de celulose e papel no Estado por ele governado.

Durante o período pesquisado, o grupo Matarazzo foi, sem sombra de dúvida, os mais poderosos rivais da Klabin. Não somente no que se relaciona aos interesses econômicos, diretamente relacionados com rivalidades entre empresas que disputam o lugar no mercado consumidor, mas, sobretudo, uma rivalidade que tinha como causa da contenda a maior ascensão nos centros de poder político nos aparelhos institucionais do Estado. Disputavam a hegemonia e a ampliação das condições a partir das quais seria possível ascender a condição de classe dirigente. Sabiam que, inevitavelmente, o perdedor da batalha pela hegemonia teria sua condição de classe dominante deslocada para uma posição periférica no interior do bloco no poder. A

²⁵²CHATEAUBRIAND, 1999, pp. 110-111. Vol. 21. Artigos publicados em 1944.

²⁵³VARGAS, 1995, p. 160. Vol. II. (1937-1942)

oposição entre *Klabin Irmãos & Cia* e as *Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo* devem ser entendidas na sua totalidade como relações de força política entre frações de classe industrial em luta, conforme já afirmamos, pela condição hegemônica no Estado. Os aparelhos privados de hegemonia da burguesia industrial tiveram papel fundamental para assegurar a representatividade dos interesses desta classe e suas frações. A rede de relações obtida pelos empresários industriais se insere na lógica da construção de uma hegemonia através da ocupação de espaços de poder na sociedade política. Considerando que a luta pela hegemonia é um processo permanentemente inacabado, não se pode desconsiderar, portanto, que os conflitos são permanentes.

A partir dessa perspectiva, ao serem chamados, pelo presidente Getúlio Vargas, para comparecerem ao Palácio do Catete para um entendimento com o governo sobre a construção da grande fábrica de celulose e papel, os burgueses industriais Wolff Klabin e Horácio Lafer perceberam que estavam diante de um momento decisivo para, então, obterem um entendimento formal com o chefe de governo, interessado na construção da fábrica. O que lhes conferiria uma vantajosa posição em relação aos Matarazzo, seu rival e opositor. Destacamos as palavras de Chateaubriand, que escreveu que durante o primeiro encontro entre os dois industriais e Vargas, o presidente fez de tudo para persuadir os dois.

(...) Fazia porém o demônio Getúlio Vargas o papel de bruxo tentador. Queria a fábrica, porque a julgava inadiável. Não desejava postergá-la por nem mais um dia. A cada argumento da dupla Horácio Wolff, o presidente investia agressivo, desfêchando golpes que caíram no peito dos dois jovens industriais. Nunca vi o sr. Getúlio Vargas assim ferozmente aferrado a uma idéia, qual essa de fornecer papel barato, como ele dizia, à imprensa e aos editoriais nacionais dos livros. ‘Estou insistindo com os senhores, resumia o presidente, mas não supunham que, dando os favores, que lhes ofereço, eu me desinteresse da questão do controle dos preços. O Brasil, dentro do meu governo, terá livro escolar e papel de imprensa acessíveis ao poder aquisitivo de nossa gente’ (...)

Quando ao cabo de dias de discussão logrei convencer Horácio Lafer e Wolff Klabin que eles deveriam comparecer à presença do sr. Getúlio Vargas, o que ambos levaram no bolso já deliberado, nos conselhos da grande firma de papel, era a protelação pura e simples da fábrica. Fora propósito ancorado, no espírito dos sócios da firma, absterem-se de construí-la, por mais sedutoras que fossem as proposições de apoio oficial. Estava, porém, preparado o sr. Getúlio Vargas para um assalto em regra a atividade privatista do único grupo brasileiro, cuja experiência e cujos recursos financeiros poderiam arrojarse ao ousado cometimento. O debate curto e cordial (...) revestiu-se de

características de um desses *pogroms*²⁵⁴ brancos, em que Getúlio Vargas costuma liquidar os que lhe tentam contrariar os propósitos. Em dado momento, recordo-me com precisão, das palavras quase textuais que reproduzo do chefe do Estado ‘Não é um negócio bem sei, afirmou ele, que estou propondo aos Srs. Neste momento. Não ignoro que o valor de uma fábrica, adquirida em tempo de guerra, baixará sensivelmente no período de paz. Peço-lhes contudo, que atentem nas características de serviço público que reveste para nós a nacionalização da indústria de papel. A contrapartida, declarou-lhes, os senhores a terão no concurso do meu governo, para a execução do projeto da fábrica, no qual me acho empenhado’(...)²⁵⁵

Não obstante a relutância dos sócios mais antigos da KIC em investir na construção da fábrica, a proposta do presidente abria caminho para que o grupo se tornasse, oficialmente, fornecedor de papel e celulose para o Estado e, inclusive, para empresários de outros setores. No caso do Estado, era ainda o interesse em incentivar produção fabril de papeis para abastecer a máquina publicitária do Departamento de Imprensa e Propaganda, minimizando a dependência de importação. Quando Monte Alegre recebeu em 1944 a primeira visita do presidente Vargas e sua comitiva, acompanhado de Manuel Ribas, o projeto de construção das IKPC contava com o apoio do Estado, tal como o presidente acordou com Wolff Klabin e Horácio Lafer. Entretanto, se o apoio do Estado foi essencial que a construção da fábrica de celulose e papel no Paraná se tornasse exequível, a atuação dos dois industriais Klabin e Lafer como organizadores de um projeto empresarial cujo propósito não era tão somente a organização econômico-social, mas, inclusive, política. Se a posição de dominação obtida partia da fábrica para a sociedade civil, a conquista de hegemonia dependia da ampla participação política no Estado enquanto lideranças orgânicas das frações de classe industrial do setor industrial. Ou seja, a obtenção de uma crescente capacidade de exercitar e organizar a atitude política de sua classe no complexo institucional que forma a estrutura do Estado.

²⁵⁴Termo russo usado para caracterizar a organização de massacres contra determinados grupos ou populações, contando muitas vezes com a conivência ou a tolerância das autoridades públicas. Na Rússia czarista, durante o século XIX, muitos judeus foram vítimas dos pogroms, que destruíram numerosos guetos. Não raro, o furor das multidões estendia-se até aldeias e vilas. AZEVEDO, 1999, p. 358. 3ª ed. Chateaubriand fez alusão ao termo para aludir a um Vargas Autoritário, que impunha sua vontade sobre os adversários mais pela força do que pelo convencimento. Esse não era, entretanto, tratamento dado para as classes burguesas que atuavam no bloco no poder.

²⁵⁵CHATEAUBRIAND, 1999, pp. 111-112. Vol. 21. Artigos publicados em 1944.

O êxito de transformação de uma área de fazenda, abastecida de uma farta reserva de pinheiros, em uma cidade-empresa²⁵⁶ em Monte Alegre, indicava a afirmação da expansão urbano-industrial de Klabin no Paraná com o incentivo do Estado Varguista e o apoio de Manuel Ribas. Indicava o triunfo de burgueses industriais e o sentido sociopolítico do empreendimento Klabin naquele Estado. Novamente, são as palavras de Francisco de Assis Chateaubriand bastante elucidativas:

Monte Alegre, que era, há dois anos e meio, uma fazenda com 200 mil almas, é hoje uma cidade de 8 mil habitantes, com 500 casas, quatro hotéis, 5 escolas, três farmácias, 3 médicos, e nem uma gota de álcool. Luiz Vieira é um passadista americano. Estabelece aqui a lei seca, e Monte Alegre vive [calma]. O governo estadual lhe dá inteiro apoio ao seu programa (...). Havia aqui muitos tiros quando Monte Alegre era úmido. Depois que secou, os bacamartes e as garruchas deixaram de disparar. (...)

Um grupo de homens de ação que tomou a peito empreender esta obra, revive em nossa terra os dias de Mauá. Pôr de pé, dentro da guerra, com a campanha submarina no Atlântico norte e sul, um cometimento da envergadura de Monte Alegre, significa que a Nação, que o está erguendo, possui uma elite de pioneiros, de grande estilo. É o maior plano industrial a que brasileiros até hoje se abalancharam. E seu triunfo já assegurado é o marco de uma nova era de progresso manufatureiro para o Brasil.²⁵⁷

Assim sendo, se a cidade-empresa que estava sendo construída em Monte Alegre consagrou o domínio social da Klabin através da criação de condições pelas quais a empresa pode disciplinar e organizar a força de trabalho que habitava na sua cidade, permitindo que as normas de conduta pelas quais se orientavam os valores socioculturais da empresa se tornassem hegemônicos no espaço urbano de sua cidade, essa dimensão de seu poder empresarial encontrava sérios obstáculos para se expandir durante a vigência do Estado Novo. A estrutura de dominação criada por um Estado Autoritário não oferecia condições apropriadas para que a burguesia se torne hegemônica, posto que a coerção tende a prevalecer sobre qualquer possibilidade de criação de um consenso. Com a iminência do final de guerra, a burguesia industrial

²⁵⁶Conceito usado para definir empreendimentos que, por estarem localizados em locais desprovidos de uma estrutura urbana adequada para atender as condições técnicas exigidas pela dinâmica de sua produção industrial, tornam necessário a implantação e administração de cidades-empresa para capazes de atender as necessidades da produção e, não esquecendo, abrigar e disciplinar a força de trabalho. Sendo, em tais estruturas urbanas, empresa e cidade um complexo integrado, os habitantes (força de trabalho) estão sujeitos a uma rigorosa intervenção e influência dos patrões em sua vida pessoal. As normas de conduta e os princípios morais determinados pela empresa não ficam, nesse caso, circunscritas ao ambiente de trabalho, mas se estendem em todo o espaço urbano e tem um controle social mais amplo sobre os moradores de cidade-empresa. PIQUET, 1998, pp.32;37-39.

²⁵⁷CHATEAUBRIAND, 1999, pp. 136-137. Vol. 21. Artigos publicados em 1944.

buscava redefinir sua atuação no Estado, que deveria se dar através da participação direta na sociedade política. O ano de 1945 indicava a iminência da capitulação do projeto de dominação Totalitária, sob o eixo Roma-Berlin-Tóquio, e a burguesia industrial reconhecia a necessidade de se romper com o Autoritarismo como sistema de governo. Vislumbrava, para ser mais exato, as possibilidades de retomar suas atividades políticas em um sistema de governo que lhe permitisse maior participação.

Surgiu um consenso entre as frações de burguesia industrial sobre a necessidade de uma reformulação do Estado no pós-1945 e, por conseguinte, da correlação de forças que agiam no bloco no poder. Decerto, a Klabin não estava alheia a tal necessidade. Os primos Horácio Lafer e Wolff Klabin eram membros ativos das associações privadas da burguesia industrial, e estavam a par dos anseios da classe industrial no que se referia ao final do Estado Novo. O relatório de diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, uma das entidades privadas que funcionou como um verdadeiro partido organizador da vontade política das classes industriais, assim manifestava sua impressão sobre os fatos sociais em 1945:

Repetindo o que se disse no relatório de 1944, pode-se dizer que o ano de 1945 foi, também, um ano difícil e trabalhoso, com as dificuldades da guerra, que se refletiram, intensamente, no nosso país, cuja participação no esforço bélico se verificou, também, nos campos de batalha.

As classes industriais, em tal conjuntura, não fugiram ao seu dever e tudo fizeram para que, ao esforço de guerra do Brasil e das Nações Unidas, nada faltasse, através de uma política econômica de beligerância, patrioticamente organizada e seguida.

Graças a Deus, a vitória, em maio de 1945, coroou os nossos esforços, dando-nos a grande alegria de verificar que os ideais de justiça e liberdade, afinal, triunfaram contra as forças do mal, da desordem e do espírito maquiavélico das nações totalitárias.

O Brasil comemorou, unido e satisfeito, por entre o júbilo dos seus filhos, na data feriado de 8 de maio de 1945, o triunfo do (...) mundo civilizado.²⁵⁸

Assim sendo, considerando que Wolff Klabin participava do Conselho de Representantes da FIRJ, ao lado de Antonio Bezerra Cavalcanti, na qualidade de representante do Sindicato da Indústria do Papel do Rio de Janeiro, ele estava sabendo das alterações políticas necessárias a conjuntura do pós-guerra. A fábrica da Klabin somente foi concluída em 1947, quando começou a funcionar com todo seu potencial produtivo. O governo Dutra abriu para a Klabin um espaço de ação política central para

²⁵⁸Acervo da Biblioteca da Firjan. Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **Relatório da Diretoria (Exercício de 1945)**. p. 6.

que o grupo empresarial assumisse, através da retomada da carreira Horácio Lafer como deputado classista, a uma posição mais sólida na sociedade política e no Estado. Posição essa que, conforme veremos no próximo capítulo, culminou com a coroação do projeto hegemônico da Klabin quando Lafer, no Segundo Governo Vargas, foi nomeado Ministro da Fazenda.

Capítulo IV

O PÓS-GUERRA: NOVAS DIMENSÕES PARA A CONSTRUÇÃO-MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA (1945-1951)

4.1 – A Empresa, os Empresários, o Estado e a redefinição do bloco no poder

O Primeiro Governo Vargas representou para a Klabin um momento decisivo no processo de elaboração de um projeto hegemônico a partir do qual as lideranças da empresa, representadas pela dupla Horácio Lafer e Wolff Klabin, alcançaram o status de liderança de uma fração burguesa cujos interesses estavam ancorados no setor produtivo de celulose e papel, embora não se limitassem a ele. Coube a segunda geração Klabin-Lafer, sob a direção orgânica de Horácio Lafer, Wolff Kabin e Samuel Klabin, não apenas assumir um papel de classe representante dos interesses da fração burguesa da qual era representante como, inclusive, buscar ocupar um espaço de maior representação na reconfiguração do bloco no poder que emergia no pós-1945. O período Dutra teve esse sentido para a burguesia industrial, sendo a Klabin um dos grupos empresariais que precisava buscar uma composição político-social que melhor acomodasse suas pretensões socioeconômicas e sociopolíticas durante o pós-guerra. Ou seja, redefinir as estratégias empresariais e sua materialização política no complexo institucional sociedade civil / sociedade política. O que significava que a Klabin precisaria elaborar uma ação política que lhe assegurasse tanto a manutenção da posição de dominação obtida no interior do Estado como sua conseguinte ampliação em face da nova conjuntura que se abria. Segundo Gramsci (2004b:83-84), o Estado liberal é, por excelência, o Estado Burguês, posto que permite a livre expressão de pensamento por meio do sufrágio – estandarte político da legalidade burguesa na democracia liberal. Consideramos que, ao oferecer as condições para a “redemocratização”²⁵⁹, o período

²⁵⁹Tratava-se de uma redemocratização restringida (democracia sob tutela Estatal), pois só estava aberta aos pares das classes dirigentes. Partia do Partido Comunista do Brasil (PCB) uma expressiva e incômoda

pós-1945 possibilitou a burguesia industrial participar mais diretamente em espaços da sociedade política anteriormente inoperantes – a exemplo do Legislativo.

Nesse sentido, consideramos que a retomada da carreira política como deputado classista por Horácio Lafer foi importante para que a Klabin pudesse consolidar sua posição hegemônica no bloco no poder. Em outras palavras, se o interregno autoritário Estadonovista foi importante para a construção da hegemonia, o período Dutra ofereceu condições para a gradativa materialização da hegemonia em bases mais amplas, uma vez rompidas as restrições participativas do Estado Novo. Embora durante 1937-1945 a burguesia industrial tivesse se fortalecido política e economicamente, ocupando no interior do Estado as arenas institucionais da sociedade política e da sociedade civil, fazendo-se então classe dominante na composição do bloco no poder, a restrição a qual estava sujeita a sociedade política impedia a conversão da sua condição de classe dominante em classe hegemônica. Cabe ressaltar ainda que não poderia haver hegemonia da classe industrial fora da formulação de um consenso mais amplo e de uma maior participação na sociedade política, o que não poderia ser feito através da superestrutura jurídico-política de um Estado Autoritário. Diante do exposto, entendemos que a possibilidade de retomar suas atividades no Legislativo foi de extrema importância para a burguesia industrial fazer-se enquanto classe hegemônica.

oposição ao governo Dutra. Cabe ressaltar que no pós-guerra este partido surgiu como o partido comunista mais forte da América Latina. Nas eleições de dezembro de 1945, o partido elegeu quinze membros para a Assembléia Constituinte, que criticavam com ferocidade os dispositivos liberais conservadores da constituição de 1946. Conflitos entre militantes comunistas e a política aconteciam com certa frequência. Em declaração polêmica, em março de 1946 Prestes afirmou que no caso de uma guerra entre Brasil e União Soviética (URSS), ficaria ao lado da URSS. O primeiro sinal da “caça as bruxas” foi dado em maio de 1946, com o expurgo pelo governo de todos os membros de repartições públicas que tinham vínculo conhecido com o Partido Comunista. Também preocupava o governo a expressiva atuação de comunistas nos sindicatos, dos quais muitos membros do PCB tornaram-se líderes sindicais. Sendo importante ressaltar que os sindicatos continuavam sujeitos a uma rigorosa intervenção Estatal, marcando a permanência das estruturas autoritárias do Estado Novo no meio sindical. Não bastando a repressão policial sobre os sindicatos atuantes, em 15 de março de 1946 o presidente Dutra assinou o decreto-lei 9.070, que na prática, era uma verdadeira lei antigreve. Nas eleições estaduais para o Congresso, realizadas em janeiro de 1947, o Partido Comunista elegeu dois deputados e um senador, aumentando para dezessete sua bancada de deputados. Sentindo-se ameaçado pela crescente força dos comunistas na máquina estatal, foi aprovado para a Constituição um dispositivo legal pelo qual os partidos considerados “antidemocráticos” poderiam ser excluídos da participação na abertura política. Partindo desta cláusula legal, procuradores do governo declararam por decisão judicial em 1947 ilegais as atividades do PCB. Em maio de 1947 o PCB teve seu registro cassado pelo Supremo Tribunal Federal e, em janeiro do 1948 o Congresso Nacional aprovou uma lei que permitiu a cassação dos mandatos de vereadores, senadores e deputados comunistas. Não podemos perder de vista que em março de 1947, a Doutrina Truman anunciava a pretensão dos EUA em exercer um rigoroso combate a expansão do comunismo. Nesse mesmo ano, os governos da França e Itália excluíam os comunistas de participação da política governamental. Começava a Guerra Fria. SKIDMORE, 1982, pp. 92-94. 12ª ed. VIANNA In: PAIVA ABREU (org), 1990, p. 107. RIBEIRO, 2001, Vol. 1, p. 294. Para um estudo mais aprofundado sobre período da “Guerra Fria”, ler HOBBSAWM, 1995, pp. 223-252.

No que se refere a crise política que resultou no fim do Estado Novo, é importante que consideremos dois eixos conjunturais: nacional e internacional. O primeiro pode ser representado pelo Manifesto dos Mineiros (24 de outubro de 1943), o segundo passava pelo problema posto a partir da entrada do Brasil na guerra contra os países do Eixo Roma-Berlin-Tóquio, posto que oficialmente, a declaração de guerra em 1942 criou contradições para a manutenção do Autoritarismo como forma de governo com o fim da guerra. Isso era percebido mesmo entre os empresários que foram os maiores colaboradores e beneficiários do regime, que ansiavam pelo fim da guerra. Seis meses antes de 1945, em reunião do conselho de representantes da FIRJ realizada em 09 de Junho de 1944, os industriais do Distrito Federal destacavam que:

O sr. presidente [Euvaldo Lodi], aludindo a invasão da Europa, frisa que esse acontecimento, esperado com tanta ansiedade por todos os povos, representa, sem nenhuma dúvida, o prenúncio do fim do grande conflito, pois faz renascer a esperança de que a paz, em breve, recairá, outra vez, sobre a humanidade.(...) Finaliza o dr. Euvaldo Lodi por mandar incluir em ata um voto de imenso regozijo por esse feliz acontecimento, aplaudindo a Casa com uma calorosa salva de palmas, a declaração do sr. presidente.²⁶⁰

Considerando que Wolff Klabin representava, junto com Antônio Bezerra Cavalcanti, o Sindicato da Indústria do Papel do Rio de Janeiro na FIRJ, podemos inferir que Wolff compartilhava das expectativas dos companheiros da FIRJ para o final a guerra, ainda mais que a IKPC passou por dificuldades na montagem do seu parque industrial devido as dificuldades impostas pela guerra. Diante da iminente vitória dos países aliados contra o Eixo, as classes burguesas industriais tinham em vista que uma participação mais ativa na sociedade política, o que acentuou a contradição diante do fato de que embora Brasil tivesse cerrado fileiras contra regimes Totalitários, continuava tendo o Estado Autoritário como forma de governo. Diante da perspectiva de fim do Estado Novo, o grupo Klabin percebia que a manutenção de seu poder político teria que ocorrer a partir dos espaços institucionais da sociedade política que ressurgiriam com o fim do Estado Autoritário. Nesse sentido, ao retomar suas atividades como deputado Lafer estava buscando uma inserção política em uma instituição cujo valor estratégico voltava a apresentar-se como essencial para a ascender a uma posição hegemônica na conjuntura do pós-1945. Em outras palavras, a burguesia industrial

²⁶⁰Acervo da Biblioteca da Firjan. **Federação Industrial do Rio de Janeiro**. Ata da reunião do Conselho de Representantes, realizada em 9 de junho de 1944.

encontrou, no pós-guerra, condições mais adequadas para o exercício de uma ação política mais ativa no Estado, com a finalidade de representar e organizar seus interesses de classe nos aparelhos de Estado e, por conseguinte, dar ao seu projeto hegemônico de classe a materialização política desejada.

4.2 – A Sociedade Política na democracia restringida do governo Dutra: rumo a hegemonia industrial

Diante da iminente derrota do Eixo, abria-se espaço para uma retomada das democracias liberais como forma de governo, a euforia de uma provável redemocratização tomava conta dos ânimos dos burgueses industriais. Decerto que o sentimento de grande júbilo pelo encerramento do conflito mundial não se restringia a FIRJ, presidida por Euvaldo Lodi, uma das lideranças orgânicas dos burgueses industriais e, inclusive, um dos que aderiram com entusiasmo ao Estado Novo. Para a Klabin, as perspectivas para o pós-1945 também se mostravam profundamente animadoras. Não se tratavam somente de aspirações políticas, mas que se apresentavam inclusive no plano socioeconômico. O investimento na construção de complexo urbano-industrial em uma região de 144.000 hectares, localizada no município de Tibagi, interior do Estado do Paraná consumiria não apenas um crescente aperfeiçoamento técnico e tecnológico como, inclusive, a manutenção e ampliação alianças políticas capazes de consolidar a posição hegemônica tão almejada pelo grupo Klabin. No plano político-empresarial, os esforços empregados na construção da fábrica de celulose e papel em Monte Alegre, Paraná, eram aclamados por organizações de sociedade civil. As palavras de Francisco de Assis Chateaubriand são, novamente, bastante elucidativas, permitindo-nos descortinar os muitos meandros que a Klabin percorreu para ocupar, então, uma posição de destaque nos círculos de poder político da sociedade civil e sociedade política.

Em artigo publicado em 11 de setembro de 1946, Assis Chateaubriand exaltava “os pinheirais de *Klabin & Irmãos do Paraná S.A.*” e mencionava, com entusiasmo, “a fórmula que do envelope de células vegetais, que se denomina celulose” e que era produzida pela fábrica Klabin em Monte Alegre: C6 H10 O5, que era o título do artigo. No referido artigo, ele escreveu descrevendo a experiência de sobrevoar as IKPC

Acabamos de sobrevoar bacias e vales, com o soberbo espetáculo da floresta de pinheiros incrustados muitas vezes dentro da selva intrincada, ou homogênea, no fundo dos vales e no cocuruto dos morros, e a fábrica imponente, com a sua chaminé de oitenta metros de altura, seu parque de edifícios, suas vilas operárias, abrangendo oito mil almas, e o Tibagi, já barrado, para produzir 35 mil cavalos, ou seja, a força total das duas usinas térmicas, que abastecem Recife e Porto Alegre, e com algumas sobras mais. A gente vendo Monte Alegre sente renascer a sua fé neste Brasil faminto e desorganizado de nossos dias. Em Monte Alegre já se acham 18 milhões de dólares em uma aplicação industrial capaz de redimir o sr. Getúlio Vargas de muitos dos seus erros econômicos, inclusive o do jacobinismo, com o qual tantos danos fez ao Brasil, deixando de aproveitar a fuga de dinheiro na Europa, por motivo da guerra, que se esperava, e dos Estados Unidos em virtude do New Deal de Roosevelt.²⁶¹

Sem hesitar, o dono dos Diários Associados atribuía a Klabin e seus sócios o sucesso pelo empreendimento, e apresentava, sem conter seu entusiasmo, a fibra dos empresários do grupo como justificativa pela qual o investimento na construção da fábrica de Monte Alegre prosperou quando muitos fracassaram. No correr da pena, Assis Chateaubriand não deixou de mencionar os conflitos e embates que estavam por trás dos interesses da Klabin, mostrando que o sucesso empresarial não esteve, em momento algum, dissociado de uma batalha política entre o grupo pesquisado e seus rivais. Ao manifestar seu grande júbilo pelo funcionamento das IKPC, escreveu em 11 de setembro de 1946 que

Teremos dentro em breve, 40 mil toneladas de papel imprensa manufaturado dentro das nossas fronteiras. E isso se deve a seis homens tenazes e de espírito de continuidade. Os maiores e mais ousados capitalistas brasileiros estudaram a questão da celulose, e todos recuaram sem coragem de enfrentá-la, tamanha a absorção de disponibilidades financeiras que eles com razão anteviam. Meu amigo José Martinelli teve anos consecutivos a patente para fazer celulose da palha de arroz. Acabou desistindo. O velho Francisco Matarazzo e o sr. Roberto Simonsen, estudaram também juntos durante muitos meses a questão da celulose, para terminar abandonando-a. Os Klabins mais velhos, Hessel e Salomão, e os Klabins mais moços Wolff, Horácio, Jacob, e o sr. Olavo Egidio de Souza Aranha deliberaram, no ano de 40, tomar a peito o negócio que, a bem dizer, quase os esmaga pelas proporções da massa de dinheiro que tem sido preciso para pô-lo de pé. É necessário ter fibra de lutador para dominar empresa desse vulto.²⁶²

²⁶¹CHATEAUBRIAND, 1999, pp. 741-741. Vol. 23.

²⁶²Idem, 1999, pp. 741-741. Vol. 23.

Após exaltar os Klabins apontando, segundo o seu entender, as causas pelas quais eles prosperaram quando muitos não tiveram êxito ao tentar estudar e desenvolver a indústria da celulose, Chateaubriand não deixou de retomar o assunto do conflito entre Klabin e Matarazzo envolvendo a disputa sobre o mercado de Nitroquímica e os custos dos investimentos na IKPC escrevendo, no mesmo artigo datado de 11 de setembro de 1946 que

Faz seis anos que ela apenas devora dinheiro, malha milhões, sem devolver um níquel a seus acionistas. Era um edifício industrial para ser erguido pelo poder do Estado. Não basta dispor de capitais nem de iniciativa para empreender ou comandar negócio desta responsabilidade. Fora indispensável carregar um coeficiente de dinamismo, de contenção nervosa e de perseverança, que só em certas criaturas pode coexistir. Assisti entre 39 e 40 a um duelo entre Klabin e o grupo Matarazzo, o qual tentava bater-lhe a capacidade de participar do mercado nacional de rayon. Mais ricos do que de dinheiro foram os velhos e jovens Klabins de penacho e de temeridade. Cruzaram o ferro e bateram-se como leões. Numa mão agitaram a 'Nitro Química' e na outra este parque paranaense, que já era o maior do Brasil, individualmente tomado. E venceram de ponta a ponta. Entre a Nitro Química e a indústria de papel e celulose, têm mobilizado quase trinta milhões de dólares.²⁶³

Se, por um lado, o complexo urbano-industrial no Paraná era, realmente, organizado por uma empresa privada, nem por isso o Estado deixou de prestar uma contribuição de grande valor para que o investimento em Monte Alegre se tornasse exequível. Cabe lembrar que o grupo Klabin contou com a colaboração de Manuel Ribas, governador e interventor do Estado do Paraná e, inclusive, do Presidente Vargas. Em momento algum, durante o Primeiro Governo Vargas, as *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A* ficaram desprovidas do auxílio Estatal. A passagem da segunda metade dos anos 1940 foi, para o grupo, um período capital para que se passasse da condição de dominação para tornar-se, efetivamente, hegemônica. Ao ingressar no Partido Social Democrático (PSD), Lafer retomou sua trajetória interrompida durante o interregno Autoritário Estadonovista sem, entretanto, se afastar dos antigos aliados políticos. A manutenção das posições de poder político-social conquistadas durante o decorrer de 1930 a 1945 precisava passar pelo crivo do Legislativo como ponto de partida para a organização da vontade política dos industriais no pós-1945, com o objetivo de conquistar a hegemonia no aparelho de Estado.

²⁶³CHATEAUBRIAND, 1999, pp. 741-741. Vol. 23.

Nesse sentido, a retomada, por Horácio Lafer, da sua condição de deputado classista interrompida pelo golpe do Estado Novo, foi muito importante para viabilizar para o grupo Klabin a participação nesse processo. Ao se filiar ao Partido Social Democrático (PSD), Lafer optou por uma legenda partidária que fosse herdeira da máquina política getulista²⁶⁴ e que abrigasse em sua estrutura parte do antigo aparelho governamental.²⁶⁵ A explicação de tal conduta não pode, por assim dizer, ser reduzida a uma postura liberal-conservadora, uma vez que isso limita o entendimento das estratégias políticas usadas. Cabe ressaltar que o PSD contava com uma maioria na Câmara e elegeu o presidente Dutra. Considerando que, segundo Gramsci (1991:48), “o homem é essencialmente político” no exercício de transformar e dirigir outros homens, não podemos deixar de atribuir a retomada da atuação na sociedade política no Legislativo como estratégica para a construção da hegemonia por uma liderança orgânica de uma fração da burguesia industrial. Este processo não ocorreu sem conflitos entre frações da classe burguesa, representadas no bloco no poder por seus intelectuais orgânicos. Em correspondência para Getúlio Vargas, datada de março de 1946, José Soares Maciel Filho escrevia sobre o clima de conflito:

As classes conservadoras estão entre dois fogos: Ministério do Trabalho e Ministério da Fazenda. O Vidigal pertence ao grupo Olavito, Klabin, Numa de Oliveira e Lafer. Alta finança, altos negócios e choque violento contra [Euvaldo] Lodi e [Roberto] Simonsen. Os interesses se dividem em industriais e comerciais. O Ministro do Trabalho malha o comércio e o da Fazenda malha a indústria. O resultado é que o comércio e a indústria estão com saudades do Getúlio.

Se a situação da indústria não estivesse necessitando de forma imprescindível minha presença do Rio, aqui neste momento a política econômica das Federações industriais pesa sobre meus ombros, eu iria a São Borja dar ao Chefe e amigo o abraço de aniversário. É com grande sacrifício que me privo dessa honra e dessa satisfação ao meu espírito e ao meu sentimento. Mas fique certo de que estou na linha de frente, com a lealdade e a dedicação de sempre.²⁶⁶

A partir da retomada de sua carreira parlamentar Horácio Lafer passou a participar mais ativamente das relações de poder político no aparelho de Estado,

²⁶⁴Os herdeiros da máquina política getulista estavam, em boa parte, filiados a esse partido. No Rio Grande do Sul o PSD foi fundado no início de 1945 por pessoas que tinham uma posição de destaque no círculo de relações do presidente Getúlio Vargas. A exemplo de Protásio Vargas, irmão de Getúlio Vargas e primeiro presidente do PSD no Rio Grande do Sul, João Goulart, filho de Vicente Goulart, amigo pessoal de Vargas, e dos interventores estaduais. RIBEIRO, 2001, pp. 262-278.

²⁶⁵ RIBEIRO, 2001, p. 261.

²⁶⁶ CPDOC-FGV – RJ. Arquivos Getúlio Vargas.

possibilitando uma atuação política mais eficaz na representação dos interesses do grupo Klabin e das demais frações burguesas com as quais a KIC se relacionava.²⁶⁷ A luta política pelo poder no Estado não podia prescindir da ação no Legislativo, embora não estivesse restrito a ela. Mesmo a defesa dos interesses econômicos do grupo passava pela esfera da luta política. Em sessão de 19 de fevereiro de 1946, que tinha como pauta a capacidade contributiva, a discriminação de rendas, a federação e o município, Horácio Lafer chamou a atenção para a necessidade de elaboração de uma política econômica que desse “maior amparo aos municípios.”²⁶⁸ A reivindicação de Lafer para que se desse uma maior atenção aos municípios estava fundamentada em consistentes interesses de classe aos quais este empresário estava profundamente veiculado. No ano de 1946, depois de atravessar o período de investimento na compra e montagem do parque industrial e na construção da sua cidade-indústria no Paraná, a construção das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose* estava perto de sua conclusão definitiva, que somente dar-se-ia em 1947. Entretanto, a

unidade fabril começou a operar em 1946, produzindo pasta e papel imprensa. Esse momento constituiu um marco histórico na produção de papel no Brasil, pois uma parcela da demanda de mercado interno de papel imprensa [passava] a ser suprida por uma indústria nacional.²⁶⁹

No entanto, com o propósito de defender-se frente a uma política de liberdade de importação²⁷⁰ posta em prática pelo durante princípios do governo Dutra, frações da burguesia industrial organizavam-se para defender seus interesses junto aos

²⁶⁷As relações sociais do grupo Klabin eram bastante amplas, e não obstante a gênese da empresa *Klabin Irmãos & Cia*, assim como dos grupos Guinle e Matarazzo, tenha iniciado suas atividades empresariais no setor mercantil, tinham estabelecido sólidos vínculos e relações de interesse socioeconômico no setor fabril. Antes de fabricar papel, os primeiros empresários do setor foram vendedores de papel importado, exercendo essa atividade durante um bom período. Grupos como Klabin e Weiszflogs constituem exemplos de empresários que começaram na atividade importadora para depois investir no setor fabril. DEAN, s.d. 3ªed. p.37. O complexo empresarial da Klabin investiu durante o período de 1929-1950, em empresas industriais – mormente papel, porcelanas e celulose. Entretanto, sua atuação empresarial não se limitou a investimentos no setor industrial. Entre dezembro de 1947 e janeiro de 1952, Wolff Klabin, representando a KIC, associou-se empresários como Gastão Eduardo Bueno Vidigal, Olavo Egydio de Souza Aranha, Joaquim Monteiro de Carvalho, José Willemsens, Luiz Pontes Bueno e Alfredo Ellis Netto na compra da *Miranda Estância*, marcando a entrada do grupo Klabin no setor agropecuário. CONY e LAMARÃO, 2001, p. 155. **Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)**. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²⁶⁸LAFER, 1988, p. 186.

²⁶⁹**Evolução da Estrutura Administrativa...** ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²⁷⁰Embora essa política pudesse beneficiar os industriais do setor do papel, viabilizando compra de máquinas e equipamentos, ela suscitava preocupação devido a viabilizar que empresas importadoras comprassem papel a baixos custos para revendê-los no mercado interno.

órgãos governamentais. No caso de Horácio Lafer e sua atuação como deputado tal preocupação estava presente. Era uma questão política estratégica assegurar a manutenção de investimentos para o município de Tibagi, interior do Estado do Paraná, região onde se localizava o complexo urbano-fabril da Klabin. Para tal constatação, destacamos as palavras de Lafer, então constituinte na sessão de 19 de fevereiro de 1946:

O Sr. Horácio Lafer – Preocupados outros com os estados, procuram atribuir a estes, desviando-se da União, a percentagem maior das rendas. Mas, nessa luta entre os fortes, a célula mater, o pote de barro entre gigantes – o Município – foi relegado; e na distribuição de rendas o filho esquecido da legislação tributária brasileira. (Muito bem!)

A percepção de rendas comprova-o. em 1944, a União percebeu 59,7%; os estados, 31,8%; e os municípios apenas 8,5%.

Novamente, assistimos aqui ao entrechoque daqueles que querem fortalecer a União e dos que, adeptos fervorosos da Federação, advogam como plena justiça, os recursos que garantam a autonomia dos estados. (Muito bem!)

Cumpra, porém, Srs. Constituintes, que esta Assembléia se encaminha para o amparo seguro, resoluto, dos municípios e seja a emancipadora da situação difícil em que todos eles se encontram. (Muito bem!)²⁷¹

Partindo da possibilidade de exercer, a partir da sociedade política, novamente o papel de legisladora, a burguesia industrial passava a ter diante de si condições mais favoráveis para delimitar no aparelho de Estado os princípios éticos e políticos da sua hegemonia, criando assim as condições para assumir, no decorrer dos anos 1950, a posição de classe dirigente. Nessa conjuntura do segundo quinquênio dos anos 1940 é que a *Klabin Irmãos & Cia*, através de Horácio Lafer, buscava atuar na Assembléia Legislativa com a finalidade de consolidar no Estado os projetos de sua classe. Cabe ressaltar que 1946 foi o ano em que o complexo urbano-industrial da KIC no Paraná, *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose*, começou a funcionar. Os empresários que eram proprietários de veículos de imprensa, a exemplo de José Eduardo de Macedo Soares (Diário Carioca), e Francisco de Assis Chateaubriand (Diários Associados), escreveram artigos exaltando a conclusão desta fábrica da Klabin e sua capacidade produtiva de celulose e papel jornal. Não eram, porém, as empresas jornalísticas as únicas interessadas na produção das IKPC. Empresas industriais como *Indústrias de Papel Sul-Americana*, *Companhia Melhoramentos de São Paulo*,

²⁷¹ LAFER, 1988, pp. 183-184.

Indústrias de Papel Simão S/A e Companhia Indústrias de Papéis e Cartonagem tornaram-se compradoras das bobinas de papel produzidas pelo complexo fabril da KIC no Paraná.²⁷²

O ponto culminante ou, para melhor dizer, a consagração da conquista de uma posição hegemônica na trajetória de Lafer na sociedade política foi, a nosso entender, representada pela sua nomeação para ocupar a pasta da Fazenda no Segundo Governo Vargas, permanecendo no cargo de 1º de fevereiro de 1951 a 15 de junho de 1953.²⁷³ Nesse capítulo daremos atenção a retomada da carreira de Lafer no Legislativo, uma vez que entendemos que ela impulsionou a ascensão hegemônica do grupo. No caso, cabe frisar que a ascensão política de Lafer não representa, tão somente, um momento da história social das empresas da *Klabin Irmãos & Cia.* Seu sentido é mais amplo e relaciona-se, de forma orgânica, com as classes industriais do setor produtivo de artigos de papel e papelão e, não esquecendo, dos proprietários de empresas jornalísticas, gráficas e editoriais. Considerando que Horácio Lafer ocupava a função de organizador das frações de classe interessadas na produção de celulose e artigos de papel, devemos entender que a ocupação dos postos de relevo da sociedade política por esse industrial significou que uma fração de classe industrial a ela ligada estava alcançando as condições políticas para se tornar hegemônica no interior das estruturas estatais.

Na sociedade civil, o nome da Klabin tornava-se cada vez mais sinônimo de êxito empresarial e pioneirismo. Em 04 de março de 1947, um artigo escrito por José Eduardo de Macedo Soares no *Diário Carioca*²⁷⁴ referia-se a fábrica da Klabin no Paraná como *A Volta-Redonda do Papel*. Macedo Soares manifestava seu entusiasmo pela significação que possuía, para a imprensa, a indústria da Klabin em Monte Alegre. No artigo, ele afirmava que era o “consumo de papel imprensa um dos índices pelos quais se mede a cultura dos povos”, destacando ainda a importância desse consumo para a “educação democrática”.

²⁷²FERNANDES, 1973, p. 110.

²⁷³PAIVA ABREU, 1990, p. 5. Lista dos Ministros da Fazenda. Pelo recorte cronológico que compreende o período contemplado por essa dissertação, não iremos explorar a gestão do Ministro da Fazenda Horácio Lafer, posto que não haveria tempo hábil para isso. Entretanto, não podemos deixar de abordar essa passagem como sendo, na sociedade política, o instante da consagração desse burguês industrial em uma posição política que, decerto, indicava a conquista da hegemonia. A participação nos altos postos de comando ministeriais era a zona limítrofe a ser conquistada, representavam as agências superiores através das quais a implementação de projetos da classe burguesa industrial poderia obter a tão necessária e disputada chancela do Estado.

²⁷⁴Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. *Diário Carioca*. Ano XX, 4-3-1947, N. 5.730. José Eduardo de Macedo Soares, autor do artigo, era fundador e proprietário desta empresa jornalística.

Entretanto, para além de sua preocupação com os índices pelos quais tornar-se-ia possível medir a cultura do povo e, inclusive, o “grau de educação democrática”, estava sua preocupação, enquanto empresário, com a economia brasileira. O empresário Macedo Soares, afirmou que uma “das grandes deficiências da economia brasileira era sem dúvida a inexistência, entre nós, de fábricas de papel imprensa.” Ela lembrava que, “durante a Grande Guerra, (...) os jornais ficaram impossibilitados de atender a toda a sua clientela de leitores.” Chamando a atenção para a escassez de papel imprensa nos tempos do conflito de 1939-1945, que levou as empresas jornalísticas “a reduzir, com serio prejuízo de seus serviços habituais, o número de páginas.”²⁷⁵ A associação feita por ele entre produção do papel jornal, em fábricas nacionais para abastecer a imprensa brasileira e democracia relaciona-se ao fato de que o Departamento de Imprensa e Propaganda suspendia a distribuição do papel imprensa para os diários que contrariassem suas determinações. Segundo as palavras de José Eduardo de Macedo Soares no referido artigo:

A rigor, não se pode falar da independência econômica num país em que os jornais não dispõem senão de papel estrangeiro para imprimir-se. Além disso, a vassalagem da imprensa, é das mais contristadoras. Presta-se a manobras ignóbeis, no sentido de cercear a liberdade dos órgãos da opinião como durante tanto tempo sucedeu entre nós, quando o DIP distribuía o papel arbitrariamente e tornava virtualmente impossível a sua importação por qualquer diário que lhe desobedecesse as instruções.

Por tudo isso, devemos felicitar-nos de que a indústria do papel comece a ser agora uma realidade no Brasil. Um grupo de pioneiros – da família Klabin – tendo como grande animador o sr. deputado Horácio Lafer, plantou no sertão paranaense – em Monte Alegre – uma grande e moderna cidade de 14.000 almas, que, dentro de dez dias, começará a produzir anualmente 20.000 toneladas de papel imprensa. Trata-se, como vemos, de um dos mais notáveis empreendimentos industriais de que fala a nossa história econômica. Repete-se o fenômeno de Volta Redonda. Porque Monte Alegre pode ser chamada, sem o menor exagero, a Volta Redonda do Papel.²⁷⁶

Após mencionar os obstáculos que a guerra trouxe para a inauguração das IKPC, atrasando sua inauguração em quase três anos, o empresário concluiu que ao serem convidados a visitarem Monte Alegre os diretores dos jornais cariocas ficaram surpresos “com o que viram de arrojo e de espírito criador em Monte Alegre.” As

²⁷⁵Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. **Diário Carioca**. Ano XX, 4-3-1947, N. 5.730.

²⁷⁶Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. **Diário Carioca**. Ano XX, 4-3-1947, N. 5.730.

conclusões tiradas por Macedo Soares são bastante elucidativas, pois indicam as aspirações dos empresários da imprensa escrita quanto a produção de papel imprensa:

É certo que 20.000 toneladas representam apenas a metade representam apenas metade de nosso consumo atual. Se calcularmos as nossas reais necessidades, representarão talvez um terço do que poderia absorver a nossa imprensa. Mas já é, realmente, extraordinário que se inicie a produção com 20 milhões de quilos. Eis uma tarefa hercúlea, que, no entanto, é apenas o começo de uma obra de fé no futuro da nossa imprensa e na redenção econômica do Brasil.²⁷⁷

E o ano de 1947 apresentava-se como o da consagração do projeto empresarial das IPKC, posto que o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro tinha sua edição impressa em papel produzido pela fábrica da Klabin.²⁷⁸ Também constitui extrema importância para caracterizar, na história social de empresa *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A*, a patente de registro número 164 que a Coletoria Federal do Ministério da Fazenda, no exercício de 1947, conferia a firma para que fabricasse celulose e seus artefatos, mediante o pagamento de Cr\$ 1.950,00.²⁷⁹ Trata-se de um dado importante, porque simboliza a materialização dos interesses econômicos do grupo no Estado. Uma vez que, não obstante a hegemonia nasça na fábrica²⁸⁰, para ser exercida ela precisa se estender para além dos muros desta, ampliando-se pelo complexo institucional sociedade civil / sociedade política. Nesse sentido, ao retomar sua trajetória como deputado Horácio Lafer tinha como propósito solidificar no Legislativo as bases sobre as quais a hegemonia seria construída. A atuação do deputado Lafer caracterizou, assim, dar forma e força política a organização econômico-social das empresas Klabin. A conjuntura do pós-1945 fornecia novos princípios pelos quais as forças históricas das classes burguesas que atuavam no Brasil precisavam redefinir sua posição no bloco no poder que estava emergindo, portanto a eleição de Lafer está inserida nesse contexto histórico-social.

No que se refere a política econômica do Governo Dutra, a mensagem que o presidente apresentou ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1947, apresenta as pretensões do governo em continuar o incentivo a industrialização, incentivando a produção de insumos que atendiam a demanda dos

²⁷⁷ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. **Diário Carioca**. Ano XX, 4-3-1947, N. 5.730.

²⁷⁸ **60 Anos de Klabin do Paraná**. s.d. p. 10. Publicação Comemorativa. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²⁷⁹ ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

²⁸⁰ GRAMSCI, 2001, p. 247. Vol. 4.

setores produtivos químico, mecânico, e têxtil. Assim, o trecho da mensagem voltado para os empresários da indústria química afirmava que

Ainda dentro do programa de dotar o País de indústrias de base, essenciais à sua efetiva emancipação econômica, está o Governo empenhado em instalar uma indústria de álcalis, para fabricação de carbonato de sódio (barrilha) e hidróxido de sódio (soda cáustica), ambos imprescindíveis às indústrias de metalurgia do alumínio, da refinação do petróleo, da extração e preparação de produtos de celulose, do vidro, de saponificação, de tecidos (...)²⁸¹

Para a Klabin, o período caracterizado pelo governo Dutra representou o momento da consolidação de uma posição hegemônica através da qual o grupo empresarial afirmou decisivamente sua posição de liderança orgânica dos interesses de uma fração de classe burguesa interessada na produção de celulose e artigos de papel. Entre os aliados do grupo Klabin na redefinição do bloco no poder nos anos de 1946-1950, estavam empresários de veículos de imprensa, tais como Francisco de Assis Chateaubriand e José Eduardo de Macedo Soares, que escreveram artigos exaltando o investimento do grupo na produção de papel imprensa. Conforme já mencionamos, ao retomar suas atividades no Legislativo como representante classista de burguesia industrial Lafer buscou sua inserção em um espaço de sociedade política que viabilizasse uma participação oficial no Estado. Até ser contemplado com a nomeação para a pasta da Fazenda, obtendo assim a consagração política que seria a chancela do Estado para a hegemonia conquistada, sua atuação como deputado exerceu um papel de grande importância para a sedimentação das bases da hegemonia. Quanto ao Estado e a economia no período governamental do presidente Eurico Dutra, segundo Draibe (1985:139):

sob o governo Dutra, não se precedeu, de fato, ao desarmamento da capacidade intervencionista e regulatória do Estado: o retorno aos termos liberais do pré-30 já era uma impossibilidade histórica, por razões de diferentes níveis. Em termos gerais, porque, em relação à Primeira República, eram muito distintos os interesses econômicos e políticos, tanto quanto seu modo de organização e expressão, que já se operavam nas estruturas centralizadas do Estado nacional. (...)

O processo de industrialização impunha condições mínimas de permanência à ação econômica estatal; forças sociais identificadas

²⁸¹Center For Research Libraries. **Mensagem Apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1947 pelo General Eurico Gaspar Dutra. Presidente da Republica.** Rio de Janeiro, 1947. p. 84.

com esse processo expressavam, dentro e fora do aparelho do Estado, essas 'necessidades'.

É importante ressaltar que Horácio Lafer, então filiado ao Partido Social Democrático (PSD), era líder da maioria na Câmara dos Deputados durante o período de governo Dutra (1946-1951). Quando nos perguntamos porque Lafer escolheu este partido ao invés de outro, como, por exemplo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chegamos a conclusão que analisando a formação social a partir da qual se originou o PSD podemos explicar a inclinação de Lafer por essa legenda partidária. Considerando as relações sociais estabelecidas entre os empresários industriais da firma Klabin com as frações de classe dirigente que integrou o Primeiro Governo Vargas, tornam-se compreensíveis os motivos que levaram Lafer a ingressar nessa legenda. Considerando que o PSD foi fundado por interventores (crias do Autoritarismo Vargasista) em 17 de julho de 1945, sendo, portanto, herdeiro da máquina estatal Estadonovista²⁸², a filiação de Lafer encontra explicação devido aos vínculos orgânicos estabelecidos entre a Klabin e as “estruturas do poder estatal e, em particular, às máquinas das interventorias estaduais.”²⁸³

Sendo o PSD fundado pelos interventores nomeados por Vargas, é importante observamos ainda que Manuel Ribas, aliado da Klabin, não apenas se filiou ao Partido Social Democrático como, inclusive, ocupou no Paraná a função de organizar o partido no Estado. Por conseguinte, Ribas “ocupou a presidência da diretoria regional e integrou o diretório nacional da agremiação.”²⁸⁴ Outro ponto que merece destaque é que embora a Klabin tivesse edificado e ampliado seu poder empresarial durante os anos 1930-1945, consubstanciando para além das suas empresas sua posição de dominação enquanto liderança orgânica de uma fração de classe industrial em ascensão, com o fim do Estado Novo emergiu diante do grupo a convicção de que ocupar espaços institucionais da sociedade política era essencial para dar aos seus projetos o status hegemônico.

A análise dos discursos de Horácio Lafer é de grande valia para que possamos compreender o sentido da participação dele como deputado classista. Pensar o processo pelo qual a burguesia industrial fez-se classe hegemônica, o que implica em assumir uma posição de classe dirigente no bloco no poder. Trata-se de um processo

²⁸²Ressalte-se que o partido foi criado em 17 de julho de 1945, aproximadamente três meses antes da deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945.

²⁸³RIBEIRO, 2001, p. 281.

²⁸⁴Biografia do Manuel Ribas. Cf. DHBB.

complexo, marcado por muitos avanços e recuos no processo de luta entre as frações de classe burguesa que compunham o bloco, seja como classe dominante seja como classe dirigente. Nesse contexto que se inscreve, durante o governo Dutra, a participação de Horácio Lafer na sociedade política. Os interesses de classe dependeriam, cada vez mais, de uma resolução que se desse no interior de instituições do Estado. Nesse sentido, em 21 de agosto de 1946, Lafer participou de uma sessão na Câmara dos Deputados cuja pauta era a isenção tributária para papel destinado a impressão de livros. O debate na tribuna ocorreu entre Lafer e Armando Fontes:

O Sr. Horácio Lafer – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição resolveu, e resolveu bem, que os assuntos relativos à isenção fossem relegados a lei ordinária.

O Sr. Armando Fontes – Não obstante, existem outros assuntos de isenção no corpo do projeto constitucional.

O Sr. Horácio Lafer – Principalmente matéria referente ao papel para livros.

Há estatísticas impressionantes apresentadas pelos próprios editores. Por essas estatísticas, no preço do custo de um livro, o papel entra com 10%. Logo num livro a 20 cruzeiros, o papel custa 2 cruzeiros. E, se houvesse isenção de direitos alfandegários, o abatimento seria de 20 centavos. Evidentemente, este abatimento iria beneficiar não o editor, mas o intermediário, que lucra a alta percentagem de 35%. Mas não é só isto, se permitíssemos a isenção do papel para livros, através da mesma seria importado todo o papel para ser revendido com fraude às rendas públicas.

Como se trata de assunto sério, complexo, debatido, a Comissão Constitucional entendeu muito bem que deveria ser objeto de lei ordinária, que daria as isenções julgadas justas, mas com todos os corretivos, com todas as cautelas, para evitar abusos prejudiciais ao erário público.

O Sr. Armando Fontes – Na emenda que formulei defendendo justamente que, nos termos da lei, seja concedida isenção de direitos para papel destinado a livros.

O Sr. Horácio Lafer – V. Exc^{as}. devem lembrar-se de que muitos se estabelecerão como editores não para imprimir livros, mas para comerciar com o papel importado.

Penso, Sr. Presidente, que a Comissão opinou acertadamente, deixando para a lei ordinária a questão dessa isenção de direitos, não só no caso em apreço, porém, em outros mais. A assembléia, contudo, decidirá na sua soberania. (Muito bem!)²⁸⁵

Com a abertura dos mercados no pós-1945, ficou evidente para a burguesia industrial que seria preciso defender seus interesses econômicos frente aos empresários importadores, que poderiam competir no mercado interno vendendo com artigos importados a baixos custos. No caso específico da Klabin, em uma fase em que a construção do complexo fabril das IKPC estava em fase conclusiva e começando a

²⁸⁵LAFER, 1988, p. 221.

produção de celulose e papel, a concessão de benefícios alfandegários para empresas importadoras apresentava-se como uma séria ameaça. O que justificava, portanto, a oposição do deputado federal Horácio Lafer a isenção alfandegária para o papel. No caso, é interessante observar que a luta econômica que opunha interesses de importadores aos da Klabin tinha o Legislativo como arena de conflito. Nesse caso, apresentava-se também como luta política entre frações de classes sociais. As partes envolvidas na contenda buscaram a resolução através da sociedade política, daí a importância que assumia para a retomada da carreira política de Lafer como deputado. No período de 1945-1946, o papel estava entre os dez artigos importados dos Estados Unidos. Em seu relatório, Pedro Luiz Corrêa e Castro, Ministro da Fazenda, mencionava que no referido período a importação de papel dos EUA era de 73.939 toneladas.²⁸⁶

A concorrência com artigos de papel importado não era bem vista pela Klabin, que havia feito um grande investimento na montagem da fábrica no Paraná, e temia que uma excessiva liberdade de importações prejudicasse seus interesses econômicos. No entanto, a defesa desses interesses empresariais no pós-1945 passavam a depender, cada vez mais, da maior inserção de Horácio Lafer no Estado. Para a burguesia industrial brasileira, a conjuntura que surgiu a partir do período em questão foi marcada pela busca da manutenção e ampliação de seu poder político dentro do Estado capitalista, o que incluiu uma crescente participação nos aparelhos privados e na sociedade política. Insistimos em reafirmar que é impossível escrever um bom trabalho sobre história social de empresas sem que seja levado em conta os pontos de contato estabelecidos entre empresa, sociedade, economia e política. No caso do estudo sobre os empresários, não se deve estudá-los unicamente como agentes econômicos ou, então, interpretá-los simplesmente como empreendedores e, neste caso, como visionários do mundo dos negócios.

Tendo como chave analítica as relações sociais pelas quais se desenvolvem as práticas das classes através do processo de luta de classes, a burguesia precisa ser pensada em suas relações de dominação e organização política, com o propósito de ascender de uma posição de dominação para a hegemônica. O que implica na sua passagem de classe dominante para classe dirigente. Esse processo não ocorreu de

²⁸⁶Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda – RJ. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Gen. Eurico Gaspar Dutra pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Pedro Luiz Corrêa e Castro. Exercício de 1946.** Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948. p. 175.

forma linear, sendo caracterizado por avanços, recuos e mesmo contradições que resultam da contenda entre as muitas frações de classe burguesa que disputam o poder político no Estado. Se durante o Estado Novo a burguesia industrial exerceu, através de sua participação nos órgãos técnicos e consultivos, uma importante atuação política no Estado, o período pós-1945 abriu condições mais favoráveis a uma atuação mais direta no aparelho de Estado. Em outras palavras, surgiam condições mais propícias para a gradativa cristalização de sua condição de classe dirigente no Estado. A luta política pela hegemonia encontrava na retomada das atividades no Legislativo como uma dos métodos pelos quais dar-se-ia o exercício de uma participação política mais ativa nas decisões sobre a organização e condução da política do Estado.

Com a reorganização da economia mundial orientada sob os princípios liberais suscitados pela Conferência Internacional de Bretton Woods (julho de 1944), o início governo do presidente foi influenciado pela ilusão da retomada do liberalismo. Entretanto, é equivocado imaginar que a economia mundial do imediato pós-guerra resultou simplesmente da implementação automática do que foi estabelecido pelos acordos de Bretton Woods²⁸⁷. Se o liberalismo esboçava, gradativamente, um movimento de retomada do terreno perdido como paradigma político e econômico, os intelectuais orgânicos da burguesia industrial dialogaram como ele buscando ajustá-lo aos seus interesses de classe. Particularmente no que se relacionava com os vínculos com o capital estrangeiro. Os discursos do deputado Horácio Lafer apresentam como este industrial buscava exercer, através do Legislativo, uma ação política com o propósito de estabelecer normas para orientar a atuação econômico-financeira do Estado. Na sessão de 28 de agosto de 1946, Lafer apresentou a Emenda Constitucional de sua autoria, de número 2.053. O texto da Emenda determinava o seguinte:

A lei promoverá o fomento de emprego dos capitais brasileiros em fontes de produção; da aplicação do capital proveniente do exterior no financiamento de empreendimentos nacionais ou a sua associação e estes; e da economia popular pelo crédito e cooperativismo. – Horácio Lafer.²⁸⁸

Trava-se, portanto, da criação de um instrumento legal que tinha como principal objetivo assegurar que a indústria nacional pudesse dispor de capitais para suprir suas demandas de investimento na manutenção e/ou ampliação de seu parque

²⁸⁷VIANNA. In: PAIVA ABREU (org), 1990, pp. 107-108.

²⁸⁸LAFER, 1988, p. 225.

industrial. Se a probabilidade de competição com indústrias estrangeiras suscitava temor, a criação de uma lei para organizar a atuação do capital estrangeiro no Brasil como financiador de empresas nacionais ou, ainda, que viabilizava a associação entre deste as empresas nacionais apresentava-se como uma forma adequada de se resolver politicamente o problema que causava temor aos industriais brasileiros como, por exemplo, Horácio Lafer. A proposição de tal emenda por Lafer indica a luta política que era travada na Assembléia Legislativa por lideranças orgânicas da burguesia industrial, com o objetivo de exercer influência sobre a política econômica e financeira do Estado. Conforme o discurso de Lafer na referida sessão de 28 de agosto de 1946 (1988:225):

(...) – Sr. Presidente, ao § 12 do art. 164 do anteprojeto, apresentei emenda consubstanciando três orientações, que reputo importantes e, talvez mesmo, essenciais ao futuro da evolução brasileira.

Pela primeira vez, a lei promoverá o fomento do emprego de capitais brasileiros em fontes de produção, porque, através da produção, é que poderemos aumentar as riquezas e, por via destas, melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

A segunda manda promover o fomento e a aplicação dos capitais provenientes do exterior nas duas formas que são as mais interessantes para o Brasil: financiamento de empreendimentos nacionais, ou associação desses capitais aos capitais brasileiros.

Finalmente, o desenvolvimento da economia popular pelo crédito e o cooperativismo, porque nesse desenvolvimento está a garantia de estabilidade social e política de qualquer povo.

Ao propor essas medidas ao Congresso, o deputado Horácio Lafer desempenhava uma ação política que suscitava críticas a sua emenda pelo deputado Hermes Lima²⁸⁹, socialista democrático, e possuidor de restrições à emenda proposta por Lafer, o que resultou na troca de apartes entre ambos na sessão de 28 de agosto de 1946:

O Sr. Hermes Lima – Sr Presidente, a emenda do preclaro colega, Sr Horácio Lafer, que acaba de ser defendida pelo seu autor, parece à Comissão tratar de matéria de legislação ordinária e, sobretudo, de política de governo.

²⁸⁹Professor da Faculdade de Direito e intelectual de esquerda. Em 1935 foi ligado a Aliança Nacional Libertadora (ANL), tendo sido preso devido à repressão contra ela desencadeada pelo Estado Vargasista. Foi preso sem enfrentar processo ou julgamento, chegando a permanecer detido por treze meses. Foi solto, junto com os colegas Castro Rebelo e Leônidas Rezende, porque Alzira Vargas, sua aluna na Faculdade de Direito, intercedeu pela sua liberdade junto ao Presidente da República, de quem era filha e secretária. Ao se aproximar o final do Estado Novo, Hermes Lima foi um dos fundadores da Esquerda Democrática (ED) em abril de 1945, cuja bandeira de luta política era a defesa do socialismo com liberdade. Também participou, em abril desse mesmo ano, da fundação da União Democrática Nacional (UDN). RIBEIRO, 2001, p. 153. Cf. ainda no DHBB as biografias de Alzira Vargas e Hermes Lima.

O Sr. Nestor Duarte – É enunciado de ponto de programa de Ciência das Finanças.

O Sr. Horácio Lafer – Trata-se de política básica, de norma básica para nosso futuro, por isso mesmo digna de figurar numa Constituição.

O Sr. Hermes Lima – Não há dúvida alguma de que o texto da emenda do ilustre colega representa excelente direção a ser seguida pelo governo, pela administração em sua política.

Diz ele que a lei promoverá o fomento de capitais brasileiros em fontes de produção. Ora, pelo regime econômico em que vivemos, esses capitais hão de procurar, naturalmente, colocar-se da melhor maneira para atender ao desenvolvimento do País e à justa remuneração dos mesmos.

O governo auxiliará essa orientação, à medida que as necessidades nacionais forem tornando necessária uma política administrativa nesse sentido.

O Sr. Horácio Lafer – Nem sempre.

O Sr. Nestor Duarte – Talvez o autor da emenda vise impedir que se apliquem capitais em arranha-céus ou outros empreendimentos não produtivos.

O Sr. Hermes Lima – Mas isso não é permitido à Constituição declarar, sem atentar contra o regime em que vivemos. Qualquer pessoa pode aplicar seu dinheiro em arranha-céus ou no que quiser; ao Governo não assistirá o direito de obrigar alguém a empregar capital neste ou naquele empreendimento. Isso seria contrário ao nosso regime econômico.

O Sr. Horácio Lafer – Diz a Constituição que a lei assegurará a todos trabalho que possibilite existência digna. Também isso não é questão de lei ordinária?

O Sr. Hermes Lima – É um princípio.

O Sr. Horácio Lafer – Minha emenda também constitui um princípio.

O Sr. Hermes Lima – O que o nobre autor da emenda deseja é aquilo que os capitalistas brasileiros poderão fazer na direção pessoal e particular de seus negócios. Isso a lei não impede de fazer. Dizer, porém, que a lei promoverá o fomento de capitais brasileiros em fontes de produção não adiantaria mesmo à própria iniciativa particular nesse sentido.

Quanto à segunda parte da emenda, ou seja, aplicação de capital proveniente do exterior no financiamento de empreendimentos nacionais ou sua associação a estes, evidentemente o capital alienígena terá a liberdade de ser aplicado no País, conforme for julgado mais útil ou conveniente aos donos desses capitais, contanto, naturalmente, que respeitem certas normas de política geral de fomento de produção e de progresso do próprio País.

O Sr. Vieira de Mello – É excelente idéia para uma plataforma de governo.

O Sr. Hermes Lima – A terceira parte da emenda fala na economia popular pelo critério e o cooperativismo.

Possuímos larga legislação cooperativista, adiantada e abundante, que é de justiça assinalar, tem produzido muitos frutos.

Assim, Sr. Presidente, as idéias do nobre representante são de tal natureza que faremos votos para que S. Ex^a as aplique, com sua inteligência e com seu patriotismo, de modo especial quando estiver à frente de uma pasta ministerial ou mesmo do Governo da República. (Muito bem! Palmas).²⁹⁰

²⁹⁰LAFER, 1988, pp. 226-227.

O debate entre os deputados Horácio Lafer e Hermes Lima representa a posição política entre esquerda nacionalista e uma burguesia industrial com pretensões a delimitar no aparelho legal do Estado suas pretensões de classe. Em outras palavras, Lafer buscava através dessa emenda legitimar no aparelho legal do Estado os princípios de uma política econômica que fosse de encontro aos interesses da classe burguesa da qual ele era representante classista. Não bastava que seus projetos ficassem restritos ao plano da política governamental, ele deveria tornar-se parte constitutiva da superestrutura jurídico-política do Estado. Tal proposta de emenda fazia parte de uma estratégia política de Lafer enquanto intelectual orgânico de uma fração da burguesia industrial para evitar uma defasagem entre as lutas política e econômica de sua classe.²⁹¹ Para tanto, a atuação de Horácio Lafer como deputado assumia grande relevância para a criação de uma engenharia social da hegemonia, que passou a ser implementada de forma sistemática pela Klabin a partir de 1930, quando surgiram as condições mais favoráveis para o grupo ampliar seu raio de ação no Estado, devido sua participação na sociedade civil e política. Segundo Poulantzas (1977:89), “a luta política, que tem como objetivo o poder de Estado, tem como objetivo a conjuntura”. Portanto, ao retomar sua carreira como deputado no pós-1945 Lafer buscou executar a ação política em uma instituição que naquela conjuntura era essencial para a conquista do “poder político institucionalizado”²⁹² do Estado.

A troca de apartes entre os dois deputados supracitados nos permite analisar as oposições que eram enfrentadas pela burguesia industrial na sua luta para ascender à condição de classe hegemônica no aparelho de Estado. Considerando que o Legislativo voltava a fazer parte integrante da sociedade política, não é possível pensar as estratégias de expansão empresarial sem que seja levado em conta o grau de envolvimento dos empresários nesse espaço de poder político-social para a luta de classes. Para os intelectuais orgânicos da burguesia industrial, tratar-se-ia de uma buscar uma instituição a partir da qual seria possível organizar o consenso de modo a permitir que as classes industriais redefinissem as bases de coesão política para seus interesses empresariais no Estado durante o governo Dutra.

Em outras palavras, tratava-se de levar a organização e disciplina transmitida para as classes pelos seus respectivos aparelhos privados para um espaço significativo da sociedade política: o Legislativo. O poder de legislar era central na luta

²⁹¹POULANTZAS, 1977, p. 86.

²⁹²POULANTZAS, 1977, p. 90.

política, uma vez que permitia não somente o exercício de participação política mais ativa no Estado como, inclusive, permitia que as lideranças industriais se aproximassem da condição de classe dirigente. A participação de Lafer como deputado dava-se de acordo com essa lógica. Se durante o Estado Novo a atuação dos industriais nos aparelhos governamentais estava sujeita a certos limites participativos criados pelo Estado Autoritário, o governo Dutra significou uma ampliação do exercício do poder político da burguesia industrial. O interesse de Lafer em atrair capitais estrangeiros para atender as fontes de produção²⁹³ vinha de encontro às necessidades do grupo empresarial Klabin, sobretudo no que se referia ao investimento do grupo no complexo urbano-fábril no Paraná, cuja construção estaria concluída em 1947, permitindo a empresa industrial funcionar com toda a sua capacidade produtiva. Cabe ressaltar que embora o Congresso tivesse voltado a representar um espaço estratégico para a relação entre empresários e Estado com a abertura políticas pós-1945, isso não significa que a luta pela hegemonia no aparelho de Estado estivesse restrita tão somente a sociedade política.

Tampouco o papel político desempenhado pela burguesia industrial pode ser analisado levando-se em conta somente à participação das lideranças orgânicas da classe a partir das instituições oficiais do Estado. A luta de classes dominantes para a construção/manutenção de uma posição hegemônica no Estado depende da ampliação de seu poder no complexo institucional formado pela sociedade civil e política, a partir do qual surge o Estado Ampliado. É preciso que as classes dominantes burguesas levem as demandas e projetos elaborados nos seus respectivos aparelhos privados (associações de classe) para órgãos oficiais de Estado, configurando assim a ampliação do potencial de seu poder político. Não se trata de um processo simples, posto que as relações sociais entre as classes burguesas e os dirigentes do Estado são bastante complexas e, por assim dizer, caracterizadas por lutas políticas pela conquista da condição de classe dirigente. Durante esse processo, as relações sociais das lideranças empresariais devem, em seu conjunto, ser analisadas como parte integrante da luta de classes pela conquista da hegemonia. A história social das empresas Klabin precisa, nesse sentido, ser pensada a partir dessa perspectiva.

As amizades estabelecidas pelos empresários representam, a partir dessa óptica, parte constitutiva de um capital social que, no plano simbólico, são fundamentais

²⁹³Entenda-se setor produtivo industrial.

para pensarmos as relações políticas como algo mais amplo e, portanto, não restrito a formalidade da sociedade política. As relações sociais entre Wolff Kabin, Horácio Lafer, o empresário Francisco de Assis Chateaubriand e Manuel Ribas exemplificam como funciona a articulação entre os interesses de classes industriais, as relações sociais e políticas no circuito de informalidade e como ocorre sua inserção no jogo político formal. As relações de interesse entre Assis Chateaubriand e os empresários da *Klabin Irmãos & Cia* nos permite compreender como funciona este processo. Coube a este poderoso empresário não apenas interceder favoravelmente ao grupo Klabin junto a importantes políticos e empresários como, e isso não é pouco, colaborar para forjar o mito do burguês empreendedor que foi atribuído a Horácio Lafer e Wolff Klabin. No entanto, embora Chateaubriand escrevesse seus artigos exaltando o potencial visionário da firma Klabin, a expansão empresarial do grupo não está, de forma alguma, desvinculada do exercício de uma vontade política que, tendo os dois industriais supracitados como organizadores, viabilizou que o grupo tomasse parte ativa no aparelho de Estado como representante de uma fração de classe empresarial ligada à indústria de transformação, porém não restrita a esse setor.

A atuação política da Klabin relacionava-se com a orientação da burguesia industrial na conjuntura do pós-guerra no Brasil. O final do conflito mundial foi analisado pelos intelectuais orgânicos do empresariado industrial como o momento oportuno para criar e organizar uma política própria, cuja finalidade era a expansão de seu poder e influência no aparelho de Estado. Em outras palavras: fazer-se classe hegemônica no comando do Estado. Para tanto, não bastava dispor de uma posição de comando através das associações de classe, precisava embrenhar-se no complexo institucional da sociedade política, apoderando-se assim dos mecanismos legítimos de comando. A leitura da atuação política da KIC através de Horácio Lafer e Wolff Klabin no período em questão nos permite compreender que papel desempenharam esses industriais na engenharia social da hegemonia burguesa. O que se caracterizou pela combinação de uma sistemática participação nos aparelhos privados de classe com a retomada das atividades na sociedade política. Que se apresentava para os industriais como uma necessidade de restabelecer a ordem liberal que antecedeu ao Estado Novo. Em relatório da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, assim a diretoria se referia aos fatos sócias referentes ao ano de 1946:

No correr do ano de 1946 a nossa entidade cooperou no que lhe foi possível no exame e estudo de todos os problemas de interesse da economia nacional, não só diretamente como, também, através do órgão máximo da classe, a Confederação Nacional da Indústria, que reúne no seu seio todas as federações industriais existentes no país.

Na vida política interna do Brasil, tivemos, também, fatos marcantes, como sejam a eleição do presidente da República em 2 de dezembro de 1945 e a instalação da Assembléia Constituinte, que promulgou, em 18 de setembro de 1946, a nova Constituição Federal.

Estamos hoje em pleno regime de normalidade jurídica, com o [restabelecimento] das nossas tradições liberais de povo democrático e livremente dirigido pelos seus representantes escolhidos nas urnas.²⁹⁴

Considerando que o empresário Wolff Klabin era membro da FIRJ, na qual desempenhava a função de representante do Sindicato da Indústria do Papel no Rio de Janeiro, podemos afirmar que a perspectiva de participação política do grupo Klabin com vista às estratégias para ascender à posição hegemônica no Estado não estava restrita aos órgãos oficiais do Estado. A ação política se dava através da participação nos aparelhos privados da classe industrial e daqueles que integravam a sociedade política, da qual o Legislativo compunha um espaço político estratégico para uma participação direta nos centros de comando Estatal. Dessa forma, Wolff e Horácio, enquanto lideranças políticas das classes burguesas ligadas ao complexo empresarial da KIC desempenhavam atividades políticas complementares no processo de conquista e manutenção da hegemonia. É digno de nota que, assim como muitos industriais, embora em sua expansão empresarial e política o grupo possuísse vínculos com as estruturas políticas do Estado Novo, o período Dutra apresentou-se como decisivo para a luta pela hegemonia. Se por um lado a vontade política da burguesia industrial começou a ser organizada e disciplinada a partir de seus aparelhos privados de classe, tornava-se impossível aos olhos dos intelectuais orgânicos da classe industrial conduzir a ação coletiva para um “alinhamento definitivo das classes em luta pela conservação ou conquista do poder de Estado”²⁹⁵ sem restabelecer as bases de um Estado liberal conservador. Os aparelhos privados funcionaram como os partidos orgânicos a partir dos quais a ação política de classe era organizada para exercer um maior peso decisivo.

Como políticos, Wolff Klabin e Horácio Lafer eram os articuladores da vontade política entre os aparelhos privados e a sociedade política, o que foi essencial

²⁹⁴Acervo da Biblioteca da Firjan. Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **Relatório da Diretoria**. Exercício de 1946. p. 4.

²⁹⁵GRAMSCI, 2004, Vol. 2, p. 87.

para a obtenção da hegemonia nos anos 1950. Como deputado, Lafer apresentou em Sessão de 22 de novembro de 1946 um discurso sobre o governo Dutra e a democracia. O referido deputado apresentava sua preocupação em salvaguardar os princípios da democracia de partidos políticos que fossem entendidos como ameaças ao regime. Na condição de representante do governo na Câmara²⁹⁶, em apertes trocados com o deputado Café Filho, Lafer discutiu os princípios que o poder Legislativo deveria adotar para fazer oposição aos extremismos que seriam nocivos ao governo. Embora no discurso emergisse a preocupação com o ressurgimento do Integralismo através do Partido de Representação Popular, o comunismo era apontado como o “grande inimigo da democracia.”²⁹⁷ Destacamos as palavras proferidas por Lafer na referida sessão:

O Sr. Horácio Lafer – Sr. Presidente, subo a esta tribuna para, rapidamente, esclarecer um aparte meu, que é depoimento inegável da maneira pela qual o Senhor Presidente da República tem agido. S. Ex^a, eleito por um partido em eleições livres e honestas, conforme o reconheceu, há pouco, o nobre Deputado, meu amigo. Sr. Café Filho, foi ao Governo, não para chamar, exclusivamente, os seus amigos e o seu partido; o Sr. Presidente da República, desde o início, manifestou sua opinião no sentido de desejar a colaboração de todos os brasileiros, amigos ou adversários, porque desta colaboração o resultado seria o apressamento da volta do Brasil ao regime constitucional.

Recalcando preferências pessoais, muito humanas, abandonando amigos que o tinham auxiliado na véspera, S. Ex^a viu, acima de tudo e de todos, o interesse do Brasil, e desejou a colaboração de todas as correntes políticas, a fim de que preponderasse e se instalasse, o mais urgente possível, o regime democrático e constitucional entre nós.

Sabem todos, e sabe-o o País, os esforços de S. Ex^a para que a Constituição fosse promulgada quanto antes. E o Presidente que assim age não pode ser [acusado] de má fé, quando age no sentido de preservar a ordem necessária ao nosso progresso, indispensável à vida nacional.²⁹⁸

Os discursos parlamentares de Lafer como fonte de estudo do papel político desempenhado por ele durante o processo de luta entre classes dominantes pela conquista da hegemonia a importância que o governo Dutra teve para este empresário. No caso, para além do discurso, estava a política em seu sentido mais amplo e, portanto,

²⁹⁶Horácio Lafer foi eleito pelo Partido Social Democrático, ao qual era filiado. Dutra teve sua candidatura lançada pelo PSD e contava com esse partido como principal suporte do seu governo, pois além de possuir maioria na Assembléia Nacional Constituinte (151 deputados eleitos entre os 286 e 26 senadores eleitos entre os 42), forneceu ao governo Dutra dez ministros ao longo de sua gestão. Dispondo de uma boa maioria no parlamento, o PSD conseguiu, ainda, eleger para presidente da Assembléia Nacional Constituinte o senador Fernando Melo Viana (MG). Cf. DHBB; SKIDMORE, 2000, pp. 72-101. – 12^{ed.}

²⁹⁷LAFER, 1988, p. 550.

²⁹⁸Idem, 1988, p. 552.

não restrita ao jogo parlamentar, embora dele não pudesse prescindir como instrumento para ascensão ao poder no comando do aparelho de Estado. Os interesses dos Brasil apontados no discurso eram, por assim dizer, entendidos como sinônimos dos interesses da burguesia industrial. Isso pode ser entendido com mais clareza no discurso acima quando percebemos que a estratégia usada pelos intelectuais orgânicos da burguesia industrial para a obtenção da hegemonia. A identidade entre economia e política emerge, no estudo da história social da empresa Klabin, nas formas pelas quais os empresários buscaram atuar de forma a conseguir o apoio dos órgãos governamentais. Com isso, ordem necessária no entender de Lafer era assegurar uma ação política permanente²⁹⁹ que fosse capaz de organizar as classes industriais em sua luta pelo poder de Estado. Para garantir o progresso econômico capaz de assegurar interesses empresariais, era preciso ganhar espaço na sociedade política de modo a permitir que a classe social industrial se fizesse hegemônica no epicentro do Estado. Assim o empréstimo que a empresa Klabin obteve do Banco do Brasil nos dois anos finais do governo Dutra, sendo contemplada por uma política creditícia destinada a atender os setores-chave da industrialização, a exemplo do complexo urbano-industrial do grupo no Paraná,³⁰⁰ está relacionada com a articulação entre interesses empresariais e a política.

Conforme já afirmamos na introdução desse trabalho, um estudo sobre história social de empresas não pode desconsiderar que as relações empresariais são relações de classe e, partindo dessa perspectiva, precisam ser situadas no terreno da luta de classes, que é uma luta política pela hegemonia. O governo Dutra representou um momento na redefinição das posições ocupadas no bloco no poder pelas classes dominantes e dirigentes que lutavam pelo controle do Estado. Tratava-se de criar as condições para que os interesses políticos das classe que lutavam pelo controle do complexo institucional do Estado fossem reorganizados sem que houvesse uma ruptura traumática nas estruturas jurídico-políticas que asseguravam às classes burguesas a sua condição hegemônica sobre a classe operária e o movimento sindical. No contexto dessa conturbada conjuntura é que a Klabin buscou dar uma nova forma orgânica à estratégia pela qual orientava a sua participação política no Estado, o que somente podia ser feito com a sistemática participação dos empresários representantes do grupo no complexo da sociedade política. Coube a Horácio Lafer o papel de executor dessa estratégia política.

²⁹⁹GRAMSCI, 1980, p. 14. – 4ª ed.

³⁰⁰SKIDMORE, 2000, pp. 98-99. – 12ªed.

Não devemos perder de vista que o grupo empresarial Klabin havia disputado, no período de 1930-1945, uma feroz luta com o grupo Matarazzo pelo espaço dominante na indústria de raion. E que, com a deposição de Getúlio Vargas, protetor e aliado, veria crescer a oposição de outros grupos rivais. No entanto, a batalha empresarial travada pelo consórcio Klabin-Votorantim³⁰¹ contra as *Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo*, capitaneadas por Francisco Matarazzo Júnior, tendo o mercado do raion como pano de fundo, tem na verdade um sentido mais amplo. Os grupos empresariais mencionados não lutaram tendo em vista tão somente a defesa de seus interesses econômico-corporativos, ambos se digladiavam pela dominação política nos espaços de poder no aparelho de Estado. Cumpre ressaltar que não obstante as I.R.F. Matarazzo fosse um poderoso complexo empresarial capaz ameaçar os interesses da *Klabin Irmãos e Cia*, ao não ingressar na sociedade política tal como fez a KIC através de Horácio Lafer, os Matarazzo perderem terreno na luta política pela hegemonia.

A organização social de empresa Klabin foi mais eficaz politicamente, posto que a expansão empresarial do grupo não ficou restrita a sociedade civil, mas, inclusive, desdobrou sua influência e prestígio nas instituições na sociedade política. Horácio Lafer foi o executor dessa ação político-empresarial na luta pela hegemonia. Todavia, a trajetória desse burguês industrial no exercício da política nos aparelhos de Estado não pode ser vista separado da ação política desempenhada por Wolff Klabin, uma vez que se tratavam de ações complementares na luta política. Embora a retomada do mandato de Lafer como deputado seja importante, não foi a única estratégia política usada pela KIC para consolidar sua posição hegemônica como representante de uma classe ou fração da burguesia industrial. Os dois empresários supracitados jamais perderam de vista a importância que as relações inter-pessoais tinham nesse processo. O grupo Matarazzo não teve, até onde se tem conhecimento, um empresário do próprio grupo atuando de forma sistemática na sociedade política, conforme fez Horácio Lafer. Embora isso não signifique que eles eram se organizavam politicamente, uma vez que eram bem atuantes na sociedade civil, principalmente nos aparelhos privados da classe

³⁰¹ A sociogênese do grupo empresarial Votorantim data de 1918. Nesse ano, após arrematar da massa falida do Banco da União uma fábrica de tecidos, Antônio Pereira Ignácio, imigrante Português, assumiu a direção da empresa, localizada em Votorantim, distrito de Sorocaba. Essa primeira unidade fabril recebeu o nome de *Sociedade Anônima Fábrica Votorantim*, tornando-se o marco histórico deste grupo empresarial, que nos anos seguintes expandiu sua atuação para os setores produtivos de cimento, cal e nitroquímica destinada à produção de fibras sintéticas. Para detalhes sobre o grupo, ver o site: www.memoriavotorantim.com.br

industrial. Tudo leva a crer que foi uma estratégia política distinta daquela usada pela Klabin, porém menos eficaz nos resultados práticos.

A Klabin partiu de uma tentativa de combinar, desde os anos 1930, uma ativa participação no Estado através do complexo institucional sociedade civil / sociedade política, o que foi essencial para que a empresa obtivesse uma posição de dominação política que lhe assegurou as condições para enfrentar e vencer a oposição criada pelo grupo Matarazzo. Conforme já mencionamos, os métodos através dos quais a KIC buscou efetuar uma ampla ação política muito bem lastreada nas relações sociais que se davam na sociedade civil partindo de relações informais que muitas vezes se apresentavam no campo da amizade com poderosos aliados. Criando assim um sentido cordial as alianças políticas obtidas. Buscando analisar o papel desempenhado pelas amizades como relações sociais que, no campo de informalidade, têm um peso expressivo nas relações entre política e interesses empresariais, partimos de uma interpretação a partir do conceito de capital social, elaborado por Pierre Bourdieu. Com isso, interpretamos o círculo social com o qual os empresários da Klabin e seus familiares se relacionavam como constituindo um capital simbólico que o grupo usou, potencialmente, como capital político acumulado para a formação de uma sólida base social para a conquista da hegemonia.

Um exemplo sobre a articulação entre relações sociais que, no campo da informalidade, constituem um capital social capaz de se tornar em capital político para interferir favoravelmente nas relações empresariais da *Klabin Irmãos & Cia* teve como agente a Sr^a Maria Luisa Sales Lafer (Mimi Lafer) – esposa de Horácio Lafer. Ainda em 1944 a senhora Maria Luisa Lafer organizou em sua casa, a pedido de Francisco de Assis Chateaubriand, um jantar para receber os visitantes que o acompanhariam. Eram o embaixador Sir Noel Charles e sua esposa e o visconde de Carlow. Quando chegou para o jantar acompanhado dos visitantes, Assis Chateaubriand foi surpreendido pela reação da senhora Lafer, que ele assim descreveu:

Quando cheguei para o jantar, trazendo em minha companhia lady Carles, o esposo e Carlow, o admirável e sempre lembrado Carlow. Mimi Lafer, olhando as paredes nuas da sua casa normanda do Jardim Europa, foi-nos dizendo, entre sarcástica e furiosa:

‘Está olhando estas paredes, nuas, sem um quadro, ainda que de um pintor secundário, e essas vitrines sem um bibelô de

qualidade? Você é o único responsável pela penúria desta casa, e ainda se permite trazer aqui embaixadores.’³⁰²

Ao atribuir responsabilidade a Chateaubriand pelo estado simples em que se achava, aos seus olhos de anfitriã, a decoração de sua casa, a senhora Lafer se referia ao fato de o marido não poder dispor de muitos recursos financeiros para a decoração devido ao seu investimento em Monte Alegre. Entretanto, para além de indignação de Maria Luisa Lafer, interessa-nos explorar o sentido político da recepção oferecida por ela para os convidados do empresário que era um dos mais poderosos aliados do grupo Klabin, do qual seu marido era sócio e uma das principais lideranças empresariais. Entendemos a Klabin como representante de uma poderosa fração de classe industrial, inserida no contexto da luta de classes. Neste caso, as relações políticas possuem um sentido bastante amplo e se processam inclusive através das relações sociais que se dão no círculo da informalidade. Mais do que um simples amigo, Francisco de Assis Chateaubriand cumpria papéis importantes para o grupo: era o aliado, o protetor e o mediador. Coube a este empresário e dono de um império editorial muito da exaltação e difusão do mito empreendedor da Klabin, difundida através dos veículos dos Diários Associados. Em 8 de julho de 1947, um artigo escrito por Chateaubriand, chamado ‘Os Novos Pobres da Guerra’, sobre a construção das IKPC afirmava:

Em seis anos, o capital com que o dinamismo brasileiro aquinhou este fragmento de sertão é de estarrecer. Nem Ford, no Tapajós, atingiu o que Klabin plantou e lá está colhendo, no Tibagi. Nunca tão poucos produziram tanto, em tão curto lapso de tempo. Quando se considera o ativo da Monte Alegre, realizado em 6 anos, cumpre não esquecer o período de guerra, sendo a parte do começo, que foi a mais dura, alcançada na plenitude da campanha submarina, com os alemães pondo no fundo do mar milhares de toneladas de máquinas, que vinham para o valioso conjunto fabril.³⁰³

O artigo chama a atenção para os riscos enfrentados pela KIC ao investir na construção do seu complexo urbano-fabril no Paraná durante a Segunda Guerra Mundial, exaltando a dimensão do empreendimento. A Klabin, entretanto, dificilmente teria conseguido êxito em seu projeto industrial no Paraná se não tivesse contado com o subsídio Estatal para criar condições favoráveis ao capital investido em Monte Alegre, sob o mecenato de Getúlio Vargas e Manuel Ribas. O empréstimo do Banco do Brasil,

³⁰²CHATEAUBRIAND, 2000, p. 524. Vol. 24. Artigos publicados em 1947.

³⁰³CHATEAUBRIAND, 2000, p. 536. Vol. 24. Artigos publicados em 1947.

que – segundo Assis Chateaubriand – era de 97 milhões de cruzeiros, representava o grau de participação do estado como um dos financiadores das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose. Assim, Chateaubriand menciona o envolvimento do estado para incentivar as IKPC:

Depois de Volta Redonda, Klabin Irmãos S.A. do Paraná é o maior empreendimento a que jamais alguém se abalçou no Brasil. Nenhuma fábrica nossa até hoje, custou 400 milhões de cruzeiros. A diferença entre Volta Redonda e a usina de papel e celulose de Klabin é que Volta Redonda está quase no litoral servida por uma estrada de ferro (...) tendo ao lado dois distritos industriais como Rio e São Paulo, que a ajudaram em tudo por tudo. Klabin Irmãos do Pará S.A. foi plantada em pleno sertão, como uma flor de estufa, em meio onde lhe faltava tudo, desde força até estrada de ferro e de rodagem. A iniciativa privada teve que prover tudo aqui. O Estado não tinha nada e o Município muito menos.³⁰⁴

Não obstante as palavras do empresário em seu artigo, com o propósito de exaltar a iniciativa privada do grupo Klabin por ter investido nas IKPC, ele exagerava quanto a ausência de colaboração Estado, pois conforme foi visto, tanto Getúlio Vargas quanto Manuel Ribas foram grandes colaboradores do grupo. Do ponto de vista político, o artigo buscava evitar que se evidenciasse qualquer ligação entre Klabin e o governo Vargas, mormente o Estado Novo. No período em que Horácio Lafer retomava com todo fôlego suas atividades como deputado, era estratégico afastar a idéia de que o Estado foi um grande incentivador da construção do complexo urbano-industrial de Klabin no Paraná. No entanto, ancorando a construção do mito do burguês empreendedor e visionário, estão as relações sociais entre classes empresariais e o Estado, e estas são fundamentalmente políticas. Essas relações permitiram as IKPC encontrar na sociedade política um mercado consumidor para sua produção de bobinas de papel imprensa. No período de agosto de 1947 até 23 de maio de 1949, a firma *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A* foi fornecedora de “todo o papel calandro para jornal, consumido na impressão dos diários oficiais”, conforme informa uma carta do Ministério de Justiça e Negócios Interiores a firma *Jorge Pereira & Cia Ltda.*³⁰⁵

Conforme temos nos empenhado em demonstrar, a Klabin sabia que a para assegurar as condições favoráveis aos interesses do seu complexo empresarial seria preciso uma sistemática atuação no complexo institucional que formava o aparelho de

³⁰⁴CHATEAUBRIAND, 2000, p. 538. Vol. 24. Artigos publicados em 1947.

³⁰⁵ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Estado. Como deputado Horácio Lafer exerceu participação ativa em assuntos relativos a questões orçamentárias. Conforme veremos mais adiante. No que se refere à expansão da empresa KIC, foi essencial ao grupo a estratégia de associar seu capital a empresários que não estavam restritos à família Klabin, como foi o caso da sociedade com a firma *Monteiro Aranha Cia Ltda*, que ainda em novembro de 1940 tornou-se sócia das IKPC S/A, entrando com 20% do capital investido através da compra de 5.980 ações desta empresa industrial.³⁰⁶ Diferentemente da concorrente *I.R.F. Matarazzo*, a Klabin foi mais hábil ao fortalecer seu poder econômico e político por meio da associação ao capital de outros grupos empresariais. A análise dos matrimônios realizados mostra que enquanto quase todos os filhos do fundador conde Francisco Matarazzo tenha se casado com italianos, casando-se duas filhas do conde com príncipes italianos³⁰⁷, o grupo empresarial Klabin não restringiu as relações sociais a princípios étnicos. O afastamento desse princípio mostrou-se, como tudo leva a crer, uma necessidade política e econômica. O que explica a entrada na sociedade de um grupo empresarial não judeu, conforme o Monteiro Aranha, quando existiam grupos empresariais judeus como os Simonsen.

Não obstante Chateaubriand se dispusesse a utilizar o poder de seu império editorial para reforçar a imagem dos empresários da Klabin como sendo os empreendedores que, contando apenas com o suor de seu trabalho e a tenacidade corajosa dos visionários, “plantaram” no meio de uma região isolada no Paraná o complexo urbano-fábrica de Monte Alegre. No mesmo artigo supracitado, publicado em 8 de julho de 1947, o empresário construtor de mitos se contradiz ao explicitar a participação de Getúlio Vargas no apoio à construção desta cidade empresa da Klabin no Paraná:

O Banco do Brasil só emprestou 97 milhões de cruzeiros. Tudo mais saiu do couro e do sangue de Klabin Irmãos, que devem ter nervos metalizados para sofrer 72 meses de expiação. Na guerra, enquanto toda gente se enriquecia, levava vida feliz e farta, só os Klabins sofriam os tormentos deste gigantesco parto, grande demais, é verdade, caber dentro do ventre de uma só família. Fui o autor do conúbio. Levei-os um dia a Getúlio Vargas para que o ditador lhes fecundasse o ventre com este gigantesco filho.³⁰⁸

³⁰⁶CONY e LAMARÃO, 2001, p. 130.

³⁰⁷SOUZA MARTINS, 1967, p. 56.

³⁰⁸CHATEAUBRIAND, 2000, p. 538-539. Vol. 24. Artigos publicados em 1947.

Com o afastamento do chefe do governo e habilidoso “jardineiro” que ajudou a Klabin a “plantar” no Estado do Paraná as IKPC S/A e a redefinição do bloco no poder após 1945, somente uma ação direta no Estado através de sociedade política poderia criar as condições que assegurassem ao grupo a possibilidade de continuar a dispor do financiamento do Estado. O que fez com que o deputado Horácio Lafer desempenhasse uma ativa participação política em questões referentes à situação financeira do Estado no Brasil. Defensor do equilíbrio orçamentário, Lafer preocupava-se com a conjuntura econômica do pós-guerra e de sua repercussão sobre a economia brasileira. Durante sessão realizada em 12 de dezembro de 1947, com o propósito de discutir a “situação orçamentária, econômica e financeira do país”, este industrial apresentou as seguintes considerações:

Não somos daqueles que sustentam que o déficit é o desastre irremediável na vida de uma nação. Em países novos, as necessidades de ordem pública crescem em ritmo mais acelerado que a receita, e muitas vezes se justifica um empréstimo sobre o futuro, que é a consequência e a característica do déficit. O seu maior ou menor malefício advém somente da oportunidade. Em épocas de depressão de emprego e de preços, a execução de um programa acima das possibilidades orçamentárias pode constituir um imperativo. Nos períodos de inflação, de super-emprego e alta de custo de vida, o déficit, reclamando emissões, se transformará em perigo social.

O Brasil atravessa agora um ciclo decorrente da guerra, no qual os preços, como em quase todos os países do mundo, se elevaram em uma tendência de alta que até há pouco foi contínua, e que deve ser combatida. Um dos meios é evitar emissões para males orçamentários, reservando o numerário para amparar e forçar o aumento de produção, que é medida das mais aconselháveis para combater a inflação.

Assim, a Câmara dos Deputados apresentou 6 bilhões de cruzeiros de pedidos de verbas, e o Senado Federal aprovou mais de 215.657.863. A Câmara tinha que se opor a 6 bilhões e 600 milhões e enfrentar as despesas pedidas, a fim de obter o equilíbrio orçamentário. Este problema foi resolvido com uma orientação firme e corajosa. Das emendas da Câmara, somente 804.908.878 milhões de cruzeiros ou 13,4% foram aprovadas (incluindo retificações e acréscimos por fatores advindos no correr do ano) e das do Senado, 124.020.605 ou 57,5% também o foram, perfazendo um aumento geral de 228.000.400.³⁰⁹

As preocupações de Lafer com o déficit orçamentário assim como sua postura favorável a participação do capital estrangeiro como financiador de empresas nacionais eram compartilhadas pelo Ministro da Fazenda Pedro Luis Correia e

³⁰⁹LAFER, 1988, pp. 317-318.

Castro.³¹⁰ Ainda em 1946, em relatório apresentado ao Presidente Dutra, o Ministro da Fazenda chamou a atenção para os déficits orçamentários resultantes, entre outras coisas, da “necessidade de financiar a exportação”, contribuindo assim para o aumento do meio circulante. Segundo relatório desse Ministro:

O exercício de 1946 foi iniciado com déficit superior a três bilhões de cruzeiros, sendo que mais de dois bilhões correspondiam ao aumento de vencimentos dos servidores do Estado, autorizado pelo Decreto-lei nº 8.512, de 31 de janeiro de 1945. (...) Essa importância foi coberta pelo Banco do Brasil que, para esse fim, teve de recorrer à Carteira de Redescontos.

Assim, por força das circunstâncias, mais uma vez foi necessário lançar mão de emissões de papel-moeda para cobrir o déficit orçamentário. O valor total de papel-moeda emitido, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 1946, foi de Cr\$ 2.958.862.091,00.³¹¹

Não é de estranhar que, em artigo publicado no *Digesto Econômico* de junho de 1950, Horácio Lafer propusesse um corte na despesa através da redução dos funcionários federais, pois segundo ele “a despesa com o pessoal ativo totalizava 40% da despesa geral da União.”³¹² Com a participação de lideranças orgânicas da classe industrial na Pasta da Fazenda os empresários industriais buscavam assegurar a implementação de uma política econômica que fosse favorável aos seus respectivos interesses. Em seu relatório referente ao exercício de 1946, Correia e Castro, Ministro da Fazenda, assim manifestava a sua preocupação com os interesses da indústria:

A nossa indústria está necessitando de aparelhamento mecânico moderno, em substituição às antigas máquinas, desgastadas pelo uso e, muitas, já em desuso nos países de origem pelo seu pequeno rendimento. Esta é a razão principal por que produzimos pouco e por preço elevado.

Se, além de adquirir novas máquinas mais aperfeiçoadas, mecanizarmos completamente a indústria, economizando o mais possível o trabalho individual, não somente sobrarão braços para

³¹⁰Correia e Castro esteve no exercício do cargo de 21/10/1946 a 10/6/1949, quando deixou o cargo em função de uma polêmica suscitada devido ao memorial que ela apresentou a John Snyder, ligado a Missão Abbink. O conteúdo do memorial, que dissertava sobre a importância de capitais externos para o desenvolvimento do país, foi considerado ofensivo por classes sociais contrárias ao envolvimento do capital estrangeiro. Cabe ressaltar que Correia e Castro era empresário ligado a indústria petrolífera e controlava a *Refinaria de Exploração de Petróleo União S/A*. Como empresário do setor petrolífero, ele estava vinculado a empresa petrolífera norte-americana *Gulf Oil Corporation*, que fornecia óleo cru para sua refinaria. Cf. Biografia em DHBB.

³¹¹CORRÊA E CASTRO, Pedro. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Gen. Eurico Gaspar Dutra pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Pedro Luiz Corrêa e Castro. Exercício de 1946**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948. pp. 7-8.

³¹²LAFER, 1988, p. 31.

novas indústrias, como ainda teremos a produção industrial elevada e o preço de custo reduzido.³¹³

Quanto a Klabin, sua estratégia política para ascensão no Estado Capitalista permanecia fundamentada na atuação desempenhada pela dupla Wolff-Horácio, que na condição de executores de uma engenharia social de hegemonia, preparavam as condições pelas quais dar-se-ia a ascensão da *Klabin Irmãos & Cia* aos postos de comando através da ativa participação desses burgueses nos aparelhos de Estado. Não é demais lembrar que a atuação desempenhada por essas lideranças orgânicas da KIC tinha vínculos sociais com frações industriais e, por conseguinte, deve ser entendida em sua relação na luta política pela hegemonia no contexto em que a burguesia industrial, a partir de sua identidade social, que é uma identidade de classe, organizava-se no campo de lutas para ocupar espaços sociais estratégicos nas instituições da sociedade política de modo e criar condições políticas para organizar, sob a sua hegemonia, o poder no Estado. Preparavam as bases para um ordenamento político a partir do qual as lideranças industriais fossem capazes de fortalecer e organizar a coesão social entre as frações de classe para sua expansão política rumo a condição de classe dirigente do Estado burguês. Nesse sentido, cabe reafirmar a importância estratégica de Horácio Lafer para o grupo Klabin neste processo. O fragmento do relatório supracitado no qual o Ministro Correa e Castro expôs as necessidades da classe industrial, converge com as considerações feitas pelo deputado Lafer em seu discurso na sessão de 09 de outubro de 1946, abordando os problemas políticos e econômico-sociais enfrentados pela indústria:

A Assembléia Constituinte resolveu com grande brilho o problema que chamaremos de jurídico; implantou a democracia como regime, firmou os direitos, impôs os deveres e colocou a todos, e cada um de nós, sob a mesma égide da lei e da justiça. Banido o arbítrio, impossibilitada a tirania, o Brasil pode marchar glorioso na ampla e firme estrada da legalidade.

Mas, Sr. Presidente, o problema jurídico, ainda que básico, não é a panacéia milagrosa que solucionará as nossas dificuldades. Dois aspectos cruciantes da atualidade reclamam a nossa atenção: o problema econômico-financeiro e o social.

O encarecimento excessivo do custo de vida, o surto inflacionário, a escassez ou a má distribuição de artigos essenciais ao consumo do nosso povo afligem e torturam as maiores camadas da população brasileira.

Quanto à inflação, os seus dois fatores máximos estão fixados: a compra das letras de exportação e os déficits orçamentários. A

³¹³CORRÊA E CASTRO, Pedro Luis. **Relatório Apresentado ao Exmº Sr. Presidente da República Gen. Eurico Gaspar Dutra pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Pedro Luiz Corrêa e Castro. Exercício de 1946.** Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948. p. 11.

sábia providência do congelamento dos 20% das letras de exportação resolve o primeiro aspecto.

Resta que a Câmara dos Deputados enfrente, com tenacidade, o problema do déficit, estudando com urgência e coragem a proposta orçamentária. Como combate à inflação, para evitar maior encarecimento da vida do povo brasileiro, o dever precípua do Poder Legislativo é hoje o exame e a aprovação rápida da lei de meios para o próximo exercício.

Quanto ao problema econômico, Sr Presidente, ficou demonstrado que o reequilíbrio brasileiro só será obtido com o aumento da produção nacional. Solidificar a confiança entre Governo e povo, estimular os que produzem, promover o amparo e fomento das forças produtivas – eis a chave que resolverá o nosso problema econômico. (...)

Quanto à indústria, Sr. Presidente, impõe-se o reequipamento do maquinário desgastado pelo uso intensivo. A Comissão de Comércio e Indústria deverá verificar quais as providências necessárias que facilitem reequipamento, modernização, melhoria e aumento do nosso parque industrial. Mas esses dois objetivos não poderão ser alcançados se, paralelamente, não resolvermos a situação de dois outros setores importantes: a mão-de-obra abundante e o transporte fácil e eficiente. À Comissão de Transportes incumbe o estudo e a planificação de aparelhamento de transportes que o Brasil reclama.³¹⁴

A democracia a qual Lafer se referia era, inegavelmente, a burguesa. Que tinha na democracia restringida em vigor no governo Dutra a permanência do exercício da tutela de estruturas Autoritárias sobre a sociedade civil, garantindo assim a ordem social nos mundos do trabalho gestados pela burguesia. A preocupação do referido deputado não era somente econômica, mas social e política, posto que suas dimensões faziam parte de um projeto de classe, que se apresentava como fórum de interesse nacional. A burguesia industrial fazia-se, gradativamente, classe dirigente no próprio Estado. Assim, seus interesses eram apresentados como os da nação brasileira, que somente poderia prosperar com a implementação do projeto burguês industrial para o Brasil e, para ser mais exato, guiada pela hegemonia dessa classe. No que se refere a aquisição de novas máquinas para a indústria, o discurso de Lafer tratava de afirmar que não bastava tão somente a compra de equipamentos, mas que estava diretamente relacionado com a questão da planificação e aparelhamento do transporte e da mão-de-obra. Com a conclusão inauguração das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A*, era preciso assegurar que o capital investido durante o período de guerra não perdesse seu valor diante de competidores que, com as facilidades de importação do pós-guerra, investissem em fábricas mais modernas. Era preciso, assim, garantir ao complexo urbano-fábrica das IKPC S/A não apenas máquinas e equipamentos atualizados, como

³¹⁴LAFER, 1988, pp. 249-250.

ainda a manutenção do sistema de transporte que viabilizava o escoamento da sua produção.

Em 1946, com a instalação de seus primeiros equipamentos, Klabin do Paraná inicia a produção de celulose e pasta mecânica – matérias-primas para o papel imprensa e, em seguida, de forma integrada, começa a fabricar papéis.

Novos tipos de celulose, como a semiquímica e a sulfato, começaram a ser fabricados nos anos seguintes, a fim de expandir a produção de papéis para atender aos diversos segmentos de mercado.

Klabin do Paraná se notabilizou no setor pela adoção e desenvolvimento de tecnologias modernas, como a recuperação química e térmica, processos integrados que permitiram significativo aprimoramento da qualidade do papel nacional.

Desta forma, mais do que a variedade dos produtos oferecidos, Klabin do Paraná tornou-se a base fundamental para o desenvolvimento do grupo.³¹⁵

A expansão empresarial do grupo se relacionava diretamente com a ativa participação de Horácio Lafer como deputado classista, o que implicava sua participação no exercício de uma atividade organizadora da vontade política da burguesia industrial. O burguês industrial no exercício efetivo de liderança do PSD, partido que era a maioria no Congresso e que era base de apoio do governo Dutra. Nesta condição Lafer era um coordenador da força política das classes sociais que, sob a legenda deste partido, lutavam ocupar os espaços institucionais que asseguravam a hegemonia no aparelho de Estado. No entanto, não devemos pensar que a orientação política seguida pelas classes industriais que lutavam pela condição de classe dirigente na superestrutura jurídico-política do Estado partia exclusivamente das legendas partidárias. A organização da vontade política da classe, com o propósito de formar uma adesão orgânica a partir da qual fosse possível organizar a força social e convertê-la em poder político, contava com participação fundamental dos aparelhos privados de classe, onde a burguesia industrial cerrava fileiras com o propósito de delimitar quais intelectuais orgânicos assumiriam a tarefa de liderar, nas diversas frentes institucionais do complexo sociedade civil / sociedade política, a engenharia político-social de hegemonia.

Ao participarem ativamente das associações de classe industrial e das instituições da sociedade política, Horácio Lafer e Wolff Klabin desempenhavam a

³¹⁵ **60 Anos de Klabin do Paraná.** s.d. p. 8. Publicação Comemorativa. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

função ético-política de empresários industriais a frente da luta política pela condição de líderes de uma fração da burguesia industrial na sua batalha para fazer-se classe dirigente no Estado. Sabemos que Wolff desempenhou, na sociedade civil, uma ação política estratégica para a expansão do poder político e econômico do complexo empresarial da KIC. As trajetórias dos primos e sócios Wolff e Horácio se complementam no que se refere às estratégias para a construção da hegemonia. Cabe ressaltar que no que se refere à luta econômica, as pressões das classes industriais encontravam, sobretudo entre 1948 e 1952, resposta as suas demandas através do relativo controle que a política cambial exerceu sobre as importações, sustentando as taxas de cambio e subsidiando, com isso, as importações industriais.³¹⁶ Para uma análise do processo de luta entre as classes industriais pela hegemonia no Estado durante o quinquênio de 1946-1951, há que se considerar que entre os ministros que assumiram a pasta da Fazenda no período, três eram provenientes da burguesia industrial.³¹⁷

Considerando que o aparelho de Estado cumpre papel central na dominação política de uma classe social sobre as outras e, por conseguinte, na conquista e manutenção da hegemonia, a participação dos burgueses industriais supracitados nesse processo precisa ser pensada a partir das relações sociais estabelecidas por ambos no complexo institucional sociedade civil / sociedade política, ossatura política do Estado Ampliado. O Lafer parlamentar mostrou-se muito preocupado, entre outras questões, com o orçamento e as finanças do Estado, conforme pode ser constatado na análise de seus discursos. Como político e empresário, ele era defensor do planejamento Estatal para o orçamento, para controle das verbas disponíveis. Sendo que cabia ao Legislativo estabelecer os parâmetros para questões orçamentárias. Em sessão realizada em 12 de dezembro de 1947, Lafer afirmou que:

O orçamento traduz um plano de governo. Aprovado este, as verbas orçamentárias a ele se aplicam. Na sua falta, porém, surgem propostas de verbas para serviços esparsos, sem uma visão de conjunto. Obras em andamento não se terminam, e outras se iniciam para também permanecerem inacabadas. Corajosamente deveríamos reservar qualquer disponibilidade orçamentária para terminar o que estivesse em curso, e então atacar novas, decorrentes de um plano previamente aprovado. (Muito bem!) Neste estudo, a preferência devia caber àqueles de caráter

³¹⁶LEOPOLDI, 2000, p. 184.

³¹⁷Além do já mencionado Pedro Luis Correia e Castro, destacamos Manoel Guilherme da Silveira Filho, industrial do setor têxtil: *Companhia Progresso Industrial Fábrica Bangu*, que esteve no exercício do cargo de 10/6/1949 a 31/1/1951 e Horácio Lafer, que exerceu o cargo de 1/2/1951 a 15/6/1953. Cf Biografias no DHBB.

reprodutivo mais rápido, embora uma percentagem razoável fosse reservada para finalidades mais remotas ou intuito não material. (Muito bem!) O encarecimento de custo das obras, devido a verbas insuficientes, é um prejuízo para a Nação. A manutenção deve preponderar sobre a criação. Não adianta aumentar ou criar novas obras ao preço do desmantelamento das que já possuímos. Há estradas de ferro que mal funcionam por falta de aparelhamento e construímos outras; há hospitais quase despidos de recursos, e abandonam-se estes para construir outros; há estradas de rodagem quase intransitáveis e em vésperas de desaparecerem por falta de conservação, e novas surgem. (Muito bem!).³¹⁸

A preocupação deste deputado classista com a manutenção da infraestrutura, principalmente no que se referia as ferrovias e rodovias, vinha de encontro a necessidade de assegurar as IKPC S/A a preservação das “artérias viárias” pelas quais circulavam artigos produzidos e/ou adquiridos pela empresa. Para tanto, Lafer e outros burgueses industriais buscavam um plano orçamentário que garantisse recursos financeiros para a manutenção de rodovias e ferrovias. Cabendo ressaltar que em 1947 Horácio Lafer assumiu a função de diretor-administrativo das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A*.³¹⁹ Durante a luta travada pelo grupo empresarial Klabin pela condição de liderança de uma fração da classe industrial hegemônica no Estado dava ao grupo prestígio político. Não é estranho o fato de que, mesmo após o encerramento do Estado Novo, Wolff Klabin não tenha se afastado de Getúlio Vargas, mantendo-se na órbita deste. Vargas candidatou-se a deputado e senador em vários Estados, elegendo-se pelo Rio Grande (PSD), e em São Paulo (PTB), escolhendo exercer o mandato pelo Rio Grande do Sul.³²⁰ Provável que, no segundo governo Vargas, a indicação de Horácio Lafer para a pasta da Fazenda tenha uma certa influência de Wolff, que recebeu Getúlio para um churrasco em sua casa na Granja das Araras em 1950.³²¹

Assim, podemos definir a prática política dos dois industriais supracitados convergia para firmar o grupo Klabin em uma posição hegemônica do bloco no poder, direcionando-se para uma posição de comando nas estruturas institucionais de um Estado capitalista cujo eixo econômico consolidava-se, gradativamente, na “estrutura produtiva de base urbano-industrial.”³²² A burguesia ligada as forças produtivas industriais buscava dar conteúdo oficial política ao seu poder político, o que precisava

³¹⁸LAFER, 1988, p. 323.

³¹⁹CONY e LAMARÃO. 2001, p. 146. Nota 5.

³²⁰RIBEIRO, 2001, p. 290. Vol. 1.

³²¹CONY e LAMARÃO. 2001, p. 158.

³²²OLIVEIRA, 2003, p. 35.

ser feito através do complexo institucional da sociedade política. Nessa conjuntura de crescente participação das “classes burguesas empresário-industriais”³²³ no Estado é que o grupo Klabin ganhou mais projeção política. Não é demais afirmar que a luta pela hegemonia ocorre entre classes sociais que disputam a condição de classe dirigente do poder político no Estado. Neste caso, sua forma política se dá, inevitavelmente, no campo da luta entre classes sociais e, por conseguinte, busca afirmar sua autoridade no poder institucional do Estado. Enquanto, na sociedade civil, Wolff Klabin fazia seus contatos políticos, Horácio Lafer buscava, no Congresso, agilizar questões referentes a uma política econômica de interesse da classe industrial. Assim, o deputado Lafer, na sessão de 12 de dezembro de 1947 afirmou que:

A instituição do regime de licença prévia, para importação, será a arma de defesa a que o Brasil terá de recorrer, seguindo o exemplo de quase todos os países do mundo. Se desviarmos as dívidas para importações de artigos supérfluos ou secundários, brevemente não teremos recursos para importar artigos essenciais, principalmente bens de capital de importação para o reequipamento do nosso território.

A Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil assume, no momento, uma importância excepcional. Do funcionamento racional e severa orientação dessa Carteira dependerá, em boa parte, a posição do nosso balanço comercial com o exterior.³²⁴

Na mesma sessão, Lafer (1988:336) frisava a importância de se criar uma política financeira destinada a atender as demandas dos industriais. Ele afirmou que a “manutenção da produção” naquela conjuntura dependia “sensivelmente do financiamento que for proporcionado aos produtores.” Fazendo considerações comparativas sobre a industrialização no Brasil e Argentina, ele afirmou que:

No setor industrial devemos incentivar o reequipamento de nossas fábricas e estudar a criação de algumas indústrias básicas. Na Argentina, dadas as condições da terra e do clima, desenvolveu-se inicialmente a agricultura. Agora aquele país se industrializa em ritmo acelerado. O Brasil progrediu mais industrialmente. Cumpre agora cuidar preferencialmente da agricultura para restabelecer o equilíbrio necessário, cuidando, entretanto, de amparar e modernizar o parque industrial existente, riqueza nacional que não pode ser abandonada, pois constitui ainda o alicerce da garantia do povo brasileiro ante as incertezas do futuro e fator decisivo da prosperidade das finanças públicas e privadas.³²⁵

³²³Idem, 2003, p. 65.

³²⁴LAFER, 1988, pp. 335-336.

³²⁵LAFER, 1988, p. 339.

A expansão do grupo empresarial Klabin dava-se conjuntamente com a de seu poder político no Estado. O grupo evitava, assim, que houvesse uma defasagem entre a luta econômica e política, que seria prejudicial na luta pela hegemonia. Em relatório do grupo sobre a conjuntura do final do governo Dutra, mencionou-se que no “final dos anos 1940, a industrialização do país era um fato irreversível. A expansão urbana e de novas classes sociais eram conseqüências do crescimento econômico nacional.”³²⁶ Diante da convicção de que indústria estava assumindo, gradativamente, a liderança no campo econômico, a burguesia industrial concentrava seus esforços para, através das lideranças orgânicas das suas classes e frações, organizar e utilizar no Estado a vontade política da classe. O controle do poder de Estado era o grande objetivo a ser atingido. Wolff e Horácio eram dois expressivos líderes do grupo Klabin e representantes dos interesses de uma fração da burguesia industrial dos setores produtivos de celulose e papel. Devem ser pensados como intelectuais orgânicos e tiveram, portanto, ativa participação na organização das formas sociais e políticas dos interesses das classes industriais ligadas a *Klabin Irmãos & Cia.*

Como estamos procurando mostrar, embora a participação de Horácio Lafer no Legislativo tenha sido essencial para o grupo, seu papel político está relacionado ao desempenho de seu primo Wolff Klabin na sociedade civil. A amizade com o poderoso empresário e aliado Francisco de Assis Chateaubriand era uma dimensão política das relações sociais de Wolff, que eram centrais na luta pela hegemonia. Ao relatar em artigo publicado em setembro de 1948 sua visita a fábrica da Klabin no Paraná, em artigo chamado: “A Grandeza Heróica do Edifício Imperial”, Chateaubriand escrevia sobre a visita ocorrida no dia 2 de setembro de 1948, mencionando que passou “uma estada de três horas em Monte Alegre, onde a duquesa [Edmée de La Rochefoucauld] teve ensejo de almoçar e visitar a fábrica de papel imprensa e celulose dos Irmãos Klabin e de Olavo de Souza Aranha.”³²⁷ No longo texto, de caráter bastante descritivo o empresário publicista assim descreveu os detalhes da passagem com a aristocrata burguesa por Monte Alegre:

Foi só em viagem, depois de levantarmos o vôo de São Paulo
que lhe perguntei se, em vez de vir almoçar em Guairá [destino

³²⁶**Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999).** ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

³²⁷CHATEAUBRIND, 2000, p. 609. Vol. 25 – Artigos publicados em 1948.

inicial], não preferia descer do Tibaji, para visitar a admirável usina de papel que o gênio titânico de Wolff Klabin ergueu entre as araucárias daquele afluente do Paranapanema. Assim ele me respondeu:

‘Como então pensará você que recuse visitar uma fábrica de celulose quem há mais de vinte anos vive sentindo o cheiro de papel e tinta. É tudo o que os brasileiros me poderiam proporcionar de mais grato, de mais íntimo à minha sensibilidade esse contato com a terra virgem, que produz a árvore donde a técnica tira a fibra do papel.’

Ninguém nos esperava no aeroporto. Foi o tipo da surpresa a descida do DC-3 de Francisco Pignatari no campo de Monte Alegre. Filomeno, o guarda-campo, mal nos viu, precipitou-se para o telefone, pedindo automóveis para Lagoinha, distante 15 quilômetros da sede da vila maior da fábrica. Chegou o dr. Ladislau Rys, o novo administrador das Indústrias Klabin do Paraná, chegaram os seus assistentes, vieram vários outros amigos, e eles eram de tal sorte numerosos que em poucos minutos a família dos Horácios, o Lafer e o Klabin, e mais (...) Samuel e Wolff Klabin, se reuniram no Aeroporto, para receber nosso rancho de cinco pessoas.³²⁸

Ao levar a duquesa para visitar a fábrica em Monte Alegre, Assis Chateaubriand, ao que tudo indica, não estava tão somente preocupado em conduzi-la a um simples passeio, com a finalidade de instruí-la sobre o processo produtivo de celulose e papel. Seu objetivo estava, certamente, voltado para algo mais útil aos interesses do grupo Klabin do que uma simples visita ilustrativa sobre os métodos produtivos empregados na fabricação da celulose e do papel. Através de seu prestígio como empresário e jornalista influente, ele buscava uma pessoa que pudesse dispor de capital para investir no complexo urbano-industrial da Klabin, que na conjuntura da segunda metade dos anos 1940 pretendia assegurar a ampliação e manutenção da infraestrutura e a compra de bens de capital. Se por um lado, através da atuação de Horácio Lafer no Congresso, a KIC buscava assegurar que uma parcela desse capital viesse dos cofres do Estado, por outro, a partir dos contatos que Wolff e Samuel Klabin faziam na sociedade civil juntamente com o amigo Assis Chateaubriand, procurava contatar potenciais investidores provenientes da iniciativa privada. Durante a visita de duquesa a IKPC em Monte Alegre, o empresário dos Diários Associados fez a seguinte observação que durante sua visita à fábrica, a visitante

acabou perguntando como seria possível colocar capitais europeus numa indústria brasileira como a do papel, na qual enxergava, disse-me, tamanho futuro. Se a duquesa tem francos suíços e dólares americanos para aplicar no negócio do papel,

³²⁸CHATEAUBRIND, 2000, p. 609-610. Vol. 25. – Artigos publicados em 1948.

aqui, não sei. Mas que sentíamos qualquer coisa de metálico na sua paixão pela indústria do papel nacional, era evidente.³²⁹

Embora o grupo empresarial Klabin mantivesse hesito no campo empresarial, o que dava as IKPC o status de líder na produção de celulose e papel imprensa. O que não significa, de forma alguma, que esta empresa supria as necessidades nacionais. Mantinha-se, portanto, a importação de artigos de papel, como papel imprensa, papelão e outros artigos de papel. Os maiores fornecedores eram o Canadá e os Estados Unidos.³³⁰ A liberalização da importação foi um dos problemas enfrentados pelo grupo, pois em certos momentos o papel importado chegava pela “metade do preço do papel nacional.”³³¹ A importância da retomada da carreira de Horácio Lafer como deputado foi importante para a defesa dos interesses das frações da burguesia industrial do setor do papel, posto que a partir da Câmara dos Deputados podiam criar restrições a liberalização de importações, solicitando que fosse feito um estudo de cada caso sobre os artigos que seriam importados. Cabe ressaltar que o PSD, legenda partidária da qual Lafer era liderança, dispunha de larga maioria das cadeiras no parlamento no governo Dutra. Tendo, assim, condições de pressionar o executivo, se necessário, referente questões políticas contrárias aos interesses das classes ligadas ao partido. As IKPC tinham sua clientela, e o ano de 1948 indicava para a diretoria da empresa prosperidade nos negócios. Segundo Cony e Lamarão (2001:148), em agosto deste ano,

28 órgãos da imprensa carioca adquiriram papel da empresa, entre os quais: *O Cruzeiro*, *O Jornal*, *A Noite*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite*, *A Manhã*, *O Globo*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*. Em São Paulo, podiam ser citados *O Estado de S. Paulo*, *A Gazeta*, *Correio Paulistano*, *Imprensa Oficial* e *A Tribuna* (Santos). Nessa ocasião, as duas principais revendedoras da produção de papel da IKPC eram a *T. Janner* e a *S. A. Mercantil Anglo-Brasileira* (Samab).

Neste sentido, a defesa dos interesses empresariais não podia se restringir ao campo econômico, pois o problema não era de natureza puramente econômica. Seu conteúdo era político, porque a luta de classes sociais pela hegemonia é uma luta política. Assim como outros grupos industriais, a Klabin sabia disso. Suas atividades políticas, que tinham Wolff e Horácio como intelectuais orgânicos à frente da

³²⁹CHATEAUBRIND, 2000, p. 610. Vol. 25. – Artigos publicados em 1948.

³³⁰CONY e LAMARÃO. 2001, p. 149.

³³¹CONY e LAMARÃO. 2001, p. 148.

engenharia social da hegemonia, permitira-lhes consolidar sua posição de líder e representantes de uma fração de classe industrial que se tornou hegemônica nos campos estratégicos que formam o complexo institucional do poder no Estado.³³² Este processo não ocorreu sem conflitos, que foram travados entre as classes burguesas que disputavam a hegemonia no aparelho de Estado. Não esquecendo que como o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico de luta pelo poder, não bastava ocupar as instituições do poder formal e real de Estado para exercer o controle sobre ele.³³³ Para tanto, ao exercer uma ativa participação política na sociedade civil, tanto Wolff quanto Horácio buscavam ampliar os espaços estratégicos disponíveis para a luta pelo poder de Estado. Com isso, as relações de força davam-se na ossatura institucional que formavam o Estado ampliado a partir do complexo sociedade civil / sociedade política, do qual participavam ativamente as lideranças de burguesia industrial na luta pela hegemonia. No caso do grupo estudado, a estratégia política tinha como base a participação nas associações privadas da classe industrial e nos órgãos Estatais. Cujos principais executores da segunda geração de empresários associados a KIC foram Wolff Klabin e Horácio Lafer.

No que se refere à participação na política econômica do governo, a burguesia industrial buscava, através de sua atuação política na Câmara dos Deputados, aprovar medidas que facilitasse as empresas industriais à compra de equipamentos, máquinas e veículos essenciais ao funcionamento de sua estrutura produtiva. Segundo Leopoldi (2000:183), embora algumas análises das políticas econômicas implementadas no governo Dutra possam levar a suposição de que a burguesia industrial não tomou parte na sua elaboração, partindo da evidencia de que os industriais foram desfavorecidos pela política cambial de 1946 a 1948, não se pode esquecer que a indústria foi beneficiada pela política cambial e pelo controle de importações a partir de 1948, com o regime de licença previa. Em que pese o fato de não se tratar, segundo muitos autores, de uma medida propriamente industrializante, mas como uma política defensiva contra a crise cambial. Novamente, Lafer mostrou-se presente na discussão sobre quais artigos de importação deviam ter prioridade nos recursos do Estado. A queima de divisas para importar artigos supérfluos preocupava os industriais, que se esforçavam para que os recursos disponíveis nos cofres do Estado fossem gastos com

³³²POULANTZAS, 1985, pp. 159-160.

³³³POULANTZAS, 1985, pp. 159-160.

outros produtos, que atendiam aos seus interesses de classe. Assim, Horácio Lafer, em debate com Aliomar Baleeiro na sessão de 21 de setembro de 1948:

O Sr. Aliomar Baleeiro – (...) Fala-se muito em importação de bijuterias, ioiô etc., que V Ex^a sabe representa parcela mínima. Menos de 1% da importação.

O Sr. Horácio Lafer – Não, Deputado Baleeiro: O que sai de dinheiro deste Brasil, através da importação de automóveis de luxo e outras coisas perfeitamente supérfluas, é muito mais do que V. Ex^a supõe, ao ponto de extinguir todas as divisas em dólares que possuímos.

O Sr. Aliomar Baleeiro – O nobre orador acha que esses automóveis não virão?

O Sr. Horácio Lafer – Virão se tivermos divisas. Se isto não acontecer, aplicaremos as que tivermos na aquisição de trigo, de gasolina, de máquinas, mas nunca na compra de automóveis ‘Cadillac’.³³⁴

A preocupação de Lafer vinha de encontro a de outros burgueses industriais, que precisavam que uma parte dos recursos fosse usada na importação de produtos capazes de atender as necessidades do complexo urbano-industrial. A fábrica da Klabin em Monte Alegre era, como vimos, uma cidade-empresa, e precisava de veículos como caminhões, automóveis e tratores assegurar para assegurar seu funcionamento. Mesmo no que se referia ao transporte de passageiros, não seria preciso carros de luxo para atender a demanda da cidade de um complexo fabril. A ação política de classe industrial destinava suas preocupações para o setor da política econômica, resultando na nomeação dos industriais para a pasta da fazenda de 21/10/1946 a 15/6/1953. Horácio Lafer foi uma dos empresários industriais que ocupou a pasta, cujo exercício assumiu em 1º de fevereiro de 1951. A retomada de sua trajetória como deputado classista foi o ponto de partida para sua ascensão, posto que viabilizou que ele se destacasse como uma das principais lideranças industriais.

O empresário se fez político, e sua participação nas relações sociais entre classes dominantes no período pesquisado, do qual a burguesia industrial emergia como classe dirigente no Estado, que lhe deu um lugar de projeção nas relações políticas, ideológicas e econômicas.³³⁵ A luta pela hegemonia parte de relações de poder que são definidas na luta política entre classes, os empresários são agentes sociais de destaque nessa luta política. A participação ativa de Horácio Lafer como deputado em questões referentes às finanças e ao orçamento. Em sessão realizada em 2 de dezembro de 1949,

³³⁴LAFER, 1988, pp. 354-355.

³³⁵POULANTZAS, 1985, p. 168.

na qual se parlamentava sobre a situação orçamentária, econômica e financeira do país, Lafer declarou que

obras nacionais de grande importância vão sendo executadas com lentidão. Enquanto, por exemplo, no Ministério da Viação, ramais, linhas novas são construídas, as velhas não podem ser utilizadas porque faltam locomotivas, e os leitos não estão consolidados.³³⁶

A declaração feita pelo referido deputado vinha de encontro a necessidade de manter para as IKPC S/A a manutenção da infra-estrutura da qual ela se servia, sobretudo no que se referia em termos de ferrovia e rodovia. Se o maior propósito a ser atingido era a consolidação de uma posição estável no aparelho de Estado, isso não podia ser feito sem que se buscasse influenciar a política econômica do Estado colocando-a, cada vez mais, a serviço dos interesses da classe burguesa industrial. O que não significava, de forma alguma, deixar de atender aos interesses das outras classes que participavam do campo de luta na condição de classes dominantes. As relações políticas não se apresentavam exclusivamente por meio de órgãos oficiais do Estado, mas assumiam formas diversas que, por meio das relações sociais que emergem da sociedade civil, permitiram as lideranças orgânicas dos industriais formarem uma sólida base de sustentação ao seu poder político. Os vínculos de interesse e de amizade estabelecidos entre o grupo Klabin e Assis Chateaubriand formavam uma outra forma de relação política, que não é, a nosso entender, menos importante no processo de construção de hegemonia. Ao se referir a Wolff Klabin, o dono dos Diários Associados procurava descrevê-lo, através de seus artigos, como se fosse cercado por uma aura encantada. A ele sempre era atribuída uma virtude que o projetava a uma posição quase inatingível, algo que fundia a sua imagem humana a uma espécie de dádiva empreendedora que surgia a partir de um “mítico éter sobrenatural” inventado pela fértil imaginação Chateaubriand e produzido aos montes pelas rotativas do seu império editorial. Assim, em artigo publicado em 20 de março de 1949, o jornalista publicou:

Wolff Klabin. Este homem, de uma energia sobrenatural, tem mais de um bilhão de cifra de negócios. Sou seu amigo, e digo-lhes que o quero, como só quero a muito pouca gente. Nunca, mas

³³⁶LAFER, 1988, p. 365.

nunca, vi Wolff Klabin, sentado, a uma mesa, em trabalho. E dirige com êxito sem igual, estupendas empresas.³³⁷

Em seu artigo, Chateaubriand, um empresário que exaltava as maravilhas da livre iniciativa, buscava para inventar uma aura mítica para Wolff, a quem atribuía “o dom de mandar e [ser] obedecido.”³³⁸ Entretanto, por trás da invenção do mito do burguês empreendedor, estão as relações de poder, que se desenvolvem no circuito da luta entre classes sociais. Chateaubriand reafirmar a idéia de “dom”, buscava explicar o êxito empresarial da Klabin como resultado de uma vocação para a liderança, não considerando, portanto, sua dimensão política. Isso se explica, a nosso entender, a um interesse de negar um passado de vínculo orgânico com a imagem de Vargas e, assim, ao Estado Novo. Interpretando a atitude de Assis Chateaubriand como sendo, no plano simbólico, um desdobramento do capital político obtido pelo grupo empresarial no campo das relações sociais. Considerando que, segundo Bourdieu (2004:188), “o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele”, o artigo tinha como objetivo reforçar a confiança na liderança do grupo Klabin como um dos representantes políticos da burguesia industrial no Estado, através de sua participação nos organismos de poder da sociedade civil e política.

A confiança conquistada por Wolff Klabin e Horácio Lafer surge do capital social obtido pelo grupo, na forma de contatos, amizades e casamentos, cuja finalidade era ampliar as bases da hegemonia viabilizando, por conseguinte, condições mais estáveis para seu exercício e manutenção. Dessa forma, havia uma aproximação com frações de classe que ofereciam condições para a ascensão nos “diversos aparelhos e dispositivos de poder” de Estado.³³⁹ Com efeito, a atuação política dos dois empresários supracitados está vinculada organicamente, não sendo possível compreendê-las como partes desconexas no processo de luta política travada entre classes burguesas pela hegemonia no comando do Estado. Em sessão da Câmara de 25 de janeiro de 1949 o deputado Horácio Lafer discursou defendendo o planejamento econômico como medida tomada pelo Estado para a defesa da economia. Lafer argumentou favoravelmente ao Plano Salte como programa organizador que daria suporte a democracia. Ele afirmava que

³³⁷CHATEAUBRIND, 2000, p. 257. Vol. 26.

³³⁸CHATEAUBRIND, 2000, p. 257. Vol. 26.

³³⁹POULANTZAS, 1985, p. 170.

A planificação não era incompatível com a democracia. Pelo contrario, a democracia é liberdade dentro da ordem, e esta pressupõe programa e organização. Assim, evitar a improvisação, as soluções sem amanhã, a falta de continuidade e de sistema é fortalecer, através do progresso e da boa ordem, o regime. O Plano Salte tem o mérito de ser um plano de providências que procura resolver, dentro de um estudo de conjunto, os problemas relativos à saúde, transporte e energia. É um programa e é uma ordenação de despesas que nos orçamentos anuais dificilmente se obtém, já que no jogo das opiniões e ao sabor das possibilidades, programas se interrompem ou se modificam. Assim, é de se aplaudir esse esforço de planificação que, em boa hora, o Governo empreendeu. (...)

Desde a elaboração do Plano Salte até hoje, várias modificações ocorreram. Assim, cumpre atualizar a parte da receita do Plano, reestudá-la, adaptando-a à situação de hoje. Preliminarmente impõe-se uma opinião que o momento aconselha. O poder aquisitivo está aumentando sem correspondência no aumento da produção, e os preços mostram tendência para alta. Aumento de impostos, a não ser em casos específicos, para evitar déficits que obriguem a emissões prejudiciais, é promover maior alta nos preços e encarecimento da vida.³⁴⁰

A preocupação de Lafer em afirmar que não havia incompatibilidade entre planificação e democracia estava relacionada ao cuidado de evitar, numa delicada conjuntura política suscitada pelo mundo bipolar, que uma questão semântica causasse qualquer tipo de associação com planificação econômica da URSS. Com isso, ele defendia o Plano Salte como tradutor da política de planejamento e administração do Estado, com vistas a reformar estruturas que, a seu ver, “emperravam” o bom funcionamento da política econômica, atrapalhando o crescimento urbano-industrial. Ele entendia que, dentro do regime de prioridades do Plano, as obras deviam ser classificadas em sociais (relacionados à saúde, alimentação e assistência), e produtivas, vinculadas a questões de infra-estrutura, centrais aos interesses empresariais de manutenção e reprodução do capital. O que significava, sobretudo, definir quais as classes burguesas seriam contempladas com as verbas do Estado para as obras. Nesse caso, a definição de *economicamente improdutiva* tinha um caráter político, posto que o critério seguia a normas de interesse das classes dominantes. Como os recursos financeiros disponíveis pelo governo não podiam contemplar todos os setores empresariais, era preciso excluir alguns grupos empresariais para o benefício de outros. Quanto a isso, Lafer afirmava que

³⁴⁰LAFER, 1988, p. 393-394.

o Brasil não dispõe de recursos para obras economicamente improdutivas que não compensem o capital empregado (por exemplo, estradas de ferro e ramais onde não há produção que somente aumentarão déficits futuros, quando talvez estradas de rodagem fossem mais econômicas, coexistência dispensável ou adiável de construções de ferrovias e rodovias na mesma zona, multiplicidade de portos etc.) Neste particular o Plano Salte deveria sofrer modificações aconselháveis.³⁴¹

A luta política da burguesia industrial deu atenção especial a questão da política cambial, o que foi uma das formas usadas pelos industriais para defender seus interesses no que se referia a importação de bens de capital, bens de consumo, outros artigos de seu interesse. A discussão no que se referia às medidas que deviam orientar uma política cambial, de acordo com a burguesia industrial, tinha como princípio evitar que uma excessiva importação de artigos considerados supérfluos consumisse as divisas que deveriam ser usadas prioritariamente nos interesses do complexo produtivo urbano-industrial. O que, evidentemente, plenamente não excluía classes burguesas ligadas a atividades não fabris. Encontramos nos discursos de Horácio Lafer da sessão ocorrida em 5 de maio de 1949, elementos que indicam a preocupação do empresário com a questão cambial:

O Brasil tem necessidade quase ilimitada de importações. Estão aí as ferrovias reclamando locomotivas e eletrificação, a cachoeiras pedindo máquinas para gerar energia; as fábricas precisando se modernizar; a agricultura reclamando mecanização; aí está a sede de combustíveis, e assim milhares de necessidades urgentes e sérias. Temos que escolher entre bens de consumo, entre coisas essenciais e supérfluas, entre desordem cambial e programa.³⁴²

No relatório do Ministro da Fazenda Manoel Guilherme da Silveira Filho, referente ao ano de 1949, consta que nesse ano o volume físico em toneladas de artigos importados como, por exemplo, máquinas para conservar estradas (15 t.); peças para instalações elétricas (3 t.); trilhos e acessórios (6 t.); tubos de ferro e aço (51 t.); vagões para estradas de ferro (420 t.); locomotivas para estradas de ferro (50 t.); (papel (53 t.); celulose (96 t.); gasolina (1.415 t.) e óleos combustíveis – fluel e diesel (1.511 t.).³⁴³ A importação de tais artigos buscava atender as necessidades das classe burguesas que

³⁴¹LAFER, 1988, p. 395.

³⁴²LAFER, 1988, p. 488.

³⁴³SILVEIRA FILHO, Manoel Guilherme da. **Relatório Apresentado ao Exmº Sr. Presidente da República, General de Exército Eurico Gaspar Dutra pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Manoel Guilherme da Silveira Filho**. Exercício de 1949. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1951. Tabela da p. 91.

disputavam o poder do período Dutra, e se relacionavam com a política cambial voltada para compra de artigos solicitados para atender as demandas de uma economia cuja burguesia industrial lutava para dirigir a partir do comando do Estado. Os industriais buscavam criar normas a partir das quais pudessem estabelecer algumas condições de prioridade para a importação.

A definição das prioridades vinha de encontro aos interesses da burguesia industrial, uma vez que esta classe estava ocupando, através do ministro da Fazenda Manoel Guilherme de Silveira Filho, o órgão da sociedade política responsável pela organização e execução da política econômica do governo. A leitura do relatório desse ministro, referente ao exercício de 1949, apresenta considerações sobre o papel do Congresso na implementação das obras públicas previstas no Plano Salte. Segundo o ministro de Fazenda na sua prestação de contas ao Presidente Dutra:

O Congresso aprovou, há uns dez dias, uma autorização de despesa para melhoramentos ferroviários no Estado do Rio Grande do Sul, a ser coberta por meio da emissão de papel moeda.

Podemos dizer que o Plano Salte está sendo executado com emissão de papel moeda, além de vários outros empreendimentos. A construção da estrada de rodagem do Rio a São Paulo, por exemplo, tem exigido a utilização desses recursos.³⁴⁴

Assim, não obstante as possíveis restrições do ministro da Fazenda a se recorrer à emissão de papel moeda como recurso para financiar as obras, para além disso havia a necessidade das classes burguesas que, através do Congresso, buscavam soluções políticas para implementar as obras desejadas. Contradição está presente no fato de ser o ministro Silveira Filho um empresário industrial, o que implica na constatação de que, como industrial, ele não podia deixar de se identificar projetos que vinham de encontro ao interesse das classes burguesas no que se relacionava ao financiamento de obras para manter e/ou ampliar o complexo infra-estrutural. Para a Klabin a passagem dos anos 1940 para os 1950 significou um salto qualitativo na sua colocação no aparelho de Estado. A nomeação de Horácio Lafer para a pasta da Fazenda, no Segundo Governo Vargas, representou o momento da consagração do poder político deste grupo empresarial, que através de Lafer ocupou um assento em um dos postos de comando chave de sociedade política.

³⁴⁴SILVEIRA FILHO, Manoel Guilherme da. **Relatório Apresentado ao Exmº Sr. Presidente da República, General de Exército Eurico Gaspar Dutra pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Manoel Guilherme da Silveira Filho**. Exercício de 1949. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1951. pp. 65-66.

Assim sendo, a luta de classes pela hegemonia é travada no campo de luta política, e tem na conquista do poder de Estado o motor da contenda pelo poder. A trajetória das empresas Klabin, durante o período estudado, está inserida nessa dinâmica de luta pelo poder. A vitória sobre os Matarazzo, poderosos rivais da Klabin, deveu-se ao fato do êxito que os primos Horácio e Wolff construíram uma sólida rede de contatos, que através do capital social obtido no campo das relações sociais permitiu ao grupo conduzir seu poder para muito além dos limites de suas empresas. Na conjuntura que marcou a passagem dos anos 1940 para o início da década seguinte a burguesia industrial tomava consciência, cada vez mais, de que sua classe constituía “parte essencial do capitalismo”³⁴⁵ e entendia que, por conta disso, devia reivindicar uma participação no Estado na condição de classe hegemônica. A história social das empresas Klabin assim como a estratégica ocupação das instituições do complexo sociedade civil / sociedade política por Wolff e Horácio faz parte desse processo. Em 29 de outubro de 1951, na sala das sessões da Câmara dos Deputados, já na condição de Ministro da Fazenda, a convite do Presidente Vargas, Horácio Lafer apresentou um depoimento a Casa, a partir do qual podemos perceber o vínculo orgânico que havia entre o grupo empresarial Klabin e Getúlio Vargas: Segundo Lafer,

Convidado pela generosa confiança do Sr. Presidente Getúlio Vargas a ocupar a Pasta dos negócios de Fazenda, tenho a sensação, nos momentos de atenção descuidada, de que continuo o deputado que fui, com um dever a mais a cumprir; executar o programa do Senhor Presidente da República e defender as idéias que nesta Casa sempre enunciei.³⁴⁶

Analisando o conteúdo do discurso empregado, percebemos que ele não se dizia tão somente como executor do programa do Chefe do Executivo, marcava sua condição de defensor de princípios que, desde o exercício do mandato de deputado, defendia. Ao afirmar esse ponto ela marcou sua condição enquanto dirigente dos interesses de uma classe que tinha em vista um projeto político específico, com vistas a definir uma condição para o exercício estável de uma hegemonia. Para tanto, Lafer assumiu o Ministério da Fazenda na condição de sujeito político de uma classe social que, na conjuntura que se abriu nos anos 1950, fez-se hegemônica como classe dirigente no Estado Capitalista.

³⁴⁵GRAMSCI, 2004b, p. 322.

³⁴⁶LAFER, 1988, p. 557.

V - CONCLUSÃO

Em última análise, a história social das empresas Klabin durante o período pesquisado está profundamente relacionada com a luta política das frações burguesas pela hegemonia. O eixo dinâmico dessa luta de classes partia das relações de força entre as classes burguesas e suas frações pelo poder no Estado. A conjuntura que se abriu após 1930, com a crise de hegemonia da burguesia agro-mercantil cafeeira, fortaleceu ainda mais o poder político da burguesia industrial e, por conseguinte, criou as condições para que, através de suas lideranças orgânicas, esta classe exercesse uma participação política mais ativa no aparelho de Estado. A expansão do grupo empresarial Klabin ocorreu a partir dessa situação conjuntural, profundamente influenciada pela crise do paradigma político liberal.

A ação política de Horácio Lafer e Wolff Klabin durante os anos 1930-1945 orientou-se por uma ampla participação no complexo institucional sociedade civil / sociedade política. Através da sua participação em aparelhos privados da classe industrial esses empresários buscaram ampliar suas bases orgânicas e políticas aos diversos espaços da sociedade civil. Embora isso represente uma expressiva estratégia de construção da hegemonia, a Klabin não restringiu a sua atuação no campo de luta de classes a sociedade civil. Isso não bastava como estratégia política na luta pela hegemonia. Para tanto, foi essencial a forma pela qual o grupo atuou na sociedade política, com o objetivo de fazer-se dominante no arcabouço institucional do Estado.

Neste sentido, o período em que Horácio Lafer exerceu o mandato de deputado federal por São Paulo (1935-1937), relaciona-se com a necessidade do grupo de conquistar seu espaço em uma significativa instituição que, durante o interregno liberal que antecedeu ao Estado Novo, cumpria uma importante função política. A partir do golpe de Estado, embora tenha aberto mão de participar das estruturas políticas liberais em benefício de estabilidade social oferecida pelo Estado Autoritário, nem por

isso a burguesia industrial foi excluída da condição de classe politicamente participativa no aparelho de Estado. Wolff Klabin e Horácio Lafer, que já assumiam posição de destaque como representantes de uma fração de classe industrial, participaram ativamente do bloco no poder que emergiu naquela conjuntura.

O incentivo que a KIC obteve do Estado para a construção das IKPC período de 1930 a 1945 está relacionado à participação ativa destes burgueses industriais nas estruturas do Estado Novo. Durante esse período, o grupo encontrou na participação na sociedade civil um espaço estratégico para a luta política contra grupos rivais, a exemplo dos Matarazzo. Além de participarem de associações de classe como FIRJ e FIESP, os primos e sócios Wolff e Horácio foram muito habilidosos em obter, como aliados, Francisco de Assis Chateaubriand e Manuel Ribas. Contando com a ajuda destes influentes colaboradores, o grupo conseguiu apoio do Estado aos seus interesses de classe, o que foi essencial tanto para o investimento nas IKPC quanto para a construção de uma hegemonia.

No pós-1945, com o início do Governo Dutra, o grupo buscou retomar, através de Horácio Lafer, sua participação no Legislativo. Esse momento foi decisivo para que o grupo buscasse reconstruir condições para participar mais diretamente nos debates e decisões sobre as políticas do Estado. Ao retomar suas atividades como parlamentar, Lafer agiu no sentido de organizar, politicamente, a vontade política das frações de classes ligadas ao grupo Klabin. A nomeação de Lafer para a pasta da Fazenda no início do segundo governo Vargas representou a coroação da condição hegemônica do grupo, que assumia a liderança de uma fração da burguesia industrial.

Portanto, os anos 1950 representaram o período em que a burguesia industrial se tornou, assim, classe hegemônica no aparelho do Estado. A *Klabin Irmãos & Cia*, tendo Wolff e Horácio desempenhando o papel de intelectuais orgânicos no processo de dar dimensão política a vontade coletiva das frações burguesas associadas ao grupo, conseguiu vencer seus rivais no processo de construção-manutenção da hegemonia.

Referência Bibliográfica

A História da Indústria de Celulose e Papel no Brasil. Edição: Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel. s.d.

AZEVEDO AMARAL, Antônio Carlos do. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos.** 3ª ed. ampl. e atualizada. RJ: Nova Fronteira, 1999.

AZEVEDO AMARAL, Antonio José. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional.** José Olympio Editora, 1938.

BEAUCLAIR, Geraldo. **A Evolução do Sistema Financeiro na época Vargas.** Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1974.

_____ **Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860.** Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 7ª ed. – RJ, Bertrand Brasil, 2004.

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo.** 3ª ed – SP, Difel, s.d.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). RJ: FGV-CPDOC. s.d. – Versão Multimídia.

DINIZ, Eli. **Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945.** RJ: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli, Boschi, Renato Raul. **Empresariado nacional e Estado no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1978.

DRAIBE, Sonia, **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960.** RJ: Paz e Terra, 1985.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** – 5ª ed. SP: Globo, 2006.

FERNANDES, Hellê Velozo. **Monte Alegre, Cidade Papel.** SP: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1973.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

_____ **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Vol. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

_____ **Concepção Dialética da História**. RJ: Civilização Brasileira, 1991. – 9ª Edição.

_____ **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 4ª ed; Civilização Brasileira, RJ, 1980.

_____ **Escritos Políticos (1910-1920)**. Vol. 1. RJ: Civilização Brasileira, 2004.

_____ **Escritos Políticos (1920-1926)**. Vol. 2. RJ: Civilização Brasileira, 2004b.

_____ **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Círculo do Livro, 1981.

GOMES, Anápio. **Economia de guerra no Brasil: o que fez a Coordenação da Mobilização Econômica**. RJ: Imprensa Nacional, 1948. VI Vol. em V.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. SP, Cia das Letras, 1995.

HONOTARO, Cezar Teixeira. **O NOVO ESTADO NO ESTADO NOVO. (Análise da Interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro)**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. 1987.

_____ **O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

LANDES, David. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até os dias de hoje**. – 2ª ed., RJ: Elsevier / Campus, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- LEOPOPLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. SP: Paz e Terra, 2000.
- LEVY, Maria Barbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboço de história empresarial**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.
- LOBO, Eulália. **História Empresarial**. In: CARDOSO, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**, RJ: Campus, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Empresário e empresa na biografia do Conde Matarazzo**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1967.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário**. 6ª ed. RJ: Paz e Terra, 1997.
- MAZZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento**. RJ: Graal, 1985.
- MORAES, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século**. SP: Cia das Letras, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. Boitempo Editorial, 2003.
- PAIVA ABREU, Marcelo. **Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945**. In: PAIVA ABREU, Marcelo de (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. 18ª Tiragem, RJ: Elsevier-Campos, 1990.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. SP, Martins Fontes, 1977.
- _____ **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 2ª ed., RJ: Graal, 1985.
- RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas: o primeiro governo Vargas**. Vol. 1. RJ: Casa Jorge Editorial, 2001.
- SCHUMPETER, Joseph. **A resposta criadora na História Econômica**. In: LUCAS, Fábio (org.). **Economia e Ciências Sociais**. Zahar, Rio de Janeiro, 1969.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 12ª ed., RJ: Paz e Terra, 2000.
- SOUZA, Célia Aparecida de. **A Influência do IDORT na reconfiguração do Bloco no Poder durante o Estado Vargasista entre 1931 e 1937**. Dissertação apresentada ao

Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e à Comissão Julgadora como exigência parcial para obtenção do grau de mestre em História sob orientação da Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Vieira.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 2^o ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

VILLELA, Aníbal. SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)**. RJ, IPEA / INPES, 1973.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. SP, Brasiliense, 2000.

Fontes Primárias

ANAIS, ATAS E PARECERES

Atas da Assembléia Geral da Constituição da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal, 1937-1944; Atas da Assembléia Geral Ordinária da Federação Industrial do Rio de Janeiro, 1934-1938. Acervo da Biblioteca da Firjan.

Atas de reunião da diretoria do Banco do Estado do Paraná, realizadas de 14 de agosto de 1930 a 28 de fevereiro de 1941. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Atas e Pareceres (1937/1942). Volume XII da série Finanças do Brasil, RJ, Rodrigues & Co., 1943. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Conselho Federal do Comércio Exterior, 1937-1942. Lata: 453. Arquivo Nacional. Acervo da Biblioteca da Firjan. Federação Industrial do Rio de Janeiro.

Relatório da Diretoria da Federação Industrial: apresentado à Assembléia Geral Ordinária do Ano de 1934. Vol. II / Anais. RJ, Typ. do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1936. Acervo da Biblioteca da Firjan.

BOLETINS

Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Ano II, RJ, Junho de 1942, N^o 18.

Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Ano II, RJ, Julho de 1942, N^o 19.

Boletim da Manufatura, Ano 9, outubro-1956, nº 6. Edição Especial Comemorativa do Aniversário da Administração Klabin: 25 anos (1931-1956), **Manufatura Nacional de Porcelanas**. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Gerações Brasil. Boletim da Sociedade Genealógica Judaica do Brasil. Maio, 2000, Semestral, Vol. 9.

DEPOIMENTOS

KLABIN, Ema Gordon. Depoimento de 04 de Maio de 1992. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

DISCURSOS E DIÁRIOS

LAFER, Horácio. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1988 (Organização e Seleção de Celso Lafer).

VARGAS, Getúlio. **Diário (1937-1942)**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. Vol. II.

JORNAIS E PERIÓDICOS

Diário Carioca. Ano XX, 4-3-1947, N. 5.730. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

O Globo. 23 de Outubro de 1940. Arquivo O Globo. RJ.

A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. Revista Análise Econômica, ano 19, n. 36.

Klabin 100 Anos. Dezembro de 1999. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

60 Anos de Klabin do Paraná. s.d. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

CHATEAUBRIAND, Assis. **O Pensamento de Assis Chateaubriand**. Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 1998, Vol. 9. Artigos publicados em 1932.

_____ **O Pensamento de Assis Chateaubriand**. Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 1999, Vol. 15. Artigos publicados em 1938.

_____ **O Pensamento de Assis Chateaubriand**. Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 2000. Vol. 22. Artigos publicados em 1945.

_____ **O Pensamento de Assis Chateaubriand.** Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 1999. Vol. 23. Artigos publicados em 1946.

_____ **O Pensamento de Assis Chateaubriand.** Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 2000. Vol. 24. Artigos publicados em 1947.

_____ **O Pensamento de Assis Chateaubriand.** Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 2000. Vol. 25. Artigos publicados em 1948.

_____ **O Pensamento de Assis Chateaubriand.** Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 2000. Vol. 26. Artigos publicados em 1949.

MENSAGENS DO EXECUTIVO

Estado do Paraná. Mensagem Apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manuel Ribas a Assembléia Legislativa do Estado, ao Instalar-se a 1ª Legislatura da Segunda República, em 16 de Maio de 1935. Empresa Gráfica Paranaense, de Plácido e Silva & Cia Ltda, 1935. Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda do RJ.

República dos Estados Unidos do Brasil. Mensagem Apresentada ao Poder Legislativo em 3 de Maio de 1935 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936. Center For Research Libraries.

Republica dos Estados Unidos do Brasil. Mensagem Apresentada ao Poder Legislativo em 3 de Maio de 1936 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936. Center For Research Libraries.

RELATÓRIOS

Relatório do Banco do Brasil: apresentado à Assembléia dos Acionistas na Sessão Ordinária de 18 de Abril de 1936. RJ, Typ. do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1936. Arquivo Centro Cultural Banco do Brasil – RJ.

Relatório apresentado a S. Excia. Sr. Getúlio Vargas, Presidente de República, pelo Interventor Federal no Estado do Paraná. Exercício de 1932 a 1939. Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda do RJ.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Sua Função na Economia Brasileira. Exposição que acompanha o Relatório apresentado ao Senhor Presidente da República Doutor Getúlio Vargas pelo Ministro Agamenon Magalhães, relativo ao exercício de 1935. Rio de Janeiro, 1936. Center For Research Libraries.

Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelles Vargas, pelo Ministro dos Negócios da Fazenda, Artur de Souza Costa. Exercício de 1941. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro: 1949. Center For Research Libraries.

As Atividades do Ministério da Agricultura em 1942. Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmo. Sr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Apolônio Salles. 1943. Vol. II. Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, Brasil. Center For Research Libraries.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Gen. Eurico Gaspar Dutra pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Pedro Luiz Corrêa e Castro. Exercício de 1946. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948.

Relatório Apresentado ao Exm^o Sr. Presidente da República, General de Exército Eurico Gaspar Dutra pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Manoel Guilherme da Silveira Filho. Exercício de 1949. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1951.

Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999). ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

TRINDADE, José Pedro (org.) **Álbum de Monte Alegre. Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A.** Edição: A Voz do Paraná, São Paulo, Novembro de 1947. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.

Arquivos Institucionais

Acervo da Biblioteca da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Acervo da Biblioteca Central do Gragoatá – RJ.

Acervo da Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil – RJ.

Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ.

Acervo Centro de Documentação e Memória de Klabin – Jundiaí, SP.

Arquivo Centro Cultural Banco do Brasil – RJ.

Arquivo Nacional.

Arquivo O Globo – RJ.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC / FGV-RJ).

Center For Research Libraries. Arquivos disponíveis na internet através do site: www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22

Fundação Biblioteca Nacional.

Arquivos Pessoais

CPDOC/FGV-RJ. Arquivos Agamenon Magalhães.

CPDOC/FGV-RJ. Arquivos Getúlio Vargas.

CPDOC/FGV-RJ. Arquivos Oswaldo Aranha.

Anexo I



“Wolff Klabin despedindo-se do Presidente da República Getúlio Vargas no aeroporto da Fazenda Monte Alegre, identificando ao fundo Rose Haas. Década de 1950. Fazenda Monte Alegre (PR). Coleção Marianne Zappert Maswell. **Acervo Centro de Documentação e Memória de Klabin.**”

A relação de proximidade que se estabeleceu entre Wolff Klabin e o Presidente Getúlio Vargas nos mostra uma das formas pelas quais o grupo Klabin-Lafer buscou traduzir para o circuito das relações sociais a sua estratégia político-empresarial. A foto acima, na qual Wolff toca

afetuosamente o presidente da república enquanto ambos parecem se conversar, deixa transparecer a materialização da acumulação de um forte capital político que foi acumulado ao longo dos anos 1930 e 1940 e sem o qual não é possível compreender em sua totalidade as muitas formas pelas quais a Klabin empreendeu uma engenharia político-social da hegemonia. Wolff Klabin foi, sem dúvida nenhuma, um agente político expressivo nesse processo de construção de hegemonia.

Anexo II



“Horácio Lafer, Jacob Klabin Lafer e Assis Chateaubriand escutando gravação em fita de rolo. Década de 1940. Coleção família Klabin-Lafer. **Acervo Centro de Documentação e Memória de Klabin.**”

A imagem acima nos permite observar um momento na relação entre os Klabin-Lafer e outro poderoso aliado da família, o jornalista-empresário Francisco de Assis Chateaubriand. Coube a Chateaubriand um papel decisivo na trajetória da segunda geração da Klabin. Foi este empresário quem aproximou Wolff Klabin e Horácio Lafer para o epicentro do poder executivo, apresentando-os ao chefe do governo no Palácio do Catete. Cabe ressaltar que, durante o Estado Novo (1937-1945), período em que a S/A.

IKPC investia na construção de uma cidade-indústria no Estado do Paraná, a relação com o Chefe de Nação foi decisiva para os interesses do grupo. Sendo importante destacar que Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados, era um dos interessados em consumir o papel jornal que a fábrica da Klabin iria produzir.

Anexo III



“CM 572 - Vista interna da sala da sede da Confederação da Indústria do Estado de São Paulo, por ocasião da sessão solene de inauguração da entidade, identificando-se: Júlio Prestes (ao centro), Horácio Lafer, José Ermírio de Moraes, Jorge Street e Roberto Simonsen (discursando). 1928. São Paulo (SP). Coleção CIESP. **Acervo Centro de Documentação e Memória de Klabin.**”

Nessa foto vemos a reunião de inauguração do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, datada de 1928. Horácio Lafer, ainda jovem, aparece sentado à esquerda, ao lado do industrial Jorge Street. Essa foto representa o princípio da ação política de Lafer em uma associação de classe que representava, a partir da sociedade civil, os interesses da burguesia industrial. Lafer, bacharel em direito

pela Faculdade de Direito de São Paulo (1920), foi encarregado de representar os interesses de seu grupo nesse aparelho privado. Esse período da vida de Horácio Lafer no CIESP representa o tempo da formação política na sociedade civil, essencial para que Lafer participasse, como intelectual orgânico, das atividades de um aparelho privado capaz de organizar e disciplinar a vontade política da burguesia industrial. Foi o tempo de uma formação extra-acadêmica, formação esta que foi decisiva para que o referido empresário pudesse amadurecer politicamente e exercer, a partir disso, o seu papel de liderança orgânica.

Anexo IV



“CM 679 F.6 - Presidente da República Getúlio Vargas acompanhado de Horácio Lafer, em visita à Fazenda Monte Alegre, destacando Marianne Zappert (criança com vestido listrado) junto ao presidente. 1944. Fazenda Monte Alegre (PR). Coleção Marianne Zappert Maswell. **Acervo Centro de Documentação e Memória de Klabin.**”

A foto mostra uma visita do Presidente Vargas a Monte Alegre, no ano de 1944. Horácio Lafer aparece acompanhando o Presidente, que chegava de viagem para conhecer as instalações do complexo urbano-industrial da

Klabin, cujas obras somente ficaram totalmente concluídas em 1946. O final do Estado Novo não encerrou a aproximação entre o grupo Klabin e Getúlio Vargas, somente as deslocou para um novo patamar, não mais sob as normas do Estado Autoritário. Ao ser nomeado, no início do Segundo Governo Vargas, para a pasta da Fazenda, Lafer consagrou-se politicamente no aparelho de Estado. Este momento foi um marco na conquista da hegemonia, tendo Horácio Lafer como expoente de uma fração da burguesia industrial.

Anexo V

Taxa de Câmbio Mil-Réis / Libra Esterlina em 1931, valor nominal³⁴⁷

1£ = 65.710 réis ³⁴⁸	
Mil-Réis	Libra Esterlina (£)
\$300	4,6
\$320	4,9
\$400	6,1
\$500	7,6
\$600	9,2
\$750	11,5
\$900	13,8
1\$000	15,3
60\$000	923
80\$000	1.230
100\$000	1.538
130\$000	2.000
180\$000	2.769
200\$000	3.076
400\$000	6.153
500\$000	7.692
800\$000	12.307

³⁴⁷Trata-se do valor de face. Ou seja, o valor registrado no título ou moeda. A opção em trabalhar com o valor nominal deve-se pela falta de tempo que tivemos para efetuar uma pesquisa mais aprofundada, levando em conta variáveis como a inflação e o valor gasto com alimentos, roupas, transporte, moradia e etc.

³⁴⁸BEAUCLAIR, 1974, p. 8. Esse valor foi calculado tendo como base a taxa de câmbio colhida na tese deste autor, que se baseou nos relatórios do Ministério da Fazenda de 1931. Para facilitar o cálculo, optamos por expressar a libra no sistema decimal, que não estava vigente na Inglaterra dos anos 1930.

Nota: O padrão monetário só se modificou em 1942, o que facilitou a fixação da taxa cambial, já comparada ao dólar.